

**Tornar-se avó e a transmissão transgeracional
no contexto da maternidade na adolescência**

Ana Paula Corrêa de Oliveira Freitas

Tese apresentada como exigência parcial para obtenção do grau de Doutora em Psicologia,
sob orientação do Prof. Dr. Cesar Augusto Piccinini e
co-orientação da Profa. Dra. Giana Bittencourt Frizzo

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Porto Alegre, março de 2013

Para ser grande, sê inteiro: nada teu exagera ou exclui.

Sê todo em cada coisa.

Põe quanto és no mínimo que fazes.

Assim em cada lago a lua toda brilha, porque alta vive.

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Mais que um título, “tornar-me doutora” representou um importante desafio na minha vida. Muitas pessoas em diferentes contextos participaram deste processo e finalmente é chegada hora de tornar público o agradecimento. Diferente do que muitos possam pensar este não foi redigido quando da conclusão da tese, mas ao longo de todo o processo do doutorado, (e por que não dizer da vida?) buscando assim, tornar esta seção da tese o mais fidedigna possível com relação ao que senti/sinto sobre quem figura nos parágrafos a seguir.

Ao meu orientador Prof. Dr. Cesar Augusto Piccinini, pela acolhida no Núcleo de Infância e Família (NUDIF) desde o Mestrado. Pela preocupação com o rigor metodológico dos nossos trabalhos, por despertar meu interesse de verdade pela pesquisa e por incentivar a busca pelo conhecimento do que sinto falta. Tu és mais presente na vida de quem orientas do que imaginas. Obrigada pelo incentivo quando tudo parecia impossível.

À querida Profa. Dra. Giana Frizzo, pelo apoio, divisão de tarefas em tempos de coordenação do GRADO, por tocar casos importantes no período do meu sanduíche, pelas “viagens sistêmicas”, por tudo! Especialmente pela co-orientação na reta final, sem a qual, este “filho” parecia “inviável”.

Às professoras participantes da banca examinadora deste trabalho, Profa. Dra. Adriana Wagner, pela relatoria e Profa. Dra. Andrea Seixas Magalhães, pelas contribuições desde o pré-projeto de tese. À Profa. Dra. Olga Garcia Falceto pela participação nas bancas de projeto e tese, mas especialmente pelo carinho e pelas oportunidades e parcerias vida a fora.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio financeiro no Brasil e no exterior.

À equipe do Programa de Atenção Integral à Gestante Adolescente (PAIGA), do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas, por abrirem as portas para nossa coleta de dados. Em especial, à Pediatra Angela Polgati Diehl e à Psicóloga Angela Horn Pegoraro pelo contato que permitiu nossa aproximação com os participantes do projeto “Aspectos biopsicossociais da gravidez adolescente: estudo longitudinal da gestação ao primeiro ano de vida da criança” (GRADO). À Flora e Terezinha, incansáveis na busca por salas para realizarmos com tranquilidade as entrevistas. Muito obrigada!

Às avós e mães participantes deste estudo pela disponibilidade em dividir parte de suas histórias me ajudando a escrever parte da minha. Obrigada!

A todas as colegas de trabalho do GRADO: bolsistas de iniciação científica, bolsistas de apoio técnico e voluntárias, muito obrigada! Em especial, às “Gradoandas” queridas: Liana Della Vechia Pereira e Francielli Galli, pelo excelente trabalho e convivência, essa que segue agradabilíssima mesmo “pós-GRADO”. À ex-bolsista, aluna cinco estrelas Renata Gruner pela competência e carinho. À bolsista Thaís Muller, que tão rapidamente (e bem!) assumiu as tarefas do GRADO. À voluntária Elisa Azevedo pelo envolvimento no projeto como algo seu. À Ana Paula Cargnelutti Venturini pela companhia nas manhãs intermináveis de coleta, que se tornaram muito mais amenas com o teu sorriso e palavras de incentivo, pelas gargalhadas, dias inteiros de produção. À Camila Guedes Henn que há mais de seis anos ocupa um lugarzinho louco de especial no meu coração, não só pela parceria de trabalho, mas pela amigona, que em muitos momentos desse percurso me brindou com sensatez apontando o que sozinha não conseguia ver.

Às colegas de NUDIF, Tonantzin Gonçalves pela ajuda com o NVivo; Joice “Bacana” Sonogo que mesmo de longe, sei que segue amiga e torcendo por mim; e Evelise Rigoni de Faria que desde o mestrado foi colega muito especial, mas muito mais que isso, amiga sempre presente. Muito obrigada!

Às colegas-amigas Vivian de Medeiros Lago e Ana Paula Lazaretti de Souza pelos grupos de apoio enquanto esperávamos a bolsa e pelos almoços e cafés animados nacionais e internacionais quando a bolsa chegou. Valeu!!

À toda a equipe de professores e funcionários do Instituto da Família de Porto Alegre pelo apoio sempre. Em especial, às minhas supervisoras Adriana Zanonato e Carmen Dora Cardoso pelos “mini-selves” ao longo da formação, que me fizeram crescer muito como terapeuta, como pesquisadora e como gente. Às colegas Márcia Reshke, Luciane Tschoepke, Christiane Perin, Lidiane Borba, Bárbara Rech, Tatiana Azevedo, Solange Azambuja, Eleonora Dias, Gabriela Seben e Marina Camargo, pela parceria nas tardes de terça: em aula, grupos de fuxico ou outra atividade extra-classe qualquer. Obrigada!

A todos colegas y profesores de la Escuela de Terapia Familiar de l Hospital de la Santa Creu i Sant Pau, especialmente al Prof. Dr. Juan Luis Linares Fernandez, por el espacio de aprendizaje y convivencia a lo largo de mis cinco meses de pasantía, que seguramente refletem y reflejarán por toda mi vida. A mis colegas Silvia Santana Hernandez y Felipe Villegas Salazar por su compañía en clase, cafés, comidas y risa. A Yasna Badilla por los queridos “hola Pauli” que siguen. A Vicky Rangel, mi interprete de catalán por detrás del espejo, por la atención en los Martes y por el registro de mi último Martes en la Escuela.

Todavía en el capítulo catalán de mi historia personal... Caroline Henke!! Moltes gracies! Muchas gracias! Muito obrigada! Por tudo! Ter a ti (e ao Sergi) por perto nos ajudou mais do que imaginam. Foi muito bom te (re)conhecer!

A mis nuevas amigas de infancia, las más perfectas compis de piso que alguien puede tener: Mariana Flores da Cunha Thompson Flores y Tânia Galesi, gracias por compartir el piso, historias, viagens, angustias, alegrias, tonterías, sorpresas de cumpleaños, y sobretodo vida! Em bom português: Amo vocês!

Aos amigos queridos dos mais diversos contextos ao longo da minha vida, que moram em qualquer parte do mundo e que entenderam a necessidade da minha distância nos últimos anos para poder estar mais perto agora, meu muito obrigada! Em especial, Carolina Sacramento Nitz, sempre presente apesar da geografia.

Aos Oliveiras amados sempre presente; aos Freitas que, mesmo sem encontros tão frequentes sei que torcem por mim; e aos Ledra, família que eu escolhi, meu obrigada do tamanho do universo. Fazer parte dessas famílias não tem preço.

Aos meus irmãos Leo, Nina e Gaum, obrigada por me ensinarem a dividir e vibrar com cada conquista. Ao meu cunhado Anderson, que me ensinou “na marra” a dividir a minha irmã-amiga-companheira-de-todas-as-horas e ao meu afilhado lindo Rafael, cuja existência me faz mais feliz. Muito obrigada!

Aos meus avós paternos, Etólio e Erna, que só conheci pelas histórias contadas pelo pai, mas que ocupam lugar especial no meu coração, e aos maternos, Clóvis e Zildinha, pelo amor e ensinamentos que pude assimilar ainda que tenham me deixado cedo. A admiração por vocês certamente deve explicar parte da curiosidade que moveu a realização deste trabalho. Aos dois casais, sobretodo, obrigada pela vida dos filhos de vocês Enio João e Ana (Ziza) Luiza, que me deram a vida e aprendem a conviver com as minhas escolhas malucas. Pai e mãe amados! Obrigada por tudo. Sempre! Amo vocês!

Por fim, mas não menos importante, ao meu amigo que virou namorado, que virou marido, Daniel. Obrigada, amor meu! Pela paciência sem limites, pela compreensão, pela parceria, pelo apoio incondicional... enfim, pela vida que já dividimos e por tudo que ainda vamos viver juntos. Afinal, compartilhada, la vida es más!

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	8
LISTA DE FIGURAS	9
RESUMO	10
ABSTRACT	11
<i>CAPÍTULO I</i>	
INTRODUÇÃO	12
Apresentação	12
Breves considerações sobre a adolescência no ciclo vital	12
Gravidez na adolescência	22
Implicações da gravidez adolescente na família	38
Tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente	56
Transmissão transgeracional em situação de gravidez na adolescência	68
<i>CAPÍTULO II</i>	
ESTUDO I: Expectativas e sentimentos sobre o tornar-se avó em situação de gravidez na adolescência	77
MÉTODO	79
Participantes	79
Delineamento e Procedimentos	80
Instrumentos	81
Considerações Éticas	82
RESULTADOS – ESTUDO I	83
Centralidade	84
<i>Inadequação da idade cronológica e o tornar-se avó</i>	84
<i>Maternidade com neto</i>	86
<i>Interferência na maternidade da filha</i>	87
<i>Sobrecarga</i>	87
<i>Síntese da categoria Centralidade</i>	89
Responsabilidade percebida	90
<i>Apoio à filha e ao neto</i>	90
<i>Amor e carinho</i>	94
<i>Aconselhar sobre como criar o neto</i>	94
<i>Disciplinar/cuidar o neto</i>	96
<i>Dispensa do exercício de autoridade</i>	97
<i>Síntese da categoria Responsabilidade percebida</i>	98
Reenvolvimento com o próprio passado	100
<i>Expectativas com relação ao futuro</i>	100
<i>Continuidade através das gerações</i>	105
<i>Lembranças sobre a própria mãe</i>	106
<i>Modelos de avó</i>	109
<i>Síntese da categoria Reenvolvimento com o próprio passado</i>	111
DISCUSSÃO – ESTUDO I	115

CAPÍTULO III

ESTUDO II: Transmissão transgeracional avó materna-mãe adolescente: estudo longitudinal da gestação ao 1º. ano de vida do bebê.....	133
MÉTODOS	136
Participantes	136
Delineamento e Procedimentos	136
Instrumentos	137
Considerações Éticas	139
RESULTADOS – ESTUDO II	140
<i>Caracterização do Caso</i>	141
<i>Genograma Familiar</i>	144
<i>Gestação</i>	145
<i>Fronteiras relacionais e individuação</i>	145
<i>Atribuição de papéis na família</i>	151
<i>Contabilidade de obrigações e méritos</i>	155
Após terceiro mês de vida do bebê	159
<i>Fronteiras relacionais e individuação</i>	159
<i>Atribuição de papéis na família</i>	164
<i>Contabilidade de obrigações e méritos</i>	168
Primeiro ano de vida do bebê	172
<i>Fronteiras relacionais e individuação</i>	172
<i>Atribuição de papéis na família</i>	179
<i>Contabilidade de obrigações e méritos</i>	183
DISCUSSÃO – ESTUDO II	190
DISCUSSÃO GERAL	208
Considerações Finais	216
REFERÊNCIAS	219
ANEXOS	
Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	233
Anexo B – Ficha de contato inicial	234
Anexo C – Ficha de dados sociodemográficos da família	235
Anexo D – Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente ..	242
Anexo E – Entrevista sobre a gravidez adolescente	245
Anexo F – Entrevista sobre a maternidade e o desenvolvimento do bebê - 3º. mês.	247
Anexo G – Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente – 3º. mês	249
Anexo H - Entrevista sobre a maternidade e o desenvolvimento do bebê - 12º. mês	252
Anexo I - Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente – 12º. mês	254
Anexo J - Genograma familiar	257

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Características sócio-demográficas das participantes	79
--	----

LISTA DE FIGURAS

Genograma familiar	144
--------------------------	-----

RESUMO

A relação com a família de origem e, em especial, com a própria mãe tem sido apontada como um dos fatores associados à ocorrência da gravidez e maternidade na adolescência. A fim de compreender melhor as particularidades dessa situação foram realizados dois estudos. O Estudo I investigou as expectativas e sentimentos sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Participaram do Estudo I dez futuras avós, com idade entre 32 e 51 anos ($M=42,1$; $dp=8,74$), cujas filhas adolescentes estavam no terceiro trimestre de gestação do primeiro filho. Foi utilizado um delineamento de estudo de caso coletivo onde os relatos das participantes foram submetidos à análise de conteúdo e agrupados considerando diversas categorias. Os resultados revelaram sentimentos de inadequação entre a idade cronológica e o tornar-se avó; sentimentos maternais em relação ao neto e preocupação em não interferir na maternidade da filha; bem como a dispensa do exercício de autoridade em relação ao neto, sendo que questões do próprio passado pareceram exercer importante influência nesta experiência. O Estudo II investigou a transmissão transgeracional avó materna-mãe adolescente considerando o conceito de lealdade familiar. Participou do estudo uma dupla mãe-filha cuja filha se encontrava no terceiro trimestre de gestação quando da primeira etapa de coleta de dados. Foi realizado um estudo de caso único, de caráter longitudinal cujas coletas de dados se deram durante o terceiro trimestre de gestação, após os três e 12 meses de vida do bebê. Os relatos das participantes foram submetidos à análise de conteúdo com base em um conjunto de categorias. Os resultados revelaram dependência mútua entre mãe e filha que pareceu interferir na maneira como ambas vivenciavam como mãe/avó e filha/mãe a chegada do bebê, o que se verificou através de fronteiras relacionais difusas e distribuição de papéis conforme gênero, permeados pela contabilidade de obrigações e méritos daquela família que antecederam a situação de gravidez e contribuíram para sua ocorrência. A partir dos dois estudos, verificou-se que no contexto da gravidez na adolescência a jovem e sua mãe sofrem com acúmulo de tarefas evolutivas, o que interfere nos respectivos processos de individuação e no realinhamento geracional. Assim, sugere-se que intervenções devam contemplar não só a adolescente gestante/mãe, mas demais atores envolvidos na situação de gravidez, particularmente a avó.

Palavras-chave: gravidez na adolescência; avós; transmissão transgeracional

ABSTRACT

Relationship with the family of origin and particularly with mother, has been identified as a factor associated with teenage pregnancy and motherhood. In order to understand particularities of adolescent pregnancy from a family perspective, two studies were carried out. Study I investigated expectations and feelings about becoming a grandmother in the context of adolescent pregnancy. Participants were ten grandmothers to be, aged 32 to 51 years ($M = 42.1$, $SD=8.74$), whose teenage daughters were in the third trimester of their first pregnancy. Multiple-case study design was used. Participants' answers were analyzed through qualitative content analysis. Results revealed they felt inadequacy between chronological age and becoming a grandmother, maternal feelings towards their grandchild but at the same time they were concerned about not interfering in their daughter's motherhood. Past issues seemed to have important influence on how grandmothers-to-be experienced their teenage child's pregnancy. Study II investigated transgenerational transmission considering family loyalty. Participants were a mother-daughter dyad, whose daughter was in the third trimester of pregnancy during the first period of data collection. A single-case study design was used involving three stages of data collection: third trimester of pregnancy, 3 and 12 months of the baby. Participants answers were analyzed through qualitative content analysis. Results showed that mutual dependency between mother and daughter seemed to interfere on how they experienced as mother/grandmother and daughter/mother the baby's arrival. Relational boundaries sounded diffuse and familiar roles were distributed according to gender, which was permeated by accounting of obligations and merits over situations that preceded teenage pregnancy and contributed to its occurrence. The main finding of both studies was that in the context of teenage pregnancy grandmother and mother seemed to suffer an accumulation of developmental tasks, which interferes in their individuation processes and generational realignment. Thus, it is suggested that interventions should include not only pregnant adolescents/parents, but other people involved on this situation.

Keywords: teenage pregnancy; grandparenthood; transgenerational transmission

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Apresentação

Por muito tempo a gravidez na adolescência foi descrita na literatura de diversas áreas do conhecimento como um problema de saúde pública em vista de consequências potencialmente negativas tanto para a mãe quanto para o bebê. Todavia, sabe-se que não apenas a gestante/mãe, como o bebê são impactados sobre esta experiência que, por definição, não constitui necessariamente fator de risco ao desenvolvimento de ambos.

Estudos recentes têm destacado a família extensa e, em especial, a avó materna como figuras importantes neste contexto. Sendo assim, a fim de buscar uma melhor compreensão da gravidez neste período do desenvolvimento, foi ampliado o foco para além da mãe adolescente e do seu bebê, a partir de dois estudos. O Estudo I investigou os sentimentos e expectativas do tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Por sua vez, o Estudo II, buscou identificar questões de transmissão geracional, através de dois estudos de caso longitudinais onde foram acessados relatos das mães adolescentes e suas mães.

Em se tratando da abordagem teórica utilizada para os dois estudos aqui apresentados, foram utilizados conceitos da abordagem da terapia familiar e da psicanálise. Isso se fundamenta no fato de a terapia familiar ter se desenvolvido, em alguma medida, como extensão da psicanálise (Bowen 1979/2010) numa tentativa de ampliar o olhar do indivíduo ao seu contexto. Portanto, entende-se que a conjunção das duas abordagens pode contribuir para o entendimento de questões de desenvolvimento individual – da mãe/avó e da filha/mãe adolescente – e relacional/familiar. Inicialmente, nesta seção serão apresentados aspectos teóricos gerais da gravidez na adolescência, seguidos de reflexões sobre suas implicações para a família. Por fim, serão tecidas algumas considerações sobre o tornar-se avó e as relações mãe-filha adolescente, seguida de uma apresentação sobre transmissão transgeracional.

Breves considerações sobre a adolescência no ciclo vital

Atualmente a adolescência é entendida como um período específico do desenvolvimento que envolve intensas transformações biopsicossociais, e não simplesmente um período intermediário entre infância e a idade adulta (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silveiras, 2010). Uma avaliação normativa de desenvolvimento neste

período da vida, segundo Blos (1985/2002) seria vaga e equivocada, na medida em que, embora seja possível observar padrões sequenciais de maturação na adolescência, a relação desses com a idade cronológica é imprecisa. Sendo assim, o autor destacou a importância de que sejam considerados tanto aspectos de ordem individual quanto de cunho ambiental.

Nesta mesma direção, diversos autores destacaram a importância de que ao conceituar adolescência, sejam consideradas particularidades com relação a aspectos históricos e culturais (Brown & Larson, 2002; Fussel & Greene, 2002; Schoen-Ferreira et al., 2010). Isso porque ainda que as sociedades concordem com a existência de um período de transição entre infância e vida adulta, os procedimentos simbólicos, estratégias culturais ou ritos de passagem que caracterizam esta parte da vida são bastante peculiares em cada contexto (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Todavia, parece consenso que na maioria das culturas a segunda e terceira décadas de vida representem um período de muita mudança de papéis e expectativas (Blos, 1985/2002; Fussel & Greene, 2002; Schoen-Ferreira et al., 2010).

O desenvolvimento, não só na adolescência, mas em qualquer momento da vida do indivíduo, implica em mudanças e aquisições de ordem quantitativa e qualitativa que não se restringem a aspectos biológicos. Neste sentido, muitos autores tem se ocupado do estudo de diferentes aspectos envolvidos no desenvolvimento adolescente, quais sejam cognitivos, emocionais, ou sociais. Em vista do tema do presente estudo, pretende-se abordar brevemente considerações sobre aspectos cronológicos e cognitivos relacionados à adolescência, enfatizando aspectos relacionados ao desenvolvimento emocional na adolescência a partir de autores psicodinâmicos e sistêmicos.

Em termos cronológicos, segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2011), a adolescência está compreendida entre os 10 e 19 anos de idade. Já o Estatuto da criança e do adolescente (Brasil, 1990) considera adolescente a pessoa com idade entre 12 e 18 anos de idade. Independente da idade, do ponto de vista biológico, a primeira vista, pode-se observar mudanças universais e visíveis, disparadas pela puberdade, dando às então crianças altura, forma e sexualidade de adultos (Sax, 2011; Schoen-Ferreira et al., 2010).

No que tange aos aspectos cognitivos, segundo Piaget (1969), a adolescência marca a passagem do pensamento concreto ao formal. Isso tornaria os adolescentes capazes de refletir de maneira abstrata e lidar com situações hipotéticas (Piaget & Inhelder, 1976). Nesta perspectiva, os adolescentes se tornariam progressivamente mais diferenciados e organizados, podendo ver a si mesmos mais em termos de crenças e modelos pessoais e menos em termos de comparações sociais (Steinberg & Morris, 2001). Sendo assim, os adolescentes tornar-se-iam capazes de pensar e questionar seu próprio pensamento,

podendo construir ideias a partir do mesmo (Piaget, 1969) e, por conseguinte, pensar diferente sobre si mesmo, sobre o mundo e seu futuro (Steinberg, 1999) e elaborar um projeto de vida (Venturini, 2010).

Já está consagrada na literatura clássica a concepção de adolescência, por definição, enquanto período do desenvolvimento caracterizado por intensas transformações de ordem física, psicológica e social, onde, ao final deste processo, cabe ao indivíduo a consolidação de um senso de identidade (Blos, 1985/2002; Colarusso, 1990; Lewis & Volkmar, 1993; Osório, 1989). Numa perspectiva desenvolvimentista psicanalítica, a puberdade, enquanto processo biológico seria o que daria início aos processos psíquicos que caracterizam a adolescência (Blos, 1985/2002; Matheus, 2008). Durante a puberdade ficam mais acentuadas as diferenças sexuais e a capacidade reprodutiva. Neste sentido, pode-se dizer que enquanto a puberdade diz respeito aos fenômenos fisiológicos que compreendem mudanças corporais e hormonais, a adolescência refere-se aos aspectos psicossociais deste processo, compreendendo a adaptação a novas estruturas físicas, psicológicas e ambientais. Portanto, trata-se de dois processos distintos que ocorrem concomitantemente (Blos, 1985/2002; Schoen-Ferreira et al., 2010).

Todavia, ainda que diferentes autores se ocupem de aspectos particulares do desenvolvimento do adolescente, entende-se que há constante interação de variáveis de cunho biológico, psicológico e social. Assim, se o início da adolescência é marcado pelas mudanças corporais da puberdade (Blos, 1985/2002; Schoen-Ferreira et al, 2003; Winnicott, 1965/2011), seu final seria marcado fundamentalmente por mudanças sociais tais como a consolidação de uma identidade sexual, a manutenção de relações afetivas estáveis, a independência financeira (Blos, 1985/2002; Schoen-Ferreira et al, 2003), a constituição de um sistema de valores próprio e o bom relacionamento com a geração precedente (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008), quando o indivíduo completaria as tarefas desenvolvimentais desta fase para entrar no mundo adulto.

Numa perspectiva psicanalítica, o cumprimento das referidas tarefas, seria expressão da habilidade em lidar com as dificuldades das experiências relacionadas à totalidade de sua vida para chegar a uma estabilidade do ego e da organização das pulsões enquanto novas formações ou reestruturação psíquica (Blos, 1985/2002). O mesmo autor ressalta que durante a adolescência, esta reestruturação psíquica representa uma segunda individuação, sendo a primeira descrita por Mahler (1982), que se daria por volta do terceiro ano de vida marcada pela aquisição da constância de objeto e do *self*. A individuação adolescente descrita por Blos (1985/2002) é acompanhada de sentimentos de isolamento, solidão e confusão, pois representa o fim irrevogável da infância, bem como a

limitação da própria existência a proporções realistas, oportunidades e metas limitadas que podem favorecer a auto-realização.

Aberastury e Knobel (1981), caracterizando os desequilíbrios e instabilidades pelos quais passa o adolescente diante do desafio de consolidar a identidade apresentaram um conjunto de características que constituem o que os autores chamaram “síndrome da adolescência normal”. Em linhas gerais, caberia ao adolescente, além do enfrentamento do mundo adulto, para o qual não está completamente preparado, desprender-se de seu mundo infantil onde na evolução normal a relação de dependência garantia as necessidades básicas satisfeitas. As principais características da “síndrome normal da adolescência” segundo Aberastury e Knobel (1981) seriam: a busca de si mesmo e da identidade, a tendência grupal, a necessidade de intelectualizar e fantasiar, as crises religiosas, a deslocalização temporal, a evolução sexual do autoerotismo à heterossexualidade, a atitude social reivindicatória, contradições sucessivas em todas as manifestações de conduta, separação progressiva dos pais e constantes flutuações do humor e estado de ânimo. Neste cenário, caberia ao adolescente, a elaboração de três lutos fundamentais: o luto pelo corpo infantil perdido; o luto pelo papel e identidade infantis; e o luto pelos pais da infância (Aberastury & Knobel, 1981). Sob esta ótica, o adolescente se encontraria numa situação de vulnerabilidade especial para assimilar impactos projetivos dos pais, irmãos, amigos e da sociedade. Portanto, o manejo da frustração em função do já mencionado luto dos aspectos infantis aos quais deve renunciar, faz com que o adolescente recorra normalmente a manejos psicopáticos de atuação que identificam sua conduta. Sob esta ótica, o que diferenciaria a conduta adolescente normal do psicopata seriam a intensidade e a frequência dos comportamentos (Aberastury & Knobel, 1981).

Neste contexto, o ambiente desempenha papel extremamente importante (Winnicott, 1965/2011). Para o autor um ambiente adequado que favoreceria o desenvolvimento sadio do adolescente deveria supor a continuidade da existência e do interesse do pai, da mãe e da família pelo adolescente, enquanto fontes de continência. Isso porque a rápida alternância entre independência “rebelde” e dependência regressiva são características inerentes a este momento evolutivo e necessitam manejo adequado.

A adolescência é uma fase essencialmente de descoberta pessoal, na qual cada indivíduo se engaja numa experiência viva que consiste em existir (Winnicott, 1965/2011). Neste sentido, a adolescência pode ser ainda entendida como um período em que o indivíduo explora a si mesmo para descobrir quem realmente é e seu lugar no mundo em que vive (Steinberg & Morris, 2001). Este processo que tem início na adolescência se baseia num incremento da capacidade intrapsíquica de separação de objetos infantis e

engajamento em tarefas específicas que caracterizam a transição à adultez jovem (Colarusso, 1990). Entre as tarefas evolutivas deste período, a literatura destaca a adaptação à sociedade não familiar, decidir por uma carreira, envolver-se em estilo de vida alternativo e obter relações gratificantes (Blos, 1979/1996; Lewis & Volkmar, 1993). Dada a importância e complexidade das tarefas a serem vencidas pelo jovem, Winnicott (1965/2011), ressalta o quanto é difícil atingir o pleno crescimento durante a adolescência. Entretanto, apesar de a literatura definir que é durante a adolescência que se deveria consolidar a identidade, é bastante frequente que esta tarefa se estenda até a fase subsequente: o adulto jovem (Colarusso, 1990; Schoen-Ferreira et al, 2003, Steinberg & Morris, 2001).

Na perspectiva de fases do desenvolvimento, Oliveira (2008) faz uma ressalva quanto à ordem de eventos inerente ao conceito. Percebe-se que as etapas que são descritas como características da passagem para a vida adulta estão cada vez mais retardadas e complexas uma vez que se considere a saída de casa e o casamento, por exemplo, como tarefas associadas à independência e autonomia que deveriam ser cumpridas para a consecução do status adulto (Oliveira, 2008; Silveira & Wagner, 2006). Exemplo disso se verifica entre jovens de camadas populares, onde a gravidez, que tradicionalmente era associada ao status adulto, tem se apresentado com certa frequência na adolescência. Sob esta ótica, autores reforçam a importância de que em se tratando tanto de aspectos individuais quanto familiares, mais do que a pura descrição de tarefas esperadas para cada fase, é fundamental que sejam consideradas as experiências singularmente vividas e culturalmente diferenciadas quando da descrição de fases do desenvolvimento (Blos, 1985/2002; McGoldrick, Carter, & Garcia-Preto, 2011; Oliveira, 2008). Destarte, um entendimento fidedigno do desenvolvimento do indivíduo deve implicar o contexto cultural desde a família ao mais amplo.

Em culturas ocidentais, uma das maneiras de definir desenvolvimento diz respeito à capacidade do indivíduo de diferenciar-se. Isso envolve processos conscientes e inconscientes que atendem a uma necessidade de continuidade histórica e do senso de pertencimento a determinado grupo (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Neste sentido, segundo Winnicott (1990), a base para o grupo é a vida em família na medida em que o adolescente deve poder experimentar participar de outros grupos e mesmo rebelar-se contra a família enquanto grupo original sem que esta deixe de existir, havendo a possibilidade de retorno quando necessário (Winnicott, 1990). Portanto, a família ocupa lugar fundamental, por tratar-se simultaneamente de modelo e ter entre suas funções oferecer ao indivíduo em desenvolvimento, segurança e proteção (Bowen, 1979/2010;

Carter & McGoldrick, 1989/2008). Para Minuchin (1990) a família operaria como matriz de identidade, onde a experiência humana se integraria em sentido de pertencimento e ser separado. Assim, na perspectiva sistêmica, a família deveria experimentar a mudança paulatina de forças centrípetas para centrífugas, entendendo a necessidade de busca do adolescente por novas experiências e relações fora do sistema familiar que deve ainda continuar operando como fonte de segurança e apoio ao filho (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

As adaptações durante este momento do ciclo vital exigem mudanças não só por parte do indivíduo adolescente, mas também da família em termos de estrutura e organização (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falicov, 1991; Minuchin, 1990; Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999; Minuchin, Nichols & Lee, 2009). Sendo assim, na adolescência, a família, que até então constituía uma unidade responsável por proteção e nutrição da criança, deve passar a constituir um núcleo que prepara o adolescente para a entrada no mundo adulto repleto de responsabilidade e compromissos. Tais mudanças envolvem ainda profundas questões que dizem respeito a padrões através das gerações (McGoldrick et al., 2011; Minuchin et al., 1999).

Durante a adolescência se espera que os filhos não estejam mais tão dependentes das figuras parentais, devendo haver, portanto uma mudança qualitativa na relação entre as gerações (Bowen, 1979/2010; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Sendo assim, se espera que as fronteiras sejam mais permeáveis, onde os genitores não deverão mais impor uma autoridade completa. A flexibilidade das fronteiras deve permitir que os adolescentes se mostrem mais dependentes e próximos caso não consigam resolver situações sozinhos, ao mesmo tempo em que devem favorecer o afastamento com graus crescentes de independência (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Neste sentido, a convivência com novos amigos e seus valores passa a fazer parte do contexto familiar. Por vezes, esta convivência com novos amigos e valores pode ocasionar lutas intergeracionais na medida em que passa a ser questionado aquilo que era dado por certo naquele contexto familiar (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Em meio a todas essas demandas, cabe ainda ao adolescente a busca do equilíbrio entre o real e o imaginário. Sendo assim, a família assume posição de destaque na medida em que é o espaço onde o adolescente constrói a partir de suas vivências os projetos de vida, valores e crenças (Wagner, Falcke & Meza, 1997).

Nesta direção, no contexto brasileiro, Wagner et al. (1997) realizaram um estudo que avaliou e comparou o que pensam os adolescentes de famílias originais e reconstituídas no Rio Grande do Sul a respeito de família, casamento, separação e projetos

de vida. Participaram do estudo 60 adolescentes de classe média, de ambos os sexos, com idade entre 12 e 17 anos. Entre os resultados, destaca-se o fato de não ter havido diferença significativa entre as descrições de família dos adolescentes dos dois tipos de família, sendo somente observada uma tendência dos adolescentes de famílias originais em descreverem suas famílias como sendo mais unidas do que os adolescentes de famílias reconstituídas. Segundo os resultados do mesmo estudo, no casamento, os adolescentes de famílias originais esperavam encontrar mais felicidade enquanto os de famílias reconstituídas esperam encontrar mais amor. Já sobre separação conjugal, aproximadamente 53,3% dos participantes referiu ser uma experiência desagradável, enquanto 46,6% disseram acreditar ser uma forma de resolver problemas. Por fim, sobre projetos de vida, as pesquisadoras constataram que esses independem da constituição familiar dos adolescentes. A realização profissional foi relatada como plano futuro de 30% dos adolescentes, enquanto 26,11% disseram pretender ser feliz, 25,55% planejavam a realização pessoal e cerca de 17% pretendiam constituir família (Wagner et al., 1997).

Em outro estudo brasileiro, também realizado no Rio Grande do Sul, Arpini e Quintana (2003) teceram reflexões sobre as concepções de identidade, família e relações sociais, entre adolescentes do sexo feminino de grupos populares. Em termos de identidade, os autores destacaram a dificuldade das jovens de grupos populares em manter uma visão positiva de si mesmas por serem marginalizadas pela sociedade em diferentes planos. Nesta direção, utilizando como parâmetros a escolarização e o trabalho, as adolescentes evidenciaram uma imagem negativa de si mesmas reforçada pela carência de sentido da escola e pela desqualificação do trabalho. O mesmo foi destacado por Carter & McGoldrick (1989/2008) em se tratando de jovens de baixo nível socioeconômico no contexto norte-americano. Essa imagem negativa seria ainda mais reforçada, uma vez considerada a fragilidade de seus pais e mães enquanto modelos identificatórios, os quais também sofreram com a desvalorização de seu trabalho (Arpini & Quintana, 2003; Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Ainda no que tange à satisfação no trabalho e escolarização, no contexto brasileiro, Sousa e Alberto (2008) investigaram a relação entre trabalho precoce e escolarização de crianças e adolescentes, considerando trabalho e estudo enquanto constituintes da subjetividade. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 21 estudantes com idade entre 10 e 14 anos, dos quais, 19 do sexo masculino e 2 do feminino, todos trabalhadores precoces em atividades informais realizadas no contexto da rua. As atividades relatadas abrangeram vendas, engraxate, frentista e guardador de carros. O ingresso no trabalho se deu entre os 5 e 14 anos, compreendendo, quando da coleta de dados, uma média de 5 a 6

horas de trabalho por dia. Segundo os autores, nos relatos dos participantes o trabalho foi descrito como necessidade diante da exigência de contribuição com orçamento familiar, muito mais que uma opção. Contudo, foi atribuída satisfação pessoal em relação ao trabalho pelos participantes em função da possibilidade de ganhar dinheiro e comprar suas próprias coisas, ocupar o tempo e sentir-se útil. Já o estudo foi relatado como ferramenta que poderia contribuir para melhoria das condições de trabalho. A esse respeito, os autores enfatizaram ainda que as frequentes reprovações, bem como ciclos de abandono e retorno aos estudos acabaram por distanciar as crianças e adolescentes da vida escolar, sendo o trabalho visto como aspiração concreta e imediata, dada a necessidade de contribuir com o orçamento familiar.

Sobre a concepção de família, Arpini e Quintana (2003) ressaltaram a importância de problematizar o conceito de família entre adolescentes de grupos populares, na medida em que o que observaram na prática foi não mais o predomínio de famílias nucleares, mas de famílias monoparentais, muitas vezes matrilineares, onde na ausência do pai, a mãe acaba acumulando as funções de mãe e trabalhadora provedora. A mesma organização foi descrita por Carter e McGoldrick (1989/2008) em se tratando de famílias norte-americanas de nível socioeconômico baixo. Segundo Arpini e Quintana (2003), tal organização poderia repercutir na maneira como se organizam as relações, pois a mãe estaria sobrecarregada por assumir a família sozinha e correria o risco de lançar mão de atitudes violentas a fim de manter o controle e a posição de autoridade em relação aos filhos. Outra consequência importante do pouco contato com as figuras parentais seria a proximidade dessas jovens da rua, em busca de relações de afeto, solidariedade e proteção como compensação da falta de presença psicológica parental.

Portanto, considerando os estudos apresentados, em se tratando do desempenho de papéis que irão constituir mais tarde o status adulto, pode-se observar, com frequência, trajetórias muito distintas entre adolescentes, especialmente em função de gênero e nível socioeconômico. Neste sentido, investigações de âmbito nacional e internacional em famílias de nível socioeconômico baixo (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Heilborn et al., 2002) destacaram que enquanto caberia aos rapazes deixar a escola, as adolescentes estariam mais voltadas para o desempenho de papéis familiares (Aquino et al., 2003; Fussel & Greene, 2002; McGoldrick et al., 2011; Oliveira, 2008; Sousa & Alberto, 2008). Por conseguinte, adolescentes tenderiam a casar¹ e ter filhos mais cedo (Fussel & Greene,

¹ Embora se tenha feito mais de uma vez ao longo deste texto menção à palavra casamento, para fins desta introdução não se refere somente à união formalizada por contrato civil ou ritual religioso, mas compreende a decisão por coabitar com companheiro (a) com quem se pretende constituir família.

2002). Eventuais tentativas de mudanças nesses papéis podem intensificar conflitos intergeracionais na medida em que os filhos podem se rebelar contra os papéis que a família espera que eles desempenhem ou se preparem para desempenhar (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Em particular, o comportamento sexual do adolescente constitui uma preocupação tanto para ele próprio como para a sociedade, pois nem sempre seu desenvolvimento emocional e cognitivo acompanham seu desenvolvimento biológico (Grant & Demetriou, 1988). Ou seja, não há correlação direta entre a atividade genital em si e a genitalidade enquanto estágio do desenvolvimento (Amazarray, Machado, Oliveira & Gomes, 1998; Blos, 1979/1996), assim como não há correlação direta entre maturidade fisiológica para procriar e maturidade psíquica para o exercício da parentalidade. Segundo Blos (1979/1996), todos os tipos de necessidades e impulsos sexuais podem encontrar expressão e gratificação na atividade genital. Entretanto, o comportamento sexual genital não constitui indicador confiável para avaliação da maturidade psicosexual.

A esse respeito, Winnicott (1965/2011) ressalta que a constituição de família através de casamentos entre homens e mulheres emocionalmente imaturos pode representar motivo de grande alegria e alívio. Contudo, durante a adolescência de seus filhos, há grande probabilidade de que aspectos rejeitados de sua própria adolescência venham à tona (Winnicott, 1965/2011). Neste sentido, pode-se pensar nos adolescentes como catalisadores que reativam conflitos e acionam triângulos em vista de os próprios genitores reviverem em alguma medida sua adolescência (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

A fim de investigar como pensam e se comportam os jovens em relação a sexo e sexualidade, Vidal e Ribeiro (2008), realizaram um estudo em que solicitaram a 255 alunos de ensino médio de uma escola pública paulistana, de ambos os sexos, com idade entre 14 e 19 anos, que fizessem uma redação sobre o tema sexo e sexualidade. O sexo puramente por prazer sem preocupação com o parceiro foi criticado pela maior parte dos jovens de ambos os sexos, embora as meninas tenham sido a maioria que criticou este comportamento. Neste contexto, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis foram descritas como consequências negativas do sexo por prazer, sem amor, nas redações dos participantes. Entre as meninas, os autores também verificaram que várias criticaram em suas redações às jovens que buscam o sexo por prazer para não ficarem sozinhas, mantendo os garotos por perto. As autoras interpretaram o pensamento das adolescentes como sendo machista ao mencionarem que quando os rapazes querem namorar procuram por meninas que não necessariamente sejam virgens, mas que não tenham esse tipo de

postura. De maneira geral, os autores constataram que entre as adolescentes foi mais frequente a associação de sexo a amor e relacionamento afetivo anterior à atividade sexual.

Ainda com relação a comportamentos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros, Heilborn, Aquino, Bozon e Knauth (2009) entrevistaram 4634 participantes com idade entre 18 e 24 anos, de ambos os sexos, residentes de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Entre os principais resultados, os autores destacaram que a primeira relação sexual foi marcada por uma recorrente diferença etária entre os parceiros, sendo os homens mais velhos. Outro aspecto importante é que enquanto as mulheres viveram sua primeira experiência com um namorado (86%) ou marido (4%), apenas 45% dos homens teve com uma namorada. Metade dos homens iniciou a vida sexual com uma parceira eventual e 5% com prostituta. Sobre a utilização de métodos contraceptivos, o uso foi mais frequente entre jovens mais velhos e que possuem maior escolarização. Ainda com relação à contracepção, os autores destacaram que foi observado declínio do uso associado ao tipo de relação com o parceiro. Neste sentido, um maior envolvimento afetivo com alguém mais velho, provocaria um relaxamento nas práticas contraceptivas.

Tais achados reforçam a ideia de que a atividade sexual adolescente é bastante afetada pelos seus contextos sociais mais próximos, tais como a família, escola e grupo de pares (De la Cuesta, 2001; Scaramella, Conger, Simons, & Whitbeck, 1998). Sob esta ótica, a iniciação sexual na adolescência pode se dar, em algumas situações, em função da busca de apoio num parceiro no momento em que o adolescente tende a se separar da família (Grant & Demetriou, 1988), não constituindo indicador de exercício de genitalidade madura (Amazarray et al., 1998; Blos, 1979/1996). Esta seria parte de uma relação resultante de um bem sucedido processo de individuação (Amazarray et al., 1998; Blos, 1979/1996).

Os achados de Vidal e Ribeiro (2008) no contexto brasileiro corroboram resultados de estudos internacionais que destacaram que a intimidade relacionada ao romantismo pode consistir na principal preocupação sexual adolescente ao invés do compromisso genuíno como parte de um processo de individuação (Grant & Demetriou, 1988; De La Cuesta, 2001). Neste contexto, a gravidez não planejada incidiria quase como um efeito colateral da atividade sexual adolescente (Magalhães, 2009), que, devido às já comentadas peculiaridades da adolescência enquanto crise normativa poderia acarretar um incremento de ansiedade para a adolescente e sua família. Com relação à constituição da identidade, algumas mães adolescentes, embora denotem certa estabilidade no que se refere à autoestima e autoconceito, apresentam atitudes contrárias, como acreditar estar desempenhando um papel de mãe completo e maduro enquanto mantém relações de

dependência importantes com seus familiares (Amazarray et al., 1998; Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Todavia, a literatura destaca que nem sempre a gravidez nesta faixa etária é resultado de práticas sexuais promíscuas e, portanto, não representa necessariamente um evento indesejado (Andrade, Ribeiro & Silva, 2006; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dadoorian, 2003; Heilborn et al., 2009; Zapiain, 2006). Em função do evidente antagonismo de posições com relação à gravidez na adolescência especialmente no que diz respeito ao desejo ou não e às repercussões deste evento no desenvolvimento da mãe, do bebê e da família, a seguir serão discutidas algumas questões consideradas importantes no entendimento da gravidez nesta faixa etária.

Gravidez na adolescência

A gravidez em qualquer momento da vida constitui um momento peculiar do ciclo vital. Segundo Maldonado (1976/2005), no ciclo vital da mulher se evidenciam três períodos críticos de transição que constituem momentos específicos de desenvolvimento da personalidade que apresentam características em comum: a adolescência, a gravidez e o climatério. Isso se deve ao fato de que biologicamente esses períodos são marcados por mudanças metabólicas complexas que acarretam instabilidade. Soma-se a isso grandes expectativas de mudanças quanto ao papel social, necessidade de adaptações e reajustamentos interpessoais e intrapsíquicos, além de mudança de identidade que deve integrar o papel de mãe. Entretanto, o período crítico de desenvolvimento deflagrado pela descoberta da gravidez não termina no parto. Numa perspectiva das transições familiares, segundo Minuchin (1990) embora os homens tendam a comprometer-se com o papel de pai a partir do nascimento, para as mulheres, as adaptações ao novo nível de formação familiar instaurado pela chegada do filho já começa com a gravidez (Minuchin, 1990).

O puerpério constitui, portanto, continuidade dessa situação de crise, na medida em que seguem alterações de ordem fisiológica e se impõe a necessidade de mudanças importantes quanto à rotina e ao relacionamento familiar (Maldonado, 1976/2005; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin, 1990; Prochnow & Lopes, 2007; Stern, 1997). Em vista dessas mudanças, alguns autores chegam a denominar os primeiros três meses após o parto como quarto trimestre da gravidez (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Assume-se, portanto que para mulheres em idade adulta, a gravidez representa um momento de crise no ciclo vital. Neste sentido, segundo Colarusso (1990), a parentalidade na adultez pode ser entendida como a raiz de um terceiro processo de individuação, na medida em que constitui extensão natural da continuidade biogenética sobre as quais a

primeira e segunda individuação – descritas por Mahler (1982) e Blos (1985/2002) respectivamente – estão baseadas. Para o mesmo autor, durante a terceira individuação, a criança que se tornou adulto é capaz de fazer uso de seu corpo físico maduro e capacidade de intimidade que seguem se desenvolvendo para criar uma nova vida e assumir o papel parental no processo de separação-individuação. Sendo assim, a parentalidade produziria uma situação na qual temas e relações infantis poderiam ser revistas, considerando tarefas e conflitos desenvolvimentais adultos. Além disso, a possibilidade de desempenhar papel ativo e dominante na relação genitor-criança poderia favorecer a resolução de sentimentos de submissão e passividade infantis (Colarusso, 1990).

Tanto para homens quanto para mulheres, segundo Colarusso (1990), a experiência de concepção, gravidez e nascimento, agregam uma nova dimensão à identidade sexual confirmando o funcionamento adequado do aparelho reprodutor. Especialmente para as mulheres, após o nascimento, cada interação com o bebê intensifica o senso de completude sexual, configurando a parentalidade biológica, estimulando o desejo de cuidar do bebê fortemente identificado com o *self*, o que representa a parentalidade psicológica.

Retomando questões sobre o desenvolvimento típico adolescente tais como sua ação enquanto catalisador de conflitos na família (Carter & McGoldrick, 1989/2008) além de indivíduo em busca da consolidação de sua própria identidade (Blos, 1979/1996), pode-se pensar que a gravidez nesta faixa etária apresentaria peculiaridades quanto às questões sobre individuação apresentadas por Colarusso (1990), uma vez que o próprio autor enfatiza que seu trabalho trata especificamente de adultos. Sendo assim, embora as adolescentes possam apresentar prontidão biológica para a parentalidade, não necessariamente apresentam a capacidade para intimidade suficientemente desenvolvida para responsabilizar-se pelos cuidados do bebê. Além disso, acredita-se que não somente a idade cronológica deva ser utilizada como critério de maturidade biológica e psicológica para o exercício da parentalidade. Não obstante, se ter um filho acarreta mudanças importantes na idade adulta (Colarusso, 1990), na adolescência, a gravidez também é um fenômeno complexo, na medida em que acarreta repercussões nos âmbitos individual, familiar e social (Levandowski, Piccinini & Lopes, 2008; Breheny & Stephens, 2008; Esteves & Menandro, 2005; Magalhães, 2009; Meade, Kershaw, & Ickowics, 2008; Pantoja, Bucher & Queiroz, 2007).

Por muito tempo, a gravidez na adolescência foi tratada por diversas áreas do conhecimento predominantemente como um problema de saúde pública, tendo em vista a ênfase sobre as consequências negativas tanto para a saúde da mãe quanto do bebê (Breheny & Stephens, 2008; Grant & Demetriou, 1988; Heilborn et al., 2002; Madi,

Bertotto, & Ribeiro, 2001; Manlove, 1997; Patterson, 1997; Santos & Schor, 2003), em termos de tempo presente e futuro (Magalhães, 2009). Todavia não há consenso sobre a influência da variação da idade nos resultados materno-fetais, ou das complicações que a gravidez acarretaria à vida da adolescente (Magalhães, 2009; Metello et al., 2008).

Alguns estudos sugerem que o desempenho das adolescentes em situação de gravidez com menos de 15 anos pode ser pior que o das adolescentes mais velhas (Magalhães, 2009; Metello et al., 2008). Pode-se pensar que isso se daria por se tratarem de jovens que em termos etários estariam no meio da adolescência, vivendo mais intensamente os conflitos deste período evolutivo. Assim, seria mais complicado conciliar a maternidade enquanto tarefa de seu ciclo vital, na medida em que ainda não teria consolidado um senso de identidade próprio. Claramente, trata-se de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de um indivíduo, o filho, quando a adolescente possivelmente ainda não tenha dado conta do seu próprio (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Magalhães, 2009; Metello et al., 2008).

Ainda sobre a concepção de problema social, a gravidez na adolescência poderia ser assim enquadrada em vista da revelação de práticas sexuais não seguras que acabam expondo a jovem não só ao risco de gravidez, mas também ao contágio de doenças sexualmente transmissíveis (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Moreira, Viana, Queiroz & Jorge, 2008). Essas práticas poderiam estar relacionadas ao pensamento abstrato em desenvolvimento pelo adolescente que pode acarretar dificuldades ainda em antecipar as consequências de sua ação (Amazarray et al., 1998; Steinberg, 1996a).

Em linhas gerais, dentre as consequências negativas da gravidez para a mãe adolescente, a literatura tem destacado: interrupção e/ou abandono dos estudos (Amazarray et al., 1998; Falcão & Salomão, 2006; Maranhão, Gomes & Oliveira, 2012; Meade et al., 2008; Silva et al., 2011), perda da autonomia (Baraldi, Daud, Almeida, Gomes, & Nakano, 2007; Carvalho, Merighi, & Jesus, 2009; Pantoja et al., 2007), perspectiva de manutenção da pobreza familiar (Baraldi et al., 2007; Carvalho et al., 2009; Maranhão, Gomes & Oliveira, 2012; Meade et al., 2008; Pantoja et al., 2007), e restrição do convívio social e atividades de lazer (Dias & Aquino, 2006; Carvalho et al., 2009), comprometendo oportunidades de diversas ordens ao longo da vida da jovem (Furstenberg, Brooks-Gunn, & Chase-Lansdale, 1989; Moreira, et al., 2008), além de instabilidade no trabalho (Maranhão et al., 2012; Serbin & Karp, 2004), e dependência financeira da adolescente à família de origem (Falcão & Salomão, 2006; Heilborn et al., 2002; Meade et al., 2008). Soma-se a isso um incremento na probabilidade de instabilidade conjugal (Amazarray et al., 1998; Grant & Demetriou, 1988; Levandowski, Piccinini & Lopes, 2009), paternidade

e/ou maternidade solteiro/a (Serbin & Karp, 2004; Silva et al., 2011), maior número de filhos, intervalo menor entre os partos, e maior frequência de gestações não intencionais (Grant & Demetriou, 1988; Silva et al., 2011).

Já para o bebê, ao descrever consequências da gravidez na adolescência, verifica-se a ênfase sobre o desenvolvimento físico. Entre elas, são destacadas: aumento do risco de prematuridade, baixo peso ao nascer (Gupta, Kiran & Bhal, 2008; Madi et al., 2001), malformações e crescimento fetal restrito, entre outros (Madi et al., 2001). Todavia, alguns autores ressaltam que é necessário cautela ao relacionar o desfecho obstétrico exclusivamente à idade materna (Carniel, Zanolli, Almeida & Morcillo, 2006; Kassari, Lima, Albuquerque, Barbieri & Gurgel, 2006; Metello et al., 2008). Neste sentido, devem ser considerados aspectos como o fato de as adolescentes tomarem conhecimento tardiamente da gravidez, além do receio de contar a notícia aos familiares, bem como a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, o que acaba afetando a realização do pré-natal adequado (Carniel et al., 2006; Kassari et al., 2006; Metello et al., 2008; Silva et al., 2011). Soma-se a isso a associação de adolescentes a comportamentos de risco como uso de drogas, álcool, má alimentação e má inserção social (Carniel et al., 2006; Metello et al., 2008).

Outro fator descrito como contribuinte para o aumento do risco de repercussões negativas para o bebê é o diagnóstico tardio, após o terceiro mês de gestação. Pode-se compreender que isso esteja relacionado à negação de atividade sexual (Amazarray, et al., 1998; Carter & McGoldrick, 1989/2008), seja como forma de atenção de uma expectativa social com relação à virgindade (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Sax, 2010) e medo de conflitos familiares (Kassar et al., 2006), seja por medo de assumir o evento cuja consequência não foi capaz de antecipar devido ao pensamento característico de seu momento evolutivo (Amazarray et al., 1998).

Por fim, alguns autores enfatizam que eventuais riscos tanto para o bebê quanto para a mãe podem estar relacionados mais a questões de ordem socioeconômica e cultural como baixa escolaridade, baixa renda familiar, falta de atividade remunerada, dificuldades relacionadas a relacionamento conjugal, e recorrência de gravidez na adolescência do que a idade materna isoladamente (Kassar et al., 2006; Silva et al., 2011). Neste sentido, segundo Kassari et al. (2006), estes fatores podem contribuir para a diminuição de renda, aumento de recém-nascidos de baixo peso, de desnutrição e morte no primeiro ano de vida e aumento de probabilidade de perpetuação do ciclo de pobreza.

Vários autores ressaltam o caráter nocivo que pode ter o posicionamento extremo sobre a gravidez na adolescência como uma situação desastrosa e patológica em se

tratando de projetos de vida e realização pessoal da jovem (Carter & McGoldrick, 1989/2008; De La Cuesta, 2001; Pantoja et al., 2007 ; Santos & Carvalho, 2006). Isso em função de que nem sempre a gravidez adolescente é não planejada ou indesejada (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dadoorian, 2003; Heilborn et al. 2002, Levandowski et al., 2008; Resnick, Blum, Bose, Smith, & Toogood, 1990; Santos & Schor, 2003; Zapiain, 1996). Iguamente, mesmo nos casos em que pode não ter havido planejamento, a gravidez nesta faixa etária *per se* pode não representar risco (Metello et al., 2008; Moreira et al., 2008) desde que haja um acompanhamento adequado com relação a cuidados de alimentação (Moreira et al., 2008), pré-natal (Carniel et al., 2006; Kassar et al., 2006; Silva, 2011) higiene e apoio emocional (Andrade et al., 2006; Moreira et al., 2008).

Vale ressaltar que quando se trata de gravidez na adolescência, gravidez e nascimento não são sinônimos, haja vista que nem todas as gestações nesta faixa etária tem como desfecho o nascimento do bebê, seja por aborto espontâneo ou provocado (Aquino et al., 2003; Steinberg, 1999). Sob esta ótica, enquanto as jovens de nível socioeconômico médio e alto não raramente recorreriam ao aborto como forma de não obstaculizar o desenvolvimento acadêmico, profissional e estabilidade financeira, as jovens de nível socioeconômico baixo tenderiam a manter a gestação (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Steinberg, 1999a).

O estudo retrospectivo de Aquino et al. (2003) investigou a heterogeneidade de perfis reprodutivos entre 4634 jovens de ambos os sexos, com idade entre 18 e 24 anos, residentes em três capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Dentre os principais achados, os autores destacaram o relato de gravidez na adolescência por 55,1% dos homens e 27,9% das mulheres, sendo que apenas 0,6% dos rapazes e 1,6% das moças referiram gravidez antes dos 15 anos. Os autores ressaltaram que os referidos números dizem respeito somente a mulheres que referiram experiência de maternidade. Neste sentido, os resultados do estudo citado apontam que 72,2% de todas as jovens que referiram gravidez antes dos 20 anos de idade levaram a gestação a termo, por mais conflito que esta decisão possa ter suscitado em sua relação com o parceiro e familiares. Portanto, não se incluem nesses resultados as gestações que possam ter ocorrido ainda na adolescência cujo desfecho tenha sido o aborto, o que pode sugerir que o número de gravidezes na adolescência em Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador sejam ainda maiores.

Ainda no que se refere à faixa etária, no Brasil o último censo apresentou uma redução da fecundidade entre mulheres de 15 a 19 anos (BRASIL, 2009). O mesmo relatório destacou a necessidade de que seja reavaliado o foco das discussões sobre

gravidez na adolescência a fim de contemplar condições socioeconômicas tais como renda, nível educacional e acesso a serviços de saúde. Isso porque os indicadores mostraram redução da taxa de fecundidade sem desconsiderar riscos à saúde materno-infantil em casos de gravidez em idade muito jovem (BRASIL, 2009).

Neste sentido, estudos sociológicos e antropológicos reforçam a necessidade de que entre outros aspectos, seja considerado o nível socioeconômico da adolescente (Aquino et al., 2003; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Godinho et al., 2000; Heilborn et al., 2002; Sax, 2010; Silva et al., 2011), o que pode estar diretamente relacionado com seus projetos de vida, bem como as expectativas da família (Aquino et al., 2003; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Heilborn et al., 2002; Neiverth & Alves, 2003) ou do cônjuge (Godinho, Schlep, Parada, & Bertoncello, 2000; Moreira et al., 2008) para com esta jovem e, por conseguinte, com a gravidez. Segundo Steinberg (1999a) as jovens economicamente menos favorecidas tenderiam a apresentar maiores índices de gravidez se comparadas às adolescentes de classe média. Isso se daria em função de as segundas interromperem a gestação com mais frequência para poderem concretizar seus projetos de vida, o que corrobora achados de autores também do contexto brasileiro (Aquino et al. 2003; Heilborn et al; 2002).

Para além do nível socioeconômico, Aquino et al. (2003) observaram a existência de certa assimetria de gênero no contexto da gravidez na adolescência. Tal assimetria se verificaria especialmente na carreira escolar das jovens que, embora mais longa que a masculina, sofreria com interrupções e descontinuidade em função da realização de tarefas domésticas pelas mulheres desde cedo como parte de processo de preparação para a maternidade principalmente entre classes populares. Na mesma direção, alguns estudos apontam o abandono escolar como precedendo a notícia de gravidez (Godinho et al., 2000; Kassar et al., 2006; Moreira et al., 2008). Por outro lado, quando levada a termo a gestação, o abandono seria em função da vergonha dos colegas e professores (Godinho et al., 2000; Moreira et al., 2008). Além disso, pode-se pensar que o maior envolvimento das mães se daria mesmo em função de questões orgânicas como a amamentação (Dunnewold, 1997), por exemplo, fazendo com que se sobrecarregassem mais se comparadas aos pais dos bebês, independente da faixa etária.

A este respeito, o estudo de Heilborn et al. (2002) investigou a construção da gravidez na adolescência, considerando o gênero e nível socioeconômico de 123 jovens mães e pais residentes de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador. Entre os principais achados, destaca-se o fato de que a gravidez na adolescência acaba por impor mais restrições às mães do que aos pais dos bebês, independente do nível socioeconômico. Os

autores encontraram ainda que as mães adolescentes de classe média tinham a conclusão dos estudos e estabilidade profissional como projeto que precedia a gravidez e a constituição de uma família. Já entre as mães de nível socioeconômico mais baixo, onde a maternidade adolescente se mostrou mais recorrente, casar e ter filhos representava o projeto de vida para muitas jovens. Além disso, entre as mães adolescentes de baixo nível socioeconômico que participaram do estudo, a evasão escolar em muitos casos precedia a situação de gravidez, o que corrobora achados de outros estudos realizados também na população brasileira (Aquino et al., 2003; Frizzo, Kahl, & Oliveira, 2005; Godinho et al., 2000; Metello, 2008; Moreira, et al., 2008; Silva et al., 2011).

A presença da família auxiliando nos cuidados com o bebê foi uma constante em todos os níveis socioeconômicos entre as adolescentes que participaram do estudo de Heilborn et al. (2002), o que também foi destacado por outros autores (Andrade et al., 2005; Falcão & Salomão, 2005; Godinho et al., 2000; Maranhão et al., 2012). Contudo, entre as camadas mais altas, o auxílio das famílias nos cuidados para com o bebê representou claramente a postergação provisória da maternidade para que a jovem pudesse concretizar a expectativa inicial da família de concluir estudos e conquistar estabilidade profissional, para então poder dar conta da tarefa da maternidade (Heilborn et al., 2002).

Em vista dos estudos supracitados, parece adequada aqui uma breve reflexão a respeito dos papéis e tarefas evolutivas em função de gênero. Neste sentido, a literatura destaca uma tendência especialmente das teorias de desenvolvimento norte-americanas e europeias em enfatizar a independência emocional e financeira como resultados de um processo de desenvolvimento bem sucedido (Falicov, 1991; McGoldrick et al., 2011). Alguns autores criticam o modelo de desenvolvimento centrado na independência considerando que nas décadas de 1960/70, quando se sistematizou o modelo de ciclo vital em Erikson, as observações que fundamentavam a teoria eram realizadas desde a perspectiva do desenvolvimento masculino (Boss & Weiner, 1991; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Segundo Carter e McGoldrick (1989/2008), isso se deu em vista das exigências sociais da época onde cabia às mulheres o casamento e a criação dos filhos antes que pudessem pensar em desenvolvimento pessoal ou relações de trabalho visando independência financeira. Sendo assim, a ideia de desenvolvimento estaria centrada na idade cronológica e no desenvolvimento da carreira, ficando o desenvolvimento emocional e comportamentos de apego em segundo plano (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Ainda com relação a questões de gênero em se tratando de desenvolvimento individual, Boss e Weiner (1991) desenvolveram algumas reflexões a respeito do desenvolvimento da mulher comparando premissas que classificam como tradicionais e

premissas que consideram novas. A primeira delas diz respeito à dedicação da mulher aos demais. Neste sentido, se tradicionalmente se esperava a primazia do consagrar-se aos outros, especialmente ao marido e filhos, as autoras sugeriram que a mulher pode sim envolver-se nos cuidados da família sem que isso represente uma tarefa exclusivamente dela. Já a segunda premissa envolve o exame da inferioridade em relação ao homem. Isso supõe tradicionalmente a dependência da mulher em relação ao homem e, quando bem sucedidas, o condicionamento do sucesso ao apoio de uma figura masculina. Sobre isso, as autoras colocaram o contraponto de que tanto um gênero como o outro podem prescindir de ajuda sem que isso represente necessariamente inferioridade em relação ao outro. A terceira premissa apresentada por Boss e Weiner refere-se à sexualidade, onde um desenvolvimento sexual sadio envolveria o exercício da sexualidade pela mulher visando sua satisfação, para além da ideia tradicional de que caberia a ela procriar e satisfazer ao homem sem manifestar seu interesse. Por fim, as autoras apresentaram a premissa de mulher como mãe total. Neste sentido, tradicionalmente a maternidade e os cuidados para com os filhos seriam funções exclusivas da mulher, já que a convivência do pai com o filho seria em certa medida restrita, posto que seu lugar fosse o mundo do trabalho. Assim, a ideia tradicional é colocada em cheque, pois atualmente a rigidez de papéis na família não representa necessariamente sinal de saúde. Sendo assim, a divisão de tarefas parentais e a possibilidade de inclusão da mulher no mercado de trabalho poderiam contribuir para favorecer o funcionamento familiar.

Ainda quanto ao gênero na divisão de papéis na família contemporânea, estudos nacionais e internacionais sugerem que embora se verifique um movimento de maior envolvimento dos pais para com as crianças (Dessen, 1992; Tudge et al., 2000), os cuidados diretos ainda tem sido assumidos, na maior parte das vezes, pela mãe (Alonso, Wagner & Castellá, 2006; Dessen, 1992), o que não significa que estes sejam menos hábeis para desempenhar esse tipo de tarefa (Piccinini, Frizzo, Alvarenga, Lopes & Tudge, 2007). Assim como a mulher tem realizado esforços no sentido de conciliar o ingresso no mercado de trabalho com as tarefas domésticas e de criação dos filhos, o homem ainda parece estar em processo de superação do papel exclusivamente de provedor, para atuar mais intensamente na educação dos filhos (Cia, Pereira, Del Prette & Del Prette, 2006).

Em especial no que tange à gravidez na adolescência, Neiverth e Alves (2003), realizaram um estudo no Paraná, que destacou a importância de se considerar as mudanças no papel social da mulher a partir dos processos de industrialização – dada a intensificação da presença da mulher no mercado de trabalho. Examinando as respostas de sete mães adolescentes de nível socioeconômico baixo, os autores verificaram que embora muitas

jovens tivessem apresentado um discurso de preocupação com os estudos e profissão, todas acabaram por engravidar. Segundo os pesquisadores, isso poderia refletir uma preocupação com a fertilidade, já que o papel de mãe pareceu sobressair aos demais em função de um desejo inconsciente de engravidar (Neiverth & Alves, 2003).

A esse respeito, em pesquisa realizada com 2183 adolescentes britânicas, Manlove (1997) salientou que mães adolescentes, bem como mães solteiras operam como modelos para suas próprias filhas. A autora encontrou que filhas de mães adolescentes teriam um risco aumentado de se tornarem mães adolescentes em 20% dos casos se comparadas a filhas de mães mais velhas, que representaram 8% dos casos.

Cabe aqui questionar a respeito desta eventual preocupação das adolescentes com a gravidez neste momento da vida. Seria esta em função de testar sua fertilidade de fato ou com vistas a atender as expectativas do meio social em que está inserida, onde ter filhos é parte das tarefas que constituem o tornar-se adulta, na medida em que a necessidade de cuidar de alguém dependente sinaliza sua suposta independência da família de origem? Neste sentido, vale retomar os postulados de Colarusso (1990) sobre a parentalidade como um terceiro processo de individuação. Segundo o autor, o papel a ser desempenhado na parentalidade pela expansão do *self* adulto estimula a individuação em relação aos próprios genitores, na medida em que estabelece um novo senso de paridade em vista do desempenho de um papel que antes era exclusivo de seus genitores. Além disso, quando um casal tem um filho, uma nova família é criada, o que representa uma estrutura idêntica à família de origem.

Novamente, destaca-se que embora Colarusso (1990) seja enfático em restringir seu modelo teórico a adultos, esta descrição de funcionamento parece plausível no contexto da gravidez adolescente. Entende-se que ao engravidar, ainda que nem sempre expressem com exatidão ou ainda que não tenham clareza disso, a gravidez se dê em busca da paridade com os genitores ao desempenhar papel até então exclusivo deles como parte de seu processo de individuação.

Sob esta ótica, mais importante do que questionar se, de fato, a adolescente que engravida, deseja ter um bebê, deve-se investigar as motivações para que esta gestação se concretize. Segundo Steinberg (1999a), esta questão é muito complexa e pode abarcar desde os relatos de gravidez acidental até as intencionais. Sendo assim, ainda que muitas adolescentes quando da descoberta da gestação não refiram um desejo ativo com relação à gravidez, deve-se atentar para alguns aspectos envolvidos na experiência.

Para Zapiain (1996), mulheres imaturas afetiva e emocionalmente podem estar mais vulneráveis a uma gravidez não desejada. Segundo o autor, em se tratando de gravidez,

deve-se considerar que esta se dá em função do exercício da sexualidade, que apresenta duas funções: como área de prazer, comunicação e afetos e a sexualidade com a dimensão de procriação. Sendo assim, a gravidez não desejada poderia ocorrer em vista de uma confusão entre as duas funções por dificuldade em atribuir significado ao comportamento sexual e de estar consciente da motivação que leva a uma experiência sexual. Ainda para este autor, a distinção entre as dimensões de prazer e fecundidade requer a integração do sentido do sexo nas perspectivas individual e relacional. Caso contrário, se teria aumentado o risco de gravidez não desejada (Zapiain, 1996).

Embora Zapiain (1996) não trate especificamente de gestação durante a adolescência, pode-se pensar que estes pressupostos valem também para este momento evolutivo dadas as colocações já apresentadas no presente trabalho. Uma vez considerando que a integração de um senso de identidade que culmine entre outros aspectos, ao final deste período evolutivo, com a habilidade de estabelecer relações de intimidade, pode-se pensar que as adolescentes que engravidam poderiam estar experimentando em alguma medida, justamente esta confusão entre a atividade sexual enquanto fonte prazer e função procriadora. Para Zapiain (1996), um dos fatores que poderia dificultar a integração das funções da sexualidade feminina seria a limitação do papel da mulher historicamente aos cuidados da criança.

Numa perspectiva psicanalítica, Deutsch (1967/1977) ao descrever “a adolescência das moças”, refere-se à gravidez neste período como “maternidade ilegítima” expondo o fenômeno não só como um acontecimento de massa em consequência da liberdade sexual em vista do advento da pílula anticoncepcional, mas relacionando processos psicológicos individuais a este fenômeno social. Já naquela época, que remonta a segunda metade do século XX, a autora destacava que a ocorrência de gravidez na adolescência não estava em absoluto relacionada à falta de informações sobre sexo, mas com a não adoção de métodos contraceptivos. O mesmo se verifica em estudos atuais, na medida em que vários autores também relacionam a iniciação sexual precoce, bem como o uso inadequado ou não uso de contraceptivos à ocorrência de gravidez na adolescência, sem que isso signifique o desconhecimento dos mesmos (Breheny & Stephens, 2008; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Madi et al., 2001; Scaramella et al., 1998). Neste sentido, segundo Zapiain (1996) o acesso da mulher ao mercado de trabalho e liberação da obrigatoriedade de procriação em virtude do acesso aos contraceptivos estimulou a relação do erotismo ao papel de mulher. Ao mesmo tempo, a liberdade sexual deflagrou um conflito da exigência do erotismo com a educação até então recebida baseada no tabu, ocasionando a resistência ou uso inadequado de métodos contraceptivos.

Para Deutsch (1967/1977), a disposição à maternidade na adolescência estaria arraigada nos estágios pré-ediapiano e oral do desenvolvimento. Neste sentido, a gravidez representaria, diante de um sentimento de solidão após separação, uma tentativa de reviver a união mãe-filha. O parceiro, neste cenário, seria substituto da reunião com a mãe, sendo a gravidez a concretização da fantasia da ligação mãe-filha. Sob esta ótica, o papel do nascituro terminaria a partir de sua existência real após o parto (Deutsch, 1967/1977).

Sobre isso, Zapiain (1996) propôs ainda a diferença entre desejo de gravidez e desejo de um filho. Segundo o autor, o desejo de gravidez se situaria a nível inconsciente e remeteria ao sentido simbólico relacionado à identidade da mulher, enquanto o desejo de filho seria mais de ordem consciente, pois se inscreve nos projetos de vida. Assim, ao engravidar, se estaria adquirindo o *status* adulto como o dos genitores, onde o desejo de gravidez operaria como meio de constituir identidade (Zapiain, 1996).

Já numa perspectiva sistêmica psicanalítica, segundo Shapiro (1988), isso remete aos processos de individuação, na medida em que as pessoas se constituem dentro de vínculos. Neste sentido, a tomada de consciência da fronteira corporal pelo ainda bebê implica simultaneamente em excitação pela possibilidade de novas descobertas e angústia da separação por medo de abandono. Essa dinâmica tem raízes na primeira individuação (Mahler, 1982), onde o indivíduo deve constituir um senso estável de *self* e constância objetal. Isso assume especial importância na medida em que a mãe adolescente está experimentando um segundo processo de individuação (Blos, 1985/2002), permeado por vulnerabilidade e urgência de mudanças na estrutura psíquica que, em vista da necessidade de amadurecimento do *self* implica num desligamento dos objetos infantis. Soma-se a isso um terceiro processo de individuação marcado pela parentalidade (Colarusso, 1990), que pode tornar ainda mais vulnerável a adolescente em vista das intensas transformações inerentes às tarefas de seu momento de desenvolvimento.

Neste contexto, o bebê que pode ter vindo ao mundo como substituto da reunião da adolescente com a própria mãe, garante um espaço de promoção de vinculação e desvinculação. A esse respeito, Boszormenyi-Nagy (1966) destaca que questões de lealdade estão envolvidas também nos processos de individuação, que envolvem, por definição, algum grau maduro de separação, sem que isso represente desligamento absoluto da família de origem. Segundo este autor, cada membro da família poderia escolher entre reforçar a busca pelo sistema que não pretende a mudança ou romper com o padrão esperado de comportamento (Boszormenyi-Nagy, 1966). Vale ressaltar que os graus de maturidade ou imaturidade são transmitidos de geração em geração dos genitores aos filhos (Bowen, 1991/2010; Klever, 2009). Sendo assim, poderia se pensar que a

motivação inconsciente da gravidez adolescente estaria paradoxalmente a serviço da tentativa de rompimento do padrão de relacionamento marcado por sentimentos de desvalia com relação à figura parental através do tornar-se mãe, e a serviço da lealdade para com essa mãe, mantendo-se ainda não diferenciada da família de origem mesmo tendo constituído sua família de procriação, na medida em que diante de privação financeira e imaturidade emocional se manteria dependente pelo menos temporariamente da família de origem. Isso posto, entende-se que a família garante espaço vincular, de intercâmbio, de transmissão psíquica inter e transgeracional e pode ainda promover processos de separação e individuação (Bowen, 1979/2010; Magalhães & Féres-Carneiro, 2004; Minuchin, 1990).

Segundo Maldonado (1976/2005), o bebê ao nascer constitui um enigma, podendo representar, simultaneamente, esperança de auto-realização e ameaça de expor as deficiências dos genitores. Nesta direção, Piccinini, Gomes, Moreira e Lopes (2004) investigaram expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê entre 39 primíparas de 19 a 37 anos. Através de entrevistas semiestruturadas, entre os principais achados os autores encontraram que a relação mãe-bebê se estabelece já durante o período gestacional pela descoberta do sexo, atribuição de características psicológicas, preocupação com a saúde, da escolha do nome e da interação com o bebê. Segundo os autores, o imaginar, interagir e preocupar-se com o bebê permitem vincular-se e torna-lo mais real, ao mesmo tempo em que evidencia motivações conscientes e inconscientes da gravidez, bem como expectativas sobre a relação que se estabelecerá quando do nascimento do bebê, o que é permeado, entre outros aspectos, pela relação da gestante com o pai do bebê e com os próprios genitores. Sendo assim, segundo Maldonado (1976/2005), mãe e pai do bebê poderiam experimentar um incremento na autoestima ou serem denunciados como maus. Nesta perspectiva, também em situação de gravidez na adolescência, o bebê poderia ser alguém a quem a mãe poderia expressar todo amor e cuidado que buscou para si mesma (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Falcão & Salomão, 2006) ou por quem poderia sentir-se amada (Resnick et al., 1990).

A gravidez na adolescência pode ainda representar um desejo inconsciente de realização e mudança de *status* na família (Carvalho et al, 2009; Pantoja et al., 2007). Neste sentido, especialmente entre jovens de nível socioeconômico baixo, a maternidade na adolescência pode ser entendida como possibilidade de realização, saúde e maturidade da mulher quando a realização não se dá por outras vias como a ascensão escolar e profissional (Levandowski, Piccinini & Lopes, 2008; Santos & Schor, 2003). Além disso, estudos revelaram a gravidez e a maternidade adolescentes enquanto necessidade de

atenção e proteção não satisfeita (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Dadoorian, 2007; Falcão & Salomão, 2006; Falceto, 1996).

Entende-se que neste momento, entrariam em jogo as vivências da mãe do bebê com a própria mãe. Isso porque em qualquer estágio, o desenvolvimento sadio do indivíduo baseia-se numa progressão regular que, especialmente na adolescência, se manifesta através de movimentos de rebeldia e dependência e na necessidade de uma família que auxilie no processo de transição entre o cuidado daqueles que cumprem a função parental e a vida social, permitindo que o adolescente se lance progressivamente do círculo social imediato ao mais amplo (Winnicott, 1965/2011).

Ainda no que se refere à relação da mãe do bebê com sua própria mãe, entende-se que nem sempre a vida familiar se desenvolve em circunstâncias ótimas, o que pode interferir na flexibilidade com a qual os genitores responderão às mudanças na família (Shapiro, 1991). Neste sentido, segundo Shapiro (1991), ao mesmo tempo em que a identificação com a família de origem proporciona o senso de estabilidade e continuidade necessários para flexibilidade e mudança, a exagerada discrepância no confronto do *self* como filho na família de origem e genitor na família de procriação pode ser exageradamente desequilibradora. A esse respeito, Bowen (1991/2010), especialmente com relação ao processo de individuação na adolescência, ressalta que um adolescente bem diferenciado, cujo processo tenha começado de modo ordenado na infância, não denotará necessidade de luta contra fusão não resolvida para com os genitores.

Por fim, ao estudar a gravidez na adolescência, além do perfil psicológico individual, há que se considerar a heterogeneidade de vivências das gestantes/mães tendo em vista variáveis de ordem social, econômica e familiar (Levandowski et al., 2008). Muitos estudos nacionais e internacionais tem se preocupado em descrever fatores de risco mais frequentemente associados ao desenvolvimento da gravidez e maternidade adolescente. Entre os fatores relacionados a aspectos socioeconômicos destacam-se: desvantagem socioeconômica, pobreza, problemas de escolarização (Imamura et al., 2008; Baraldi et al., 2007; Manlove, 1997; Scaramella et al., 1998; Silva et al., 2011; Thompson et al., 2008), e ocupação (Carniel et al., 2006; Imamura et al., 2008; Baraldi et al., 2007). Do ponto de vista de saúde, encontram-se: problemas de saúde mental ou física (Thompson et al., 2008), comportamento sexual de risco (Thompson et al., 2008; Breheny & Stephens, 2008; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Madi et al., 2001; Scaramella et al., 1998) iniciação sexual precoce, uso de álcool e/ou drogas, uso inadequado ou não uso de contraceptivos (Breheny & Stephens, 2008; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Madi et al., 2001; Scaramella et al., 1998). Já do ponto de vista emocional, estudos mencionam a falta de diálogo entre

pais e filhos sobre sexo (Osório, 1989), família numerosa (Manlove, 1997), família monoparental (Thompson, 2008), irmã que tenha sido gestante adolescente (Steinberg, 1999), desorganização da estrutura e funcionamento familiar, dificuldades quanto a práticas educativas (Breheny & Stephens, 2008; Meade et al, 2008; SmithBattle, 1996), envolvimento parental negativo (Scaramella et al., 1998), e sentimento de abandono (Thompson, 2008) como fatores que podem aumentar o risco de gravidez na adolescência. Destaca-se aqui ainda, características entendidas como manifestações intergeracionais familiares tais como padrões reprodutivos e sexuais da mãe da adolescente (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Dias & Aquino, 2006; Meade et al., 2008), e o fato de ser filha de mãe adolescente (Manlove, 1997; Serbin & Karp, 2004) que estariam ligados à incidência de gravidez na adolescência.

Vale ressaltar que os eventos supracitados por si só não representam isoladamente relação causal com a gravidez e maternidade adolescente. Todavia, a conjunção de mais de um fator seja de ordem individual, familiar e/ou ambiental pode incrementar a chance de ocorrência de gravidez neste período do desenvolvimento (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Levandowski et al., 2008; Meade et al., 2008; Scaramella et al., 1998).

Retomando o pressuposto de que a tarefa principal do adolescente seria a consolidação de sua identidade (Blos, 1985/2002; Lewis & Volkmar, 1993), ao engravidar, se verificaria uma sobreposição de tarefas para a adolescente, uma vez que a maternidade é considerada tarefa da adultez enquanto momento evolutivo subsequente (Colarusso, 1990). Além disso, como salientam Lewis e Volkmar (1993), a aquisição da identidade é um processo complexo que envolve o senso de identidade pessoal dentro de uma realidade social que inclui aspectos conscientes e inconscientes e que ocorre num determinado contexto histórico, por isso sujeito à mudança.

Sobre a concepção ideal de passagem à vida adulta, que seria construída durante a adolescência – compreendendo, entre outras, as tarefas de inserção profissional, saída da casa dos pais e início da vida conjugal (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008) – Heilborn et al. (2009), alertam que esta acaba por ignorar diferenças no que diz respeito a condições sociais e oportunidades nos modos de viver a adolescência. Portanto, torna-se indispensável certa cautela ao mencionar uma eventual sobreposição de tarefas evolutivas frente à situação de gravidez na adolescência.

A esse respeito, um estudo português do qual participaram 38 mães adolescentes de nível socioeconômico baixo, investigou o impacto da qualidade da organização de vinculação das adolescentes, avaliada na gestação, na adaptação às mudanças de papéis decorrentes da maternidade ao final do primeiro ano de vida do bebê (Mendes et al., 2011).

As autoras encontraram uma relação significativa entre a qualidade da organização de vinculação da adolescente – considerada, entre outros aspectos, a partir da busca de rede de apoio diante de necessidades – e a qualidade da adaptação à maternidade, verificada através da comparação da avaliação realizada na gestação e ao final do primeiro ano de vida do bebê sobre aceitação das mudanças impostas pela maternidade bem como pelo leque de experiências emocionais associados a este momento evolutivo.

Em se tratando de elencar fatores que tenham contribuído para o resultado do estudo apresentado acima, Mendes et al. (2011) destacaram que a história desenvolvimental das adolescentes consideradas seguras pode ter contribuído para a aprendizagem de que é aceitável expressar a ansiedade e buscar apoio em situações adversas. Por outro lado, no caso das adolescentes inseguras, o fracasso na organização de uma relação segura com suas figuras de vinculação, foi apontado como potencial fator que contribuiu para o desenvolvimento de expectativas desfavoráveis quanto à capacidade dos outros para lhe proporcionarem apoio eficaz em caso de necessidade. Neste sentido, as autoras destacaram que as mães do grupo que apresentou pior adaptação à maternidade, diferente do grupo que melhor se adaptou, apresentaram níveis superiores de vivências de adversidade familiar na infância. Ou seja, a avaliação das experiências relacionais do grupo pior adaptado à maternidade como menos positiva denotaram níveis superiores de instabilidade, conflito ou falha nos cuidados, se comparado ao grupo de mães classificadas como melhor adaptadas (Mendes, et al., 2011).

O nível socioeconômico baixo foi um dos fatores que Mendes et al. (2011) relacionaram ao impacto da qualidade das organizações de vinculação deficitária. Tal ideia vai ao encontro de outros autores que destacam a tendência à busca de autonomia (Carvalho et al., 2009; Heilborn et al., 2002; Pantoja et al., 2007), adotando posturas emocionais e interpessoais de distanciamento e desvalorização cognitiva e emocional como estratégia em meio à privação de recursos materiais (Mendes, et al., 2011). Além disso, as pesquisadoras ressaltaram as particularidades desenvolvimentais adolescentes, referindo-se a características como egocentrismo, sentimento de invulnerabilidade, dificuldades de planejamento, como complicadores do reconhecimento e integração das mudanças, contribuindo para a inclusão de um número maior no grupo das adolescentes pior adaptadas à maternidade. As autoras concluíram que seus resultados, em linhas gerais, corroboram a noção amplamente referida na literatura sobre a heterogeneidade envolvida na descrição das mães adolescentes, na medida em que essas apresentam maneiras particulares de lidar com a situação. Entretanto, a maternidade na adolescência ainda tem sido considerada como evento de vida não normativo (Mendes, et al., 2011).

Um estudo antropológico realizado entre jovens moradoras de uma favela de Porto Alegre destaca justamente que mais que atitude positiva ou negativa diante da gravidez na adolescência, deve-se atentar para a ambivalência dessas jovens com relação à gravidez (Sax, 2010). Acompanhando 20 meninas com idade entre 9 e 18 anos por três meses, a pesquisadora referiu que embora pretendessem engravidar mais tarde, essas jovens se preocupavam tanto com o risco de uma gravidez quanto com a violência e drogas a que estavam expostas. Segundo a autora, para as participantes de seu estudo, ser adolescente esteve intimamente ligado ao tornar-se mulher principalmente em função das mudanças corporais. Assim, adolescência e gravidez consistiriam em processos de autodeterminação para essas jovens que também são moldados pela comunidade na qual estão inseridas. No contexto da favela onde viviam, haveria uma dimensão moral envolvida na gravidez, na medida em que esta seria a comprovação da atividade sexual pela menina onde, embora seu corpo denuncie a prontidão para iniciação sexual, a virgindade ainda é valorizada. Dessa forma, se verificaria a ambivalência envolvida na gravidez adolescente, na medida em que simultaneamente representaria o torna-se mulher e a impossibilidade de retorno ao estágio anterior por ter perdido a virgindade. Por fim, segundo a mesma autora, ainda que os moradores da favela considerassem a gravidez na adolescência como problema, este não foi apontado com o mais importante, se destacando o contexto violento no qual estão inseridos (Sax, 2010).

Com relação à maturidade, Sax (2010) e De La Cuesta (2001), concordam que considerar os adolescentes por definição como imaturos ou em processo de vir a ser, como comumente são retratados na literatura, pode ocultar sua cultura específica e a circunstância em que se eles se desenvolvem. Neste sentido, em se tratando de famílias de nível socioeconômico mais baixo, alguns estudos brasileiros, baseados nos relatos das adolescentes, destacaram a maternidade como tarefa evolutiva para consecução do *status* adulto (Amazarray et al., 1998; Carvalho et al., 2009; Heilborn et al., 2002; Pantoja et al., 2007). Assim, pode-se pensar que isso se deve a questões de ordem contextual, contribuindo em certa medida para o sentimento de pertencimento da jovem à determinada comunidade ou grupo familiar (McGoldrick et al., 2011).

Uma vez considerando que esta família se inscreve num contexto histórico, social e cultural, deve-se questionar também a respeito de como essa gravidez é recebida por essa família e se de fato é percebida como problema social. A esse respeito, Moreira et al. (2008) pontuam que tempos atrás as mulheres casavam adolescentes e tinham lar e proventos para o sustento dos filhos, que eram recebidos com satisfação pelo fato de as mulheres terem sido criadas para isso. Contudo, os referidos autores entendem que as

necessidades das adolescentes atualmente são diferentes das necessidades de suas avós, o que vai ao encontro das premissas apresentadas por outros autores já comentados nesta seção que apresentam novas perspectivas com relação ao papel da mulher na sociedade atual (McGoldrick et al., 2011; Shapiro, 1988).

A família constitui fonte de relacionamentos e sustento financeiro primário da adolescente, e, por conseguinte, entre todos os sistemas dos quais a jovem participa, as mudanças que ocorrem na família tem efeito máximo sobre ela (Fishman, 1996), bem como as transformações que ela vivencia interferem no funcionamento da família (Falicov, 1988; McGoldrick et al., 2011). Sendo assim, a gravidez na adolescência consiste num fenômeno complexo, no qual a família constitui fator de importante influência nesta situação. Igualmente importante, para além de o nascimento do bebê inaugurar uma nova família (Bowen, 1991/2010; Colarusso, 1990; Prado, 1996a), a decisão de ter um filho configura o início de um realinhamento entre gerações do futuro e do passado (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falicov, 1991). Logo, a seção seguinte versará acerca das implicações da gravidez adolescente na família.

Implicações da gravidez adolescente na família

A família consiste num sistema dinâmico e que se move através do tempo (Bowen, 1991/2010; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Diferente de outros sistemas, a família incorpora novos membros através do nascimento, adoção ou casamento, somente podendo sair dela pela morte (Carter & McGoldrick, 1995/2008).

Enquanto contexto primário de desenvolvimento humano, a família é composta por diferentes subsistemas: conjugal, parental, materno/paterno-filial e fraterno (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin, 1985; Minuchin, 1990). Vários teóricos da abordagem da terapia familiar destacaram a família como ocupando uma posição de ponto de encontro entre o individual e o relacional (Andolfi, Angelo, Menghi & Nicoló-Corigliano, 1982/2007; Boszormenyi-Nagy, 1966; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Bowen 1991/2010; Minuchin, 1990). Dessa forma, as relações familiares não podem ser interpretadas com base nas mesmas leis que regem outras relações sociais. Neste sentido, a influência subjetiva entre o “tu e eu” representa proximidade que se desenvolve como compromissos de lealdade (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008).

Segundo Bowen (1991/2010), embora seja possível observar em várias culturas diferenças importantes de natureza estrutural, a família de origem merece destaque como estímulo principal para os processos de diferenciação do indivíduo em qualquer parte. Para o mesmo autor, a teoria dos sistemas familiares se dá em torno de como temos um *si*

mesmo diferenciado, indiferenciado ou com um apego emocional não resolvido em relação à nossa família de origem. Sendo assim, a família consistiria num conjunto de diferentes sistemas que pode ser corretamente designado entre outros modos, como social ou cultural, de jogos, de comunicação, biológico. Todavia, Bowen (1991/2010) define a família para o fim teórico-terapêutico como uma combinação de sistemas emocionais e relacionais. Neste contexto, emocional refere-se à força que motiva o sistema e relacional ao modo em que se expressa, o que compreende a comunicação, a interação e demais modalidades de relação.

Embora a família tenha papéis e funções, seu principal valor são os relacionamentos, que são insubstituíveis (Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011). Sendo assim, a família enquanto sistema relacional consiste num sistema complexo, em constante transformação a fim de assegurar a continuidade e o crescimento de seus membros. É este duplo processo de continuidade e crescimento que permite o desenvolvimento da família como conjunto e assegura, simultaneamente, a diferenciação de seus membros (Andolfi et al., 1982/2007; Bowen, 1991/2010; Klever, 2008).

Mesmo que em diferentes culturas seja possível identificar diferenças estruturais inegáveis, a família de origem pode ser destacada como ponto principal no processo de diferenciação do indivíduo (Bowen, 1991/2010). A natureza das experiências nos triângulos primários dos cônjuges nas respectivas famílias de origem dá o tom do funcionamento familiar, onde quanto mais equilibrada a relação conjugal, mais estável tende a ser a relação com os filhos (Bowen, 1991/2010; Klever, 2009). Vale ressaltar que embora originalmente este triângulo seja constituído de pai-mãe-filho, outras possibilidades incluem filho e um dos genitores, mais avó ou avô, ou padrasto ou madrasta (Klever, 2009). Neste sentido, a nutrição emocional consiste num processo contínuo de incorporação pelo indivíduo a enlaces afetivos com o ambiente e figuras significativas, que começa e termina com a vida individual (Linares, 1996). Para o mesmo autor, esta nutrição emocional se produz quando o indivíduo se sente reconhecido, valorizado e querido.

Entende-se que na adolescência a interação entre os fatores acima descritos pode assumir especial destaque em vista de ser esperado para este momento do desenvolvimento um conflito entre gerações no que diz respeito às relações entre genitores e filhos. Se por um lado, os filhos adolescentes buscam neste momento da vida mais fortemente a consolidação de um senso de identidade próprio e a individuação, por outro, não se espera que este adolescente precise romper com a família para a consecução dessas tarefas evolutivas. Em vista de as famílias com filhos adolescentes estarem num momento de crise esperada do ciclo vital familiar (Carter & McGoldrick, 1998/2008; McGoldrick et al., 2011), todos os membros do sistema familiar se encontram mais vulneráveis, podendo

aproveitar deste momento tanto como possibilidade de desenvolvimento, como de estagnação e formação sintomática.

Segundo Falicov (1991) uma possível fonte de estresse familiar reside na incompatibilidade das tarefas evolutivas entre seus membros. Em se tratando da dimensão estrutural-funcional da família, pode-se pensar que em situação de gravidez na adolescência se verificaria mudança nas dimensões idade, na medida em que se está tratando de uma família com filha adolescente; e relação, posto que esta jovem, que então ocupava uma posição de filha no sistema familiar, virá a inaugurar uma nova relação mãe-filho. Dessa forma, poderia se falar num acúmulo de necessidades de mudança no sentido de abarcar as especificidades de ser família com filha adolescente e acolher o bebê como novo membro que passará a integrar a família. Isso vem a impor a incorporação não só do papel de mãe pela adolescente, mas de novos papéis por todos os membros, como avós e tios, por exemplo, inaugurando uma nova geração.

Nesta perspectiva, ter uma filha adolescente, um filho pequeno, e um neto acarretaria uma sobreposição de tarefas evolutivas. Isso poderia incrementar o nível de estresse para além do estimado para as transições familiares decorrentes da adição de um novo membro pelo nascimento enquanto evento previsível no ciclo vital familiar por este se dar num momento inesperado, já que se trata do filho da adolescente. Hansen e Jacob (1992) corroboram esse entendimento, ao enfatizar o impacto nas relações intergeracionais quando há colisão de necessidades e demandas de acordo com os estágios do ciclo vital dos novos genitores e dos novos/as avôs/avós, especialmente quando os segundos são mais jovens.

Sendo assim, durante a adolescência, espera-se da família uma maior flexibilidade das fronteiras para que facilite o movimento de independência dos filhos (Carter & McGoldrick, 1998/2008). A esse respeito, Steinberg (1999b) destaca que se durante a infância as funções e responsabilidades da família eram de nutrição, proteção e socialização, ainda que na adolescência sigam sendo importantes adolescentes necessitam mais apoio que nutrição, orientação que proteção e direção que socialização. Isso não quer dizer que seja uma mudança fácil e tranquila, o que implica em menor ou maior intensidade numa quebra de equilíbrio estabelecido durante a infância. Neste sentido, segundo Steinberg e Morris (2001), a maturidade puberal favorece uma maior influência e autonomia dos adolescentes em relação aos pais nos processos de tomada de decisão da família.

Conforme já mencionado nesta introdução, a gravidez na adolescência foi descrita na literatura de diversas áreas do conhecimento apenas como um problema de saúde

pública por muito tempo, tendo em vista consequências potencialmente negativas tanto para a mãe quanto para o bebê. Sob esta ótica, estudiosos da psicologia do desenvolvimento e da terapia familiar justificaram a preocupação com este tema acreditando ser a maternidade uma tarefa adulta, o que acarretaria uma sobreposição de tarefas quando acontecendo durante a adolescência (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Lewis & Volkmar, 1993). Entre outros aspectos, o contexto familiar da jovem e, em especial, os padrões de relacionamento familiar e as relações da adolescente e de sua mãe tem sido destacados ora como fator de risco, ora como fator de proteção à ocorrência de gravidez nesta faixa etária. Isso acaba por redimensionar a gravidez na adolescência não como um evento necessariamente negativo por definição, mas que pode representar, pelo menos para alguns casos, uma possibilidade de amadurecimento para a jovem, não acarretando obrigatoriamente, consequências negativas ao desenvolvimento de seu filho.

Numa perspectiva sistêmica, cada pessoa contribui para a formação de padrões familiares e simultaneamente tem sua personalidade e comportamento moldados pelas expectativas da família (Minuchin et al., 1999). Sendo assim, não só a família influencia a adolescente para que engravide neste momento evolutivo, mas sua gestação também impacta a família.

O nascimento do bebê, por sua vez, inaugura uma nova família, na qual se estabelecem novos papéis e novas formas de relacionamento (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Colarusso, 1990; 1997; Minuchin et al., 1999; Prado, 1996a). Tanto a gravidez quanto a adolescência, são momentos evolutivos que envolvem uma série de mudanças nos âmbitos individual, grupal e familiar (Falcão & Salomão, 2006). Uma vez grávidas, o amadurecimento antecipado torna-se uma demanda tanto das gestantes como dos familiares, vinculada a pressões sociais e cobranças internas que impõe comportamentos de maturidade e configuram a passagem da adolescência ao mundo adulto (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dias & Aquino, 2006; Pantoja et al., 2007).

A esse respeito, considerando a família enquanto sistema relacional, gravidez e adolescência tornam-se momentos que colocam em evidência o jogo entre diferenciação e coesão familiar. Em outras palavras, considerando a família enquanto sistema relacional segundo a proposta de Andolfi et al. (1982/2007), a constituição da nova família e, por conseguinte, a assunção de novos papéis assinalaria a diferenciação de um membro enquanto expressão de si mesmo, aliado ao sentimento de pertencimento a um grupo suficientemente coeso que permitiria este processo gradual de diferenciação. Assim, uma vez retomadas as tarefas evolutivas características da adolescência descritas no tópico

anterior, a gravidez deveria resultar na saída dessas jovens para a sua própria casa a fim de constituir sua própria família. Porém, alguns estudos revelam que em se tratando de uma gravidez na adolescência nem sempre é isso o que acontece (Amazonas, Santana & Vaz, 2001; Falcão & Salomão, 2006; Fonseca, 2005).

Nesta perspectiva, do ponto de vista da adolescente em desenvolvimento, se reconhece que a gravidez na adolescência não representa um evento potencialmente negativo e, portanto, não segue uma lógica de causalidade invariavelmente linear. Dessa maneira, suas repercussões sobre o sistema familiar também não serão necessariamente apenas negativas.

Segundo Falicov (1991), a noção básica de desenvolvimento supõe que as famílias mudam em forma e função ao longo do ciclo vital. Essas mudanças se dariam numa sequência ordenada de etapas evolutivas cuja divisão se baseia em três critérios: a) tamanho da família, devido à adição ou perda de membros; b) composição por idades, baseada na idade cronológica do filho mais velho desde a infância à adultez jovem; e c) posição laboral da pessoa que sustenta a família. Aos referidos critérios, soma-se uma dimensão estrutural-funcional da família como sistema na qual cada membro ocupa posições de papel que se definem por idade (se criança, adolescente ou adulto) e relação (marido-esposa, pai/mãe-filho, irmãos). Sendo assim, cada vez que se produzem mudanças de idade, bem como adições ou perdas de membros da família, se faz necessário um realinhamento de papéis e tarefas entre todos os membros da família (Falicov, 1991).

A respeito das mudanças nas e entre etapas do ciclo vital familiar, a literatura aponta que os diferentes eventos ao longo do ciclo vital envolvem estresse, sejam eles previsíveis ou imprevisíveis (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falicov, 1991; McGoldrick et al., 2011). Segundo Falicov (1991), as transições no ciclo vital podem ser fluídas quando a família passa a experimentar paulatinamente as novas pautas e funcionamento, ou bruscas, seja por um estresse inesperado ou grave, seja por apresentar um repertório pobre de condutas diante da necessidade de mudança.

A adição de um novo membro pelo nascimento enquanto evento nodal do ciclo vital familiar evidencia a necessidade de uma série de reformulações de papéis que envolve mudanças de cunho psicológico que versam sobre estabilidade e mudança no sistema familiar. O modelo de ciclo vital familiar que tem sido mais utilizado pelos estudiosos de família atualmente tem sido ainda o de Carter e McGoldrick (1989/2008). Segundo as autoras, família compreende um sistema emocional de, no mínimo três gerações. Ainda que este modelo tenha se desenvolvido a partir do trabalho com famílias norte-americanas de classe média, que tendem a apresentar o modelo nuclear tradicional ocidental onde

coabitam pais e filhos, as autoras destacam que tratam-se de subsistemas emocionais que reagem a relacionamentos passados, presentes, e antecipando futuros dentro de um sistema maior de três gerações. Neste sentido, as diferentes gerações vivenciam simultaneamente transições do ciclo vital que requerem adaptação, o que tem importante efeito em todos os níveis. Isso revela a importância dos aspectos intergeracionais no entendimento do ciclo de vida familiar.

Segundo Carter e McGoldrick (1989/2008), o ciclo vital familiar compreende os seguintes estágios: o lançamento do jovem adulto solteiro; a união de famílias no casamento: o novo casal; famílias com filhos pequenos; famílias com adolescentes; lançando os filhos e seguindo em frente; e famílias no estágio tardio da vida. Sendo assim, pensa-se que se faz importante alguma reflexão sobre o referido modelo de ciclo vital familiar considerando as questões referentes à gravidez na adolescência, a fim de problematizar a questão da eventual sobreposição de crises evolutivas.

O primeiro estágio – o lançamento do jovem adulto solteiro – tem como principal processo emocional de transição a aceitação da responsabilidade emocional e financeira pelo próprio eu. Sendo assim, a diferenciação do eu em relação à família de origem, o desenvolvimento de relacionamentos íntimos com adultos iguais e o estabelecimento do eu com relação ao trabalho e independência financeira constituem as mudanças necessárias no status familiar para prosseguir em seu desenvolvimento. A descrição deste estágio do ciclo vital familiar remete às tarefas já descritas como características da adolescência enquanto segunda individuação (Blos, 1985/2002). Sob esta ótica, pode-se entender a execução das referidas tarefas descritas por Carter e McGoldrick (1995/2008) como aspectos importantes que vem a constituir o senso de identidade (Blos, 1985/2002; Lewis & Volkmar, 1993; Osório, 1989).

Com relação à saída do jovem adulto da residência da família de origem, estudos revelam que em vários países do mundo ocidental, tais como Brasil, Estados Unidos, Espanha, Itália e França, tem sido observado um prolongamento da coabitação com os genitores (Féres-Carneiro, Henriques, & Jablonski, 2011; Henriques, Jablonski, & Féres-Carneiro, 2004; Harper, 2003; Seiffge-Krenke, 2006; Silveira & Wagner, 2006). Muitos jovens, mesmo que tenham atingido idade, concluído graduação universitária, e sendo independentes financeiramente, parecem não estar prontos para deixar a casa da família de origem (Henriques et al., 2004; Seiffge-Krenke, 2006; Silveira & Wagner, 2006).

Já no contexto brasileiro Silveira e Wagner (2006) investigaram a permanência prolongada de jovens adultos de classe média, com idade entre 27 e 35 anos, de ambos os sexos na casa dos pais. Analisando os casos em conjunto, entre os principais achados das

pesquisadoras, destaca-se a dificuldade em abrir mão do conforto da casa da família de origem como um dos principais fatores que motivariam a postergação da saída, na medida em que a independência poderia implicar em restrições materiais em função do poder aquisitivo mais baixo. Além disso, a permanência na casa dos pais foi apresentada como possibilidade de prolongamento da vida estudantil, posto que esses jovens não reconheceram a formação universitária como garantia de sustento financeiro e sucesso profissional. Ainda entre os principais resultados apresentados, o casamento, embora tenha sido mencionado pelos participantes como parte de projetos de vida, não foi colocado como prioridade, sendo que os mesmos tenderam a criticar a relação conjugal dos pais. As autoras destacaram uma lacuna no que diz respeito à identidade e autonomia, considerando apropriado o uso do termo "adultescente" como forma de descrever a referida situação. Além disso, falta de iniciativa e comodismo foram características que os jovens atribuíram a si mesmos como contribuindo para as dificuldades de autonomia e desenvolvimento da identidade, que complicam a vinculação familiar favorecendo a dependência do adulto jovem para com a família de origem.

Também no contexto brasileiro, buscando investigar as relações entre pais e filhos no cotidiano familiar, Féres-Carneiro et al. (2011), entrevistaram oito adultos com idade entre 26 e 31 anos e um dos genitores com quem coabitavam. Entre os principais achados, segundo os autores, genitores e filhos adultos seguem buscando através dos pequenos detalhes do dia-a-dia um distanciamento na relação. Neste sentido, foi observada a tentativa de reinventar as relações entre genitores e filhos forjada rumo à simetria conquistada em pequenas experiências do cotidiano marcadas por momentos em que é mais conveniente “ser filho de” ou “ser pai de” ou “parceiro e companheiro de”. Sendo assim, poderia haver conflitos que marcariam tanto a alternância de posições na relação como desencadeadores de negociação, onde a ênfase não pareceu ser de luta por supremacia de uma geração sobre a outra, mas de permanecer juntos resignificando a relação.

Retomando os estágios do ciclo vital familiar, no segundo proposto por Carter e McGoldrick – a união de famílias no casamento: o novo casal – o principal processo emocional de transição evidencia a necessidade de comprometimento com um novo sistema. Isso envolve a formação do sistema conjugal, bem como o realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas e os amigos a fim de incluir o cônjuge. Neste sentido, segundo as autoras, a dificuldade de formalizar o relacionamento do casal no casamento mesmo quando as pessoas já moram juntas, poderia ser entendida, em alguns casos, como evidência de emaranhamento com as famílias de origem que dificulta a

definição do novo sistema e aceitação das implicações deste realinhamento. Contudo, esta parece ser uma prática não muito rara especialmente entre famílias de nível socioeconômico baixo na realidade brasileira onde não só não é formalizado o casamento, como os novos núcleos familiares passam a coabitar com as famílias de origem em estruturas familiares que se tornam cada vez maiores, podendo, inclusive se constituir de mais de duas gerações (Fonseca, 2005; 2007).

O estágio seguinte – famílias com filhos pequenos – exige o ajustamento do sistema conjugal para criar espaço para os filhos, unir-se nas tarefas de educação dos filhos, financeiras e domésticas e o realinhamento dos relacionamentos com as famílias ampliadas para incluir os papéis de pais e avós. O processo emocional de transição deste estágio consiste em aceitar novos membros no sistema. Neste momento também se dariam simultaneamente a terceira e quarta individuação propostas por Colarusso (1990; 1997), sendo vivenciadas respectivamente pelos genitores e pelos avós. A terceira individuação seria marcada pelo desenvolvimento do papel parental, a conseguinte paridade com os próprios genitores e as comparações sobre a maneira como foi criado e está criando ou procura criar seus filhos. Já ao incluir o papel de avós no sistema familiar se inauguraria a quarta individuação. Este processo se caracteriza fundamentalmente pelo realinhamento das relações com o filho redefinindo sua posição geracional na medida em que desenvolve o novo vínculo com o neto (Colarusso, 1990; 1997). Em linhas gerais, este estágio configura o compromisso de cuidado com a relação mais jovem que os adultos, agora pais, devem assumir, na medida em que avançam uma geração. Já aos avós, cabe assumir uma posição secundária que consinta que os filhos sejam reconhecidos como autoridades paternas principais. Isso deve permitir que estabeleçam uma forte relação afetiva com os netos, na medida em que desde seu novo lugar na família podem ter intimidade com a nova geração, sem a responsabilidade da função parental (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

O quarto estágio do ciclo vital familiar – famílias com adolescentes – tem como principal processo emocional aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência dos filhos e fragilidade dos avós. Não raramente, neste momento há uma colisão de crises, na medida em que muitos casais se encontram na meia-idade e ao mesmo tempo devem lidar com as questões de independência dos filhos adolescentes em pleno processo de individuação e atender a geração mais velha, seus próprios pais, que podem começar a apresentar sinais de saúde debilitada (Carter e McGoldrick, 1989/2008).

O estágio seguinte, denominado lançando os filhos e seguindo em frente, tem como processo emocional básico de transição a aceitação de várias saídas e entradas no sistema familiar. Em virtude disso, se faria necessário renegociar o sistema conjugal que antes se

via extremamente envolvido com os cuidados para com a prole como díade, o desenvolvimento de relacionamento adulto-adulto para com os filhos crescidos e seus pais, incluir parentes por afinidade e netos e lidar com incapacidade e morte dos genitores (avós) (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Por fim, o sexto estágio proposto por Carter e McGoldrick (1989/2008) é famílias no estágio tardio da vida, cujo principal processo emocional consiste em aceitar a mudança dos papéis geracionais. Como mudanças de segunda ordem, estariam manter o funcionamento e os interesses próprios e do casal em face ao declínio fisiológico, apoiar papel mais central na geração do meio, abrir espaço para a geração idosa apoiando-a sem superfuncionar por ela e lidar com perda do cônjuge, irmãos e outros iguais preparando-se para a própria morte (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Pode-se avaliar que o quarto processo de individuação (Colarusso, 1997), que teve início com o nascimento dos netos em alguma medida em continuidade nas fases subsequentes, chegando até esta. Parte do quarto processo de individuação, a preocupação com a consciência da própria morte pode operar como um poderoso organizador psíquico que força um exame significativo de experiências passadas e influencia fortemente o processo de separação-individuação (Colarusso, 1997).

As mesmas autoras apresentaram, em complemento ao modelo acima citado, outro constituído de três etapas, ao qual chamaram ciclo de vida familiar nas famílias pobres. Este modelo foi baseado em dados de famílias norte americanas de nível socioeconômico baixo e diferentes origens étnicas, sendo a predominante os afrodescendentes. Carter e McGoldrick (1989/2008) relacionaram a escravatura como principal fator responsável pela pobreza e privação material à qual muitas vezes as famílias negras são submetidas. Sendo assim, o ciclo vital dessas famílias seria prejudicado pelo desemprego, desnutrição, nascimentos pré-conjugais, instabilidade e violência familiar entre outros estressores imprevisíveis, o que poderia limitar a capacidade de funcionamento e, por conseguinte, o desenvolvimento dos membros da família. As autoras mencionaram a ideia de que haveria um ciclo multideterminado da pobreza, reforçado por sucessivas situações de discriminação. Dentre elas, destacaram o ataque à autoestima pela falta de empregos dignos (Carter & McGoldrick, 1989/2008), o que também se verificou no estudo de Arpini e Quintana (2003) já na adolescência.

Neste contexto, quando o impacto dos estressores externos é aumentado por estressores desenvolvimentais normais e pelos estressores verticais de questões familiares não resolvidas, as demandas de adaptação e mudança poderão ser estressantes ao extremo (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Todavia, as autoras ressaltaram que não há linearidade

na relação entre nível socioeconômico e funcionamento familiar. Portanto, ser pobre não significa ser disfuncional e, mesmo diante de recursos inadequados, há famílias que lutam para satisfazer as necessidades de seus membros. Assim, são descritas algumas características que distinguem o ciclo vital das famílias pobres se comparadas com as de classe média: a) ciclo parece mais truncado e as transições não são tão claramente delineadas; b) as famílias são mais frequentemente chefiadas por mulheres e compreendem a família ampliada; c) ciclo pontuado por muitos eventos imprevisíveis e pelo estresse eliciado por eles; d) poucos recursos para lidar com os estressores e dependência excessiva de instituições governamentais para atender às suas necessidades (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

O primeiro estágio do ciclo de vida das famílias pobres seria adolescência/adulto jovem solteiro. Neste período, a diferenciação do eu, o estabelecimento do eu no trabalho e o desenvolvimento de relacionamentos íntimos com iguais seriam as principais tarefas. Diferente do que foi descrito nas famílias de nível socioeconômico médio, entre os jovens de nível baixo, a diferenciação não raramente se dá através da saída de casa seja para garantir a própria subsistência. Em contrapartida, enquanto alguns jovens seguem em casa dependendo do apoio e segurança proporcionados pela família, outros buscam distanciar-se pela carga que a família representa. No trabalho, embora o jovem possa apresentar grandes aspirações é complicada a realização em função das oportunidades restritas e dos exemplos de fracasso. Já no que diz respeito aos relacionamentos íntimos, a experimentação sexual adolescente com frequência é substituída pela parentalidade. Entre as jovens, ainda que neste contexto social não sofram discriminação por tornarem-se mães, o descontentamento não é raro, enquanto os adolescentes do sexo masculino apresentam dificuldades em assumir a masculinidade para além da função procriativa muitas vezes pela ausência de modelos (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

O segundo estágio consiste na família com filhos pequenos, cujas tarefas, segundo Carter e McGoldrick (1989/2008) combinariam as já descritas do jovem casal e da família com filhos pequenos nas famílias de classe média: formar um sistema conjugal, assumir papéis parentais, e realinhar relacionamentos com a família. Contudo, para muitas famílias pobres este estágio começa sem o casamento, além do que os nascimentos pré-conjugais diminuem as chances de um casamento bem sucedido. Neste sentido, os conflitos entre os cônjuges podem originar-se em função de definições incompletas de papel por não terem tido oportunidade de concluir tarefas da infância e adolescência. Consequentemente, os genitores podem experimentar dificuldade em exercer uma parentalidade adulta, na medida em que em vários aspectos podem estar ainda identificados com papel adolescente. A mãe

acaba por assumir a responsabilidade pelo cuidado dos filhos e, diante de eventual sobrecarga, pode recorrer a um filho parentalizado, uma vez que diante de sucessivas decepções conjugais acaba por construir uma crença que desabona o homem e contribui para a manutenção de um status periférico (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Por outro lado, entre as famílias descritas pelas autoras como pobres, a integração de companheiros e/ou filhos não é necessariamente experienciada como estresse maior em vista do afrouxamento das fronteiras. Isso porque não raramente o novo casal mora com a família de origem de um dos dois e interagem quase que diariamente, mas mantendo a hierarquia geracional.

O último estágio do ciclo vital das famílias pobres seria a família no estágio tardio da vida. Diferente do que foi descrito anteriormente em relação às famílias de classe média, nas famílias pobres este estágio não se caracteriza pela aposentadoria e redução de responsabilidades, posto que muitos idosos embora possam apresentar problemas de saúde seguem trabalhando por subsistência. Em vista de a coabitação ser prática frequente, entre essas famílias raramente se observa o ninho vazio. Além disso, a mudança de papéis geracionais pode ter começado antes do meio da vida com a gravidez de uma filha adolescente tentando com isso, deixar de ser filha. O que se observa com muita frequência são sistemas familiares de três ou quatro gerações, chefiados por uma avó responsável pelo cuidado de filhos pequenos, netos e bisnetos (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Neste sentido, Minuchin et al. (1999) destacam que em famílias de três ou mais gerações com mães solteiras e filhos pequenos, a autoridade parece alternar entre a mãe e a avó, e eventualmente com outros parentes, o que pode confundir as crianças. Da perspectiva da avó, seu desenvolvimento pode sofrer um bloqueio pelo acúmulo de responsabilidades e pela confusão de papel, o que Carter e McGoldrick (1989/2008) descreveram como a avó não evoluída, embora seu status seja o mais bem definido nessas famílias.

Carter e McGoldrick (1989/2008) alertam que frente às intensas transformações sociais e culturais que o mundo tem vivido não deve haver uma aplicação rígida das ideias psicológicas do ciclo de vida “normal”, considerando que qualquer desvio seria considerado patológico. Em contrapartida, naturalizar absolutamente tudo o que se opõe ao esperado a cada nova geração, pode acarretar um senso de descontinuidade histórica, destituindo o significado do relacionamento entre as gerações.

Pode-se pensar que diante de uma situação de gravidez na adolescência, além da já mencionada sobreposição de papéis no que tange ao desenvolvimento da adolescente grávida/futura mãe, há uma sobreposição de crises normativas também no âmbito familiar. Isso se aplica na medida em que se trata de uma família com filhos adolescentes que

conflui com a crise de meia-idade dos pais (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Steinberg, 1999b) ao mesmo tempo em que a chegada no novo bebê – filho e neto – inaugura uma nova família que vai ocupar espaço físico e emocional da família de origem materna e paterna. Além disso, muitas vezes também se verifica neste mesmo momento a saída da adolescente de casa para formar um novo casal, o que ainda acarreta a assimilação de parentes por afinidade.

Estudos nacionais e internacionais revelam que a estrutura familiar tem sofrido uma importante mudança, sendo cada vez mais frequente a coabitação com avós (Barnett, 2008; Fonseca, 2005; 2007; Spieker & Bensley, 1994). As justificativas para a coabitação de várias gerações tem se justificado por vários fatores, entre eles destacam-se a atenção aos idosos frente ao aumento da expectativa de vida (Albuquerque, 2001), e, em situação de gravidez/parentalidade adolescente em função, especialmente, do papel de cuidador que os avós em relação aos netos (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Pearson, Hunter, Cook, Ialongo & Kellam, 1997; Spieker & Bensley, 1994). Além disso, estudos destacam a possibilidade de redução de despesas para famílias de baixo nível socioeconômico (Albuquerque, 2001; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Pearson, et al., 1997) como um dos fatores que podem favorecer a coabitação. Entre famílias desse estrato social podem ainda estar em jogo valores intergeracionais relacionados à proximidade familiar em vista da privação de recursos materiais e valores de comunidade (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin et al., 1999; Pearson et al., 1997).

No Brasil, nas últimas décadas, o meio familiar tem sido composto por estruturas cada vez mais extensas que transcendem a família nuclear composta por pai, mãe e filhos (Fonseca, 2005; 2007). Neste contexto, tem sido cada vez menos raro encontrar famílias nas quais coexistam três ou quatro gerações (Falcão & Salomão, 2006; Fonseca, 2005; 2007).

Conforme Fonseca (2005) as organizações familiares brasileiras, especialmente as de nível socioeconômico mais baixo, não obedecem necessariamente à determinação de ciclo vital da família baseado na nuclearização. Segundo a autora, muitas vezes, nas classes populares, o nascimento dos netos precede um casamento ou a formação de um novo núcleo. Sendo assim, os filhos casam e ficam morando no mesmo pátio ou na mesma casa, ampliando o número de membros que constituem a família. Portanto, para Fonseca (2005), estas famílias acabam por transcender laços consanguíneos. O laço familiar se torna uma relação marcada por identificação estreita e duradoura entre pessoas que reconhecem entre elas direitos e obrigações mútuos.

Todavia, especialmente em situação de gravidez na adolescência, receber ajuda e apoio de outros, pode implicar na possibilidade de controle de quem doa sobre aquele que recebe e que, por sua vez, pode sentir-se em dívida se não puder corresponder ao que recebeu (Hurme, 2006). Particularmente em situação de gravidez, adolescentes geralmente não tem autonomia suficiente para viver independente das famílias de origem devido, entre outros aspectos, à precariedade de trabalho e falta de habilidades parentais (Dallas, 2004).

Ainda sobre a co-residência, analisando parentalidade de avós e mães co-residentes, de famílias de baixo poder aquisitivo da zona rural dos Estados Unidos, Barnett (2008) destacou que não necessariamente as mães jovens teriam um déficit de habilidades parentais somente em função da pouca idade. Contudo, segundo a mesma autora, a conjunção maternidade jovem e outros fatores de risco como, por exemplo, a co-residência poderia sim, contribuir para dificultar a parentalidade. Isso se verificaria na medida em que a avó tenderia a assumir as responsabilidades e autoridade parentais em lugar da mãe, sob o argumento de que teria mais experiência ou por julgar que a filha não estaria envolvida como julga que deveria nos cuidados com o bebê.

Segundo Steinberg (1999a), na impossibilidade de recorrer ao pai do bebê, seja por ausência física ou por este não desejar engajar-se no exercício da parentalidade, muitas mães adolescentes recorrem às suas famílias de origem em busca de apoio. Isso pode ser, segundo o autor, uma boa estratégia para que se organizem e possam dedicar-se à conclusão dos estudos e desenvolvimento profissional na medida em que tem com quem dividir os cuidados em relação ao bebê. Contudo, para o autor, viver com a família de origem quando do nascimento do bebê não deve ser considerado benéfico por definição, especialmente no que diz respeito à convivência com avós maternas, o que pode acarretar dificuldades no desenvolvimento das habilidades parentais da nova mãe.

A co-residência tem sido um arranjo cada vez mais comum na sociedade atual, especialmente em se tratando de situação de gravidez na adolescência (Barnett, 2008; Pearson et al., 1997; Schwartz, Vieira & Geib, 2011). Neste contexto, a avó materna, seguida do pai do bebê, tem sido destacada na literatura como principal fonte de apoio nesta situação (Falcão & Salomão, 2005; Mendes, et al., 2011; Moreira & Sarriera, 2008; Schwartz et al., 2011).

Schwartz et al. (2011) realizaram um estudo que investigou a percepção do apoio recebido por 12 adolescentes primíparas no interior do Rio Grande do Sul. Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, genograma e ecomapas. Entre os principais resultados, as pesquisadoras destacaram a necessidade de apoio expressa pelas participantes para enfrentar o medo e desafios da maternidade. Para tanto, foram

mencionadas como principais fontes de apoio as mães das gestantes, os companheiros e as sogras, nesta ordem. Vale ressaltar que mesmo as participantes que não citaram a mãe como principal fonte de apoio enfatizaram saber que poderiam contar também com a família.

Na mesma direção, também no Rio Grande do Sul, Moreira e Sarriera (2008) investigaram a satisfação e composição da rede de apoio social de 100 gestantes adolescentes entre o 3º. e o 9º. mês de gestação através de uma entrevista de dados demográficos e do Questionário de Apoio Social. Entre os principais achados, os autores destacaram a satisfação das gestantes com o apoio recebido, sendo as principais fontes a mãe e o companheiro, seguidos de amigos e pai, nesta ordem. Moreira e Sarriera destacaram ainda que as adolescentes que se disseram mais satisfeitas foram as que mencionaram as figuras parentais como principal fonte de apoio.

Contudo, alguns autores divergem sobre a presença da avó como figura de apoio para mães adolescentes. Se por um lado são destacados efeitos positivos para o ajustamento e desenvolvimento das mães e crianças (Coall & Hertwig, 2010), por outro, pode haver um incremento dos efeitos negativos da co-residência das avós com as mães adolescentes e seus filhos. Isso é verdadeiro especialmente se: há pobreza de coesão familiar; se isso se dá por um período prolongado de tempo; ou se o cuidado da avó é intrusivo ou limita a autonomia (Spieker & Bensley, 1994). Considerando esse antagonismo, parece que os efeitos positivos da presença das avós são mais evidentes quando ajudam, apoiam a mãe adolescente do que se assumem totalmente o papel de mãe dos próprios netos ou se ausentam completamente da vida deles.

Neste cenário, embora se reconheça a importância da presença do pai do bebê, alguns autores referem haver, muitas vezes, um caráter efêmero nas relações entre ele e a mãe adolescente, que, com muita frequência, tende a evoluir para um casamento ou união consensual frente à notícia da gravidez (Amazonas et al., 2001). Já o término do casamento, para os mesmos autores, acarretaria um afastamento gradual do pai do bebê da mãe adolescente e, por conseguinte do filho (a).

Ainda no que diz respeito à relação conjugal, de acordo com Linares (1996), uma história filial de escassa nutrição emocional dificulta consideravelmente a possibilidade de construir uma boa história de casal. O mesmo se aplica com relação à parentalidade, pois se a história como filho na família de origem não foi harmoniosa e gratificante, dificilmente se poderá ter uma boa relação com os filhos onde se possa obter gratificação emocional. Segundo o mesmo autor, os casais que se estabelecem sobre carências emocionais filiais podem se apresentar conjugalidades frágeis e não duradouras, mesmo

que não necessariamente cheguem a apresentar sintomas em sua dinâmica de funcionamento.

De maneira geral, mães tendem a citar os pais dos bebês como precedendo as avós quando questionadas sobre as fontes de apoio diante do nascimento de filhos (Dessen & Braz, 2000; Sherman & Donovan, 1991). Neste sentido, um dos aspectos que pode ser apontado como influenciando na participação dos pais durante a transição familiar decorrente do nascimento dos filhos, além das experiências nas famílias de origem é a relação conjugal (Klever, 2008).

A esse respeito, Maranhão et al. (2011) investigaram as percepções de mães adolescentes sobre suas relações conjugais e familiares três meses após o parto através de um formulário semi-estruturado. Participaram do estudo 202 adolescentes com idade entre 14 e 19 anos, de nível socioeconômico baixo. Quase 90% das jovens tinham menos que o ensino fundamental completo, sendo que cerca de 80% delas não frequentava a escola, mais de 90% não trabalhava e 68,8% morava com o companheiro. Entre os principais resultados do estudo, destaca-se o fato de pouco mais da metade (55,5%) das adolescentes terem referido que as relações conjugais mudaram para melhor ou muito melhor enquanto 32,7% disseram não observar mudanças e 16,8% perceberam piora em seu relacionamento com o pai do bebê após a gestação. Outro resultado importante do estudo refere-se à percepção de apoio recebido pelo pai do bebê por 84,2% das participantes, tendo sido observada associação significativa ($p < 0,01$) entre o desejo do companheiro em ter filhos naquele momento da vida do casal e a disponibilidade em ajudar no cuidado. Já sobre as relações familiares, 60,4% das jovens referiu ter percebido que mudaram para melhor ou muito melhor após o parto, enquanto 33,2% relataram não ter havido mudanças e 6,4% disseram ter percebido piora. Sobre este aspecto, as autoras ressaltaram as relações positivas entre a jovem mãe e sua família como fundamentais para suporte emocional, financeiro e cuidados com o bebê, o que facilitaria a adaptação e atenuaria a ansiedade neste período da vida. Todavia, em vista de quase metade das participantes não terem referido melhora das relações conjugais após o parto, as autoras destacaram a imaturidade emocional que permeia as relações de casais adolescentes, o que pode intensificar conflitos tornando as relações mais instáveis.

Sobre a relação conjugal entre adolescentes, Levandowski et al. (2008) realizaram estudo de caso coletivo que acompanhou três casais da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. Os autores observaram dificuldade de equilíbrio e oscilação das dimensões individual e conjugal nos três casos. Durante a gestação, foi verificada maior proximidade conjugal, o que foi interpretado pelos pesquisadores com sendo em função da preparação

material e emocional para a chegada do bebê. Já no terceiro mês, de maneira geral, os casais denotaram enfraquecimento da conjugalidade, tanto por redução do contato afetivo e sexual, como por intensificação da relação com o filho, a quem caberia suprir as necessidades afetivas antes atendidas na relação de casal. Outro aspecto importante destacado no referido estudo, que pode ter interferido no enfraquecimento da conjugalidade durante a transição para a parentalidade, foi a fragilidade da intimidade estabelecida durante o namoro em vista do curto tempo de relacionamento que precedeu a gravidez (Levandowski et al., 2008).

Ainda tendo como foco a relação conjugal na transição para a parentalidade, Menezes e Lopes (2007) acompanharam quatro casais adultos, com idade entre 20 e 30 anos, que esperavam o primeiro filho, da gestação ao 18º. mês de vida do bebê. As autoras constataram que nos quatro casos a natureza da relação conjugal anteriormente à transição para a parentalidade foi um fator importante. Isso porque entre os casais que apresentaram distanciamento afetivo quando do nascimento do bebê, já apresentavam este padrão de relacionamento anteriormente. Em contrapartida, os casais cuja relação conjugal era caracterizada por maior envolvimento emocional antes do nascimento do filho manteve preservada a conjugalidade durante a transição para a parentalidade. Neste sentido, se por um lado, os casais mais distantes referiram distanciamento desde o nascimento do bebê, os casais mais envolvidos emocionalmente embora tenham percebido mudanças na relação conjugal em vista do tempo despendido com o novo membro da família, relataram incremento de companheirismo e parceria conjugal. Outro aspecto importante diz respeito à relação verificada no estudo de Menezes e Lopes (2007) sobre apoio e relação conjugal, onde entre os casais que se perceberam mais próximos, a promoção de apoio foi evoluindo através do tempo, enquanto entre os casais mais distantes passaram a diminuir a interação apoiadora entre os cônjuges diante da transição para a parentalidade.

Sem dúvida, a chegada de um bebê constitui importante evento no ciclo vital, que impacta a família como todo, cada um de seus membros e, em especial, o casal independente de faixa etária (Carter & McGoldrick, 1989/2008, Falicov, 1991; Prado, 1996a). De acordo com os estudos acima citados, pode-se inferir que não só a transição para a parentalidade gera crise, mas que a história de cada casal, bem como a qualidade da relação afetiva são aspectos que influenciarão fortemente como este casal irá lidar com este momento (Levandowski et al., 2008; Menezes & Lopes, 2007). Particularmente, pode-se pensar que embora vários casais consigam organizar-se e aproximar-se durante a gravidez na adolescência (Levandowski et al., 2008; Maranhão et al., 2011) isso se dá em função da necessidade de organização de questões práticas para receber o bebê. Uma vez que este

bebê tenha nascido, as necessidades decorrentes do papel parental acabam por exigir mais tanto da mãe como do pai, sejam eles adultos ou adolescentes, e o relacionamento do casal acaba também sendo desafiado. Sendo assim, pode-se pensar que aqueles relacionamentos pautados por pouca maturidade e imaturidade emocional – neste caso, característicos da adolescência enquanto momento evolutivo – tenderiam a apresentar mais instabilidade e menos parceria conjugal.

Em situação de gravidez na adolescência, muitas vezes o afastamento do pai do bebê faz com que as mães recorram a outras figuras de apoio, tais como as avós, para preencher a lacuna deixada pelo pai em relação aos filhos (Amazonas et. al., 2001; Maranhão et al., 2012; Moreira & Sarriera, 2008; Sherman & Donovan, 1991). Segundo Steinberg (1999a) embora grande parte das gestações adolescentes ocorra fora do casamento, atualmente a monoparentalidade tem sido mais tolerada do que em tempos anteriores.

Uma vez ocupando lugar de destaque enquanto figuras de apoio, as avós também constroem expectativas sobre o exercício da parentalidade pelos filhos. A esse respeito, Dallas (2004) destacou que a maioria das avós apresenta maiores expectativas com relação ao desempenho das mães adolescentes do que do pai adolescente, especialmente nas atividades diretas de cuidado da criança. Neste contexto, segundo a mesma autora, a substituição do pai do bebê pela avó seria tão frequente na população adolescente, que as mesmas se sentiriam no direito de reivindicar este papel, caso essa necessidade não fosse explícita.

Sendo assim, pode-se pensar no funcionamento familiar exercendo maior influência nas transformações decorrentes da gestação na adolescência do que a estrutura familiar propriamente dita. Isso porque as tarefas de cuidado do bebê podem ser reorganizadas mesmo em famílias monoparentais (McGoldrick et al., 2011; Marin, Gomes, Lopes & Piccinini, 2011). A esse respeito, McGoldrick et al. (2011) ressaltaram que embora haja ainda muito preconceito para com as famílias monoparentais, especialmente as lideradas por mulheres, mais importante que a estrutura propriamente dita, é o funcionamento das mesmas, que variam num continuum que vai da extremamente funcional à extremamente disfuncional. Nesta avaliação, estariam em jogo conexões da família na comunidade, entre os membros da própria família, e questões de ordem emocional bem como econômicas (McGoldrick et al., 2011).

Todavia não significa que mães solteiras de modo geral não experimentem sobrecarga de tarefas, sentimentos ambivalentes com relação ao bebê e não sofram com a falta do pai do bebê, o que reflete diretamente em como se dará a constituição da

maternidade mesmo entre mães adultas. A esse respeito, a fim de investigar a constituição da maternidade, Marin et al. (2011) realizaram entrevistas semi-estruturadas com nove primíparas no último trimestre de gestação, com idade entre 19 e 28 anos. As participantes eram de níveis socioeconômicos variados, solteiras, e resolveram ter o filho sem o comprometimento do pai biológico ou outro companheiro que o substituísse. Entre os principais resultados, foi destacado o medo de prejudicar o bebê em função de momentos de tristeza, nervosismo, instabilidade emocional e insegurança em relação aos cuidados do bebê. Os autores mencionaram ainda a influência da relação conjugal sobre a autoestima da mulher e, por conseguinte, sobre a segurança necessária para assumir o novo papel de mãe. Neste sentido, os sentimentos associados à gravidez pareceram estar mais relacionados ao não planejamento da gestação do que à situação conjugal na medida em que os pais podem se fazer presente ainda que não haja relação de casal. Neste contexto, o apoio das famílias se mostrou fundamental, mesmo que a reação inicial de alguns familiares tenha sido avessa à gravidez.

Isso não quer dizer que a presença do pai seja pouco importante, mas que podem haver rearranjos quando de sua ausência. Com relação a isso, McGoldrick et al. (2011) destacam que a menos que a mãe possa contar com apoio de sua família de origem, amigos e da comunidade, deverá enfrentar a batalha de criar o filho sozinha, o que em situação de pobreza tende a ser ainda mais difícil. Portanto, a estrutura de família nuclear pai, mãe e filhos, descrita por muito tempo como padrão ideal, pode não mais constituir a única possibilidade de sucesso desenvolvimental no âmbito familiar e individual, especialmente no contexto de gravidez na adolescência.

Com relação à notícia da gravidez na adolescência, as reações familiares podem ser as mais diversas. Entre os pais e mães de adolescentes, a literatura destaca uma crença ainda muito arraigada sobre o não planejamento da gestação neste período do desenvolvimento (Dallas, 2004). Segundo a mesma autora, o sentimento de traição dos filhos parece evidente entre os pais e mães que referem ter tomado medidas com relação à educação sexual com vistas à prevenção de gravidez. Entretanto, reações iniciais eventualmente desfavoráveis dos familiares frente a notícia da gravidez não inviabilizam necessariamente a prestação de apoio emocional e financeiro especialmente pelas avós durante a gestação (Amazonas et al., 2001; Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2006; Levandowski et al., 2008; Silva & Salomão, 2003).

Independente da idade da gestante, diante da chegada de um bebê, aumenta a necessidade de aproximação de seus próprios pais em busca de suporte afetivo para si e para o filho (Prado, 1996a). Entre mães adolescentes, essa necessidade pode ser ainda mais

exacerbada, pois muitas delas ainda estão em plena atividade escolar (Amazonas et al., 2001). Sendo assim, as avós, e em especial as maternas, exercem importante influência no desempenho da tarefa parental da adolescente (Amazonas et al., 2001; Dallas, 2004; Dias & Aquino, 2006; Coley & Lansdale, 1998; Hurme, 2006; SmithBattle, 1996), bem como para o desenvolvimento da criança (Hurme, 2006; Patterson, 1997; Smith, 1991). Na verdade, independente da idade da nova mãe e do novo pai, os avós exercem importante influência sobre os netos inclusive de forma indireta, através das experiências que o seu filho, agora pai/mãe, teve como filho sobre as práticas educativas de seus pais, agora avós (Kipper & Lopes, 2006; Smith, 1991; Velmust, de Brock & Zutphen, 1991).

Sendo assim, a competência das mães adolescentes está intimamente relacionada às dinâmicas, história relacional e tradições de cuidado familiares, especialmente observadas na relação entre a mãe adolescente e sua mãe (Falcão & Salomão, 2005; Silva & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996). Neste contexto, a inserção da avó nos cuidados com o bebê pode ocorrer através de uma postura responsiva às necessidades da mãe e do bebê, considerando a inexperiência da mãe adolescente e reforçando suas capacidades, ou a avó pode assumir a responsabilidade pelo cuidado infantil (Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996), resultando na submissão ou rebeldia da mãe em relação ao cuidado (SmithBattle, 1996).

Algumas mães adolescentes, ainda que necessitem de ajuda, podem sentir-se enciumadas com relação a suas próprias mães exercendo os cuidados para com seus filhos (Amazonas et al., 2001). Sobre o lugar das avós, Patterson (1997) destacou que a avó tenderá a se retirar na medida em que perceber o envolvimento adequado da mãe. Contudo, para a autora, mães adolescentes menos competentes tenderão a seguir eliciando nas avós necessidade de ajuda nos cuidados para com o filho.

Enfim, a gravidez na adolescência pode se opor à idealização da família quanto às expectativas com relação à adolescente (Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2006). Contudo, mesmo diante de expectativas frustradas com relação ao futuro das filhas, foi possível perceber o importante papel que as avós dos bebês desempenham em situação de gravidez na adolescência. Sendo assim, a seguir se comentará especificamente sobre o tornar-se avó nesse contexto.

Tornar-se avó em situação de gravidez adolescente

Conforme já exposto, as avós desempenham importante papel no contexto familiar em situação de gravidez na adolescência, seja auxiliando no desempenho da tarefa parental (Amazonas, 2001; Dallas, 2004; Dias & Aquino, 2006; Sherman & Donovan, 1991), seja em relação ao desenvolvimento da criança (Hurme, 2006; Paterson, 1997; Coall &

Hertwig, 2010). Todavia, se reconhece a necessidade não só de refletir sobre como se dá a participação das avós em situação de gravidez na adolescência, mas quais as expectativas e sentimentos envolvidos no processo de tornar-se avó. Isso porque muitas dessas mulheres se consideram jovens demais para tornar-se avó em função de estereótipos arraigados com relação ao novo papel que seria incompatível com sua idade (Smith, 1991), ainda que muitas delas também tenham sido mães adolescentes (Seamark & Gray, 1997).

De maneira geral, o tornar-se avó/avô² foi, por muito tempo, vinculado a estereótipos. O mais comum, associava as avós à imagem de velhinhas de cabelos brancos, tricotando meias para os netinhos, enquanto os avôs seriam carecas ou grisalhos e usariam óculos (Smith, 1991). Neste sentido, se por um lado as avós eram descritas sentimentalmente como pessoas idosas, figuras centrais na cena da família, por outro, remetiam à imagem negativa de pessoas velhas à margem da família e da sociedade (Fischer, 1983). De acordo com Kahana e Kahana (1971), o tornar-se avó/avô poderia ser entendido como um dos poucos papéis sociais disponíveis para os idosos. Sob esta ótica, o tornar-se avó/avô exerceria importante função contra o isolamento social resultante da aposentadoria, por exemplo.

Em contrapartida, em situação de gravidez na adolescência, muitas avós ainda nem chegaram à meia-idade e estão envolvidas com o próprio trabalho, além de exercerem a função parental com relação à filha adolescente gestante (Dallas, 2004). Por conseguinte, isso as colocaria distantes tanto em termos de desenvolvimento individual quanto familiar de questões como aposentadoria e marginalização social em função de idade avançada, o que nem sempre é sua realidade. Segundo Carter & McGoldrick (1989/2008) embora experimentem um realinhamento em termos de desenvolvimento familiar, que redimensiona a verticalidade na medida em que surge outra geração, em termos de desenvolvimento individual as avós de filhos de adolescentes podem experimentar confusão com relação ao próprio desenvolvimento. Isso porque muitas delas ainda precisam dar cabo de tarefas particulares de seu momento evolutivo, relacionadas não só a cuidados dos filhos, mas à sua realidade socioeconômica que, muitas vezes, exige que

² Para fins do presente estudo será usada a expressão “tornar-se avó/avô” como equivalente a *grandparenthood* em inglês por não haver equivalente na língua portuguesa. Entende-se que *grandparenthood* refere-se à idéia de experiência, expectativas e sentimentos com relação ao tornar-se/ser avó/avô, como *parenthood* em inglês tem sido traduzido como parentalidade em português, contendo aspectos da maternidade e paternidade.

trabalhem durante toda a idade adulta e velhice sem previsão de parada para fins de subsistência (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

De maneira geral, outro estereótipo frequentemente associado à avó é a imagem de velhinha bondosa, amigável e atenciosa para com os netos, que, embora por vezes percebida como intrusa despreocupada, acaba sendo educadamente tolerada por acrescentar uma dimensão particular à interação familiar (Robertson, 1977). Em compensação, as avós têm sido positivamente mencionadas na literatura em função de seu engajamento voluntário no cuidados com os netos (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Kahana & Kahana, 1971; Kipper & Lopes, 2006; Moreira & Sarriera, 2008; Robertson, 1977; Thomas, 1986); como mediadoras de conflitos dos próprios filhos com os netos (Robertson, 1977; Smith, 1991); como fonte de apoio financeiro (Albuquerque, 2011; Barros, 1987; Moreira & Sarriera, 2008; Robertson, 1977); como fonte de apoio emocional para os netos em situação de separação/divórcio dos pais (Araújo & Dias, 2002) e ainda como companheiras e confidentes dos netos, na medida em que estão livres da responsabilidade envolvida no desempenho da tarefa parental (Barros, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Fischer, 1998; Robertson, 1977; Thomas, 1986).

Em se tratando da socialização como tarefa da família, Barros (1987) destaca que os/as avós se percebem como agentes de socialização na maternidade e paternidade de seus filhos, papel que entendem ser decorrente da idade e da experiência de vida. Segundo a autora, a ação socializadora desses indivíduos com relação aos próprios filhos não se encerra ao tornarem-se avós, pois com o nascimento dos netos sua presença junto dos filhos se modifica e intensifica. Neste sentido, caberia aos avós/avôs ensinar e auxiliar os filhos a desempenhar a função parental e prosseguir na nova etapa do ciclo vital familiar inaugurada pelo nascimento.

Especialmente em situação de gravidez na adolescência, destaca-se a referência feita por diferentes autores às avós como importante fonte de apoio à mãe e bebê neste contexto (Bogat et al. 1998; Dallas, 2004; Moreira & Sarriera, 2008; Falcão & Salomão, 2005; Hurme, 2006; SmithBattle, 1996; Spieker & Bensley, 1994; Schwartz et al., 2011). Sendo assim, além de apoio emocional e financeiro, seria também tarefa da avó auxiliar sua filha adolescente no desempenho de sua tarefa parental (Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2005; Maranhão et al., 2011; Moreira & Sarriera, 2008).

De maneira geral, a literatura destaca que o envolvimento com os netos, sob a perspectiva da avó, a princípio, poderia ser mais leve e envolver menos responsabilidade se comparado ao exercício da tarefa parental (Barros, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Fischer, 1998; Kipper & Lopes, 2006; Robertson, 1977; Thomas, 1986).

Todavia, nem sempre isso acontece. Em se tratando de avós jovens, cujas filhas adolescentes tiveram filhos, pode se instaurar um conflito em vista do sentimento de inadequação da idade cronológica com a necessidade de assumir o papel de avó como alguém mais velho, com características com as quais não gostaria de se identificar (Smith, 1991). Isso pode evidenciar a confusão de demandas onde simultaneamente a futura avó deve ajudar a filha a assumir o papel parental quando ainda exerce a mesma função com relação à adolescente (Dallas, 2004).

Não obstante, em relação aos cuidados com o neto, algumas avós podem acabar assumindo esta responsabilidade (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falcão & Salomão, 2005; Kipper & Lopes, 2006; SmithBattle, 1996), resultando na ausência ou submissão da mãe ao cuidado (SmithBattle, 1996). Sendo assim, pode-se pensar que a avó em situação de gravidez na adolescência, em alguns casos poderia desenvolver simultaneamente função parental em relação à filha adolescente e ao neto. Portanto, para essas avós seria mais difícil experimentar a sensação de liberdade da responsabilidade parental em sua relação com os netos, o que vários estudos referem ser uma das principais vantagens do ser avó (Barros, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Fischer, 1998; Kipper & Lopes, 2006; Robertson, 1977; Thomas, 1986). Em contrapartida, segundo Carter e McGoldrick (1989/2008), especialmente em famílias de nível socioeconômico baixo, em situação de gravidez precoce, assumindo os cuidados com relação ao neto ao tornar-se avó atinge-se um grau de superioridade moral devido ao reconhecimento da comunidade pelo cuidado de um filho que não é seu.

Estereótipos à parte, para além da preocupação em entender o tornar-se avó/avô como um dos eventos pelos quais quase todos os indivíduos passarão em função do aumento da expectativa de vida (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dias & Silva, 1999; Kivnick, 1983; Smith, 1991; Somary & Stricker, 1998), vários autores destacaram que o papel de avó/avô tem diferentes significados para diferentes indivíduos (Hayslip Jr, Henderson & Shore, 2003; Kahana & Kahana, 1971; Robertson, 1977; Somary & Stricker, 1998). A esse respeito, Hayslip Jr et al. (2003) e Kahana e Kahana (1971) alertaram para a necessidade de que o significado do tornar-se avó/avô seja entendido no contexto de normas e estruturas sociais, bem como nos contextos cultural, intergeracional, familiar e individual no qual a pessoa que passa pela experiência está inserida.

Para Hayslip Jr et al. (2003) o aumento da expectativa de vida não é a única mudança demográfica importante que interfere na redefinição de família. Variáveis como: mortalidade, fertilidade, saúde, idade, renda, escolaridade, monoparentalidade, situação conjugal, e distância geográfica, entre outras, devem ser consideradas no entendimento do

processo de tornar-se avó/avô. Isso porque a natureza da relação entre netos, pais e avós/avôs também pode sofrer transformações em função dessas mudanças (Araújo & Dias, 2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dias & Silva, 1999; Hayslip Jr et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Kipper & Lopes, 2006). Destarte, o significado da experiência de tornar-se avó/avô depende de fatores individuais e contextuais (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Hayslip Jr et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Somary & Stricker, 1998), não estando vinculado somente à ideia de envelhecimento, ainda que algumas pessoas desempenhem o papel de avós por um período maior ao longo da vida (Albuquerque, 2011; Coall & Hertwig, 2010; Hurme, 2006; Smith, 1991).

Sob esta ótica, o aumento da expectativa de vida destacado na literatura como favorecendo o prolongamento de momentos do ciclo vital divididos entre avó/avô e netos (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Coall & Hertwig, 2010), não parece constituir exatamente uma novidade em situação de gravidez adolescente. Isso porque considerando a idade como critério para estabelecer o tempo disponível para convivência, ao tornarem-se avós antes da meia idade, estas mulheres já teriam, naturalmente, mais tempo para viver com os netos.

Neste sentido, outro aspecto que merece destaque é a condição socioeconômica da mulher que está se tornando avó. Retomando a descrição de um ciclo vital específico de famílias pobres já comentada previamente nesta introdução, Carter e McGoldrick (1989/2008) falaram na avó que não evoluiu. Tal expressão, segundo as autoras, se deve ao entendimento de que pela sobrecarga de tarefas evolutivas que exigem intensas demandas de adaptação e mudança, aliadas a questões familiares não resolvidas e estressores externos tais como privação de recursos financeiros, o desenvolvimento das avós poderia acabar comprometido, ainda o status das avós seja bem definido nessas famílias (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

De qualquer modo, o tornar-se avó, em qualquer faixa etária, envolve um processo importante em termos de desenvolvimento individual quando do nascimento do primeiro neto. Este processo foi descrito por Colarusso (1997) como a quarta individuação. Mais uma vez, seria tarefa desenvolvimental uma reelaboração de antigos conflitos com seus filhos e os próprios genitores, que ressurgem através dos netos. A exemplo dos processos de individuação previamente descritos – primeira, segunda e terceira, desenvolvidos por Mahler, Blos e Colarusso respectivamente – na quarta individuação, se experimentaria mais um passo rumo à autonomia, na medida em que a parentalidade do/a filho/a enquanto tarefa característica da adultez sinalizaria sua autonomia, o que estimula a independência dos pais (Colarusso, 1997). Sendo assim, ao tornar-se avó/avô, cada indivíduo estará

invariavelmente reorganizando mais uma vez sua identidade, concomitante aos ajustes da nova constelação familiar.

Vários pesquisadores de diversas áreas do conhecimento tem se ocupado da experiência de tornar-se/ser avó/avô (Fischer, 1993; Hayslip Jr et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Kipper, 2004; Kipper & Lopes, 2006; Kivnick, 1983; Robertson, 1977; Somary & Stricker, 1998; Thomas, 1986), bem como da relação dos avós/avôs com seus filhos e netos (Albuquerque, 2011; Barros, 1987; Barnett, 2008; Bogat et al., 1998; Dallas, 2004; Dias & Silva, 1999; Eshbaugh, 2008; Falcão & Salomão, 2005; Hansen & Jacob, 1992; Kivnick, 1983; Patterson, 1997; Sherman & Donovan, 1991). Um dos estudos mais citados na literatura sobre o assunto é o de Kahana e Kahana (1971), que buscou, a partir de uma revisão de literatura, destacar perspectivas teóricas e implicações para pesquisa no tornar-se/ser avó/avô.

Segundo esses autores, o tornar-se/ser avó/avô pode ser entendido em diversos níveis inter-relacionados. O primeiro deles descreve o tornar-se/ser avó/avô enquanto um papel social que envolve status social atribuído e expectativas de desempenho do papel que emergem da família e contextos sociais amplos. No segundo nível, o tornar-se/ser avó/avô pode ser compreendido como um estado emocional ou experiência intrapsíquica que envolve questões de ordem individual independentemente do neto ou do sentido social amplo. O terceiro nível de análise propõe que o tornar-se/ser avó/avô envolve uma transação permeada por reciprocidade, interação e influência mútua entre uma criança, adolescente ou adulto e uma pessoa mais velha. O quarto nível enfoca os processos intergeracionais e modelos de ajuda e manutenção familiar envolvendo relações entre três ou quatro gerações, considerando poder, controle e influências na rede de parentesco. Por fim, o quinto nível considera a dimensão simbólica do tornar-se/ser avó/avô enquanto reflexo de envelhecimento, continuidade e potência (Kahana & Kahana, 1971).

Ainda na tentativa de aproximar-se do significado do tornar-se avó/avô, o trabalho de Kivnick (1983), realizado no contexto norte-americano, ocupou-se de desenvolver um modelo de dimensões do ser avó/avô. Participaram do referido estudo inicialmente 6 avós e 5 avôs, com idade entre 53 e 84 anos, que responderam a entrevistas semi-estruturadas abordando temas de suas histórias de vida, tais como relacionamentos, atividades, e memórias de vários períodos da vida dos respondentes, retrospectivamente até a infância. A partir disso, foi desenvolvido um questionário, respondido por 212 avós e 76 avôs com idade entre 40 e 90 anos, que não coabitavam com seus netos a fim de testar cinco dimensões do significado do ser avó/avô: Centralidade, Valorização do idoso, Imortalidade através do clã, Reenvolvimento com o passado pessoal, e Indulgência. A Centralidade

refere-se ao ser avó/avô como central na vida do sujeito. Já a Valorização do idoso, diz respeito à conexão de atividades e atitudes do ser avó/avô à concepção tradicional de sabedoria e valorização do idoso na sociedade. A terceira dimensão, Imortalidade através do clã, relaciona o ser avó/avô em termos do sentimento de imortalidade do avó/avô alcançado através dos descendentes na continuidade da família por futuro indefinido. O Reenvolvimento com o passado pessoal remete à idéia do ser avó/avô como possibilidade de relação com aspectos da sua própria história de vida. Por fim, a Indulgência, denota a tolerância com que são estereotipicamente descritos os avós/avôs com relação aos netos.

Duas décadas mais tarde, Hayslip Jr et al. (2003), realizaram um estudo a fim de verificar a viabilidade do modelo de cinco dimensões de Kivnick (1983). Participaram do estudo 203 avós/avôs, dos quais 102 avós/avôs tradicionais e 101 avós/avôs de custódia, com idade entre 50 e 60 anos. Uma das considerações apresentadas pelos pesquisadores foi que o significado do papel de avó/avô seria mais facilmente identificado entre os avós/avôs tradicionais, em vista da possibilidade de diferenciar mais facilmente os papéis parentais e de avó/avô, o que no caso dos avós/avôs de custódia seria dificultado em vista da função de pais substitutos. Os autores sugeriram que um modelo de um único fator seja mais adequado para explicar o significado do ser avó/avô, destacando a inter-relação das dimensões propostas por Kivnick (1983). Segundo Hayslip Jr et al. (2003) as diferenças encontradas comparando os resultados de sua amostra aos participantes do estudo de Kivnick (1983), podem ser entendidas em função das mudanças históricas nas características sociodemográficas dos avós/avôs. Tais características podem afetar a natureza das relações avós/avôs-netos, o que faz com que os significados do papel de avó/avô sejam diferentes daqueles mais formais atribuídos por que vivenciou o ser avó/avô na década de 1980 (Hayslip Jr et al., 2003).

A situação de gravidez na adolescência pode ser citada com exemplo de situação onde os avós/avôs acabam em muitos momentos por atuar como pais substitutos quando as crianças são pequenas (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin et al., 1999; Smith, 1991), pois mesmo quando não atuam como pais substitutos, avós/avôs que tem contato com seus netos podem constituir parte importante da rede de apoio dos mesmos. Isso se verifica seja através de conversas, presentes, intermediando conflitos com os pais ou quando os pais estão em conflito, mostrando-se disponíveis ainda que os netos não recorram a eles.

Em se tratando das avós de filhos de adolescentes, ainda que estas não detenham oficialmente a custódia dos netos, pode-se verificar uma situação peculiar. A co-residência, avós-mães-netos como uma estrutura que tem se verificado cada vez mais frequente

(Albuquerque, 2011; Barnett, 2008; Eshbaugh, 2008; Minuchin et al., 1999), pode favorecer que as avós tomem conta dos netos. Isso se verificaria com ainda mais intensidade em situações onde o contato com o pai do bebê fosse restrito (Sherman & Donovan, 1991).

Também em se tratando de cuidados, segundo Coall e Hertwig (2010), o investimento dos avós/avôs nos netos está relacionado, entre outros fatores, à sua situação socioeconômica e seu estado de saúde. Nesta perspectiva, avós/avôs menos favorecidos financeiramente, teriam menos disponibilidade para prestar apoio material. Outro aspecto importante que pode influenciar na dissolução de recursos dos avós/avôs em relação aos netos refere-se à ordem de nascimento e ao tamanho da família. Em famílias mais numerosas pode não ser a avó necessariamente a primeira alternativa de apoio e cuidado, mas outras pessoas também importantes, como um irmão mais velho, por exemplo. Isso remete à ordem de nascimento como outro tópico importante. Sob esta ótica, mesmo que a intenção dos avós/avôs possa ser o investimento igualitário em todos os filhos e netos, os mais velhos e os mais novos não necessitariam disputar atenção, o que poderia interferir a longo prazo na coesão e relacionamento familiar. Neste sentido, pode-se pensar que a posição do mais velho seria em alguma medida privilegiada por tratar-se do neto que inaugurou o papel de avó. Por outro lado o privilégio para o mais novo estaria atrelado à crença socialmente difundida de que pelo fato de o mais velho denotar menos necessidades de cuidados em função da idade se comparado ao mais novo, poderia já ajudar nos cuidados para com este. Assim, cada um teria uma determinada parcela de atenção pela qual não necessitariam disputar (Coall & Hertwig, 2010).

As expectativas e primeiras experiências sobre o tornar-se avó/avô considerando sexo (avó e avô) e linhagem (materna e paterna) foram investigadas num estudo longitudinal conduzido por Somary e Stricker (1998). A primeira etapa de coleta de dados investigou as expectativas sobre o tornar-se avó/avô e foi realizada durante a gestação do primeiro neto. Nesta ocasião, 152 futuros avós e avôs com idade entre 40 e 73 anos responderam a um questionário. O mesmo instrumento foi aplicado novamente quando os netos tinham entre 7 e 28 meses de idade, tendo a amostra final se constituído de 103 participantes, dos quais 42 avós maternas, 19 avôs maternos, 29 avós paternas e 13 avôs paternos.

No que diz respeito às expectativas sobre o tornar-se avó/avô, Somary e Stricker (1998) encontraram diferenças significativas com relação ao sexo dos futuros avós/avôs. As futuras avós apresentaram maior pontuação nas escalas que avaliaram a satisfação com o novo papel do que os futuros avôs, enfatizando a importância em serem reconhecidas

como membro mais velho e valorizado na família, além do prazer em ceder às vontades do neto, imaginando que o mesmo ocupará um lugar central em suas vidas. Em contrapartida, com relação às suas expectativas, os futuros avôs se mostraram menos hesitantes que as futuras avós sobre aconselharem seus filhos a respeito de práticas educativas parentais. Sobre a linhagem, uma vez comparadas com os outros grupos, as futuras avós maternas se destacaram no que diz respeito à importância que atribuem ao mimar os netos enquanto tarefa do seu novo papel. Já os avôs maternos enfatizaram a importância de seu papel como valorização do membro mais velho na família.

Sobre a experiência de tornar-se avó/avô, Somary e Stricker (1998) também encontraram diferenças com relação a sexo. Enquanto pais substitutos, avós e avôs destacaram seu lugar em se tratando da disciplina dos netos. Contudo, os avôs se mostraram mais confortáveis em aconselhar a geração do meio (pais dos netos) sobre a criação dos netos, ao passo que as avós sentiram que deveriam abster-se de comentários a esse respeito a fim de evitar conflitos. Outro aspecto importante, diz respeito à frequência de contatos que contrariando as medidas em relação às expectativas dos futuros avós/avôs era de que fosse mais frequente na linhagem materna, o que não se comprovou quando da experiência. Ainda com relação à linhagem, os pesquisadores interpretaram o não aumento da satisfação após o nascimento dos netos como sinal de maior envolvimento com o neto vindo da filha. Por fim, em se tratando da satisfação com o papel, avós maternas revelaram níveis mais altos que avôs, sugerindo haver um nível de realização emocional único para elas. Além disso, as avós maternas são descritas na literatura como as que mais investem, tem mais contato e relação mais próxima com os netos, seguidas de avôs maternos, avós paternas e avôs paternos (Coall & Hertwig, 2010; Somary & Stricker, 1998).

Kivnick (1983) destaca que embora significado, comportamento e satisfação no papel sejam claramente inter-relacionados, não são, por definição, idênticos. Em consonância com tal afirmação, segundo Robertson (1977), o significado do papel de avó se constrói num processo de socialização antecipada que envolve uma série de expectativas e atitudes pré-concebidas com relação ao papel derivadas fundamentalmente de duas fontes: forças sociais, que indicam expectativas sociais a serem atendidas; e forças pessoais, que dizem respeito à satisfação de necessidades individuais. Através de entrevistas a 125 avós norte-americanas, com idade a partir dos 70 anos, Robertson (1977) constatou que o estilo de vida opera como importante preditor do tipo de avó. No referido estudo, a autora propôs uma classificação de quatro tipos de avós, a partir de combinações entre duas dimensões independentes, mas não mutuamente excludentes: pessoal e social.

As avós que pontuaram mais nas duas dimensões foram classificadas³ como Equitativas (29%), preocupadas em fazer o que acreditavam ser moralmente correto para os netos, sentindo-se livres para serem mais indulgentes sem que isso tornasse os netos mais mimados. Já as que apresentaram menor pontuação nas duas dimensões foram classificadas como Remotas (28%), sendo as avós que geralmente não se mostraram envolvidas ou preocupadas com qualquer aspecto da relação com os netos; enquanto as que pontuaram mais na dimensão pessoal e menos na social foram consideradas Individualizadas (17%), que expressaram pouca ou nenhuma preocupação com o socialmente esperado de seu papel de avó, dando mais importância à presença dos netos como possibilidade de evitar a solidão ou manter-se jovem. Por fim, as que pontuaram mais na dimensão social e menos na pessoal, foram consideradas Simbólicas (26%), que se caracterizaram pela preocupação em fazer o moralmente bom ou certo para os netos colocando pouca ou nenhuma ênfase sobre a satisfação pessoal no papel de avó.

Um achado importante de Robertson (1977) diz respeito à satisfação com o papel de avó, independente do tipo que representam. Em linhas gerais, as participantes referiram satisfação com o papel, sendo que 80% se descreveram felizes, orgulhosas e entusiasmadas quando souberam que seriam avós. Este resultado contrasta com os 5% que referiram emoções misturadas, 3% que se disseram indiferentes e 4% que se disseram infelizes com a notícia de que seriam avós. Os 8% restantes mencionaram sentir-se jovem ou velha demais para tornar-se avó e apresentaram reações diversas. Outro aspecto importante, refere-se ao fato de 37% das participantes terem mencionado o papel de avó como o que mais gostam se comparado ao de mãe, enquanto 32% das avós disseram preferir o papel de mãe, e 25% igualmente os dois papéis. A preferência pelo papel de avó foi interpretada pela autora como resultado do entendimento das avós de que seu papel é mais fácil que o de mãe por não envolver obrigatoriamente responsabilidade, restando mais tempo para curtir os netos e deixar que voltem para suas casas o que corrobora achados de autores mais recentes (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Kipper, 2004; Kipper & Lopes, 2006). Com base em depoimentos das avós, uma boa avó deve amar seus netos; dar bons exemplos sobre religião, honestidade, certo e errado; ajudar os netos quando solicitada ou quando necessário; não interferir demais nas vidas dos netos; ser boa ouvinte, não interferir na educação dada pelos pais nem mimar os netos; e pode usar de disciplina quando necessário (Robertson, 1977).

³ No original *Apportioned*, *Remote*, *Individualized* e *Symbolic* respectivamente.

Ainda sobre a satisfação com o tornar-se/ser avó/avô, (Thomas, 1986) conduziu um estudo no contexto norte-americano, do qual participaram 177 avós e 105 avôs. Os participantes responderam um questionário que abordava entre outros aspectos, a satisfação e responsabilidades percebidas sobre o papel de avó/avô. Entre os principais achados, as avós manifestaram níveis de satisfação significativamente mais altos que os avôs. Além disso, a responsabilidade percebida sobre o cuidado e ajuda aos netos contribuíram para a satisfação tanto de avós como de avôs. A autora relacionou os escores mais altos de satisfação das avós a experiências anteriores no âmbito familiar como cuidadoras primárias. Neste sentido, o cuidado com as crianças representaria uma área de competência e o exercício desta função poderia trazer a satisfação baseada num senso de maestria. Thomas (1986) destaca ainda que mesmo que avós e avôs não tenham assumido de fato a responsabilidade pelos cuidados com os netos, suas crenças sobre assumir essas responsabilidades operaram como preditor da satisfação no tornar-se/ser avó/avô.

Vários estudos destacam as avós como mais atuantes e integradas ao funcionamento familiar que os avôs (Araújo & Dias, 2002; Dias & Silva, 2003; Fischer, 1983; Somary & Stricker, 1998; Spieker & Bensley, 1994; Thomas, 1986). A esse respeito, alguns autores destacam a avó materna como mais envolvida com sua função (Albuquerque, 2011; Dias & Silva, 2003; Araújo & Dias, 2002; Fischer, 1983; Somary & Stricker, 1998), além de serem referidas como preferidas pelos netos se comparados às avós paternas e avôs maternos e paternos (Dias & Silva, 2003; Kahana & Kahana, 1971). Entre os fatores que favoreceriam tal envolvimento destacam-se a proximidade geográfica (Araújo & Dias, 2002; Somary & Stricker, 1998) e a maior convivência com as avós maternas (Dias & Silva, 2003; Kahana & Kahana, 1971; Somary & Sticker, 1998), especialmente em situação de separação/divórcio em que as mães detivessem a guarda dos filhos (Araújo & Dias, 2002). Em situação de gravidez na adolescência, pode-se acreditar que tal proximidade se dê em alguns casos em função do distanciamento do pai do bebê e sua família de origem (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Maranhão et al., 2011; Sherman & Donovan, 1991).

Por fim, avós não são necessariamente pessoas idosas, na medida em que a idade em que um sujeito passa a integrar a terceira geração da família depende da idade em que seus filhos terão filhos (Hurme, 2006). Estudos nacionais e internacionais destacaram, através dos relatos das próprias avós, que o período considerado adequado para esta transição seria a meia-idade, por volta dos 40 e 60 anos (Hurme, 2006; Kipper, 2004; Kipper & Lopes, 2006; Smith, 1991; Szinovacz, 1998). Uma vez tornando-se avós nesta etapa da vida, o papel de avó e seu significado poderiam ser atrelados a prazer e

sentimento de completude, facilitando o contato e cuidados em relação ao neto (Kipper, 2004; Kipper & Lopes, 2006; Smith, 1991).

Em contrapartida, mulheres que se tornam avós entre os 25 e 35 anos viveriam esta transição mais cedo (Smith, 1991; Szinovacz, 1998). Segundo Smith (1991), estas avós tenderiam a sentir-se ou comportar-se de maneira desconectada por diversas razões, entre as quais a necessidade de assumir obrigações para as quais não estariam prontas, como por exemplo, cuidar do neto enquanto ainda estariam comprometidas com suas tarefas ocupacionais ou com o cuidado com seus próprios filhos. Assim, o cuidar ou servir de figura de apoio para os netos, que se destacam entre as principais tarefas das avós, seria percebido pelas avós mais jovens como impróprio (Smith, 1991; Hurme, 2006).

Particularmente em situação de gravidez na adolescência, não raramente as avós vivenciam esta transição mais cedo do que gostariam. Sendo assim, segundo Dallas (2004), frente à dificuldade em assumir seu novo papel como avós, estas poderiam apresentar certo despreparo em termos de conhecimento e habilidades para auxiliar seus jovens filhos no desempenho da tarefa parental. Isso não em função de inexperiência em cuidar de um bebê, afinal já foram mães, mas da confusão com a demanda de simultânea de ajudar a filha ou filho a assumirem o papel parental enquanto elas mesmas continuam exercendo a função parental para com relação a (o) adolescente. Por outro lado, em se tratando especialmente de famílias de nível socioeconômico mais baixo, de acordo com Carter e McGoldrick (1989/2008) embora haja um discurso socialmente difundido pela postergação da gravidez na adolescência neste contexto, tornar-se avó precocemente pode representar uma mudança de status da moral da avó na comunidade. Isso se daria em função do reconhecimento da comunidade pelo fato de a avó assumir os cuidados do filho que não é seu, mesmo que tenha tido seus próprios filhos muito cedo e não os tenha criado ela mesma.

Concluindo, o impacto da experiência de tornar-se avó pode variar consideravelmente também em função do momento em que esta transição se dá. Verifica-se, deste modo, a heterogeneidade da experiência especialmente no que tange à idade (Szinovacz, 1998). Considera-se que as dimensões apresentadas nos estudos de Kivnick (1983), podem ser utilizadas como diretrizes básicas no estudo do tornar-se avó/avô, desde que considerada a inter-relação entre as referidas dimensões destacada por Hayslip Jr et al. (2003). O mesmo se pode pensar sobre as expectativas e experiência descritas por Somary e Stricker (1998), especialmente no que diz respeito à influência da linhagem e da frequência de contatos com os netos como importantes aspectos a considerar quando se experimenta o papel de avô/avó. Na tentativa de aliar os aspectos investigados nos três estudos acima referidos, torna-se imprescindível considerar as particularidades do contexto

em que os avós/avós do presente estudo estão inseridos. Isso porque não se tratam de mulheres que correspondem ao estereótipo de avó velhinha, de cabeça branca, fazendo tricô, cuja única atividade é cuidar dos netos. Pelo contrário, muitas avós de filhos de adolescentes são ainda mulheres em idade produtiva e reprodutiva que, não raramente, tem também filhos da idade dos netos. De acordo com o já exposto aqui, muitas avós são solicitadas e/ou sentem como sendo dever inerente ao novo papel o apoio às filhas durante a transição para a parentalidade – terceira individuação – quando elas mesmas estão experimentando o tornar-se avó – quarta individuação – que envolve a integração de um papel para o qual em virtude da própria idade ou da idade das filhas, percebem como sendo antecipado.

Constata-se, portanto, que a experiência de tornar-se avó tem características particulares para cada pessoa que a vivencia. Um importante aspecto relacionado à passagem à terceira geração, diz respeito à idade na qual os filhos passam a exercer a parentalidade. Neste sentido, alguns estudos sugerem a idade das mães quando da primeira gravidez como sendo um importante fator envolvido na incidência de gravidez na adolescência (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Manlove, 1997; Meade et al., 2008; Pouta, Järvelin, Hemminki, Sovio & Hartikainen, 2005), onde o fato de terem sido mães adolescentes aumenta a chance de que as filhas também o sejam. Sendo assim, questiona-se sobre que lugar ocupa a gravidez neste momento do ciclo vital dessas jovens e suas famílias. Por tratar-se de um evento que se verifica em repetidas gerações, julga-se interessante formular algumas inferências sobre transmissão transgeracional em situação de gravidez na adolescência.

Transmissão transgeracional em situação de gravidez na adolescência

Tanto por sua longa duração quanto pelas relações que nele se estabelecem, o sistema familiar pode ser considerado como o mais importante da vida dos indivíduos (Bowen, 1991/2010; Cerveny & Berthoud, 2002; McGoldrick et al., 2011). Neste sentido, o mundo interno do indivíduo se constrói a partir de como ele experimenta sua relação com o mundo externo. Ou seja, a maneira como recebeu cuidado desde os primeiros anos de vida, influenciará a maneira como proverá cuidado quando na posição de cuidador (Bowen, 1990/2010; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Connor, 2006). Ou seja, há aspectos do cuidado transmitidos através das gerações (Bowen, 1990/2010; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Patterson, 1997; Smith, 1991; Velmust, 1991). Isso remete à necessidade de que sejam analisadas questões de transmissão transgeracional associadas à gravidez adolescente. Em outras palavras, é preciso compreender os comportamentos da

adolescente, bem como de sua família, enquanto sinais indiretos de necessidades e envolvimento emotivos do passado que se manifestam concretamente nas relações atuais (Andolfi & Angelo, 1988), sem perder de vista o contexto mais amplo que inclui aspectos sociais, culturais, econômicos e temporais (Cervený & Berthoud, 2002).

Desde seus primórdios, a terapia familiar se vale de conceitos oriundos da psicanálise para fundamentar o entendimento do indivíduo e das relações dele em seu contexto de desenvolvimento. Entretanto, embora Freud tenha destacado o papel da família na constituição da personalidade da criança, sua ênfase recaiu sobre os processos mentais inconscientes em detrimento das relações interpessoais (Falicov, 1991). Exemplo disso são os processos de transmissão transgeracional e intergeracional, que permeiam o desenvolvimento individual e familiar (Boszormenyi-Nagy, 1966). Neste contexto, a família atua simultaneamente como intermediária no processo de transmissão e matriz intersubjetiva da vida psíquica entre gerações (Magalhães & Féres-Carneiro, 2004).

Os estudos sobre transmissão transgeracional, embora mais intensos nos últimos 30 anos, remontam originalmente a Freud e o trabalho psíquico da subjetividade (Almeida, 2008; Corrêa, 2003; Magalhães & Féres-Carneiro, 2004). Sob esta ótica, para Kaës (1998), a pré-história do sujeito seria constituída a partir da retradução e transformação de uma geração a outra de diversas configurações de objetos psíquicos. Sendo assim, a transmissão estaria intimamente ligada à idéia de repetição e o que se transmite consistiria naquilo que não encontraria inscrição no psiquismo dos pais e seria depositado no psiquismo da criança.

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2000) descreveu a transmissão numa corrente geracional onde o sentimento de culpa seria o organizador da cultura. Questões sobre a continuidade da vida psíquica entre as gerações estão presentes em estudos subseqüentes como a *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1914/2000b). Neste trabalho, Freud (1914/2000) descreveu o bebê como herdeiro dos sonhos e desejos não realizados pelos pais. Assim sendo, o processo de subjetivação exigiria que o sujeito assumisse seu lugar na medida em que se apropriaria de seu próprio desejo ao invés do desejo alheio. Já em *Psicologia das Massas e Análise do Ego* (Freud, 1920/2000c), as identificações compartilhadas denotariam a base do sentimento comunitário, que se sustentaria através da transmissão de valores e crenças através das gerações. Sob esta ótica, segundo Golse (2003), Freud preconizava uma pequena precedência cronológica em termos de constituição da identidade grupal sobre a individual. Neste sentido, o investimento do grupo familiar na criança antecede o investimento dela neste grupo (Golse, 2003).

Conforme destacado anteriormente, a transgeracionalidade diz respeito à transmissão de padrões através de gerações em sentido descendente, ou seja, das mais antigas para as mais recentes, frequentemente à distancia, mesmo que não percebidos pelos sujeitos (Boszormenyi-Nagy, 1973/2008; Bucher-Maluschke, 2008; Falcke & Wagner, 2005; Golse, 2003). Utiliza, sobretudo, as vias de linguagem – interditos e não-ditos – (Golse, 2003), sendo esses padrões transmitidos marcados predominantemente pela marcados predominantemente pelo esquecimento, pela não-história e pela não-elaboração (Kaës, 1998; Trachtenberg, 2005).

Diferente do conceito de transgeracionalidade, a intergeracionalidade implica reciprocidade e se refere à transmissão direta de padrões familiares entre gerações que estão em contato como pais e filhos (Boszormenyi-Nagy, 1973/2008; Golse, 2003). Este tipo de transmissão está a serviço dos vínculos e do pertencimento do sujeito àquele grupo familiar (Boszormenyi-Nagy, 1973/2008). Na medida em que envolve contato direto, diferente da transmissão transgeracional, a intergeracional é exercida nos dois sentidos: ascendente e descendente, exercida também através das vias de comunicação verbal e não verbal (Golse, 2003).

Já Bertin e Passos (2003) destacam que, numa perspectiva sistêmica, uma vez que se entenda cada membro da família como participante ativo responsável pela história e contexto em que se insere todo sujeito, ele está enredado numa cadeia transgeracional. Nesta direção, Golse (2003) ressalta que os processos de transmissão sejam trans ou intergeracional, podem se situar ao lado de forças de ligação ou de forças de desligamento. Portanto, caberia ao sujeito tomar emprestado de outrem para poder construir a si mesmo, sem cair na alienação, sendo que em alguns casos não se verifica o espaço suficiente para tal movimento.

Considerando inicialmente o componente inconsciente envolvido nos processos de transmissão psíquica, poder-se-ia considerar que a origem do conceito remonta à psicanálise. Contudo, uma vez que para haver transmissão supõe-se que haja minimamente mais de um indivíduo envolvido neste processo, sendo um que transmite e outro que recebe o que é transmitido, assume-se o caráter interacional envolvido na transmissão que, não necessariamente será passada e percebida pela via inconsciente, ainda que atravesse uma ou mais gerações.

Com relação à transmissão transgeracional, entende-se que eventos normativos e não normativos do ciclo vital familiar e individual, bem como o desenvolvimento nas diversas áreas da vida do sujeito, são permeados em alguma medida por questões de ordem consciente e inconsciente que podem vir a refletir aspectos herdados. Frente a situações de

crise previsíveis ou imprevisíveis do ciclo vital familiar, questões de transmissão geracional tornam-se mais evidentes, podendo levar a estagnação ou impulsionar mudanças evolutivas (Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011; Falcke & Wagner, 2005). Neste sentido, é importante que sejam considerados os estressores horizontais – enquanto ansiedade resultante de mudanças e transições do ciclo evolutivo vital, e estressores verticais – que consistem em padrões de relacionamento do funcionamento familiar transmitidos de geração a geração no entendimento do ciclo vital individual e familiar (Carter e McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011). Os estressores verticais são constituídos por crenças, valores, mitos, rituais (Andolfi & Angelo, 1988; Andolfi, 1996), lealdades, legados (Boszormenyi-Nagy, 1973/2008) e segredos (Imber-Black, 1991; 1994; 2003).

Já com relação à transmissão intergeracional, faz-se necessário retomar a ideia de família como sistema. A estrutura da família consiste em um conjunto de exigências funcionais que organiza a interação dos elementos da família através de padrões transacionais (Minuchin, 1990; Minuchin et al., 1999). A repetição desses padrões ao longo do tempo fará com que esses padrões se constituam enquanto regras que manterão a organização do sistema e expectativas mútuas entre os membros da família (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; 1997; Minuchin, 1990; Minuchin et al., 2009). Todavia, nem sempre as regras que regem uma família são explícitas, podendo ter sido contratadas por gerações anteriores à que as está cumprindo. Desta forma, não raramente em vista de acomodação mútua e eficácia funcional os referidos padrões se mantêm mecanicamente (Bertin & Passos, 2003; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008).

Sendo assim, as relações familiares não podem ser interpretadas com base nas mesmas leis que regem outras relações sociais (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Segundo os referidos autores, a influência subjetiva exercida entre o tu e o eu representa proximidade que se desenvolve como compromisso de lealdade, o que implica no reconhecimento de pautas intergeracionais facilmente reconhecíveis nas relações de certas famílias. Entre os principais elementos que determinam as pautas de interação destacam-se: relações de poder, relações objetais, consanguinidade, pautas patológicas, encontros de dependência entre os membros, e contas não expressas de obrigações, reembolsos e balanços que se alteram através das gerações.

Do ponto de vista intergeracional, a literatura nacional e internacional cita fatores que podem aumentar o risco de gravidez na adolescência, tais como: padrões de comportamento sexual e reprodutivo materno (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Manlove, 1997; Meade et al., 2008; Pouta et al., 2005; Seamark & Gray, 1997);

desvantagem socioeconômica e problemas de escolarização (Imamura et al., 2008; Baraldi et al., 2007; Manlove, 1997; Scaramella et al., 1998; Seamark & Gray, 1997; Thompson et al., 2008); problemas de saúde mental ou física da adolescente (Thompson et al., 2008); comportamento sexual de risco dos adolescentes (Thompson et al., 2008; Breheny & Stephens, 2008; Coley & Chase-Lansdale, 1998; Madi et al., 2001; Scaramella et al., 1998); família numerosa (Manlove, 1997), família monoparental (Thompson, 2008); desorganização da estrutura e funcionamento familiar e dificuldades dos genitores quanto a práticas educativas (Breheny & Stephens, 2008; Meade et al., 2008; SmithBattle, 1996); e envolvimento parental negativo (Scaramella et al., 1998) entre outros.

Entende-se que cada membro que constitui o casal traz consigo uma memória vinculada ao que lhe foi transmitido em sua família de origem que será transmitida para os seus filhos e assim sucessivamente através das gerações, sejam esses conteúdos transformados ou não (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Bucher-Maluschke, 2008; Prado, 1996). Neste contexto, estão em jogo os sistemas de valores relacionais que se estabelecem na família. Isso envolve ética referente à dialética de cuidado inerente à relação, mais que um consenso de ordem cognitiva sobre regras que devem ser seguidas. Em outras palavras, o princípio fundamental da ética relacional consiste no equilíbrio de dar e receber e a dialética de receber através do que se dá (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Neste sentido, maternidade e paternidade sofreriam importantes influências das relações dos pais com seus antepassados e suas fantasias construídas a partir das relações e experiências de vida (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Prado, 1996; Smith, 1991; Velmust et al., 1991).

A adolescência exige mudanças e reestruturações de papéis que envolvem no mínimo três gerações (Andolfi & Angelo, 1987). Em função das demandas adolescentes por maior independência e autonomia, não raro são reativados triângulos, a fim de amenizar conflitos que refletem muitas vezes conflitos dos pais do adolescente com seus próprios pais (Andolfi & Angelo, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Sendo assim, situações familiares traumáticas não elaboradas determinariam histórias carentes de representação, que podem ocasionar transmissões psíquicas inadequadas entre as gerações, de acordo com a ausência ou presença de espaço de transcrição transformadora no progenitor (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Trachtenberg, 2005). Isso pode ser observado, muitas vezes, através de semelhanças observadas pelos pais em seus filhos adolescentes que remetem a características suas de quando tinham a mesma idade (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Neste sentido, a sexualidade é um aspecto do momento evolutivo adolescente diretamente marcado pelas experiências dos pais. Assim, pais que estão à vontade com sua própria sexualidade podem aceitar melhor a sexualidade aumentada do adolescente propiciando um ambiente de troca de informação, favorecendo o exercício da sexualidade sadia, reduzindo riscos de atividade sexual prematura, excessiva ou perigosa, ou mesmo a recorrência de gravidez na adolescência (Carter & McGoldrick, 1989/2008).

Além da possibilidade de gravidez na adolescência como decorrente de dificuldade de acesso à informação na relação pais-filhos, aspectos relacionados à gestação nesta faixa etária também podem representar aspectos de ordem relacional. Pode-se pensar que aspectos já comentados da introdução deste trabalho tais como o desejo inconsciente da satisfação de necessidade de cuidado e amor não satisfeitos através do filho, bem como a manutenção da dependência da família de origem frente à impossibilidade de sustentar-se financeira e emocionalmente podem fazer parte da contabilidade familiar (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Neste sentido, estaria em jogo a ética referente à dialética de cuidado inerente à relação, bem como lealdades e legados que determinam o senso de pertencimento da jovem à família. Uma vez se tornando mãe antes do cumprimento de tarefas evolutivas que sequencialmente deveriam anteceder a maternidade, a adolescente ainda se manteria dependente da família de origem, cumprindo sua parte na prestação de contas, na medida em que ainda dependeria da família de origem mesmo na tentativa de dar início à sua própria família de procriação.

Além disso, tornar-se mãe durante a adolescência, pode ainda operar como tarefa que reforça o senso de pertencimento da jovem àquela família inscrita numa comunidade onde ser mãe adolescente é o esperado para aquele momento da vida. Isso, sem que necessariamente a adolescente tenha recebido essa mensagem claramente através da linguagem verbal, ou ainda que tenha crescido ouvindo que “tem que estudar para ser alguém na vida, ter um trabalho, uma casa boa, uma profissão, pra depois pensar em marido e filhos”, mesmo que o modelo da própria mãe seja exatamente o contrário do discurso. Mais uma vez, se evidenciaria o legado familiar através das expectativas familiares da subcultura levando à definição da estrutura de relações a partir da incidência de gravidez nesta faixa etária como obrigação imposta à adolescente enquanto membro de determinada família. Neste sentido, qualquer passo dado no sentido contrário à dependência poderia representar uma ameaça à lealdade ao sistema. Sendo assim, a gravidez num momento que ainda não seria marcado pela autonomia emocional e financeira, garantiria a prorrogação da dependência da adolescente em relação à família de origem, preservando o sistema de ter que passar por situação de desequilíbrio em

decorrência de seu processo de individuação adolescente. Em contrapartida, o sistema deverá arcar com as repercussões da adição do novo membro da família, dada a necessidade de realinhamento de papéis e funções se não em função da individuação adolescente, em função dos processos de individuação inerentes ao tornar-se mãe e ao tornar-se avó.

Muitos estudos descrevem intergeracionalidade e transgeracionalidade como fortemente relacionadas à gravidez na adolescência (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Falcão & Salomão, 2006; Meade et al., 2008; SmithBattle, 2001; Silva & Salomão, 2003). Percebe-se que os referidos estudos fazem uso das duas expressões sem necessariamente conceitua-las no corpo dos trabalhos, seja para explicar a repetição da situação de gravidez propriamente dita, seja para descrever fatores que incrementam a possibilidade deste evento, que vão desde desejo inconsciente, a características sociodemográficas tais como nível socioeconômico e idade. Todavia, verifica-se importante dificuldade na clara descrição dos conceitos, já que tanto transgeracionalidade como intergeracionalidade referem-se à transmissão geracional. Além disso, outro aspecto que parece ainda nebuloso diz respeito a que abordagem teórica afinal pertencem os referidos conceitos.

Ainda que se reconheça tratar-se de processos distintos, entende-se que transmissão trans e intergeracional encontram um ponto de intersecção na medida em que as heranças que atravessam gerações constituem a pré-história do sujeito quer haja consciência disso quer não. Além disso, aspectos de ordem transgeracional permeiam como se darão as trocas intergeracionais ou entre as gerações, tendo em vista como se organizam em cada momento do ciclo vital individual e familiar. Neste sentido, ainda que padrões de interação, valores, mitos, crenças, lealdades e legados sejam transformados ao longo das gerações, é necessário que o sujeito se aproprie desses eventos e do significado emocional que carregam para que possa operar mudança, servindo o padrão herdado seja de modelo para reprodução, seja para transformação de sua constituição enquanto sujeito. Sendo assim, nesta tese optou-se pelo uso da expressão transmissão transgeracional a fim de abarcar tanto processos de transmissão trans como intergeracional. Isso porque de acordo com o que já foi exposto aqui, é evidente que mesmo a transmissão que ocorre entre gerações é permeada por processos que atravessam essas relações. Portanto, entende-se que ambos permeiam o desenvolvimento do sujeito e da família buscando, na compreensão da gravidez na adolescência, uma atenção maior sobre a relação mãe/avó e filha gestante/mãe adolescente.

Justificativa e objetivos

Conforme exposto acima, a gravidez na adolescência constitui uma importante questão de saúde pública na medida em que envolve a mãe, seu bebê e o contexto em que estão inseridos. Por se tratar de um tema multifacetado, tem merecido a atenção de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, que buscam conhecer tanto os seus antecedentes como as consequências deste evento para a vida dos envolvidos. Assim, é importante que as investigações busquem identificar além dos fatores que estão associados a seu surgimento, aqueles que podem contribuir para um desfecho mais positivo da gravidez adolescente.

Entre os muitos fatores que a literatura assinala como associados à gravidez adolescente se destacam as relações da mãe adolescente com os membros de sua família de origem, e, em especial com sua mãe (Breheny & Stephens, 2008; Dadoorian, 2007; Meade et al., 2008). Isso se deve ao fato de que, além da sobreposição de crises evolutivas experimentada pelas adolescentes gestantes, pode-se pensar num adiantamento de crise evolutiva para suas mães, na medida em que muitas vezes se tornam avós antes do que imaginavam. Assim, a transmissão geracional familiar vem a ser um tópico que merece atenção na compreensão do contexto em que se dá a gravidez e a maternidade adolescente.

O fato de vários estudos reconhecerem a transmissão do desejo de ter filhos, bem como do padrão reprodutivo de mãe para filha (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Dias & Aquino, 2006; Meade et al., 2008, Pouta et al., 2005), reforça a importância do papel materno no que diz respeito à transmissão de valores positivos sobre o planejamento familiar e a maternidade. Portanto, a compreensão do tornar-se mãe através de mais de uma geração, bem como a relação entre mãe e filha durante a mudança para o status de avó e mãe podem evidenciar questões peculiares do funcionamento familiar. Neste sentido, ampliar o entendimento sobre a gravidez na adolescência, considerando outros aspectos para além dos desfechos físicos e psicológicos para a dupla mãe-bebê pode fundamentar a construção de intervenções que favoreçam o rompimento de padrões familiares disfuncionais prevenindo a ocorrência de novas situações de gravidez e maternidade adolescente.

A fim de compreender melhor as particularidades da gravidez adolescente na perspectiva familiar, foram realizados dois estudos. O primeiro teve como objetivo investigar expectativas e sentimentos de futuras avós sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. O segundo estudo buscou investigar longitudinalmente a transmissão geracional avó materna-gestante/mãe adolescente, da gestação ao primeiro ano de vida do

bebê, com base nos os relatos da mãe adolescente e sua mãe. Detalhes dos dois estudos são apresentados a seguir.

CAPÍTULO II

ESTUDO I: Sentimentos e expectativas sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente

Independente da idade da gestante, a chegada de um novo bebê aumenta a necessidade de aproximação da mãe e seus genitores em busca de apoio para si e o filho (Amazonas et al., 2001; Prado, 1996a; Prochnow, Lopes & Piccinini, 2010). Em situação de gravidez na adolescência, tal necessidade pode ser ainda mais exacerbada, pois em se tratando de gravidez nesta faixa etária haveria uma sobreposição de tarefas (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Lewis & Volkmar, 1993). Contudo, alguns autores enfatizaram que em famílias de nível socioeconômico mais baixo a gravidez pode ser vivenciada pela jovem como tarefa que garante a consecução do status adulto (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Carvalho et al., 2009; Heilborn et al., 2002).

Logo, em situação de gravidez na adolescência, as avós desempenham importante papel, seja enquanto figuras de apoio, seja como modelo de cuidado para as novas mães em relação aos seus bebês (Coal & Hertwig, 2010; Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2005). Contudo, ao tratar do tornar-se avó, é importante que se tenha em mente que a idade em que uma pessoa passa à terceira geração depende diretamente da idade em que seus filhos terão filhos. Sendo assim, contrariando o imaginário ainda muito presente popularmente, avós nem sempre são pessoas idosas (Hurme, 2006), especialmente quando os netos são filhos de adolescentes.

Em se tratando de gravidez na adolescência, não raramente muitas dessas avós vivenciam a passagem para a terceira geração antes do que gostariam. Esse adiantamento do tornar-se avó pode acarretar sentimentos ou comportamentos desconectados por parte dessas avós não por inexperiência sobre cuidados necessários a um bebê, mas pela confusão de demandas sobre ajudar a filha a desempenhar a tarefa parental quando ela mesma exerce esta função em relação à mãe adolescente (Dallas, 2004). Por outro lado, em situação de gravidez precoce, especialmente em famílias de nível socioeconômico baixo, a referida sobrecarga de tarefas pode acarretar confusão em se tratando do desenvolvimento individual dessas avós, mesmo que este evento não seja atípico em seu meio (Carter & McGoldrick, 1989/2009). Neste caso, talvez o acúmulo de tarefas esteja dentro do esperado para aquele contexto, podendo essas avós, experimentar sentimento de superioridade moral devido ao reconhecimento da comunidade pelo cuidado de um filho que não é seu (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Por conseguinte, entende-se que

embora possa haver aspectos comuns sobre o tornar-se/ser avó em vista do contexto social em que se está inserido, se reconhece que cada indivíduo atribuirá diferentes significados a este papel (Hayslip et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Robertson, 1977; Somary & Stricker, 1998).

Nesse sentido, o presente estudo teve por objetivo investigar as expectativas e sentimentos de futuras avós sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Em especial, buscou-se compreender, desde a notícia da gravidez das filhas, como essas futuras avós sentiam-se esperando o neto, bem como que características acreditavam que competiriam ao papel de avó que deveria ser desempenhado por elas e como seria quando do nascimento do bebê.

Com base na literatura, a expectativa inicial foi de que as futuras avós referissem preocupação inicial com o fato de as filhas terem engravidado na adolescência e, em decorrência disso, eventualmente se sentissem despreparadas para serem avós. Sendo assim, se esperava que o tornar-se avó não ocupasse propriamente lugar central na vida das mães das adolescentes. Além disso, embora pudessem referir contrariedade com o tornarem-se avó naquele momento, esperava-se que as futuras avós se descrevessem como figuras de apoio para as gestantes adolescentes e seus bebês, bem como operassem enquanto modelo de cuidado como mães.

MÉTODO

Participantes

Participaram deste estudo dez futuras avós, com idade entre 32 e 56 anos ($M=42,1$; $dp=8,74$), cujas filhas adolescentes estavam no terceiro trimestre de gestação do primeiro filho. Todas as participantes eram residentes da região metropolitana de Porto Alegre, pertenciam a nível socioeconômico baixo e médio baixo e variaram quanto à escolaridade, ocupação e situação conjugal.

Todas as participantes integravam o projeto intitulado *Aspectos Biopsicossociais da Gravidez Adolescente: Estudo Longitudinal da Gestação ao Segundo Ano de Vida da Criança* – GRADO (Piccinini et al., 2008). Trata-se de um estudo multicêntrico que acompanha 180 gestantes/mães adolescentes desde o terceiro trimestre de gestação até o segundo ano de vida do bebê. As participantes foram recrutadas em três cidades do Rio Grande do Sul onde atuam três universidades federais do estado: Porto Alegre, Rio Grande e Santa Maria. Cada centro acompanha em média 60 gestantes e, quando possível, os pais dos bebês, sendo que em Porto Alegre também foram acompanhadas as avós maternas dos bebês. Para fins do presente estudo, foram selecionadas todas as participantes do Projeto GRADO que atendiam aos critérios definidos para esse estudo.

A Tabela 1 apresenta os dados sócio-demográficos das participantes.

Tabela 1: Características sócio-demográficas das participantes (n=10)

Caso	Idade	Situação Conjugal	Ocupação	Escolaridade	Anos estudo	Idade filha	Idade GI*	Nº netos**
1	32	Recasada	Faxineira	Fund. comp.	3	15	15	1
2	43	Separada	Doméstica	Médio inc.	9	18	24	0
3	35	Namorando	Vendedora	Fund. inc.	7	14	20	0
4	56	Separada	Doméstica	Fund. inc.	5	17	19	8
5	36	Recasada	Lojista	Médio comp.	11	15	16	1
6	34	Casada	Do lar	Médio comp.	11	17	16	0
7	49	Separada	Cuida crianças	Superior inc.	15	17	24	1
8	35	Recasada	Do lar	Fund. inc.	6	16	18	0
9	51	Casada	Do lar	Médio inc.	10	16	19	1
10	50	Separada	Aux.Serv.Gerais	Fund. inc.	3	15	20	4

* Refere-se à idade da avó quando de sua primeira gravidez

** Refere-se a quantos netos a participante tinha antes da notícia da gestação atual da filha adolescente.

Delineamento e procedimentos

Foi utilizado um delineamento de estudo de casos coletivos (Stake, 1994) a fim de investigar expectativas e sentimentos das futuras avós sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Em especial, buscou-se compreender, desde a notícia da gravidez das filhas, como essas futuras avós sentiam-se esperando o neto, que características competiriam ao papel de avó que deveria ser desempenhado por elas, e como imaginavam que seria quando do nascimento do bebê. O uso de vários casos permite que sejam comparados os casos em busca de eventuais particularidades e semelhanças para que se identifiquem processos comumente associados ao fenômeno estudado (Stake, 1994).

Inicialmente foram contatados profissionais dos serviços de saúde que receberam a equipe do Projeto GRADO (Piccinini et al., 2008) para esclarecimentos sobre o projeto que investiga diversos aspectos associados à gravidez adolescente tais como: fatores socioeconômicos e culturais, sexualidade, saúde adolescente, fatores socioemocionais, desenvolvimento do bebê e sua interação com o pai adolescente.

O primeiro contato com as participantes se deu através da indicação de profissionais que trabalhavam nos serviços de saúde que serviram de referência para o recrutamento. Em Porto Alegre, foram realizadas coletas de dados no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas (HMIPV), na Unidade Básica de Saúde Santa Cecília – vinculada ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA) e em três unidades básicas de saúde do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (SSC-GHC).

Foram convidadas a participar do projeto as gestantes que atenderam aos seguintes critérios: não apresentaram intercorrências clínicas durante a gravidez, gravidez não era resultado de abuso sexual, não eram usuárias atuais de álcool e drogas e não tinham comprometimento mental e emocional. A fim de verificar se atendiam aos referidos critérios de inclusão, as gestantes responderam a uma *Ficha de contato inicial* (NUDIF, 2008a) e as adequadas foram convidadas a participar do Projeto GRADO quando de consulta pré-natal. Frente ao aceite em participar, foi entregue a cada participante o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (NUDIF, 2008b), para que fosse assinado pela adolescente e um responsável, e trazido em novo encontro agendado para a próxima consulta do pré-natal. Quando acompanhada do pai do bebê e/ou futura avó materna do bebê, os mesmos eram também convidados. Caso contrário, o convite ao pai do bebê e futura avó materna era feito através da gestante.

Uma vez assinado o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, as coletas de dados foram realizadas nas dependências dos serviços de saúde aos quais as gestantes estavam vinculadas, nas residências das participantes, ou nas dependências do Instituto de

Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a fim de melhor atender às necessidades dos participantes em termos de deslocamento. Gestantes, pais dos bebês e avós responderam aos instrumentos que lhe cabiam individualmente.

Os dados do Projeto GRADO foram coletados em quatro momentos: Fase I, durante o 3º trimestre de gestação da adolescente, Fase II, durante o 3º mês de vida do bebê, Fase III, durante o 1º ano de vida do bebê e Fase IV, durante o 2º ano de vida da criança. Nesta seção serão descritos somente os instrumentos utilizados com as futuras avós para fins do presente estudo e que foram coletados na Fase I. Naquele momento, as gestantes responderam a uma *Entrevista de dados sociodemográficos da família* (NUDIF, 2008c). Já as futuras avós responderam à *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente* (NUDIF, 2008d). Detalhes sobre os demais instrumentos de todas as etapas de coletas de dados encontra-se Piccinini et al. (2008)

Instrumentos

Ficha de contato inicial (NUDIF,2008a): este instrumento foi utilizado a fim de identificar se as adolescentes atendiam aos critérios de inclusão no Projeto GRADO, tais como idade, idade gestacional, nível socioeconômico, situação conjugal, endereço e telefones para contato. Cópia Anexo B.

Ficha de dados sócio-demográficos da família (NUDIF, 2008c): este instrumento foi utilizado para obter dados sociodemográficos dos participantes, tais como: moradia, escolaridade, trabalho, religião, hábitos de vida e características dos pais da adolescente, bem como antecedentes ginecológicos e obstétricos da adolescente e sua mãe. Cópia Anexo C.

Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (NUDIF, 2008d): esta entrevista estruturada é composta por oito blocos de questões que buscam investigar como a mãe da adolescente tem percebido a gravidez da filha desde quando recebeu a notícia, passando por suas preocupações com relação à gravidez, parto e o bebê da jovem, além de expectativas com relação ao futuro da filha. Este instrumento aborda ainda a experiência da maternidade da mãe da adolescente, bem como preparativos para tornar-se avó deste bebê, além da relação com o pai da gestante adolescente e com o pai do bebê. A entrevista foi gravada e posteriormente transcrita. Cópia Anexo D.

Considerações éticas

Todos os participantes do Projeto GRADO foram informados a respeito dos objetivos e procedimentos podendo decidir livremente sobre sua disponibilidade em participar do mesmo. Uma vez de acordo, todos os participantes assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, bem como os pais ou responsáveis no caso dos adolescentes. Assim foi assegurado o direito à autonomia, estando qualquer participante livre para desistir da pesquisa em qualquer etapa, sem que isso tenha acarretado prejuízo aos mesmos ou suas famílias no atendimento que receberam no serviço de saúde onde foi realizado contato.

Frente à eventual detecção de necessidade de acompanhamento psicológico de alguma participante, foi possível o encaminhamento ao serviço de atendimento psicológico da própria unidade de saúde em que era realizado o pré-natal. Além disso, mediante autorização dos participantes, foi possível informar às equipes de atendimento sobre dificuldades dos mesmos em relação à maternidade e paternidade.

A privacidade e confidencialidade dos participantes foram asseguradas na medida em que o material das entrevistas e instrumentos do estudo está devidamente arquivado na sala 111 do Instituto de Psicologia da UFRGS. Em todos os momentos do estudo a identidade dos participantes e famílias foi preservada.

Os procedimentos do presente estudo, bem como do Projeto GRADO representam risco mínimo aos participantes, conforme resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, uma vez que estes não se diferenciam substancialmente daqueles aos quais os participantes estariam sujeitos em suas atividades cotidianas. Por fim, os resultados obtidos com o presente estudo poderão trazer benefícios à população em geral, em especial às mães adolescentes, seus bebês e suas mães.

O presente projeto de investigação faz parte do Projeto GRADO, que foi submetido e aprovado pelos Comitês de Ética e Pesquisa da UFRGS (Proc. n° 25000.089325/2006-58); do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (Proc. n° 28/08); e do Grupo Hospitalar Conceição (Proc. n° 250/08).

RESULTADOS

Foi realizada análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 1977; Laville & Dione, 1999) a fim de investigar expectativas e sentimentos de futuras avós sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Em especial, buscou-se compreender, desde a notícia da gravidez das filhas, como essas futuras avós sentiam-se esperando o neto, bem como que características acreditavam que competiriam ao papel de avó que deveria ser desempenhado por elas e como imaginavam que seria quando do nascimento do bebê.

Os procedimentos de análise seguiram a seguinte ordem: 1) transcrição literal das entrevistas; 2) leitura exaustiva de todas as entrevistas buscando identificar unidades temáticas sobre expectativas e sentimentos das futuras avós sobre o tornar-se avó; 3) criação de uma estrutura de categorias e subcategorias baseada na literatura (Dallas, 2004; Kivnick, 1983; Somary & Stricker, 1998; Thomas, 1996) e no próprio material analisado; 4) identificação e classificação dos relatos das futuras avós nas categorias; e 5) análise dos relatos considerando cada categoria proposta. Vale ressaltar que as grandes categorias foram derivadas de estudos que originalmente não se dedicaram a investigar o tornar-se avó no contexto da gravidez na adolescência especificamente. Como são raros os estudos que consideraram esse tema, tivemos de considerar também estudos envolvendo o tornar-se avó em situações envolvendo gestantes adultas, o que exigiu adaptações nas categorias e subcategorias originalmente propostas pelos autores.

A estrutura de categorias utilizadas para análise dos dados foi composta de três categorias, cada uma delas com diversas subcategorias. A primeira categoria, nomeada *Centralidade*, refere-se aos sentimentos associados ao tornar-se avó como evento central na vida da futura avó (Kivnick, 1983; Somary & Stricker, 1998). Essa categoria foi subdividida em quatro subcategorias, a saber: *Inadequação idade cronológica e tornar-se avó*, que evidenciava o sentimento de ser muito jovem para tornar-se avó naquele momento da vida; *Maternidade com o neto*, que diz respeito ao sentimento da avó de que o neto que está a caminho será como um filho seu; *Interferência na maternidade da filha*, se refere à preocupação da futura avó para que mantenha o controle e permita que a filha desempenhe as tarefas que competem à mãe enquanto ela ocupe seu lugar de avó; e *Sobrecarga*, que, como o nome diz, refere-se ao sentimento de sobrecarga em função de desempenhar simultaneamente as tarefas de mãe de adolescente e avó do neto.

A segunda categoria, *Responsabilidade percebida* (Thomas, 1986), destaca relatos das futuras avós sobre responsabilidades que acreditam ser inerentes ao seu novo papel. Divide-se nas seguintes subcategorias: *Apoio à filha e ao neto*, que diz respeito a oferecer

apoio de toda ordem tanto ao neto como à filha gestante; *Amor e carinho*, que diz respeito ao sentimento das avós de que dar amor e carinho está entre as responsabilidades do papel de avó; *Aconselhar sobre como criar o neto* faz referência ao sentimento das futuras avós de que cabe a elas aconselhar a filha sobre como criar o neto; *Disciplinar/cuidar o neto*, que evidencia o sentimento das futuras avós de que disciplinar e cuidar os netos seja uma função inerente ao novo papel; e *Dispensa do exercício de autoridade*, que se refere à satisfação da futura avó por não sentir-se obrigada a exercer autoridade em relação ao neto, tal como exigia o papel parental que desempenhava com os filhos.

A terceira categoria, denominada *Reenvolvimento com o próprio passado* (Kivnick, 1983), diz respeito à menção de situações da história pregressa das futuras avós, eliciadas pela gravidez da filha e o tornar-se avó. Foram consideradas subcategorias: *Expectativas com relação ao futuro* refere-se a expectativas da futura avó com relação ao seu próprio futuro retomando sentimentos que a envolveram na sua primeira gravidez, bem como expectativas com relação ao futuro da filha grávida; *Continuidade através das gerações*, que se refere à satisfação da continuidade da família através do neto; *Lembranças sobre a própria mãe*, que remete a referências das futuras avós a passagens de sua relação com as próprias mães; e, *Modelos de avós*, que traz relatos de modelos considerados adequados e/ou inadequados de avós com quem as futuras avós convivem e/ou conviveram e consideram importantes na construção do seu novo papel.

A seguir, são apresentados os resultados de cada categoria e subcategorias, ilustradas com os relatos das participantes. Encerrando cada grande categoria se apresenta uma síntese buscando identificar particularidades e semelhanças entre os casos.

Centralidade

De acordo com o já exposto, esta categoria refere-se aos sentimentos associados ao tornar-se avó como evento central na vida da futura avó evidenciados nos relatos das participantes ao longo das entrevistas. Para análise, foi dividida em quatro subcategorias: a) *Inadequação idade cronológica e tornar-se avó*; b) *Maternidade com o neto*; c) *Interferência na maternidade da filha*; e d) *Sobrecarga*.

Inadequação idade cronológica e tornar-se avó

Através da análise das entrevistas, tornou-se evidente o sentimento de inadequação

idade cronológica com o tornar-se avó naquele momento da vida. Várias avós⁴ (A1, A3, A8, A10)⁵ referiram acreditar serem muito jovens para que tivessem sua imagem vinculada a de avós: *“Ah, [disse] que eu não tava preparada pra ser avó tão cedo (...) Eu não fiz nada, eu aceitei. No começo, eu não queria saber, sabe? Eu achava muito nova [tinha 18 anos], depois eu fui aceitando (...) Mas agora tenho que ser avó. Não adianta fugir”* (A8). Em algumas situações, este sentimento de inadequação da idade cronológica se mostrou associado ao relato de choque quando recebendo a notícia da gravidez da filha adolescente ainda que a futura avó também tenha sido mãe pela primeira vez aos 15 anos, tal qual a filha: *“A gente fica chocada. E na hora eu também pensei assim, mas eu que sou nova vou ser avó”*⁶ (A1). Em contrapartida, ainda que não tenha sido mãe adolescente, quando a filha é adolescente, a diferença de idade entre mãe e filha parece menos evidente, como referiu uma das futuras avós, que foi mãe pela primeira vez aos 20 anos, cuja filha de 14 anos está esperando seu primeiro neto: *“Ah, me senti muito nova ainda, porque ninguém diz que eu sou mãe dela. Eu tenho trinta e seis anos. Sou de dezembro de setenta e dois, então eu não esperava ser avó com trinta e seis anos... Mas agora tá aí, não dá pra se arrepender”*. Essa mesma mãe relatou o impacto da notícia também sobre a própria mãe de 59 anos *“não [imaginava tornar-se avó neste momento], nem a minha mãe bisa”* (A3).

Por outro lado, uma das participantes não manifestou descontentamento com o tornar-se avó aos 50 anos, pois já tinha outros quatro netos quando recebeu a notícia da gravidez da filha de 15 anos. Todavia, se mostrou incomodada com a ideia de que as pessoas, segundo ela, julgam que aparenta mais idade do que de fato tem: *“Então todo mundo me dá bem mais do que eu tenho, sabe (...). Ah, porque todo mundo pergunta... Diz assim: “ai vó, a senhora não tá aposentada ainda!” Porque eu trabalho, “a senhora tem que se aposentar, não tem mais idade pra tá trabalhando” Bah! Vou fazer cinquenta e um”* (A10).

⁴ A fim de padronizar o uso de termos para se referir ao conjunto de futuras avós que expressaram determinados relatos, a seguinte terminologia será usada: algumas, inclui de 1 a 3 futuras avós; várias, de 4 a 6 futuras avós; e, maioria, de 7 a 9 futuras avós.

⁵ As participantes foram identificadas pela letra “A” seguida de números de 1 a 10 correspondentes ao caso, conforme Tabela 1.

⁶ As vinhetas foram transcritas literalmente, mesmo contendo eventuais erros de linguagem que não comprometeriam o entendimento do relato. Eventuais supressões foram indicadas por “(...)”, enquanto acréscimos da autora para esclarecer sentidos da verbalização ou tom afetivo foram indicados por “[]”

Maternidade com relação ao neto

De acordo com o material analisado, a maioria das futuras avós evidenciou em seus relatos, o sentimento de maternidade com relação aos netos, na medida em que entendiam que os bebês de suas filhas seriam como filhos seus (A1, A2, A3, A4, A6, A9, A10): “*Eu já disse, não vai ser só o meu netinho, vai ser o meu filhinho, meu nenezinho*” (A1); “*Hoje eu encaro como a minha mãe falou: vai ser um filho que não vai ser gerado por mim e sim por ela*” (A3); “*Eu imagino assim, ele pra mim como um filhinho meu. Não consigo imaginar como vó, assim, sabe? Na verdade, assim, vó, não sei. Imagino assim porque, eu não sei, dizem que a gente se torna mãe de novo. Mas eu me sinto, assim, não sei, de repente pode mudar, depois com o tempo*” (A6); “*Parecia que era eu que ia ser mãe de novo... Não me senti avó, senti que era meu*” (A10).

Em vários casos (A1, A2, A3, A6), as futuras avós denotaram que o sentimento de maternidade para com o neto, esteve relacionado à ideia de que deveriam executar cuidados do neto por ter mais experiência que a filha adolescente: “*Agora eu tô mais feliz, vai ser o meu filhinho também (...). Porque eu vou cuidar, eu vou ajudar a criar*” (A1); “*Quem vai cuidar vai ser eu (...). Quem vai ter mais preocupação vai ser eu, entendeu? Porque ela nunca teve filhos e é uma adolescente. Mas a gente não sabe o comportamento dela depois que ganhar. A gente pode até botar compromisso, mas tu sabe que quando um não quer, dois não mamam. Então é o que a minha mãe falou, vai ser como se fosse meu*”(A3).

Além disso, o relato de uma das participantes evidenciou que o cuidado para com os netos como se fosse filho não seria novidade. Isso porque a relação estabelecida com uma neta já possuía características que ela identificava como remetendo ao papel de mãe, o que, em seu entendimento deverá sofrer algumas adaptações quando do nascimento do novo neto: “*Eu já tô até pensando como é que eu vou ter que agir com a outra neta que me chama de mãe porque eu fico com ela direto. Vai ter muito ciúme, eu vou ter que tá sempre dando mais carinho pra ela agora, depois que o nenê nascer (...). Então aí a avó que vai ter que fazer? Vai ter, vai ter que ser um pouco mais de mãe da outra neta pra que não haja ciúmes*” (A2).

Ainda sobre o sentimento de maternidade com relação ao neto, foi possível verificar através do relato de algumas participantes a intenção de que o neto ocupasse o lugar da filha adolescente. Isso se evidenciou em duas situações particulares. Na primeira, a busca de substituição da filha que passou a demonstrar postura mais independente no entendimento da mãe: “*É, que a neta tomou o lugar da filha que foi viver a vida dela*” (A2). Já na segunda, a avó denotou em seu relato a satisfação de um desejo com relação ao

número de filhos e gênero desses através do neto: *“Pra mim foi maravilhoso (...). Muito bom, assim, porque eu sempre vou ser muito de guri, de menino. Então, eu tenho só um menino e tenho três meninas e daí agora ela vai me dar um neto”* (A6).

Interferência na maternidade da filha

Conforme mencionado anteriormente, ainda que o relato de muitas participantes tenha evidenciado o sentimento de maternidade com relação ao neto, várias futuras avós (A1, A2, A8, A10) também referiram preocupação em evitar interferir no desempenho da maternidade pela filha como sendo um dos principais desafios que entendem ser parte do papel de avó. Isso se verificou no reconhecimento, através do discurso de uma das futuras avós da necessidade de retirar-se e deixar que a mãe do bebê resolva o que fazer ainda que não concorde com a conduta da filha: *“Vai ter coisas que ela [filha] não vai concordar, porque ela é mãe. E eu não vou poder também discordar dela, porque ela é mãe”* (A1). Além disso, no relato de algumas futuras avós foi enfatizada a necessidade de controle para não tomar o espaço da filha que vai passar a desempenhar o papel de mãe, por mais difícil que isso possa parecer: *“Eu acho difícil de tu saber se controlar pra não ser mais mãe, não roubar o espaço da mãe”* (A2); *“Ah, eu não [posso] eu acho que eu tomar conta da criança, ao invés dela cuidar, eu cuidar, eu acho que é isso”* (A8). O relato de uma das participantes evidenciou que, em alguma medida, a preocupação em não interferir na maternidade da filha estava relacionada à crença de que embora a filha já tivesse sua própria casa e família para cuidar, ainda era sua criança: *“Só que hoje eu botei na cabeça assim: ‘Eu não posso’ [sentir como se o neto fosse seu filho], porque agora ela tem a casinha dela agora, tá morando com o pai do nenê (...). Imagina quando nascer o bebê, então... Eu tenho que me controlar pra não tá toda hora ali dando palpite também. Pra mim ela é criança, sabe? Mas só que ela tem as responsabilidades da casa dela, as coisa dela... Ela quer as coisa dela ali, tem que ser ali. Eu acho que tem que ser assim”* (A10). Ainda assim, neste relato se verifica que, pelo menos no discurso, a mãe da adolescente pareceu dar-se conta de que precisa respeitar o momento da filha, deixando que ela administre ou tente administrar sua própria vida.

Sobrecarga

O relato de várias futuras avós (A2, A6, A8, A9) evidenciou um sentimento de sobrecarga com a vinda do neto. No discurso de algumas participantes foi manifestada a vinculação da sobrecarga ao simples fato de tornar-se avó pela necessidade de estar presente auxiliando a filha, seja orientando com relação à maternidade e cuidados com o

bebê: *“Eu posso ficar com ela na parte da manhã, ela vai precisar mais, pra dar banho, orientar tudo e à tarde eu trabalho até mais tarde”* (A5); *“Sim, tudo de novo no sentindo de ser automaticamente mãe e vó, porque eu vou tá ali junto, ajudando (...). Eu tenho certeza que ela vai cuidar bem, mas que no inicio eu vou ter que fazer essa parte”* (A10), seja acompanhando mesmo no pré-parto e parto: *“Sempre sobrecarrega tu saber que tu é avó. Tu sobrecarrega porquê, como eu já havia dito, tu te preocupa que ela vai ter que passar bem, de orientar ela em algumas coisas, de tá sempre ali apoiando na hora de fazer a correria pro hospital pra ganhar nenê. Tu tem que tá ali, tu que ser consciente do que vai acontecer e o que precisa, o que ela precisa nesse momento”* (A2).

Um aspecto importante evidenciado durante os relatos de algumas participantes diz respeito à sensação de sobrecarga em relação a tarefas evolutivas diante da gravidez da filha adolescente. Isso se verificou especialmente entre as futuras avós mais jovens, na faixa dos 30 anos (A6, A8), na medida em que referiram ter, filhos pequenos, além das adolescentes: *“Vai ser difícil porque eu já tenho mais outros pequenos. Eu tenho um de quatro e outro de dois (...). E mais o bebê, o meu de dois anos morre de ciúmes. Já tem ciúmes dela, da barriga dela, sabe? Por que ele não acha que é nenê da [filha], ele acha que é meu sabe? Ele vai ver o nenê no meu colo”* (A8); *“Porque, tipo assim, eu tenho uma filha com três anos (...). Que é a que eu encerrei, que eu fiz laqueadura e tudo, então encerrei com ela. Então aí, a gente pensava assim que: ‘Bah! Bebê agora, tão cedo...’ Ai veio neto”* (A6).

Vale ressaltar que entre algumas futuras avós (A2, A8) foi recorrente no relato o sentimento de inadequação da gravidez da filha na adolescência. Neste sentido, pode-se verificar que o sentimento de sobrecarga também esteve associado à idade da filha que também estaria acumulando tarefas evolutivas: *“Eu pude viver essa experiência, eu tive duas filhas adolescentes gestantes, uma completamente diferente da outra. Uma que não queria saber de nada, não tava nem aí pra nada, nunca gostou de ouvir ninguém, bem rebelde”* (A2). Uma das futuras avós referiu ainda sentimento de incapacidade diante da notícia da gravidez da filha neste momento da vida, enfatizando a dificuldade de ajudar a filha, o que percebe sendo sua função enquanto avó, em vista do desempenho de tarefas de seu próprio momento evolutivo: *“Ai, eu me senti incapaz, ai, eu não queria que ela engravidasse, tão novinha. Eu falei pra ela, que agora ela vai cuidar, não vai poder sair. Eu não tenho como cuidar. Ela sabe, ela que vai cuidar e tudo”* (A8). Além disso, pôde-se verificar não só o tornar-se avó em situação de gravidez na adolescência como sobrecarga de tarefas evolutivas, mas a impressão de inadequação da gravidez na adolescência pela futura avó, na medida em que o relato da mesma participante expressou

a preocupação de que a filha mais jovem repetisse a história da irmã grávida: “*Tenho uma menina de treze anos, tenho medo que aconteça com a minha menina de treze, sabe? Que uma quer fazer o que a outra faz*” (A8).

Síntese da categoria Centralidade

A partir dos relatos citados acima, pôde-se verificar que o tornar-se avó em situação de gravidez na adolescência não necessariamente ocupou lugar central na vida das participantes, ainda que constitua uma transação importante em seu ciclo vital que impôs mudanças importantes na sua rotina e na da família. Pôde-se perceber que o sentimento de inadequação da idade cronológica com o tornar-se avó esteve vinculado tanto à idade da filha grávida, como à sua própria. Na medida em que quatro participantes foram mães adolescentes, cronologicamente seria natural que fossem avós jovens também, caso suas filhas engravidassem na mesma idade delas. No entanto, pôde-se apreender um sentimento de inadequação da idade cronológica com o tornar-se avó, tanto com relação à idade da filha grávida, como à sua própria.

A análise dos relatos evidenciou que várias participantes expressaram sentirem-se mais mães do que avós de seus netos. Isso foi verificado mais fortemente de duas maneiras: parte associada ao sentimento de continuidade da prole através da filha, por vezes satisfazendo um desejo da futura avó de ter outro filho, parte em função da pouca idade da filha, o que poderia interferir negativamente no desempenho das tarefas parentais pela adolescente. Isso se mostrou evidente especialmente pelo fato de todas as futuras avós, ao longo das entrevistas, terem manifestado preocupação em envolver-se nos cuidados com o neto em vista de as filhas tornarem-se mães durante a adolescência, ainda que várias delas também tenham sido mães pela primeira vez nesta faixa etária. Neste sentido, o fato de terem passado pela experiência de maternidade foi apresentado pelas participantes como uma vantagem que teriam em relação às filhas para assumirem os cuidados dos netos. Em alguns casos, as participantes revelaram já tomar conta de outros netos a quem tinham como filhos, inclusive em um dos casos sendo chamada de mãe por ele.

Ainda que em vista da idade das filhas as futuras avós tenham apresentando uma tendência em envolver-se nos cuidados com os netos, várias participantes referiram preocupação em evitar interferir no desempenho da maternidade da filha. Ficou evidente a crença de que, em função da pouca idade, as jovens não saberiam como proceder e necessitariam de ajuda intensa das próprias mães. Nos casos em que foi expressa a preocupação pelas futuras avós em evitar interferir, foi também enfatizado o quanto essa

não interferência requer esforço constante para que se respeitem as opiniões e os espaços da filha, que está passando a constituir sua própria família.

A partir dos relatos, apesar de evidenciarem entender que o cuidado está atrelado ao tornar-se avó, várias participantes denotaram sentimento de sobrecarga de tarefas evolutivas. Isso foi atribuído em parte por terem filhas adolescentes e crianças no momento em que chegaria um bebê e, em parte por se tratarem de mulheres em idade produtiva. Nesta direção, o tornar-se avó, que envolveu, segundo a fala das participantes o cuidar do neto, se inseriu num contexto de cuidado de outras crianças, fossem netos mais velhos ou filhos mais novos, cuidados com a casa e desempenho de atividades ocupacionais pelas futuras avós. Vale ressaltar que o discurso das participantes denotou uma sensação de sobrecarga de tarefas evolutivas não só para elas, mas para as filhas gestantes. Ainda segundo as futuras avós, a gravidez das filhas poderia ter sido postergada. Entretanto, no tempo em que ocorreu, as participantes denotaram o entendimento de que as mães devem estar mais envolvidas nos cuidados para com os bebês, por mais disponibilidade que apresentem as futuras avós.

Responsabilidade percebida

A *Responsabilidade Percebida* constitui a segunda categoria de análise e destaca relatos das futuras avós sobre responsabilidades que acreditam ser inerentes ao seu novo papel. Conforme exposto anteriormente, foi dividida nas seguintes subcategorias: a) *Apoio à filha e ao neto*; b) *Amor e carinho*; c) *Aconselhar sobre como criar o neto*; d) *Disciplinar/cuidar o neto*; e e) *Dispensa do exercício de autoridade*.

Apoio à filha e ao neto

A análise dos relatos das futuras avós revelou que todas, sem exceção, citaram, em algum momento da entrevista, o entendimento de que apoio à filha e ao neto seria responsabilidade sua. Pôde-se perceber que as participantes referiram-se a apoio tanto de ordem material como emocional, expressos em atitudes que envolveram desde a compra do enxoval (A4, A8, A10), construção de novos cômodos ou casas (A5, A8), acompanhamento às consultas de pré-natal (A1, A4, A6, A7, A8), amparo afetivo (A1, A3, A5), e divisão de experiências sobre suas vivências de maternidade com as filhas (A2, A6, A7) que estavam se tornando mães.

Em particular, pôde-se verificar que a necessidade de apoio emocional se deu desde a notícia da gravidez. O relato de uma das participantes evidenciou sua preocupação em ajudar desde a aceitação da gestação pela filha adolescente, o que envolveu não só a futura

avó, mas a toda a família: *“Passamos um bom trabalho com ela porque ela chorava muito, não queria aceitar, tinha vontade de tirar. A gente conversou muito com ela, com o emocional dela, toda a família se uniu. Todos! Carinho ela tem bastante. ‘Agora tu tá grávida (...). Vamos levar em frente, tentar conseguir pré-natal pra ti, cuidar, fazer pré-natal direitinho’”* (A1). Além disso, o relato de uma das participantes evidenciou a impressão de que teria responsabilidade de prestar apoio quando a filha se mostrou desanimada diante de alguma situação cuja demanda foi gerada em função da gravidez, tal como a construção de uma nova peça na casa: *“Acho que dando bastante apoio moral assim, não deixando ela desamparada nesse momento, tanto é que quando ela foi, ela tava trabalhando e ela ia me ajudar a pagar um pedreiro, ela começou a chorar quando foi pra rua, eu disse: ‘Ah, [nome da filha], para de chorar e vamos à luta, eu não morri ainda, eu tô aqui e nós vamos conseguir’. Tanto é que a gente tá conseguindo, sabe? Eu nunca deixei ela fraquejar assim e dando apoio moral também que eu acho importante”* (A5). Em contrapartida, a fala de uma das avós revelou também que a aceitação da gravidez por ela não se deu de pronto. Nesta situação, para além de perceber a necessidade de oferecer apoio como parte do novo papel de avó, isso pode ter contribuído para que ela própria aceitasse a gravidez da filha adolescente: *“Com essa função já, e comprando roupinha toda a hora e coisinha, então começo a conviver com isso, e acho que eu fui me envolvendo nessa situação (risos) e aceitando mais”* (A9).

Os relatos de várias participantes (A2, A5, A6, A7, A8) evidenciaram o reconhecimento de que caberia a elas estarem disponíveis para esclarecer dúvidas tanto com relação a mudanças físicas como emocionais decorrentes da gravidez: *“Não, isso é normal, não te preocupa, é assim”. E ela toda hora alisa a barriga e aperta: ‘Ai como eu tô magrinha’; ‘Filha, isso é normal. Teu corpo é que tá em mutação’ eu digo pra ela (...). A gente vira uma alien: é boca inchada, é pé que não consegue nem pisar no chão direito, a barriga, os lábio inchado... Enfim, é uma mutação tão grande e linda ao mesmo tempo também que é feio pelo lado físico, mas é lindo pelo lado emocional. É como eu disse, tem que ser um pouco professora: ‘Não minha filha, não é assim, é assim que tu tem que fazer... tu vai te sentir melhor’”* (A2); bem como em relação aos cuidados com o bebê: *“Eu vou tá sempre ali, ajudando ela, sempre cuidando. E a gente tem mais experiência das coisas, assim, que acontecem com o bebê”* (A6).

Tais esclarecimentos, de acordo com os trechos citados, seriam baseados com frequência na experiência prévia das participantes como mães. Vale ressaltar o relato de uma das participantes que enfatizou a ideia de que enquanto figura de apoio, caberia a ela sanar eventuais dúvidas da filha, mesmo que eventualmente ela mesma tivesse dúvidas:

“Auxiliando ela nas dúvidas, às vezes eu também tenho dúvidas, tenho que demonstrar que não tenho (...) só que agora ela está gestante, precisa de alguns cuidados, precisa de alguém perto pra orientar alguma coisa” (A2). A partir desse relato, foi possível apreender em alguma medida a preocupação da participante em colocar-se na condição de quem transmite informações e segurança à filha que, em seu entendimento, por estar gestando, se encontraria mais fragilizada. Ainda a esse respeito, o relato de uma das participantes ilustrou a preocupação em respeitar o ritmo da filha ao dividir informações na medida em que fossem surgindo as dúvidas: *“Conversar bastante com ela em relação à gravidez, com muita calma. Ir aos poucos explicando conforme vão aparecendo alguma dúvida que ela queira saber, alguma coisa. Vou explicando conversando” (A7).*

Entretanto, o relato de algumas participantes (A2, A4) deixou evidente que a disponibilidade em apoiar não significou intenção de assumir as tarefas pela filha: *“Olha, eu não quis ter mais filhos, foi a minha opção. Então os filhos são de vocês. Vocês é que têm que viver essa situação. Eu posso te ajudar, eu posso cuidar dela pra ti trabalhar, enfim, eu já enfrentei esse problema, né” (A2); “O que a gente pudé ajudar, a gente vai ajudar (...) só disse pra ela que ela é que vai cuidar. Ela vai toma conta, é filho dela” (A4).* Além disso, no relato a seguir verificou-se em alguma medida a intenção de preparar a filha no sentido de que algum tempo após o bebê nascer, a participante pretendia retomar suas tarefas, desligando-se gradativamente dos cuidados do bebê: *“Eu tô te ajudando no que tu precisar (...). Então agora eu já tava conversando com ela: ‘Agora, assim que o [nome do neto] nascer, a mãe vai te largar, minha filha. Sua mãe vai ter que continuar a vida da mãe’ eu disse pra ela” (A6).*

O apoio de algumas futuras avós em relação às filhas gestantes foi evidenciado ainda no que diz respeito a situações do cotidiano das filhas (A2, A6). Isso pôde se verificar através do envolvimento das participantes em facilitar tarefas relacionadas ao autocuidado, onde as filhas eventualmente denotaram dificuldades em função de mudanças decorrentes da gestação: *“Assessorando ela em tudo que ela precisa assim, tipo: ‘Ai mãe, tô com dor nas minhas costas’, vô lá fazer uma massagem (...) aí quando ela vai tomar banho: ‘Ai mãe, não consigo esfregar minhas costas’ ‘Tá, daqui que eu esfrego’ (...) Roupa, eu tô ajudando ela a botar, o que fica bem, o que não fica” (A2);* ou ainda facilitando acesso a tarefas escolares: *“E no colégio, a mesma coisa, na escola. Aí, agora hoje até, a gente vai passar lá pra pegar os trabalhos que ela tá fazendo em casa. Prova e tudo, ela tá fazendo em casa” (A6).*

Outra situação na qual várias participantes (A1, A4, A6, A7, A8) referiram procurar estar presente como forma de apoio, foi acompanhando as filhas gestantes nas consultas de

pré-natal: *“Eu venho em todas as consultas dela (...). Desde o momento que eu soube que eu ia ser vó, aí eu comecei a vim em todas com ela”* (A6); Segundo a fala de algumas participantes, a preocupação em acompanhar a filha nas consultas pode ter se dado em função da crença de imaturidade da adolescente grávida: *“Eu sempre venho com ela pra ela não vir sozinha. Ai veio a irmã dela na outra vez e agora ela começou a trabalhar (...) daí eu sempre venho junto. A gente não larga ela, porque ela nunca saiu sozinha. Não ta preparada ainda pra rua [risos]”* (A4); no intuito de acompanhar podendo retomar informações da consulta posteriormente: *“Eu venho nas consultas com ela. Eu já vim umas três vezes. Eu venho, eu converso com ela sobre as consultas que ela vem”* (A8). Algumas futuras avós ainda denotaram a preocupação em acompanhar as filhas durante o pré-natal substituindo o pai do bebê. Isso se deu pela impossibilidade de comparecimento dele: *“Eu venho na consulta porque ela pede. Porque ele não pode vir, então eu venho com ela”* (A6); ou por opção da filha pela companhia da mãe ao invés do pai do bebê: *“Agora eu tô vindo junto em todas as consultas dela (...). Ela deixou até eu participar do parto, né? Porque pode um assistir, né? Ou o pai, ou... Ela escolheu eu”* (A1).

Várias participantes (A4, A6, A5, A8, A10) também evidenciaram em seus relatos a preocupação em prestar apoio material às filhas grávidas. Isso se deu em relação à moradia, tanto acolhendo a filha por ela não ter onde morar com o pai do bebê: *“Foi um susto, porque o namorado dela não tava trabalhando, aí eu já tava imaginando um monte de coisa, aí ele começou a trabalhar e ela mora comigo ainda né, nem casa ele não tem. Aí eu tive que segurar tudo, botar eles tudo na minha, lá em casa, pra morar junto com nós”* (A8); como enquanto esta não podia ir para a casa em construção: *“Ela mora comigo porque eles ainda não terminaram a casa dela”* (A4); ou ainda fazendo reformas e adaptando a própria casa para receber a filha e seu bebê: *“Só me preocupo com obras, obra e obras, dinheiro, dinheiro, dinheiro, material, material, material. Tenho trabalhado muito porque tudo é muito caro (...). A gente teve que construir o quarto agora, porque a minha situação é difícil. Não sei, parece que tudo Deus abençoa, porque eu consegui um pedreiro bem barateiro, aí já consegui fazer o quarto dela. Já tá pronto. Aí agora já aproveitei o embalo, já tô fazendo o quarto do bebê, já tô fazendo outras reformas assim, então tá tudo indo bem, graças a Deus”* (A5). Além da preocupação das participantes com moradia, o apoio material às filhas também se verificou com relação ao enxoval do bebê: *“Então, até tem gente que diz que a gente é errada, mas a gente não vai fica esperando (...). Então muitas coisas eu e a irmã dela que compramos, coisas pro nenê. Ontem mesmo, anteontem, eu fui comprar a cômoda, fui comprar o berço”* (A4); *“Ah, tô sempre*

comprando. (...) Cada vez que eu vou no centro, assim, que eu recebo, eu sempre compro uma fralda, um tiptop, um cobertor” (A10).

Amor e carinho

Para algumas participantes (A1, A3, A6, A8), a ideia de avó ainda esteve vinculada a dar amor e carinho: *“Me dedicando, dando carinho, dando amor” (A1)*. Além disso, um relato em especial evidenciou a importância da convivência, na constituição do vínculo afetivo com o neto: *“Não adianta tu querer ser vó e não criar o vínculo (...). Eu tenho uma concepção assim, eu pra me dizer que eu sou avó tem que participar, tem que criar o vínculo. (...) Porque, eu acho assim: ninguém gosta de... a gente não é pago pra gostar, o amor, a gente se conquista (...). É o que eu falo pra minha gurria. Não é um carro que vai conquistar uma pessoa, não é um apartamento, não é nada, não é dinheiro no banco, é a convivência” (A3)*. Neste sentido, dar carinho foi mencionado por outra participante como sendo o que haveria de mais fácil em tornar-se avó: *“Dar carinho pra ele, fazer as coisas pra ele. Pra mim o mais fácil vai ser isso aí” (A6)*.

Aconselhar sobre como criar o neto

Todas as participantes manifestaram em seus relatos a ideia de que aconselhar as filhas sobre como criar seus bebês estaria entre seus compromissos enquanto avós (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10). Neste sentido, alguns relatos denotaram a ideia das participantes de que este compromisso se deu, em certa medida, pelo sentimento de envolvimento com o bebê que passou a figurar entre suas prioridades: *“Conversar coisa boa sobre a criança, sobre ela, falar que tem que cuidar da criança, tomar conta, porque agora é ele em primeiro lugar” (A8)*; *“De passar as coisas pra ela, ensina pra ela ir aprendendo e automaticamente eu vô ta envolvida com a criança assim” (A9)*.

Em alguns relatos, ficou evidente que as participantes vincularam a necessidade de aconselhar as filhas à sua experiência prévia como mãe: *“Ah, eu tenho que ensinar tudo pra ela (...) tá bem perdidinha. Então tudo eu vou ter que ensinar pra ela. Como ela ser mãe, tudo” (A1)*; *“Ai mãe, como é que eu faço, não sei o que’ (...) Tu tem que tá sempre assessorando a filha e neto (...). Tu tem que se uma vigilante das necessidades dela, de como ela trata ele, de que precisa o acompanhamento.” (A2)*. Além disso, uma das participantes denotou preocupação não só sobre aconselhar a filha, mas também sobre aconselhar o pai do bebê: *“Aí eu esclareço algumas dúvidas dela, às vezes com o pai do nenê, que é o namorado dela ainda (...). Difícil não é, mas que é uma coisa que preocupa, é” (A2)*. Outro aspecto importante que foi possível verificar no relato de uma das

participantes, foi o foco no aconselhamento sobre a relação conjugal como sendo algo a que a filha também deveria estar atenta para além dos cuidados do bebê: *“Ah, hoje eu converso com ela, assim, a respeito do bebê, como é que vai ser daqui pra frente, como que ela tem que ser, como que é ser mãe, uma boa esposa também. Que eu digo pra ela, não adianta ser só uma boa mãe, tem que ser uma boa esposa pra manter o casamento. Porque, como ela diz: ‘Ah, mãe, eu acho tão bonito tu e o pai’ Eu digo, então, pro dela dar certo, ela também tem que fazer as mesmas coisas”*(A6)

Um aspecto evidenciado em alguns relatos foi a preocupação das futuras avós em aconselhar sobre cuidados cotidianos do bebê tais como amamentação, banho e troca de fraldas: *“A vida continua e a [nome da filha] vai cuidar. Eu vou dar orientação pra ela (...) ela vai precisar mais pra dar banho, orientar tudo (...). Acho que ela deve amamentar”* (A5); *“Então se vê assim que ela tá bem consciente (...). Daí esses dias ela disse pra mim: ‘Ai, eu não sei trocar uma fralda’. Aí eu disse: ‘Aprende!’ Agora tem que aprender”* (A10). Outra questão importante que se mostrou presente nos relatos de algumas participantes referiu-se a conversar com as filhas sobre cuidados alternativos e início da vida escolar dos netos: *“Acho que vai ser difícil quando ela tiver que sair, se afastar. Que eu já tô vendo, que eu já tô conversando com ela, eu já tô vendo que ela tá meio assim: ‘Ai, eu não vou deixar na escola. (...) Então, e eu digo pra ela que não, que tem que deixar”* (A6). Foi possível perceber ainda que a preocupação com orientação de cuidados alternativos pareceu vinculada ao reconhecimento da necessidade de que filha retomasse atividades ocupacionais após o nascimento do bebê: *“Não sei, tem horas que eu acho melhor ela começar a trabalhar com um ano, que o bebê tenha um ano, mas depois, eu acho melhor o nenê que já estiver um pouquinho maior, pode ir pra creche. Não sei o que eles [mãe e pai do bebê] vão decidir, os dois”* (A5). Todavia, de acordo com a vinheta acima, pôde-se perceber também a tentativa da futura avó de aconselhar, permitindo que a decisão final seja concretizada pela mãe e pelo pai do bebê.

Além do aconselhamento sobre cuidados práticos com relação ao bebê, uma das participantes manifestou a preocupação de ressaltar junto à filha e ao pai do bebê a importância de que se dediquem a demonstrar amor pelo filho e a educá-lo: *“Ai, como avó, assim, o que eu digo pra ela, que eu tô sempre falando pra ela, que ela tem que dar muito amor pro filho dela. Amor e outra: criar ele com educação...”* (A6). Neste contexto, essa necessidade foi delineada pela futura avó já durante a gravidez da filha: *“Porque agora, já na gestação, igual eu já digo pra ela: ‘Tu já tem que conversar com o bebê na barriga. Que eu sei que eles já sentem’ E eu digo pra ela: ‘Tem uns livrinhos de historinha. Lê historinha pra ele [bebê]. Conversa com ele [bebê]’ Eu falo pro esposo dela também:*

'Vocês tem que conversar que ele [bebê] já conhece a voz'. Quando nascer, ele já sabe quem é que tá sempre ali por perto, quem é que tá sempre dando carinho (...) que ali já vai ser uma forma dela mostrar que ela ama o bebê" (A6).

Ainda que nos relatos de todas as futuras avós tenha se manifestado a preocupação em aconselhar sobre como criar o neto, uma em particular referiu preocupação sobre como as outras pessoas interpretariam sua conduta: *"É, difícil assim (...) criar, querendo o melhor e as pessoas achando que é ruim (...) tipo, eu falar [sobre como criar] e acharem que eu to errada, isso" (A3).* Neste sentido, a fala da mesma participante denotou a ideia de que quando do nascimento do bebê, talvez com conselhos de ordem prática relacionados a cuidados em situações específicas, as pessoas valorizem mais sua conduta: *"Mas posso fazer mais. Por enquanto não nasceu. Mas depois, quando nascer, vai ter uma dor de ouvido, de aquilo, e eu vou poder ajudar" (A3).* Na mesma direção, uma das avós manifestou preocupação em usar de parcimônia quando aconselhando a filha: *"Ah, mas não pode ser assim... Eu já tava dando palpite demais" (A10).* Sobretudo, ficou evidente, especialmente no relato de uma das futuras avós de que a disponibilidade em orientar sobre o que fazer em relação à criação do neto não implicaria em assumir a responsabilidade por ele: *"Ah! Que ela tem que cuidar. Ela que vai cuidar do bebê, eu vou orientar as coisinhas, mas a responsabilidade é dela" (A5).*

Disciplinar/cuidar o neto

O relato de várias participantes deixou evidente a ideia de que associaram disciplina (A1, A3, A5, A8) e cuidados (A2, A3, A6, A8, A9, A10) com relação ao neto enquanto função de avó. A esse respeito, o relato de algumas participantes revelou a busca de modelo de disciplina para o neto em sua própria conduta como mãe, pois consideravam essa como sendo a mais adequada: *"Botar de castigo sim, porque tem que ter uma norma (...) é o que eu fiz com os meus [filhos], mas bater assim, não" (A3); "Eu nunca fui aquela mãe de bater. Sempre fui da conversa. Se não aprendia do jeito que tinha que aprender, aprendia com castigo (...) A mesma coisa vai ser com o [nome do neto]. Não vai ser porque ele vai ser um nenezinho que ele também... Eu vou dar carinho, vou dar amor, mas vou dar disciplina também".* Em particular, na segunda vinheta, a participante pareceu comprometida em demonstrar afeto, para além de disciplinar o neto. Igualmente, a preocupação em disciplinar o neto manifestada pela mesma participante pareceu tornar muito sutil a diferença que ela percebe entre sua função de mãe e de avó, na medida em que pareceu pretender restringir a interferência da filha na educação do bebê, em vista da perspectiva de passar mais tempo que ela em contato com o neto: *"Ela sabe que eu que*

vou cuidar, então acho que ela não vai interferir, que eu que vou, na maior parte do tempo eu que vou educar ele” (A1). Neste sentido, uma das participantes referiu a necessidade de chamar a atenção como um dos aspectos difíceis da experiência de ser avó: “Difícil [em ser avó] é você chamar a atenção, ser braba. Tem horas que não dá pra mostrar muito os dentes, tem que ser ríspida, senão não dá. Eles abusam” (A5).

Através do material analisado, verificou-se que várias participantes, mais do que comprometidas com a disciplina, referiram perceber os cuidados em relação aos netos como associados ao ser avó. Os relatos a seguir ilustram a percepção das futuras avós de que para além de orientar sobre como cuidar, caberá a elas executar os cuidados nos primeiros dias e meses de vida do neto: “*Eu vô tá ali junto, ajudando (...) eu tenho certeza que ela vai cuidar bem, mas que no início eu vô te que fazer essa parte” (A9); “eu vou tá sempre ali, ajudando ela, sempre cuidando (...). Pra mim vai ser mais fácil também cuidar” (A6)*

Vale ressaltar que, segundo o material analisado, ainda que várias participantes tenham parecido sentir o cuidado com o neto como sendo responsabilidade inerente ao papel de avó, isso não deverá isentar a mãe do bebê da responsabilidade de cuidar: “*Eu disse pra ela, quando quiser sair assim, fim de semana, sair com o marido dela, a gente até fica com o nenê, mas ela tem que ter uma responsabilidade muito grande” (A10). Neste sentido, de acordo com os relatos, a avó passaria a figurar como cuidado alternativo ao materno em situações em que a mãe precise ausentar-se, seja para diversão, como a vinheta acima, seja para estudar, conforme o relato que segue: “... vai passar a maioria do tempo comigo, ela vai ter a vida dela, ela vai estudar mais, aquela coisa toda.” (A3).*

Dispensa do exercício de autoridade

Contrariando a ideia de disciplina e cuidado como tarefas inerentes ao novo papel, no relato de algumas participantes (A2, A7, A9) a dispensa do exercício de autoridade em relação ao neto também se mostrou associado à satisfação em tornar-se avó. Uma das situações onde isso se tornou evidente foi menção da filha como principal responsável pelos cuidados do bebê: “*Porque o [nome do neto], por enquanto a mãe dele tá ali, dá mama, troca, banho. Então, quer dizer, o essencial pro [nome do neto] depois que ele nascer vai ser a [nome da filha], não a avó” (A2).*

Neste sentido, várias participantes (A3, A4, A5, A6, A7) referiram a expectativa de que a filha se tornasse mais responsável e madura desde que soube que seria mãe: “*Agora ela tem que levantar a cabeça dela e seguir em frente, porque que não é nenhum absurdo (...). É o que eu falo pra ela. Não é coisa de perder a noção da responsabilidade que agora*

vai ter mais. (...) *Que eu acho que um filho é uma responsabilidade, só isso*” (A3); *“Ah, ela tá, amadureceu. Eu acho mais madura, tá mais mulher. Ela tem o lado criança também, que ela, até assim pela idade também”* (A5); *“Ah, eu acho dela amadurecer mais rápido assim em relação a ser mãe. Mas não, continua a mesma pessoa. Vai acabar amadurecendo mais rápido. Eu acho que sempre amadurece um pouco mais”* (A7). Ainda a esse respeito, a fala da participante abaixo ilustra algumas situações que evidenciaram, em seu entendimento, que a filha de fato estava se tornando mais responsável: *“Em relação a isso, ela realmente mudou muito, sabe? Eu noto assim que ela conversa com os outros irmãos dela. Ela tá sempre falando pra eles assim: ‘Oh, valoriza a mãe, valoriza o pai’ Isso mudou muito, sabe. Ela vê que, ela vê de outra forma, sabe. Amadureceu ela essa gravidez”* (A6).

Além disso, embora tenha sido referida a disponibilidade em participar da educação do neto, algumas das futuras avós denotaram a intenção de que a interação com os netos seja permeada por mais leveza e parceria do que propriamente cuidado e disciplina: *“Me imagino como avó... Uma avó participativa, brincalhona, divertida. Muito interessada na educação, ajudando ele. Sem interferir às ordens da mãe que vó geralmente estraga (risos)”* (A7). A viabilidade dessa postura se mostrou no relato de uma das participantes que já tinha um neto mais velho: *“Eu tô sendo assim, bem parceira como vó. Eu tenho um neto de doze anos, ele vem e me abraça. A gente é parceiro e eu acompanhei todo o jeito. Tento acompanhar a idade”* (A9). Ainda, a preocupação sobre manter uma postura mais próxima do neto, não permeada por cobrança, foi entendida pela mesma participante como uma atitude moderna: *“Eu sou uma vó meio moderna (risos). Não me sinto avó rabugenta”* (A9).

Síntese da categoria Responsabilidade Percebida

A partir do material analisado, pôde-se perceber que dentre todos os fatores citados como responsabilidade percebida em relação ao neto e à filha pelas futuras avós, o mais frequentemente citado foi o apoio, seja material ou emocional. Segundo os relatos das participantes, foi possível verificar seu envolvimento a fim de apoiar o neto e a filha grávida através da compra de enxoval, reformas na casa, companhia a consultas do pré-natal, ou ainda de conversas e dividindo suas experiências sobre maternidade com as filhas. Em especial, os relatos de várias participantes revelou a preocupação em mostrar-se disponível para apoiar emocionalmente a filha desde a notícia da gravidez, buscando um maior envolvimento da filha nos cuidados para com o bebê. Neste sentido, algumas futuras

avós mencionaram dar amor e carinho como sendo inerente ao seu papel, sendo a convivência um importante fator na constituição do vínculo afetivo avós-netos.

Outro aspecto importante destacado nos relatos de várias futuras avós foi o aconselhar sobre como criar o neto. Embora tenha sido esta função entendida como inerente ao papel de avó, a preocupação sobre como seria interpretada sua conduta se fez presente. Sendo assim, segundo o material analisado, o nascimento do bebê tenderia a tornar mais manifesta a necessidade de orientação, sendo a parcimônia ao dar conselhos um aspecto a ser considerado pelas futuras avós.

Em contrapartida, algumas futuras avós mencionaram a ideia de que seriam as principais responsáveis pelos cuidados para com o neto por terem mais experiência que as filhas. Neste sentido, algumas participantes colocaram a intenção de atuarem mais como orientadoras sobre os referidos cuidados até que as filhas possam exercê-los sozinhas, enfatizando que a disponibilidade em apoiar não significa intenção de assumir por completo a responsabilidade pela criação do neto, o que relataram ser tarefa das filhas. Entretanto, embora em seus relatos tenham se colocado como responsáveis por aconselhar as filhas grávidas – e oportunamente os pais dos bebês, várias futuras avós se mostraram disponíveis para assumir eventualmente o cuidado dos netos, seja para que a filha realize atividades de lazer, seja de estudo ou trabalho. A esse respeito, vale ressaltar que algumas participantes enfatizaram a intenção de que mesmo assumindo eventualmente os cuidados com os netos, pretendem que a interação seja pautada por mais leveza e menos exigência do que permeia a relação parental.

Portanto, constatou-se que vários aspectos foram mencionados pelas futuras avós como sendo responsabilidade inerente ao seu novo papel. Entretanto, a disponibilidade para prestar apoio, tanto de ordem material como afetiva, receberam destaque nos relatos. Todavia, ainda que algumas futuras avós tenham colocado o entendimento de que seriam também responsáveis por disciplinar e educar o neto, também se verificou certa parcimônia em alguns casos com relação a isso, pois igualmente foi evidenciada a preocupação em aconselhar sobre como cuidar do neto, mas cabendo à mãe e/ou ao pai do bebê a decisão sobre o que deverá ser feito. Na mesma direção, alguns relatos revelaram a ideia de dispensa das futuras avós do exercício de autoridade em relação aos netos como sendo inerente ao novo papel. Neste sentido, foi possível ainda constatar as expectativas das futuras avós de que as filhas sejam mais responsáveis e amadureçam mais depressa em função da gravidez e maternidade.

Reenvolvimento com o próprio passado

A terceira categoria, de acordo com o que já foi descrito, diz respeito à menção de situações da história progressa das futuras avós, eliciadas pela gravidez da filha e o tornar-se avó. Foram consideradas as seguintes subcategorias para análise: a) *Expectativas com relação ao futuro*; b) *Continuidade através das gerações*; c) *Lembranças sobre a própria mãe*; e d) *Modelos de avós*.

Expectativas com relação ao futuro

Ao longo das entrevistas foi possível identificar que todas as participantes, em algum momento, foram capazes de remeter-se ao passado entrando em contato com suas expectativas com relação ao próprio futuro. Mais que isso, muitas delas evidenciaram certa semelhança entre o que esperavam para seu futuro quando da descoberta de sua primeira gravidez e o que esperavam para as filhas diante da notícia de que seriam avós. Sendo assim, esta categoria contemplou tanto expectativas que as futuras avós mencionaram com relação ao próprio futuro quando da descoberta de sua primeira gravidez, bem como as expectativas que tinham em relação ao futuro das filhas.

A partir dos dados das entrevistas, pôde-se verificar que todas as participantes, diante da notícia da gravidez da filha adolescente também se remeteram ao momento em que se descobriram grávidas pela primeira vez, em especial, sobre as expectativas quanto ao seu próprio futuro (A1, A2, A3, A5, A4, A6, A7, A8, A9, A10). Neste sentido, foi possível averiguar que algumas participantes referiram a maternidade como uma das principais expectativas futuras: *“Meus planos eram, assim, na minha cabeça eu sempre quis ter uma família”* (A1); *“Eu também desde guria eu pensava em ter três filhos, que é os que eu tive. Não tive outro, não tive aborto, não tive nada. Foi os três que eu tive. Planejava ter os três nova, assim, pra não ter com tanta idade. A [nome da filha] eu fui ter com 33. O pensamento da gente nesses tempo acho que era casa e te filho”* (A9); *“Uma coisa que eu me lembro assim, eu gostava muito de criança, eu sempre dizia: ‘Ai, eu quero ter um monte de filho’”* (A10).

Todavia, ainda que ter filhos fizesse parte dos seus planos, a maioria das participantes referiu sentimento de frustração de expectativas quando da descoberta de sua primeira gestação, tanto na adolescência: *“Os meus planos eram ter uma família, e eu tinha vontade de trabalhar fora, né? Só que daí como foram vindo os filhos e eu tive o [nome do filho mais velho] com 15, a [nome da segunda filha] com 17 e a [nome da terceira filha] com 20, então eu preferi eu cuidar deles”*(A1), como na idade adulta: *“Eu tinha ideias de seguir meus estudos, terminar meu segundo grau, tentar um vestibular pra*

fazer uma faculdade de odonto ou administração e no fim... cortei esse sonho e fui obrigada a cortar porque aí passou sessenta dias do parto da [nome da filha] e engravidei da [nome da filha]” (A2).

Como se pôde observar nas vinhetas, a gravidez acabou por impor um redirecionamento de projetos, fazendo com que algumas participantes ficassem mais voltadas às questões relacionadas à maternidade, deixando trabalho e estudos em segundo plano, muitas vezes sem retomá-los: *“Eu saí da escola e fui trabalhar e podia ter seguido um pouco mais. Não é que eu não possa. É que agora é tudo mais difícil, depois que aparece um filho tu tem que deixar alguma coisa pra... não é assim, todo mundo pensa ‘Não, porque tu pode’ Não é por aí. A gente tem que acatar algumas coisas, deixar algumas coisas pra fazer outras” (A3); “Os estudos, eu não consegui terminar até hoje. Ah, o meu estudo! Mas eu não vou conseguir terminar (...). Meus planos era terminar os estudos, trabalhar, pegar um bom serviço, casar, ter uma casa (risos), mas engravidei antes.” (A8).* Percebeu-se ainda, de acordo com os relatos citados, que, embora casar e ter filhos estivesse nos planos de todas as participantes, o fato de a gestação não ter sido planejada, com exceção de um caso (A6), dificultou especialmente a consolidação de objetivos relacionados à escolarização e profissão.

Vale destacar que no único caso cuja participante mencionou ter planejado a gravidez, o desejo esteve relacionado à busca de companhia e ocupação no bebê: *“Ah, eu tô [estava] tão sozinha. Vou engravidar, que daí eu vou ter alguém pra ficar comigo, pra mim me ocupar.” (A6).* Além disso, a mesma participante, quando questionada sobre suas expectativas em relação ao futuro quando da primeira gestação revelou dificuldade em colocar quais eram, denotando certa ambivalência com relação aos seus desejos. No trecho a seguir, as expectativas mencionadas pareceram referir-se ao momento mais recente que ao da descoberta da gravidez e relacionados a questões religiosas: *“Eu não tinha muitos planos, assim. Porque, como é que eu posso dizer... eu não conhecia ainda Jesus. Então eu tinha, os meus planos, assim, era só mesmo me juntar com alguém, ficar com alguém. Não tinha aqueles sonhos que as mulheres têm: Ai, casar, sabe? Eu achava que era muito complicado casar. Então eu não queria. Não tinha nada disso aí. Filho, assim, também eu não pensava. Não pensava nada, só pensava em curtir, assim, a minha vida” (A6).* Em contrapartida, a fala da mesma participante denotou a organização de expectativas em relação ao seu futuro, no sentido de metas de escolarização que antes não citava como sendo suas, em função da maternidade: *“A gente nunca botou os estudos em primeiro lugar. A gente achava que isso não era importante. Então, depois que eu tive a [nome da*

filha], quando eu precisei colocar ela numa escolinha, foi onde eu vi como eu precisava estudar pra mim poder ficar perto dela” (A6)

Algumas participantes (A1, A3, A8) citaram a saída de casa como uma das expectativas com relação ao futuro: *“Eu tinha vontade de só sair dali, ter o meu terreno, e a gente conseguiu. A gente conseguiu” (A1)*. Contudo, em alguns casos (A3, A8) a gravidez acabou por acarretar a postergação da saída de casa: *“[tinha planos de] ter uma casa, parar de morar na minha mãe, ter a minha casa e dar um quartinho direitinho pra ele [primeiro filho] que eu não tive (...) seguir a minha vida, só, e não fazer mais filho, mas aí apareceu a [nome da filha]” (A3)*.

Em linhas gerais, pôde-se perceber através das entrevistas que várias participantes (A1, A3, A5, A8) referiram expectativas relacionadas a estudos, trabalho e comodidade financeira: *“Trabalhar, né? E terminar meus estudos, que era uma coisa que eu tinha sonho, que eu não consegui” (A1)*; *“Não tinha muito pensamento assim de futuro não, era mais o dia-a-dia assim, estudar, até que eu parei de estudar e tudo” (A5)*. Todavia, a frustração dessas expectativas pareceu estar vinculada à gravidez: *“Meus planos era terminar os estudos, trabalhar, pegar um bom serviço, casar, ter uma casa (risos), mas engravidei antes” (A8)*. Neste sentido, ainda que a gravidez figurasse entre as expectativas de várias participantes (A1, A3, A9, A10), foi citada como adequada em momento posterior ao que ocorreu de fato: *“Eu queria um serviço melhor, trabalhar bem, ganhar bem, queria me ajudar, ajudar minha mãe. Esse era meus planos. Pensava [em ter filhos]. Mas eu pensava com vinte e cinco, assim” (A3)*.

Diante da necessidade de lidar com a chegada do bebê, o auxílio financeiro prestado pelos companheiros também pareceu contribuir para que a atenção das participantes se voltasse às questões da maternidade em detrimento das questões escolares e profissionais. A esse respeito, a fala de algumas participantes (A1, A2, A9) deflagrou a importante influência do companheiro no redirecionamento de suas expectativas com relação ao futuro diante da gravidez em busca de apoio para a situação inesperada naquele momento, o que pareceu estar associado à dependência financeira: *“Meu marido não ganhava mal, ele ganhava o que era suficiente pra gente viver e criar nossos filhos. Então eu resolvi cuidar deles e não trabalhar fora. Essa era a minha vontade, de ter um filho só e trabalhar e terminar meus estudos. Daí ele [marido] não deixava, ele não concordava, sabe? Daí eu desisti, eu desisti de continuar, de eu estudar as coisas. Ele não concordava de eu trabalhar fora. Ele queria que eu ficasse ali em casa com os filhos” (A1)*; *“Na época o meu esposo trabalhava, agora é aposentado. Na época ele trabalhava, tinha um salário*

bom, então eu comecei a me envolver mais com filho. Até ele mesmo queria que me dedicasse mais pro filho que propriamente pensar na parte profissional” (A9).

Ainda em se tratando de buscar apoio, algumas participantes (A1, A2, A9) evidenciaram em seus relatos a importância de sua família de origem. Todavia, o apoio percebido pela participante não necessariamente era o esperado. Isso se verificou na medida em que foi relatada restrição da disponibilidade de seus próprios genitores, o que acabou impondo a necessidade de recorrer ao pai do bebê para dividir tarefas sobre os cuidados com o filho para viabilizar objetivos como a continuidade da vida escolar da participante: *“Eu não tive o apoio do meu pai e da minha mãe de dizer ‘Não, vai lá, estuda e eu fico com o nenê’ Eles me apoiaram em tudo, ‘O que tu precisar pra comer, o que tu precisar pra remédio, precisar de roupa, a gente vai te ajudar. Se precisar ir num médico, fico com ele’ Mas, tipo, depois, estudar, ‘Tu fica com meu filho?’ ‘Não, ele tem pai’ Eu estava namorando o pai dela e continuei namorando até ontem, digamos assim... porque... a gente convivia vinte anos” (A2).* Em contrapartida, o relato de outra participante denotou o estreitamento do vínculo e apoio prestado pelos seus genitores em virtude da satisfação da vontade dos mesmos de terem um filho através do neto: *“Eles [pai e mãe da futura avó] não tiveram filho homem. O primeiro neto homem ajudaram, assumiram. Mas o resto [que não era do sexo masculino] não, tudo era com a gente. E daí conforme tu vai passando, tu vai aprendendo” (A4).*

A família ampliada também foi citada num relato como fonte de apoio. Diante do incremento de dificuldades para concretizar expectativas com relação a planos de estudo e trabalho, uma participante mencionou uma tia como sendo uma pessoa que se mostrou disponível a ajudar: *“Ah, mudou algumas coisas (...) depois com filho fica mais difícil pra ti conseguir (...). Mas daí, eu tinha uma tia também. Tenho uma tia muito boa pra mim, e ela abraçou e disse ‘Não, vai fazer tua vida como tu pensou, como tu queria, trabalhar, estudar, que eu me encarrego e te ajudo’” (A7).*

Por fim, algumas futuras avós (A2, A4) explicitaram a preocupação de que as filhas não repetissem o que elas mesmas passaram em função da maternidade não planejada: *“Ela é nova, eu não quero que ela seja que nem eu, que me enchi de filho e que não pude fazer nada. Hoje o que que eu posso fazer? Trabalhar como doméstica” (A4).* Além disso, o relato a seguir evidenciou a preocupação em disponibilizar a filha gestante o apoio do qual a participante sentiu falta dos seus genitores quando de sua primeira gravidez: *“Eu espero ta presente do lado dela pra poder dar essa oportunidade que no momento eu não tive o apoio do meu pai e da minha mãe de dizer ‘Não, vai lá, estuda e eu fico com o nenê’” (A2).*

Foi possível ainda, verificar que expectativas que muitas participantes mencionaram como sendo relacionadas ao futuro das filhas, foram ao encontro de descrições que fizeram com relação ao próprio futuro quando engravidaram a primeira vez. Neste sentido, todas as participantes (A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8, A9, A10) revelaram frustração das expectativas com relação ao futuro das filhas diante da notícia de gravidez. Na fala de várias participantes (A1, A2, A3, A8), foi evidente o descontentamento sobre a idade em que as filhas engravidaram como um fator que dificultou a aceitação da gestação das filhas pelas futuras avós: *“Qual é a mãe que não vai levar [choque diante da notícia da gravidez]? Filha novinha, adolescente (...). Quer dizer, 15 aninhos, toda uma juventude pela frente”* (A1); *“Eu mesma chorava porque me decepcionei. Não por causa da criança, mas sim por ela, eu via um futuro lá bem adiante pra ela”* (A3); *“No início era uma palavra meio feia de dizer, mas foi a verdade, eu fiquei muito frustrada. Porque eu sei que isso não era os planos dela agora... É como eu disse pra ela: ‘Filha, tu tá pulando um processo da tua vida, tu tá adiantando’ Foi frustrante até porque eu sabia dos planos dela. Eu sabia do rumo que ela queria tomar, que não era esse agora, no momento”* (A2); *“Eu já não aceitei no começo. Achei muito nova com quinze anos. Eu não fiz nada, eu aceitei. No começo, eu não queria saber. Eu achava muito nova, depois eu fui aceitando”* (A8).

Ainda sobre as expectativas frustradas propriamente ditas, a maioria das participantes (A1, A2, A4, A6, A8, A9, A10) referiu preocupações relacionadas à vida escolar e profissional das filhas como sendo obstaculizadas em função da gravidez e cuidados com o bebê: *“Eu esperava que primeiro ela fizesse a vida dela (...) trabalha, se forma, porque agora as coisas já é mais difícil, com bebê novo, com uma criança nova, a gente nunca sabe... e em primeiro lugar sempre tem que ser o filho”* (A4); *“Ah, meu Deus! Eu esperava que ela terminasse o estudo, tivesse curso, essas coisas, um bom serviço, depois até ia ter a família dela, mas ela fez antes do tempo”*(A8); *“Porque os planos da gente [mãe e demais filhos] ano passado era, assim, que eles iam conseguir uma bolsa na faculdade, daí, esse ano. Só que agora ficou mais difícil”* (A10). De acordo com as vinhetas já expostas ao longo de toda esta seção, se pôde verificar que as expectativas com relação ao futuro das filhas se assemelharam bastante àquelas mencionadas anteriormente com relação ao próprio futuro quando de sua primeira gravidez.

Contudo, embora as vinhetas acima tenham denunciado a frustração das participantes com relação à escolarização e atuação profissional das filhas grávidas, várias (A1, A6, A7, A10) manifestaram desejo de que essas tarefas sejam retomadas pelas filhas: *“Eu espero pro futuro dela, assim, que ela continue estudando, que ela faça o que tava nos*

planos dela, que não pare. Porque eu tô sempre dizendo pra ela: ‘Não é o filho que vai fazer tu parar’” (A6). Em especial, o relato de uma das participantes pareceu apresentar uma conotação menos pessimista se comparado aos já mencionados até então com relação a expectativas futuras diante da notícia de gravidez: “Só vai dar uma paradinha pra... direcionar uma estradinha que não tava no teu caminho, um caminho que não tava planejado. Vai saber conciliar... direitinho, e continuar... Ficou um pouquinho adiado, mas não que tenha mudado. Tenho certeza que... que ela vai continuar” (A7). A partir desta fala, pôde-se perceber o entendimento da futura avó frente a gestação da filha não como catastrófica por definição, mas como um caminho diferente do planejado, que deverá ser trilhado como parte da vida da filha.

Através dos relatos, também foi possível detectar a disponibilidade de algumas futuras avós (A1, A3, A4) em ajudar para que estas tarefas sejam retomadas quando do nascimento do bebê: *“Quero ajudar ela. Quero que ela tenha os estudos dela, porque ela parou de estudar, desistiu. E por mim ela não tinha desistido, mas ela não quis, não adiantou, botou na cabeça. Depois que ganhar neném eu quero ajudar ela pra continuar os estudos dela, fazer curso, trabalhar e seguir o sonho dela que ela tinha antes de ficar grávida. Porque o filho não vai impedir” (A1). Ainda sobre retomar os planos da filha, uma das participantes referiu preocupação de que não houvesse uma nova gravidez, entendendo que ter mais filhos poderia dificultar ainda mais a concretização das expectativas anteriores à gestação: “Que se cuide para não ter outro filho em seguida ainda mais ela é nova. Quando vê tem mais um, mais dois, quando vê tá com uma penca de filho” (A10).*

Continuidade através das gerações

Segundo os dados das entrevistas, várias participantes (A1, A4, A5, A7, A8) referiram satisfação com o tornar-se avó em função de o neto representar a possibilidade de continuidade através das gerações. Entretanto, algumas particularidades foram verificadas nos relatos das futuras avós. Um primeiro aspecto que merece atenção diz respeito à reação desfavorável quando da notícia da gravidez da filha adolescente. Algumas avós manifestaram desapontamento por esperarem que as filhas tivessem filhos mais tarde. Porém, os relatos a seguir evidenciaram que o impacto inicial não impediu o sentimento de satisfação com relação à chegada do neto enquanto continuidade através das gerações: *“Ah, é meio triste. No início é triste. Aí vem aquela tristeza e tu vê, poxa, tão novinha. Mas depois, pensando no bebê é alegre. É teu sangue que tá vindo. Mas não digo que não é triste. É triste porque muda tudo. Eu fiquei bem triste. É uma tristeza, eu não sei te dizer.*

Uma tristeza por dentro” (A5); “Foi uma surpresa porque quando ela foi fazer o exame, que a doutora pediu pra ela fazer uns exames, ela foi ver, daí ela me ligou. Daí, a gente ficou feliz porque sabia que não era doença, não era nada, era uma criança que tava vindo. Pra mim tá, tá sendo, vai ser ótimo. A continuação da família da gente” (A7).

Os relatos das participantes evidenciaram ainda a satisfação relacionada à continuidade através das gerações independente da faixa etária das mesmas: *“É bom que, ao menos a gente tá, a gente tá envelhecendo, tá ficando velha e tá vindo geração nova [risos], tá deixando alguém” (A4).* Neste relato, a participante denotou ainda a associação entre o avançar da idade, aos 56 anos, com a necessidade de dar seguimento à linhagem. Ademais, foi possível verificar que a satisfação vinculada à continuidade através das gerações não se restringiu somente à futura avó, mas a outros níveis geracionais. Isso se deu mesmo numa família onde a futura avó, que também foi mãe adolescente, ainda estava na faixa dos trinta anos: *“Então pra mim, bah! É uma alegria pra toda a família. A minha mãe tá feliz porque é o primeiro bisneto dela também. Foi avó novinha, também. E agora vem um bisneto” (A1).*

Outro aspecto que pareceu associado à satisfação pela continuidade através das gerações, refere-se às expectativas com relação a características do neto. Neste sentido, houve inclusive comparação com outros netos que a participante já tinha, o que refletiu a preocupação da manutenção de um padrão de comportamento da família que a futura avó entendia como adequado: *“Que nem os outros, a mesma felicidade. Claro a gente espera que ele seja... se é mulher, que seja... seja uma boa cidadã [risos], que hoje acontece tanta coisa. E que seja homem, também, que não se envolva em drogas, que hoje em dia, até as gurias tão se envolvendo em drogas. Que estude, seja um homem. Não dizê: ‘Ah, eu vô fazê pra minha mãe ou pro meu pai’. Fazer por eles mesmo, que tudo que a gente faz, tudo que eu aprendi, aprendi sozinha” (A4).*

Lembranças sobre a própria mãe

Em se tratando de questões envolvendo o próprio passado, a maioria das participantes mencionou algum aspecto relacionado a lembranças sobre a própria mãe (A2, A3, A4, A5, A6, A7, A8). Neste sentido, o relato de algumas participantes (A2, A3, A6) revelou a recordação de suas mães como importantes figuras de apoio diante da situação de gravidez e cuidados com o bebê: *“Ela sempre me ajudou também” (A2); “Quando me trouxeram [seu bebê], eu mostrei pra minha mãe que ele não pegava [o seio], aí a minha mãe fez ele pegar, aí a minha mãe me ensinou, botou o bico do seio e foi onde ele começou a mamar” (A3).* Vale ressaltar que embora uma das participantes tenha explicitado a

contrariedade da sua mãe diante da notícia da gravidez, isso não inviabilizou o apoio à ela: *“Na hora a mãe me deu um esfregue, como sempre. Me xingou, falou que achava que não era a hora ainda... mas que ela ia me ajudar, me apoiar, aquela coisa toda, mas eu mesma, pra cair a ficha, demorou uns seis mês”* (A3).

Outro aspecto importante, diz respeito aos relatos de algumas participantes (A6, A4, A7) que remeteram a comparações de atitudes suas com atitudes da própria mãe após terem se tornado mães. Sobre isso, um dos aspectos que se repetiu nos relatos foi o pouco acesso aos genitores para conversar sobre sexualidade: *“A minha mãe nunca ensinou nada e a gente foi criada assim, não escutava o que eles conversavam. A gente não sabe, como eu tava conversando ali com uma senhora que tava sentada ali [na sala de espera do pré-natal da filha], que como tem gurias adolescente grávida, mas parece que quanto mais eles explicam, mostram na televisão, mais eles fazem. Porque antes a gente mais era curiosidade, porque a gente não via na televisão, os pais não falavam, era tudo escondido”* (A4); ou sobre outros temas: *“Elas [mães] não chegavam e conversavam com os filhos pra dizer: ‘Olha, tem que ser assim, tem que fazer assim. A vida é assim’. A gente conversa muito com os filhos da gente hoje em dia. Os pais da gente antigamente não. Eles desviavam. Mas ela [mãe] sempre teve um bom relacionamento com a gente, só que era umas coisas mais severas, assim”*(A7). Pode-se pensar que nas vinhetas acima, as participantes denotaram, além do tom de crítica com relação à falta de proximidade de suas mães e pais para conversar, sua preocupação em procurar fazer diferente com as filhas. Isso se evidenciou tanto no acompanhamento das filhas nas consultas do pré-natal, como na intenção de se mostrarem mais disponíveis para conversar do que se comparadas aos próprios genitores.

Desse modo, várias futuras avós referiram notar diferença em sua relação com a filha desde a descoberta da gravidez. O relato de várias participantes (A1, A2, A6, A7) evidenciou proximidade na relação com a filha: *“Acho que sempre foi a mesma confiança dela em mim e eu nela. Somos muito parceiras. Ela é muito... e eu sô muito parceira dela e ela é muito parceira minha também”* (A2). A esse respeito, durante as entrevistas, algumas futuras avós referiram um estreitamento da relação que já era próxima, em função da notícia da gravidez: *“Não interessa, o que o for, a pior coisa que acontecer na tua vida tu pode contar com a mãe’. Então ela sabia disso, sempre soube, comigo ela pode contar sempre. Então agora a gente tá mais apegada ainda”* (A1); *“Eu, assim, como mãe, observo, assim, que mudou bastante, assim, o sentimento dela. Ah, eu não gosto de falar nisso (choro). É, porque ela era uma filha, assim, que ela era muito rebelde, sabe? Ela brigava, assim, comigo. (choro) Ela me xingava bastante e agora, não. Agora ela é outra*

peessoa... (choro). Ela tá sempre me mandando mensagem, dizendo que me ama... Então, eu vejo, assim, que ela valoriza mais eu. E agora ela é uma filha bem mais amorosa” (A6); “Tá super bem, tranquila, a mesma relação de sempre. Só fortificou” (A7). Entre as futuras avós que referiram mais cumplicidade com as filhas desde a descoberta da gravidez, o relato de uma em especial, denotou o entendimento de que a relação havia mudando, em certa medida, por acreditar que a filha precisava dela e pelo fato de a filha morar em sua casa. Dessa maneira, ambas teriam mais tempo e espaço para elaborar eventuais desentendimentos: “Não sei se é porque ela precisa de mim, mais realmente, ela não discute mais, se eu falar alguma coisa que ela não gosta, ela pega: ‘Ah, mãe, eu vou embora’ Ai, ela vai pra casa dela, no outro dia ela volta bem normal, assim, sabe. Que antes ela ficava de mal comigo em casa, ficava assim, bicuda comigo, né. Agora não, ela vem de volta, né. ela vê que errou e vem. Ah, hoje tá ótima [a relação com a filha], assim né. A gente se relaciona super bem” (A6).

Contrariando a postura de maior proximidade das futuras avós e filhas descrita acima, uma das participantes referiu sentir que a filha se distanciou desde a notícia da gravidez: “Ah, mudou. Mudou o comportamento dela comigo. Ela fica com mais tabu, assim, comigo. Coisa que não era. A intimidade dela, ela é mais fechada. Mudou bastante sim” (A3). Todavia, ao longo da entrevista, a participante denotou postura compreensiva sobre a conduta da filha, dizendo procurar manter-se disponível para caso a filha perceba necessidade de maior aproximação: “Entendo a posição dela e me ponho no lugar dela só. Quem sou eu pra dizer: “Não! Fala tudo que tu tem vontade...” Não posso exigir nada disso. Daí eu deixo como um conceito dela se ela achar, sabe, to em todos ouvidos” (A3).

Ao longo das entrevistas também ficou evidente a mudança de perspectiva da crítica ao entendimento de algumas participantes (A6, A7) sobre atitudes de suas mães em momentos anteriores do desenvolvimento, mesmo que busquem atitude diferente na relação com suas filhas: “Se a minha mãe gritava pra falar com a gente, porque, né, até mesmo porque ela tinha cinco filhos e era uma escadinha e coisa e tal. Então, eu já não sou muito do grito, eu já não sou, eu não gosto de discussão, de gritar” (A7). Ainda uma das participantes referiu que tornar-se mãe fez com que entendesse melhor a própria mãe identificando semelhanças da sua relação com a própria mãe na sua relação com a filha: “Mudou, assim o meu modo com a minha mãe também. Eu vejo, assim, que é bem parecido eu e a [nome da filha]. Mas mãe é assim, não adianta. É uma coisa maior, assim, que eu vejo. Não é nem por pegar o pé, às vezes ela sai, né. Bah! Eu já fico preocupada. Então, eu vejo que isso é de mãe e eu vejo que minha mãe era assim e eu achava, assim,

que a minha mãe queria catar a minha vida. ‘Ah, a mãe só quer catar a minha vida!’(risos) Então eu vejo que não é. É um amor mesmo que tem” (A6).

Modelos de avós

Outro aspecto que se evidenciou nos relatos de futuras avós foi a identificação de modelos de avós em sua história pessoal. Várias participantes mencionaram modelos de avó que gostariam de seguir, ainda que com alguns aspectos a serem evitados (A1, A2, A5, A7) enquanto a maioria descreveu modelos de avó que entendiam dever evitar (A1, A2, A3, A5, A6, A7, A8).

Entre os modelos de avó a seguir, algumas participantes (A5, A7) referiram a própria avó como figura presente com quem tinha mais proximidade do que os próprios genitores: *“Ah, com a minha avó. Eu tive uma avó muito presente, assim. Eu sinto falta dela até hoje, assim, é muito, uma coisa muito forte. Ela sempre foi muito companheira, muito minha amiga. Até coisas que na época os pais não te falavam, ela sempre vinha e conversava comigo” (A7).* Por outro lado, ainda que tenham relatado pouco contato com suas próprias avós, algumas participantes relacionaram boas lembranças às suas avós: *“Tinha pouco contato. Mas quando a gente ia visitar ela [avó], era muito bom. Ela era boazinha” (A5).* Contudo, quando os contatos já restritos ocorriam, algumas participantes (A2, A5) denotaram não ter muita proximidade com sua avó: *“Eu ia só pra visitar e ela fazia bolos maravilhosos. Os natais eram sempre na casa dos meus avós, que tinham muitos filhos. Aquela função de natal e visita e deu e era isso. Minha avó era muito de pôr a gente um pouco mais distante dela. Ela [avó] era muuuuito chata mas eu amava muito ela”(A2).*

A própria mãe foi outro modelo a seguir citado por algumas participantes (A1, A2). Neste sentido, o relato de uma das participantes evidenciou que a assunção do papel de mãe em relação aos netos pela avó seria um modelo a seguir, especialmente relacionado à disciplina, cuidado e afeto: *“Porque a minha mãe, ela não é só avó, ela é mãe também dos netos dela, todos os netos dela, ela não exclui um nem o outro. Tanto que ela cria dois netinhos dela porque a minha irmã também é separada, teve que trabalhar. Ela [mãe] cria desde pequenininhos. Cuida deles pra minha irmã trabalhar. Minha mãe que ensina, a minha mãe que disciplina e ela dá muito amor e carinho pros netinhos dela. Os netos dela são filhos dela. Então eu quero ser igual a minha mãe” (A1).*

Outro aspecto importante relacionado aos modelos de avó a seguir ou evitar evidenciado nos relatos das participantes, diz respeito à preocupação em evitar errar no desempenho do novo papel. Neste sentido, verificou-se a avaliação da conduta da própria

mãe como avó enquanto referencial do que fazer ou não: *“Ah, eu imagino tipo assim, às vezes eu me comparo com o que a minha [mãe] fazia, que ela era avó, claro. O que eu gostava e o que eu não gostava. Então eu procuro não errar, mas eu não sei o que significa não errar com os meus netos. Eu procuro sempre analisar assim: minha mãe fazia isso e eu não gostava, então procuro não fazer. Ou se eu fizer alguma coisa, vier a fazer alguma coisa que a minha mãe fazia e eu não gostava, eu vou me dar conta. Mas eu já vivi essa situação, mas não foi bom. Tem coisas que eu sei que ela errou, mas eu gostaria de ser igual a ela”* (A2). Neste sentido, a vinheta citada deixou evidente a intenção em seguir a própria mãe como modelo, apesar de reconhecer eventuais equívocos que ela possa ter tido como avó.

Sobre os modelos de avó a evitar, algumas participantes (A2, A7) não citaram pessoas em especial, mas enumeraram características que consideravam inadequadas. Tais características estiveram ligadas a repressão dos netos, bem como à necessidade de controlar-se para não invadir o espaço da filha, mesmo que o pai da criança não esteja presente: *“Especificamente uma pessoa eu não sei te dizer. Mas eu digo assim, não gostaria de ser aquela avó que repreende tudo, que acha tudo errado que a filha tá fazendo, ou que o pai porque não vive com a filha, não tem direito a nada. Isso eu não gostaria de ser”* (A2); *“Ah eu não quero ser uma avó braba que bata”* (A5); *“Eu não gostaria de ser parecida com uma avó que fosse... Muito metida na vida da filha, da criação do neto”* (A7).

Ainda sobre avós tidas como modelos a evitar, algumas participantes citaram a sogra (A1, A3, A5). Neste sentido, os relatos pareceram evidenciar o sentimento de que havia diferença de tratamento dos netos pela sogra na condição de avó paterna de seus filhos: *“Ela tem seleção. Os meus filhos mesmo ela nunca deu carinho, nunca foi de dar atenção pra eles, pros meus filhos. Não só pros meus, pra todos os netos dela”* (A1); *“Ao mesmo tempo ela [sogra] é uma avó braba. Não é bem como avó, mas mãe, assim com os netos”* (A5); *“Ah! Ela [avó paterna dos seus filhos] é totalmente desligada (...) não procura, sabe. Não tem aquela atenção, não tem preocupação, eu acho, assim não é ser vó. Acho que ser vó é fácil, tem que participar”* (A3). Os trechos acima sugerem ainda uma representação das participantes de que cabe à avó uma posição de proximidade vinculada a carinho e participação nos cuidados em relação ao neto.

Uma das participantes ainda citou a própria mãe como modelo de avó a ser evitado em função da falta de proximidade e carinho para com os netos: *“Tem a minha mãe. Não queria ser parecida com ela. Eu acho ela muito assim. Claro! É o jeito dela. Ela é muito áspera com os netos. Eu acho, assim, que ela não tem aquele... aquele jeito, assim, que tu*

vê na maioria das vós: ‘Ah, meu netinho!’ – sabe? Tu agarrar, fazer carinho. Ela não é assim” (A6). Contudo, tanto a participante que mencionou a própria mãe como a que citou a sogra como modelos a serem evitados em função de falta de proximidade e afetividade com relação aos netos, relacionaram a conduta das mesmas a dificuldades em sua história pessoal: “Mas ela não é assim de repente porque ela não pôde também. Tudo é o modo como tu vive. Ela teve dificuldades. Então, de repente, o máximo que ela pode é aquilo ali. Então, eu não critico ela por ser assim. Mas eu não quero ser como ela (risos)” (A6); “Foi com a minha sogra com os filhos assim, mas ela era coitada, bem sofrida. Mas ela era daquele tempo antigo, eu acho que assim” (A5).

Por fim, uma das participantes mencionou uma vizinha como modelo de avó que gostaria de evitar: “Ah, [não gostaria de parecer] com a minha vizinha lá, cada vez, ela tem cinco netos que ela cuida, cria. Eu fico apavorada. Ah, coitada! As gurias dela engravidam e ela vai tomando conta, criando” (A8). Este relato evidenciou, em alguma medida, a preocupação com a recorrência de gravidez e a assunção dos cuidados do bebê pela avó como mãe.

Síntese da categoria Reenvolvimento com o próprio passado

Com base nas vinhetas acima, foi possível constatar que diante da situação de gravidez das filhas adolescentes as futuras avós puderam conectar-se com o próprio passado. Em especial, o tornar-se avó parece ter suscitado lembranças com relação às expectativas com relação ao próprio futuro quando da descoberta de sua primeira gravidez, bem como em relação ao futuro da filha quando da notícia da gravidez da mesma. Ademais, o reenvolvimento com o próprio passado se mostrou presente nas lembranças sobre a própria mãe e, associado a isso, sobre sua relação atual com a própria filha, além de modelos de avó a seguir ou evitar.

No que tange às expectativas com relação ao futuro diante da sua primeira gravidez, foram poucas as participantes que mencionaram a maternidade como principal projeto futuro naquela época. Em contrapartida, embora várias futuras avós tenham mencionado planos de ter filhos quando jovens, foi quase unânime o relato de frustração inicial diante da notícia, fosse durante a adolescência ou quando adultas. Ficou evidente a percepção de que por mais que desejassem ser mãe, a experiência teria sido melhor se fossem mais velhas. Ademais, ainda que muitas participantes tenham mencionado questões relacionadas a estudos e trabalho como expectativas com relação ao seu futuro, diante da gravidez estas acabaram ficando em segundo plano em vista da maternidade. Neste sentido, não

raramente as participantes acabaram não retomando projetos relacionados à escolarização e profissão.

Outra expectativa com relação ao futuro das participantes quando da descoberta da primeira gravidez foi o desejo de sair de casa. A esse respeito, o relato de algumas participantes evidenciou a postergação deste plano, muitas vezes em vista da dificuldade financeira pelas despesas decorrentes da chegada do filho. Neste sentido, houve participantes que permaneceram coabitando com a família de origem enquanto outras puderam coabitar com o pai do bebê. Nas duas situações pôde-se perceber, através dos relatos, a continuidade da dependência financeira das participantes tanto em relação à família de origem, como em relação ao companheiro. Possivelmente, isso pode ter contribuído para planos de estudo e trabalho fossem adiados a fim de que pudessem dar conta das tarefas da maternidade.

Quando as participantes permaneceram nas famílias de origem, o foco sobre os cuidados com o filho se deu em vista das exigências especialmente dos seus genitores de que cuidasse do filho. Nesta situação, alguns relatos evidenciaram que embora os genitores tenham se preocupado em oferecer apoio material e instrumental para as filhas, nem sempre se disponibilizaram a cuidar do bebê, especialmente para atividades que envolvessem sair de casa, fosse para estudar ou atividades de lazer. Já as participantes que passaram a coabitar com os pais dos bebês associaram o foco na maternidade em detrimento da continuidade da vida escolar e profissional ao conforto financeiro oferecido pelos então companheiros.

Ainda com relação a expectativas com relação ao próprio futuro quando da primeira gravidez, os relatos de algumas futuras avós evidenciaram a preocupação de que as filhas não passassem pelo que elas mesmas passaram em função da maternidade não planejada. Tal achado sugere que o reenvolvimento com o próprio passado se manifestou nas expectativas construídas sobre o futuro da filha adolescente. Pôde-se observar que foi unânime entre as participantes o relato de frustração das expectativas com relação ao futuro das filhas diante da notícia de gravidez, semelhante ao que algumas futuras avós haviam relatado quando da descoberta de sua primeira gravidez. O fato de as filhas ainda estarem na adolescência, mesmo que algumas futuras avós também tenham sido mães adolescentes, constituiu fator de preocupação para as participantes como sendo um complicador para que fossem mantidos os planos relacionados à escolarização e profissão das adolescentes. Entretanto, em vários relatos as participantes evidenciaram a ideia de que as filhas possam retomar tais tarefas, podendo inclusive, valer-se da ajuda das futuras avós para tanto. Sobre este aspecto, ainda uma das futuras avós manifestou a preocupação de

que a filha não engravidasse novamente, o que seria mais um obstáculo para a retomada das atividades escolares e profissionais.

Nesta perspectiva, foi referida a intenção de disponibilizar para a filha grávida o apoio que algumas futuras avós relataram não ter recebido e julgaram importante naquele momento. Muitas participantes referiram lembranças sobre a própria mãe, fosse como figura de apoio, fosse para comparar-se como mãe na relação atual com sua filha.

No que tange à relação com a filha, os relatos das participantes revelaram em alguns casos a sensação de maior proximidade e em outros de distanciamento desde a notícia da gravidez. Em alguns casos, o fato de a filha já morar em outra casa foi apontado como ponto positivo que contribuiu para melhorar a qualidade da relação. Um dos aspectos citados como sinal da referida proximidade foi a sensação de reconhecimento da mãe pela filha gestante. Em contrapartida, também foi mencionado sentimento de distanciamento mãe-filha desde a notícia da gravidez. Nesta situação, verificou-se uma postura de entendimento da futura avó, respeitando o momento da gestante, mostrando-se disponível caso a filha pretendesse uma reaproximação. A fala de algumas participantes evidenciou ainda que, mesmo buscando atitudes diferentes em relação a suas filhas, passaram a entender melhor a conduta de suas próprias mães em momentos posteriores do desenvolvimento.

Situação semelhante se verificou nos relatos das futuras avós em relação a modelos de avós a seguir e evitar. Algumas participantes mencionaram que embora não aprovassem a conduta de algumas avós com as quais tiveram contato, tinham intenção de corrigir o que julgavam inadequado. Além disso, referiram entender que algumas atitudes que pensavam não ser adequadas poderiam se dar em função de vivências das pessoas que estavam avaliando como avó.

Ainda sobre modelos de avó a seguir ou evitar, as participantes enumeraram características vinculadas ou não a pessoas como a própria avó, a própria mãe, a sogra ou conhecidos. Entre as principais características referidas como desejadas, foram destacadas a ideia de proximidade e afetividade da avó em relação aos netos, mesmo quando havia pouco contato. Em contrapartida, como características a evitar, foram mais citadas a falta de proximidade e de carinho para com os netos, além de diferença de tratamento entre os netos.

Por fim, pôde-se inferir a partir dos relatos das participantes que o passado se fez presente de várias maneiras no processo de tornar-se avó durante a gestação das filhas adolescentes, tanto entre as que já eram avós, como entre as que seriam avós pela primeira vez. Neste sentido, embora muitas participantes tenham relatado reações iniciais

desfavoráveis diante da notícia de gravidez da filha, com o tempo, várias participantes referiram satisfação com o tornar-se avó, tendo em vista a possibilidade de continuidade através das gerações. Além disso, recordações sobre as expectativas quanto ao próprio futuro quando da primeira gravidez, lembranças sobre a própria mãe e outras pessoas também pareceram exercer importante influência no que se refere a sentimentos e expectativas com relação ao papel de avó.

DISCUSSÃO

O presente estudo investigou expectativas e sentimentos de futuras avós sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Buscou-se compreender como as futuras avós sentiam-se esperando o neto desde a notícia da gravidez, bem como que características atribuíam ao papel de avó que deveriam desempenhar. Nesta seção se pretende integrar os resultados apresentados na seção anterior com os principais tópicos destacados na literatura, considerando a estrutura de categorias que fundamentou a análise dos dados: *Centralidade, Responsabilidade percebida e Reenvolvimento com o próprio passado*.

Em vista de não ter sido encontrada na literatura uma descrição que contemplasse o tornar-se avó especificamente no contexto da gravidez na adolescência, buscou-se adaptar estruturas de categorias já difundidas na literatura que tratavam do tornar-se avó quando filhos adultos estavam tendo filhos. Desta forma, um dos aspectos que se destacou no presente estudo foi a questão da idade em que as futuras avós passaram a fazer parte da outra geração em vista do seu novo papel. Vários autores tem postulado o aumento da expectativa de vida como responsável pelo fato de mais pessoas vivenciarem a experiência de tornar-se avó por um período mais longo no ciclo vital (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Coall & Hertwig, 2010). A partir dessa premissa, pode-se pensar então que em situação de gravidez na adolescência este período da vida no qual se desempenharia o papel de avó iniciaria mais cedo e seria ainda mais prolongado.

A expectativa inicial era de que as futuras avós referissem preocupação com o fato de as filhas terem engravidado na adolescência e, em decorrência disso, eventualmente se sentissem despreparadas para serem avós. Desse modo, se esperava que o tornar-se avó não ocupasse prioritariamente lugar central na vida das mães das adolescentes. Esta expectativa foi parcialmente confirmada. Embora tenha sido recorrente o sentimento de inadequação da idade cronológica com o tornar-se avó por se julgarem muito jovens, isso não foi associado a sentimentos de despreparo com relação às tarefas que as participantes entenderam como inerentes ao novo papel. Além disso, as futuras avós referiram preocupação com o fato das filhas terem engravidado na adolescência, sem que o tornar-se avó tenha ocupado lugar central em suas vidas. De maneira geral, constatou-se que apesar da contrariedade com o momento em que se tornariam avós, em vários momentos as participantes se descreveram como importantes figuras de apoio para as gestantes adolescentes e seus bebês, buscando servir de modelo de cuidado como mães em função de sua experiência como tal.

De acordo com os resultados apresentados, embora se tenha observado aspectos comuns a vários casos, expectativas e sentimentos sobre o tornar-se avó também apresentaram particularidades. Assim, pôde-se verificar que cada participante atribuiu diferentes significados ao papel de avó (Hayslip Jr et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Robertson, 1977; Somary & Stricker, 1998). Neste sentido, em consonância com a literatura, fatores individuais e contextuais se mostraram presente nos relatos analisados (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Colarusso, 1997; Hayslip et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Somary & Stricker, 1998). Entre esses fatores, a idade em que passaram a fazer parte da terceira geração (Hurme, 2006) e aspectos de ordem socioeconômica e cultural, tais como renda familiar, ocupação, situação conjugal, número de filhos e etnia (Carter & McGoldrick, 1989/2008), bem como tarefas que acreditavam ser inerentes ao novo papel (Kivnick, 1983; Hayslip Jr et al., 2003) permearam os relatos das futuras avós.

Com relação à questão da *Centralidade* no tornar-se avó, que diz respeito ao papel de avó como assumindo lugar central na vida do indivíduo (Kivnick, 1983) várias futuras avós do presente estudo, na faixa dos trinta anos referiram sentir-se jovens demais para passarem por essa transição naquele momento de suas vidas (Smith, 1991; Szinovacz, 1998), o que revelou o sentimento de inadequação entre idade cronológica e o tornar-se avó. No relato de várias participantes, embora não tenham explicitado características relacionadas ao estereótipo de avó como sendo uma senhora velhinha de cabelos brancos, o fato de terem se referido a si mesmas como “muito nova” foi uma constante. Além disso, pode-se pensar que o relato de uma das futuras avós de que outras pessoas não a viam como mãe da adolescente grávida deixou subentendida a relação do papel de avó com características físicas estereotipadas de pessoa idosa como imagem social e culturalmente apreendida de avó, conforme sugeriu Smith (1991). Sob esta ótica, a questão da idade, traduzida no sentimento de precocidade da transição para o novo papel, pode ser entendida como uma das formas em que se observou a influência do *status* social atribuído ao papel de avó sugerido por Kahana e Kahana (1971) como um importante constituinte do tornar-se avó. Neste sentido, o ser avó se entenderia como um dos poucos papéis sociais disponíveis para pessoas idosas, exercendo importante função contra o isolamento social (Kahana & Kahana, 1971). Daí a sensação de inadequação das futuras avós do presente estudo, em vista de não serem pessoas idosas e que tampouco estariam experimentando isolamento social, na medida em que se encontrariam em momento importante de suas vidas produtivas e reprodutivas.

Em contrapartida, uma única participante do presente estudo, já com cinquenta anos, não evidenciou descontentamento com o tornar-se avó, posto que já tinha outros

quatro netos. De acordo com a literatura, esta seria uma idade descrita como “apropriada” para vivenciar a transição para o papel de avó (Hurme, 2006; Kipper, 2004; Kipper & Lopes, 2006; Smith, 1991; Szinovacz, 1998). A esse respeito, embora a chegada de cada neto tenha repercussões particulares em cada membro da família, a referida participante não estava vivenciando esta transição pela primeira vez. Todavia, se mostrou incomodada com comentários de outras pessoas que julgavam aparentar mais idade do que realmente tinha e cobravam, por já ser avó, conduta associada ao estereótipo de avó tal como a aposentadoria. Dessa forma, mais uma vez se mostrou influente em certa medida, a imagem socialmente construída de avó vinculada a limitações impostas pela idade (Fischer, 1983) que indiretamente, neste caso implicavam na perda da capacidade produtiva. Entretanto, a referida participante não parecia ver-se nesta condição. Pelo contrário, referiu um contexto onde seu trabalho ainda tinha lugar de maior destaque sobre o ser avó em sua vida. Neste caso, em particular, o continuar trabalhando representava a perspectiva de maior conforto material para a participante e familiares a quem ajudava. Embora não se tratasse de uma família em situação de pobreza extrema, a vivência descrita por esta participante se aproxima do último estágio do ciclo vital das famílias pobres descrito por Carter e McGoldrick (1989/2008), onde o avançar da idade não garantiria a aposentadoria, mas a necessidade de continuar trabalhando para garantir sua subsistência e da família. Entretanto, isso não inviabilizou que em diferentes momentos da entrevista esta participante tenha se referido ao ser avó com satisfação.

O tornar-se avó também pareceu impactar no desenvolvimento das participantes, especialmente se consideradas suas tarefas evolutivas. Não raramente, ao tornar-se avó, várias participantes ainda tinham como foco tarefas relacionadas à parentalidade, muitas vezes, de filhos pequenos que regulavam de idade com os netos, o que configurou uma sobrecarga no que se refere às tarefas evolutivas (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Isso assume especial importância se considerada a idade em que a futura avó foi mãe pela primeira vez. Se isso sucedeu na adolescência, pode-se pensar que a sobreposição de papéis não teve início com a gravidez da filha adolescente e o cuidado do neto eventualmente concomitante ao cuidado de filhos pequenos, mas a sobrecarga de tarefas evolutivas pode ter tido início já em sua própria gestação adolescente (Carter & McGoldrick, 1989/2008). Nesse sentido, as futuras avós que tenham se tornado mães adolescentes teriam experimentado a possibilidade de consolidar a identidade – o que a literatura descreve como principal tarefa evolutiva da adolescência (Blos, 1985/2002; Lewis & Volkmar, 1993), ao mesmo tempo em que deveriam rever questões do mesmo momento evolutivo ao tornar-se mãe, conforme sugere Colarusso (1990), integrando a

maternidade à sua identidade. Por conseguinte, a maternidade da filha adolescente acarretaria novamente intensas necessidades de transformação e mudança para as quais a futura avó poderia não sentir-se preparada por ainda se identificar mais com o papel parental. Segundo Carter e McGoldrick (1989/2008), a confusão de tarefas desenvolvimentais para a futura avó, ainda que esta tivesse seu *status* de avó bem definido na família, poderia comprometer seu desenvolvimento, tornando-se uma “avó que não evoluiu”. Na mesma direção, Hansen e Jacob (1992) enfatizaram o impacto nas relações intergeracionais decorrentes da colisão de necessidades e demandas do ciclo vital dos novos genitores e novos avós, principalmente se os segundos ainda são relativamente jovens.

Além disso, outras participantes, ainda que não tivessem filhos pequenos mencionaram a sensação de sobrecarga diante da notícia de gravidez da filha adolescente em vista de não estarem na idade em que imaginavam tornar-se avó. Neste sentido, vários autores apontaram a história reprodutiva da mãe, bem como gestação na adolescência como fatores relacionados à ocorrência de gravidez na adolescência das filhas (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Manlove, 1997; Meade et al., 2008; Pouta et al., 2005). Porém, ainda que muitas participantes do presente estudo tenham sido mães adolescentes, tornar-se avó neste momento, devido à reedição de sua conduta reprodutiva pela filha pareceu não ter sido cogitado, provocando surpresa. A esse respeito, vale ressaltar que vários estudos reconhecem a transmissão também do desejo de ter filhos (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Dias & Aquino, 2006; Meade et al., 2008; Pouta et al., 2005). Sob esta ótica, entre as participantes do presente estudo, o papel materno pareceu ocupar lugar importante na transmissão de valores sobre planejamento familiar e maternidade. De maneira geral pode-se pensar que, em consonância com a literatura, o desejo das adolescentes – tanto das filhas gestantes, bem como de suas mães quando da primeira gravidez – por ter um bebê, pode ter ocorrido como alternativa diante da falta de satisfação em outros aspectos de suas vidas tais como em relação à escola e ocupação (Levandowski et al., 2008; Santos & Schor, 2003) ou ainda em atenção a expectativas da família (Aquino et al., 2003; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Heilborn et al., 2002; Neiverth & Alves, 2003). Entretanto, a ocorrência de gravidez tanto da futura avó, quando ainda adolescente, como da sua filha, pareceu contrariar muitos discursos de participantes que colocaram a estabilidade econômica como plano que precederia o casamento e filhos.

Outro aspecto importante também relacionado ao desejo de ter filhos diz respeito à gravidez e maternidade adolescentes enquanto necessidade de atenção e proteção não

satisfeitas (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Dadoorian, 2007; Falcão & Salomão, 2006; Falceto, 1996). Pode-se relacionar esta ideia com a contabilidade familiar (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008), onde a manutenção do vínculo de dependência financeira e/ou emocional da adolescente grávida/mãe com sua família de origem reforçaria o senso de pertencimento da jovem à família. Sendo assim, a partir dos relatos das participantes do presente estudo, é plausível que tanto a recorrência de gravidez adolescente nas famílias estudadas – ainda que reconhecida na maioria dos casos como inesperada – bem como a disponibilidade das futuras avós em apoiar as filhas, mesmo que sentindo-se desconectadas com o papel de avó num primeiro momento, deponha a favor da manutenção de um padrão de funcionamento familiar onde o vínculo pela dependência se verifica desde a inclusão de novos membros no sistema através do nascimento.

Os aspectos mencionados acima remetem à outra categoria analisada no presente estudo, denominada *Responsabilidade Percebida*, que também apresentou algumas particularidades entre os casos do presente estudo. Em consonância com a literatura, algumas futuras avós relataram preocupação com um sentimento de desconexão em vista da necessidade de assumir obrigações tais como os cuidados com os netos. Isso não se deu por desconhecimento de como fazê-lo, mas por não sentirem-se prontas, tanto em função de sua idade e do compromisso com as respectivas tarefas evolutivas, como devido às atividades ocupacionais ou cuidados com os próprios filhos (Smith, 1991). Apesar disso, o cuidar ou servir de figura de apoio para os netos, que se destacaram entre as principais tarefas das futuras avós, foi reconhecido mesmo pelas participantes mais jovens como apropriado, contrariando o que sugeriu a literatura com relação às avós tidas como precoces, que apresentariam mais dificuldade em assumir este papel (Smith, 1991; Hurme, 2006).

Um importante achado do presente estudo diz respeito ao sentimento de maternidade em relação aos netos expresso por várias participantes, o que se mostrou preponderante ao sentir-se avó. Isso se revelou tanto associado ao sentimento de continuidade da prole através da filha enquanto satisfação de um desejo da futura avó de ter outro filho, como em função da pouca idade da filha. É plausível que tais achados sugiram que as futuras avós estariam, por vezes, mais identificadas com o papel materno do que com o papel de avó. O fato de ainda estarem predominantemente envolvidas com tarefas parentais poderia favorecer a perspectiva de relação fraterna entre a mãe adolescente e seu próprio filho no entendimento da futura avó. Além disso, se reconhece que a dependência financeira de algumas gestantes adolescentes, mesmo quando não mais coabitando com a futura avó pode favorecer este entendimento. Por conseguinte, a avó

tenderia a assumir a responsabilidade pelos cuidados do neto como seu filho em detrimento da imaturidade da filha que está se tornando mãe e ainda é, em alguma medida, responsabilidade sua também, o que reforça achados da literatura (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996).

Algumas participantes do presente estudo revelaram já tomar conta de outros netos a quem tinham como filhos, conforme se verificou num dos casos estudados, em que uma das avós relatou ser chamada de mãe por um neto. Um dos fatores que pode ser apontado como importante neste sentido é a coabitação com os avós, o que tem sido uma configuração familiar cada vez mais frequente nos dias atuais (Barnett, 2008; Fonseca, 2005; 2007; Spieker & Bensley, 1994). Entre os casos que participaram do presente estudo, corroborando a literatura, isso se deu especialmente em busca de reduzir despesas para famílias de baixo nível socioeconômico (Albuquerque, 2001; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Pearson, et al., 1997) diante da chegada do bebê, bem como do já comentado papel de cuidadora que as avós desempenhariam em relação aos netos (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falcão & Salomão, 2005; Pearson et al., 1997; Spieker & Bensley, 1994).

Em se tratando de famílias de nível socioeconômico baixo, segundo Carter e McGoldrick (1989/2008) esta organização poderia ser entendida como funcional, na medida em que se estaria reproduzindo um padrão característico de classes populares. Particularmente em relação aos resultados do presente estudo, a organização não nuclear corresponde à realidade de famílias brasileiras de nível socioeconômico baixo, cujo ciclo vital não se descreveu a partir da nuclearização, na medida em que o nascimento dos netos precedeu a formação de novos núcleos ou casamento dos filhos (Fonseca, 2005). Ademais, segundo Fonseca (2005), o laço familiar envolve o reconhecimento de direitos e deveres entre as pessoas, o que desvela um jogo de valores intergeracionais relacionados à proximidade familiar em vista da privação de recursos materiais e valores de comunidade (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin et al., 1999; Pearson et al., 1997). Sendo assim, para Carter e McGoldrick (1989/2008), cuidar de filhos que não seriam seus criaria espaço para reconhecimento na comunidade adquirindo, essas avós, status superior.

Entretanto, este reconhecimento não se explicitou nos relatos das participantes do presente estudo. Entende-se que esta confusão de papéis eventualmente pode ter sucedido não conscientemente em busca de status em seu meio, ou ainda por inexperiência sobre como cuidar de um bebê, mas em vista das demandas simultâneas de ajudar a filha a assumir o papel de mãe enquanto elas mesmas continuavam exercendo a função parental em relação à adolescente (Dallas, 2004). De acordo com a literatura, entende-se que o

assumir a maternidade com relação ao neto implica em não permitir que a adolescente assumira seu lugar de mãe, o que pode interferir negativamente no desempenho das tarefas parentais pela adolescente (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falcão & Salomão, 2005; Kipper & Lopes, 2006; SmithBattle, 1996), acarretando como consequências a ausência ou submissão da mãe ao cuidado com o filho (SmithBattle, 1996).

Em contrapartida, várias participantes trouxeram a preocupação em evitar interferir na maternidade da filha como um dos principais desafios do papel de avó, mesmo evidenciando a crença de que as filhas poderiam não saber como proceder enquanto mães em função da pouca idade. Neste sentido, embora tenha sido quase unânime a impressão de que sua experiência contribuiria enormemente para auxiliar a filha nos cuidados para com o neto (Barnet, 2008; Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996), várias futuras avós se mostraram disponíveis a partilhar seus conhecimentos, reconhecendo a necessidade de recuar de vez em quando, permitindo que a filha tomasse a decisão final sobre o que deveria ser feito. Este achado vai ao encontro da literatura que destacou como sendo importante o apoio das avós especialmente em situação de gravidez na adolescência, sem que necessariamente isso implique na total assunção da maternidade do neto. Sendo assim, caberia às futuras avós tornar-se disponível e apoiar à filha adolescente, favorecendo seu envolvimento nas tarefas relativas à maternidade (Falcão & Salomão, 2005; Mendes, et al., 2011; Moreira & Sarriera, 2008; Schwartz et al., 2011). Vale ressaltar que embora a necessidade de apoio da avó materna do bebê seja descrita com mais ênfase em situação de gravidez na adolescência, em se tratando de maternidade em qualquer momento da vida, vários autores destacaram a importância da própria mãe como figura de apoio para a mulher que se torna mãe (Dessen, 1992; Prochnow & Lopes, 2007; Prochnow et al., 2010; Stern, 1997).

Já no que se refere à relação mãe-filha, as participantes do presente estudo não apresentaram um padrão homogêneo quanto à proximidade ou distanciamento desde a notícia da gravidez. Ainda que surpresa e descontentamento tenham sido respostas quase unânimes, várias avós referiram incremento de proximidade na relação com a filha quando da descoberta da gravidez da mesma. Isso foi observado tanto entre mães e filhas que já eram próximas, como entre algumas que experimentavam mais distanciamento prévio, tendo servido a gravidez como motivador de mais aproximação. Tal achado vai ao encontro de outros estudos que revelaram que mesmo apresentando reações adversas diante do primeiro impacto da notícia de gravidez da filha adolescente, isso não inviabilizou a aproximação (Amazonas et al., 2001; Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2006; Levandowski et al., 2008; Silva & Salomão, 2003). Além disso, na mesma direção

de vários autores que apontam a necessidade de proximidade da mãe diante de situação de gravidez (Amazonas et al., 2001; Prado, 1996a; Prochnow & Lopes, 2007; Stern, 1997), no presente estudo também se verificou a busca das futuras avós em direção às filhas. Em alguns casos, o fato de a filha já morar em outra casa foi apontado como ponto positivo que contribuiu para melhorar a qualidade da relação mãe-filha. Neste sentido, um dos aspectos citados como favorecendo essa proximidade foi a sensação das futuras avós de que estavam tendo sua dedicação como mães reconhecida pelas filhas, na medida em que elas experimentavam a passagem para a condição também de mãe.

Em contrapartida, uma das futuras avós que participou do presente estudo disse ter notado afastamento da filha desde a notícia da gravidez. Ainda que se possa ter apreendido certo desapontamento no relato da participante, esta se manteve disponível, procurando respeitar o tempo da filha para que esta pudesse buscá-la quando julgasse necessário. Isso reforça a ideia de que as futuras avós se percebem como figuras cruciais de apoio no contexto de gravidez na adolescência (Albuquerque, 2011; Araújo & Dias, 2002; Moreira & Sarriera, 2008) ainda que as filhas mesmo possam apresentar inicialmente uma postura de distanciamento em relação à própria mãe.

Independente do quão próximas as mães do presente estudo disseram sentir-se das filhas, elas mencionaram apoio tanto material como emocional à filha e ao bebê como principal responsabilidade atrelada ao papel de avó, o que também foi encontrado em estudos anteriores que trataram de maternidade entre mães adolescentes (Albuquerque, 2011; Araújo & Dias, 2002; Barros, 1987; Moreira & Sarriera, 2008) e entre mães adultas (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dessen, 1992; Prochnow & Lopes, 2007; Robertson, 1977; Stern, 1997). Segundo os relatos das participantes, foi possível verificar seu envolvimento a fim de apoiar o neto e a filha grávida através da compra de enxoval, reformas na casa, companhia a consultas do pré-natal, ou ainda de conversas e dividindo suas experiências sobre maternidade com as filhas. Sobre dividir experiências e esclarecer dúvidas, para além de tranquilizar as filhas com sua experiência e conhecimentos prévios, mesmo que elas mesmas não tivessem certeza do que deveria ser feito em determinadas circunstâncias, algumas participantes preocuparam-se em não transmitir dúvidas às filhas por pensarem que estavam mais fragilizadas. Tal preocupação pode ser entendida como reflexo da crença de que por serem mais velhas e experientes, as futuras avós ocupariam um lugar privilegiado sobre como proceder em se tratando de questões referentes à maternidade (Barros, 1987; Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2005; Maranhão et al., 2011; Moreira & Sarriera, 2008; Prochnow et al., 2010). Este resultado é importante na medida em que, se entre mães adultas há necessidade de figuras que sirvam de apoio e modelo para

que as mulheres desempenhem a maternidade (Prochnow et al., 2010), é plausível que entre adolescentes esta necessidade seja ainda mais evidente. Sendo assim, segundo o discurso das futuras avós, pelo menos durante a gestação das filhas, foi possível averiguar a disposição para que sirvam tanto de apoio como de modelo de mães para as filhas.

A já comentada *expertise* sobre maternidade que as futuras avós acreditariam ter foi verificada ainda no fato de que todas as participantes, sem exceção, citaram os conselhos sobre como criar o neto como sendo um de seus compromissos como avó, o que também foi encontrado por Somary e Stricker (1998). Neste sentido, entre as participantes do presente estudo, constatou-se que os conselhos não se restringiram a questões referentes à gestação e primeiros meses de vida do bebê tais como amamentação, banho e troca de fraldas. Também figuraram entre os temas das conversas cuidados alternativos e escolarização do neto, o que se mostrou associado à preocupação pela futura avó, de que a filha pudesse retomar a médio ou longo prazo suas atividades acadêmicas e ocupacionais. De certa forma, pode-se pensar que esta preocupação com conselhos que garantam, além do cuidado das crianças, alguma liberdade para que as mães adolescentes retomem atividades interrompidas em função da gravidez, esteja ligada à tão difundida ideia na literatura e no senso comum de que as jovens mães tenderiam a perder oportunidades de diversas ordens (Furstenberg et al., 1989; Moreira, et al., 2008) estagnando em termos acadêmicos (Amazarray et al., 1998; Falcão & Salomão, 2006; Maranhão et al., 2012; Meade et al., 2008; Silva et al., 2011) e ocupacionais (Maranhão et al., 2012; Serbin & Karp, 2004). Mais que isso, a referida preocupação pode estar arraigada no fato de que muitas dessas avós também foram mães adolescentes, acabando, elas mesmas por não atingir um nível de escolaridade ou ocupação que considerassem satisfatório. Neste sentido, vale a ressalva de que vários estudos apontaram a evasão escolar como precedendo a gravidez na adolescência na realidade brasileira (Aquino et al., 2003; Frizzo et al., 2005; Godinho et al., 2000; Metello, 2008; Moreira, et al., 2008; Silva et al., 2011). No entanto, no estudo de Frizzo et al (2005), quando perguntadas sobre o que desejavam para o futuro do filho, boa parte das mães adolescentes referiu que gostariam que eles estudassem, qualificando de forma positiva a questão da escolarização.

Ainda, em algumas situações, o aconselhamento das filhas grávidas pelas futuras avós transcendeu questões sobre cuidados com o neto, envolvendo conselhos sobre a relação conjugal. Analisando a situação conjugal das participantes, bem como a idade quando da primeira gravidez, o fato de somente duas em dez estarem casadas sugere que elas mesmas teriam apresentado instabilidade no estabelecimento de relações conjugais. Entre as casadas, somente a que tinha dezesseis anos quando da primeira gravidez já

morava com o pai da primeira filha, com quem continuava casada por ocasião da coleta de dados do presente estudo. Já a que tinha dezenove anos quando da primeira gravidez, referiu estar casada, mas não com o pai do primeiro filho. Esses dados sugerem que as participantes se preocupavam em evitar que as filhas sofressem com a instabilidade conjugal que elas mesmas sofreram. Neste sentido, os achados com relação à situação conjugal e idade das participantes quando de sua primeira gravidez corroboraram vários trabalhos anteriores que destacaram a instabilidade conjugal como característica em situações de gravidez na adolescência (Amazarray et al., 1998; Grant & Demetriou, 1988; Levandowski et al., 2009).

Em linhas gerais, pôde-se perceber que embora entendessem que aconselhar a filha e, eventualmente o pai do bebê era parte de sua responsabilidade enquanto avó, várias participantes relataram preocupação sobre como seria interpretada sua conduta. Esta postura por parte das futuras avós pode ser interpretada de maneira positiva, na medida em que denota a intenção de uma conduta menos intrusiva, favorecendo que a adolescente assuma os cuidados como mãe. Isso vai ao encontro da literatura que destaca a importância de que as avós se mostrem disponíveis permitindo que as filhas tenham a quem recorrer em caso de necessidade, mas assumam elas mesmas predominantemente os cuidados em relação ao bebê (Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996)

Entretanto, alguns autores destacam que por se julgarem mais capazes em função da experiência como mães, as avós tendem a assumir a responsabilidade pelos cuidados e disciplina dos netos, motivando o abandono desta tarefa pela mãe, seja por desinteresse, seja por sentimentos de incompetência (Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996). Tendência semelhante se verificou no presente estudo na medida em que a maioria das futuras avós se disse disponível para cuidar e/ou disciplinar os netos em algum momento da entrevista. Todavia, embora manifestassem disposição para cuidar e disciplinar seus netos, também foi frequente entre as participantes a preocupação de que as filhas não abandonassem os cuidados em relação aos bebês deixando que isso se tornasse atividade exclusiva das avós. Neste sentido, várias futuras avós explicitaram a intenção de que ainda que viessem a cuidar eventualmente os netos, dar amor e carinho seria uma das principais atribuições enquanto avó, o que apoia achados de outros estudos de âmbito nacional e internacional que examinaram o tornar-se avó (Barros, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Além disso, em conformidade com a literatura (Dias & Silva, 2003; Kahana & Kahana, 1971; Somary & Sticker, 1998), algumas futuras avós destacaram a importância da convivência na constituição do vínculo com o neto e manifestaram a intenção de que o cuidado e disciplina esporádicos não interferissem negativamente na interação avó-neto.

No entendimento das futuras avós esta interação deveria ser marcada por mais leveza e menos exigência se comparada à relação parental. Isso se daria em função da dispensa do exercício de autoridade que permeia a relação mãe-filho (Barros, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Sendo assim, entre as participantes do presente estudo pode-se verificar a expectativa de que a filha se tornasse mais responsável e madura desde a descoberta da gravidez. Tal achado corresponde a um dos aspectos destacados na literatura sobre gravidez na adolescência, que postula que o acúmulo de tarefas evolutivas exige um amadurecimento antecipado por parte das jovens mães (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dias & Aquino, 2006; Pantoja et al., 2007).

Ao longo da análise de dados um aspecto, em especial, que pareceu permear os relatos das participantes sobre expectativas e sentimentos sobre o tornar-se avó foi incluído na categoria denominada *Reenvolvimento com o próprio passado* (Kivnick, 1983). Sendo assim, a notícia de gravidez das filhas adolescentes fez com que mesmo antes de conectarem-se com características de avós conhecidas em busca de referências, as participantes se remetessem à como foi quando descobriram que elas mesmas estavam grávidas pela primeira vez, bem como às suas expectativas com relação ao próprio futuro naquela época e o que esperam atualmente para o futuro das filhas.

Algumas participantes referiram que a maternidade se constituía em um plano para seu futuro. Contudo, houveram relatos de frustração quando da descoberta da sua gravidez tanto entre aquelas que engravidaram pela primeira vez na adolescência como na idade adulta. Segundo a maioria das participantes, isso se deu em função da ideia corrente de que a conclusão dos estudos, a estabilidade profissional e o casamento deveriam preceder a maternidade. Embora tenham participado do presente estudo mulheres de nível socioeconômico baixo e médio-baixo, este achado vai ao encontro da literatura (Heilborn et al., 2002) que citou a preocupação entre jovens de classe média e alta de que gravidez e maternidade fossem postergadas visando primeiramente alcançar objetivos de ordem acadêmica e ocupacional.

Ainda alguns estudos questionaram o acesso a oportunidades de estudo e trabalho pelas jovens de nível socioeconômico mais baixo (Arpini & Quintana, 2003; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Sousa & Alberto, 2008), sendo que vários autores descreveram como expectativas futuras de jovens de nível socioeconômico baixo a tendência a constituir família e maternidade como fonte de satisfação pessoal, diante da não realização por vias como a escolarização e ocupação (Levandowski et al., 2008; Santos & Schor, 2003). O desejo das futuras avós participantes do presente estudo, no entanto, compreendeu escolarização e profissão como expectativas que precediam a gravidez das

filhas, que seria melhor recebida se tivesse ocorrido quando fossem mais velhas dentro de um relacionamento estável. Neste sentido, os relatos de frustração das participantes com relação à sua primeira gravidez parecem ter um ponto de intersecção com uma nova frustração decorrente da notícia da filha adolescente. Isso é plausível na medida em que em muitas situações onde descreveram o desapontamento com a gravidez das filhas adolescentes, o relato foi acompanhado de expressões que evidenciaram o desejo de que as filhas pudessem ter construído uma vida diferente das suas. Nesses casos, embora o discurso das participantes não tenha apresentado tom de queixa, foi possível perceber certo pesar pelo fato de as filhas passarem por sobreposição de tarefas evolutivas tal qual muitas das futuras avós passaram quando da primeira gravidez. Sendo assim, é possível que a apreensão de que a gravidez interromperia os planos das filhas tenha encontrado justificativa, no entendimento das futuras avós, em suas próprias histórias de vida. Tal achado, vai ao encontro de vários estudos que destacam a gravidez precoce como sendo um dos fatores que contribuem para a manutenção do ciclo da pobreza (Kassar et al., 2006; Meade et al., 2008) em vista da restrição de oportunidades de estudo e trabalho em detrimento de tarefas da maternidade (Frizzo et al., 2005; Kassar et al., 2006; Levandowski et al., 2008; Meade et al., 2008; Santos & Schor, 2003).

As dificuldades de escolarização que segundo as participantes do presente estudo acabaram por limitar as possibilidades de trabalho, acarretaram ainda implicações com relação à sua independência. Isso se tornou evidente nos relatos tanto na postergação do desejo de sair da casa da família de origem como na dependência financeira do companheiro motivada pela chegada do filho. Se por um lado isso indicou a presença de rede de apoio que favoreceu a assunção dos cuidados do filho, por outro, interferiu em eventuais planos de independência financeira. Por conseguinte, pode-se inferir que as vivências em relação às suas expectativas com relação ao próprio futuro quando da descoberta da primeira gravidez além de terem influenciado expectativas das futuras avós com relação ao futuro das filhas quando da notícia da gravidez das adolescentes, tenham interferido também na forma como as participantes se colocaram neste contexto. Assim, pode haver tendência em naturalizar situações como a permanência das filhas gestantes na residência da família. Entre os casos estudados, concordando com a literatura, a coabitação das gestantes adolescentes com suas famílias de origem se deu em vista da redução de custos financeiros (Albuquerque, 2001; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin et al., 1999; Pearson, et al., 1997), bem como do papel de cuidador a ser desempenhado pelas avós (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin et al., 1999;

Pearson et al., 1997; Spieker & Bensley, 1994) frequente em famílias de nível socioeconômico baixo.

Os relatos de participantes que permaneceram em suas famílias de origem quando grávidas revelaram que o foco sobre os cuidados com o filho se deu especialmente pelas exigências dos seus genitores com relação a isso. As futuras avós apresentaram a mesma expectativa com relação às próprias filhas, por mais que em seu discurso tenham se colocado à disposição das mesmas como fonte de apoio material e emocional e para eventualmente cuidar dos netos, deixando claro que este seria filho das filhas. Tal postura pode encontrar explicação no fato de as vivências na família de origem exercem importante influência no funcionamento das novas famílias (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Klever, 2008; Minuchin et al., 1999). Isso se verificou entre as futuras avós do presente estudo quando relataram lembranças sobre a própria mãe tanto como figura de apoio quanto como modelo de mãe na relação com a filha. Pode-se pensar que isso também tenha se evidenciado quando participantes referiram intenção de oferecer apoio que julgaram não ter recebido e entenderam como importante quando grávidas. Neste âmbito, as futuras avós enquanto mães revelaram entender algumas condutas e limitações das próprias mães mesmo que não concordassem com as atitudes. A mesma empatia sobre suas limitações como mães foi mencionada como vindo das filhas desde que souberam que seriam mães. Tal achado remete a associações das vivências relacionadas à maternidade como contribuindo para moldar simultaneamente personalidade e padrões familiares sobre o que as participantes e suas filhas entendem que é ser mãe (Minuchin et al., 1999). Isso assume especial importância na medida em que vários estudos destacaram as dinâmicas, história relacional e tradições de cuidado familiares – principalmente entre adolescente e sua mãe – como intimamente ligadas à competência de mães adolescentes (Falcão & Salomão, 2005; Silva & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996).

Movimento semelhante foi verificado em se tratando de modelos de avó a seguir ou evitar. Isso porque ao relatar atitudes que algumas participantes interpretaram como não sendo as mais adequadas, vindo especialmente de suas avós, as futuras avós pareceram colocar-se empaticamente dizendo entender que as atitudes de suas avós também eram resultado das vivências das mesmas. De maneira geral, em busca de modelos, conforme também encontrado na literatura (Kipper, 2004; Kipper & Lopes, 2006; Prochnow et al., 2010), algumas participantes se remeteram a avós que já conheciam, fossem elas as próprias avós, mães, sogras ou conhecidas. Entre as principais características dos modelos citados como desejados destacaram-se a proximidade e afetividade das avós em relação aos netos, o que corresponde a características descritas em outros trabalhos como inerentes ao

papel de avó (Barros, 1987; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Enquanto características a evitar, as participantes mencionaram a falta de proximidade e de carinho para com os netos, além da diferença de tratamento entre os netos.

Segundo os relatos das participantes, a descoberta da gravidez das adolescentes também pareceu impactar a relação mãe-filha, além do modo como as participantes vivenciaram o tornar-se avó neste contexto. Embora o descontentamento das participantes diante da notícia por esperarem que as filhas tivessem filhos mais tarde tenha sido evidenciado com frequência, verificou-se que as futuras avós acabaram por aceitar a novidade. Uma das formas em que se pôde verificar isso foi através dos relatos de várias participantes que relacionaram a chegada do neto à perspectiva de continuidade através das gerações (Kivnick, 1983) independente da idade das futuras avós. Neste sentido, foi possível ainda verificar a preocupação sobre a manutenção de padrões de comportamento considerados positivos em outros membros da família como sendo características esperadas para o neto que estava por vir.

Os relatos das futuras avós participantes do presente estudo, de maneira geral remeteram a processos transgeracionais e modelos de ajuda e manutenção familiar considerando poder, controle e influências nas redes de parentesco (Kahana & Kahana, 1971). Sendo assim, a dependência financeira da filha adolescente pode ser entendida como um dos fatores que tende a facilitar a intrusão da futura avó dificultando o realinhamento geracional durante a segunda individuação da jovem enquanto processo característico da adolescência (Blos, 1985/2002) concomitante à terceira individuação da filha que está se tornando mãe (Colarusso, 1990) bem como da quarta individuação da participante ao tornar-se avó (Colarusso, 1997).

Algumas considerações se fazem necessárias com relação ao tornar-se avó enquanto quarto processo de individuação vivenciado pelas participantes do presente estudo. Foi possível identificar, através dos relatos das futuras avós, a tentativa de realinhamento das relações com a filha redefinindo sua posição geracional na medida em que desenvolve o novo vínculo com o neto (Colarusso, 1990; 1997). Exemplo disso foi o fato de embora aconselharem, as futuras avós terem referido intenção em deixar que as filhas tomassem as decisões que considerassem mais adequadas. Este achado contraria em parte o que alguns autores identificaram ao investigar o lugar da avó em situação de gravidez na adolescência, onde as avós teriam acabado por assumir postura mais diretiva sobre os cuidados com os netos (Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996).

Isso se justificaria tanto em função de as avós terem mais experiência em cuidar de crianças, como pela crença de imaturidade das filhas para desempenharem o papel de mãe

(Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996). Entretanto, a intenção em deixar que as filhas assumam os cuidados em relação aos netos corroborou as ideias de Patterson (1997) de que a avó tende a se retirar na medida em que percebe o envolvimento adequado da mãe. Vale ressaltar que os dados do presente estudo foram coletados ainda durante a gestação da filha adolescente. Sendo assim, fica em aberto a possibilidade de que o nascimento do bebê deflagre dificuldades das adolescentes em assumir as tarefas maternas com os filhos, abrindo espaço para que as avós assumam posturas mais diretivas tal como observado em estudos prévios (Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996). Em vista disso, diante do nascimento do bebê a aproximação mais afetiva das avós com a nova geração – os netos – sem a responsabilidade da função parental (Carter & McGoldrick, 1989/2008) poderia acabar comprometida em situação de maternidade adolescente.

De qualquer forma, o compromisso de cuidado dos netos como a geração mais jovem que as próprias filhas, agora mães, deve ser assumido enquanto as avós avançam uma geração, o que implica simultaneamente no reconhecimento dos filhos enquanto autoridades parentais principais (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Colarusso, 1997). Pensa-se que no contexto de gravidez na adolescência, este câmbio pode implicar em um esforço mais complexo na medida em que várias das futuras avós que participaram do presente estudo ainda desempenhavam fortemente papel parental em relação à filha grávida.

A adolescência representa um momento desenvolvimental marcado por conflitos geracionais no âmbito familiar pontuados por movimentos alternados de saída e retorno da adolescente em busca de independência (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Neste sentido, a gestante adolescente se veria diante de dois saltos evolutivos simultâneos representados pelo segundo e terceiro processos de individuação que constituem a adolescência e a transição para a parentalidade descritos respectivamente por Blos (1985/2002) e Colarusso (1990). Durante a segunda individuação a adolescente estaria negociando um espaço mais autônomo na família, reeditando conflitos de momentos evolutivos anteriores com as figuras parentais (Blos, 1985/2002; Colarusso, 1990). Portanto, na medida em que a parentalidade, enquanto marco da terceira individuação, tem suas bases nos processos de individuação anteriores do desenvolvimento, poderia sofrer interferência do segundo processo de individuação ainda em andamento, da gestante como adolescente. De acordo com a literatura, a procriação e assunção do papel parental deveriam se dar em decorrência de um bem sucedido processo de individuação expresso na capacidade de intimidade madura (Colarusso, 1990), o que

nem sempre se verificou nos relatos das avós sobre as gestações das filhas que, na maioria dos casos, não foi planejada.

Portanto, é plausível que as futuras avós, por terem filhas adolescentes se tornando mães, tenderiam a obstaculizar o reconhecimento das mesmas enquanto autoridades parentais especialmente quando do nascimento do bebê. Neste sentido, talvez parte da dificuldade em aceitar tornar-se avó em sua idade esteja atrelada à ideia das futuras avós do novo papel como reflexo de envelhecimento, como incompatível com a maternidade que ainda se constitui como tarefa desenvolvimental tão presente. Sendo assim, o estranhamento ou a resistência inicial em aceitar tornar-se avó, por mais que algumas das participantes tenham vivenciado uma sobreposição de processos de individuação quando da sua primeira gravidez também na adolescência, pode ter se dado, neste contexto, em vista do acúmulo de questões reeditadas por um terceiro e quarto processos de individuação concomitantes.

Essa reflexão se faz importante na medida em que um dos aspectos que se destacou no presente estudo se comparado a estudos que investigaram o tornar-se avó de bebês de filhas adultas (Kipper & Lopes, 2006; Kivnick, 1983; Somary & Stricker, 1998; Robertson, 1977) foi o sentimento de inadequação da idade cronológica com o novo papel. A esse respeito, ficou evidente a ideia da maioria das participantes de que seria mais confortável o tornarem-se avós se tivessem mais idade, o que não pareceu representar um padrão familiar frequente em seu nível socioeconômico. Embora a literatura tenha associado predominantemente a postergação da saída da casa da família de origem como sendo um comportamento característico de jovens de famílias de nível socioeconômico médio e alto (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Harper, 2003; Henriques et al., 2004; Silveira & Wagner, 2006), isso também se verificou no relato de participantes do presente estudo, tanto quando de sua primeira gravidez, como quando da gravidez da filha adolescente. Mas diferente das famílias de nível socioeconômico médio e alto, onde essa permanência se dá em virtude da busca de apoio para concretizar objetivos relacionados a estabilidade financeira, entre as participantes se deu em função da redução de despesas e fortalecimento da rede de apoio pela adição de um novo membro pelo nascimento (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falcão & Salomão, 2005; Fonseca, 2005).

Se de maneira geral, algumas transições familiares no mundo contemporâneo comparado a momentos anteriores da história tem sofrido certo atraso (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Harper, 2003; Seiffge-Krenke, 2006), a postergação da saída da casa da família de origem (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Harper, 2003; Henriques et al., 2004; Silveira & Wagner, 2006), do casamento, e, por conseguinte, da transição para a

parentalidade e o tornar-se avós, acarreta o aumento do espaço entre as gerações (Harper, 2003). Entre as participantes do presente estudo, a intenção denotada nos seus relatos de que gostariam de se tornar avós mais tarde não se cumpriu. Pelo contrário, a maternidade das filhas adolescentes além de estreitar o espaço de idade entre as gerações, pode fazer com que as participantes vivenciem o papel de avós por mais tempo, uma vez que se tem verificado o aumento da expectativa de vida (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Smith, 1991). Por conseguinte, a sobrecarga de tarefas também poderá acompanhá-las por mais tempo, pois mesmo quando as filhas adolescentes se tornarem adultas, deverá haver a demanda da adolescência dessas filhas para além de seguirem desempenhando o papel de avós dos netos com idade aproximada dos seus próprios filhos.

O fato de a maioria das futuras avós terem referido entender como responsabilidade sua o apoio à filha e ao neto entre outros aspectos, esteve relacionado à também frequente expectativa de amadurecimento das filhas para que possam assumir os cuidados em relação ao bebê. Tal achado denotou o esforço das participantes em redimensionar seu lugar na família enquanto avós, permitindo que as filhas ocupem também seu novo papel enquanto mães. Entretanto, pode-se pensar que esse senso de paridade na expectativa de as filhas virem a desempenhar um papel que antes era exclusivamente das futuras avós, pode se ver comprometido pela dependência financeira ou falta de habilidades dos jovens pais quando do nascimento do bebê (Dallas, 2004; Falcão, 2005; SmithBatlle, 1996). Neste sentido, o fato de os bebês ainda não terem nascido pode ter interferido de maneira importante nas colocações das futuras avós, na medida em que se está tratando, sobretudo, de expectativas, que podem ou não se concretizar diante do nascimento do bebê.

Já a menção de expectativas com relação ao próprio futuro, bem como da relação das participantes do presente estudo com os próprios genitores, e comparação desses momentos de seu desenvolvimento individual com o da filha, podem ser entendidos como evidências da quarta individuação proposta por Colarusso (1997). Neste sentido, os relatos das participantes denotaram o conectar-se com processos de individuação anteriores através de relatos de sua adolescência, bem como transição para a parentalidade e busca de modelos que se fizeram presentes no novo processo de organização de identidade que se mostrava necessário por ocasião da chegada do novo neto.

Como pôde ser visto nos relatos apresentados no presente estudo, particularmente os sentimentos de inadequação da idade cronológica e sobrecarga em relação ao tornar-se avó foram recorrentes e fizeram com que esta mudança de papel não tenha ocupado lugar central na vida das participantes. Embora a literatura tenha destacado a centralidade como uma das principais dimensões do tornar-se avó em se tratando de filhos de adultos

(Kivnick, 1983), o mesmo nem sempre se verificou no contexto de gravidez na adolescência. Pode-se pensar que isso tenha se dado devido à sobrecarga de tarefas evolutivas (Carter & McGoldrick, 1989/2008), pela pouca idade das avós, ou ainda pelo fato de que algumas não estavam se tornando avós pela primeira vez. Neste caso, embora se saiba que a adição de cada membro na família constitui uma nova experiência, uma vez que se sentissem muito atribuladas com questões de ordem ocupacional e doméstica, o tornar-se avó novamente poderia estar permeado por menos expectativas. Isso porque as participantes que já tinham netos poderiam sentir-se mais familiarizadas com a tarefa que não seria novidade. Entretanto, isso não inviabilizou que as participantes que se tornariam avós pela primeira vez ou que já fossem avós se envolvessem com os preparativos para a chegada do neto, reconhecendo a necessidade de cuidado e apoio à filha e ao bebê como sendo funções inerentes ao novo papel, o que corrobora a literatura (Bogat et al., 1998; Dallas, 2004; Moreira & Sarriera, 2008; Falcão & Salomão, 2005; Hurme, 2006; SmithBattle, 1996; Spieker & Bensley, 1994; Schwartz et al., 2011).

Por fim, pode-se constatar que embora o sentimento de inadequação da idade cronológica com o novo papel tenha sido recorrente, com certeza há muitos outros fatores envolvidos no modo como cada participante descreveu o tornar-se avó, do que o simples fato de a filha gestante ser adolescente. Ademais, a eventual sobreposição de tarefas evolutivas não parece ter tido necessariamente repercussões negativas no desenvolvimento dessas mulheres. Questões relacionadas ao próprio passado, tanto referentes a seus projetos de vida, como sobre a relação com os próprios genitores, com o cônjuge e seus antecedentes gestacionais-obstétricos, parece que exerceram importante influência na maneira como as participantes estavam lidando com a gravidez da filha adolescente e a expectativa de chegada do neto, bem como o lugar que este evento ocupa em suas vidas.

CAPÍTULO III

ESTUDO II: Transmissão transgeracional avó materna-mãe adolescente da gestação ao primeiro ano de vida do bebê

Conforme já apresentado, a gravidez na adolescência constitui uma importante questão de saúde pública que envolve a mãe, seu bebê e o contexto em que estão inseridos. Como se pôde observar na introdução desta tese, são muitos os fatores que tem sido apontados como predisponentes à gravidez na adolescência. A esse respeito, vários autores tem destacado o padrão reprodutivo das mães como um importante fator associado à incidência de gravidez nesta faixa etária (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Dias & Aquino, 2006; Meade et al., 2008, Pouta et al., 2005).

Para além dos dados epidemiológicos, padrões familiares e culturais estão implicados na ocorrência deste evento, na medida em que estão presentes nas expectativas individuais da jovem em relação à própria vida e, dentro disso, da sua relação com a família de origem, bem como sobre a constituição de sua família de procriação e os papéis a serem ocupados pela adolescente nos âmbitos familiar e social. Sendo assim, poderia se entender que a gravidez na adolescência assumiria diversos sentidos na vida de cada jovem. A esse respeito, segundo Zapiain (1996), na esfera inconsciente, o desejo de gravidez poderia estar relacionado à identidade, enquanto o desejo de ter o filho seria de ordem consciente, inscrito nos projetos de vida. Destarte, seja como representante de desejo inconsciente de realização pela mudança de status na família (Maldonado, 1976/2005; Carvalho et al., 2009; Pantoja et al., 2007; Piccinini et al., 2004), seja enquanto substituto da reunião com a própria mãe (Deutsch, 1967/1977), ou como compensação de necessidades de atenção e proteção não satisfeitas (Coley & Chase-Lansdalle, 1998; Dadoorian, 2007; Falcão & Salomão, 2006), em todas essas situações parece evidente a interferência de questões de ordem transgeracional que, por definição, remetem a aspectos de ordem relacional.

Neste sentido, é relevante lembrar que as adolescentes gestantes se encontram em pleno processo de individuação (Blos, 1985/2002), o que assume especial importância quando se pretende analisar aspectos relacionais. Conforme Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008), a individuação seria tarefa fundamental do indivíduo e nela estariam envolvidos compromissos de lealdade. Tais compromissos são de natureza dialética e comumente se conectam a áreas de função como a criação e educação dos filhos, o que faz com que originalmente o pai assuma o papel de credor e o filho de devedor. Neste

contexto, cabe ao filho saldar sua dívida no sistema transgeracional na medida em que internaliza seus compromissos satisfazendo expectativas e, posteriormente os transmitindo à sua prole (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Sendo assim, a gravidez na adolescência poderia ser entendida ainda enquanto dívida de lealdade para com a família de origem. Isso porque tornando-se mãe, se por um lado a jovem poderia satisfazer expectativas com relação à cultura do contexto em que está inserida, garantindo seu pertencimento ao grupo familiar, por outro, poderia estar eventualmente saldando uma dívida sua ou herdada de gerações anteriores, mantendo-se dependente da família de origem, postergando sua plena individuação a serviço da homeostase familiar.

Isso evidencia dois níveis sistêmicos de relação destacados por Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008), que remetem a duas classes de contabilidade de obrigações. A primeira, seria a privada – que faz o indivíduo sozinho a partir de suas experiências – e pode ter como resultados negativos sentimentos de culpa e como resultados positivos, sentimentos de confiança. Dessa forma, pode-se pensar que os resultados positivos favoreceriam a individuação. Já a segunda classe de contabilidade refere-se à dimensão interpessoal, que assume que o sistema de relações se baseia no princípio de que as consequências dos atos de qualquer membro deixa sua marca no sistema do qual participa. Esse princípio de interdependência dos sistemas é também corroborado por outros autores sistêmicos como Minuchin et al. (1999), ao afirmar que o comportamento de um membro afeta imediatamente os outros, assim como o estresse num membro repercute fortemente através das fronteiras e ressoa rapidamente nos outros subsistemas.

Portanto, a compreensão do tornar-se mãe através de mais de uma geração, bem como a relação entre mãe e filha na adolescência podem evidenciar questões peculiares do funcionamento familiar. Isso pode favorecer a construção de intervenções que favoreçam o rompimento de padrões familiares disfuncionais prevenindo a ocorrência de novas situações de gravidez e maternidade adolescente, na medida em que vários estudos destacaram a transmissão do desejo de ter filhos bem como do padrão reprodutivo de mãe para filha (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Dias & Aquino, 2006; Meade et al., 2008, Pouta et al., 2005).

Vale ressaltar que aqui não se entende a gravidez na adolescência por definição como representante de padrão familiar disfuncional. Neste sentido, entende-se que a disfuncionalidade seria o não questionamento e a repetição do padrão reprodutivo familiar como herança de gerações anteriores, desconectada da possibilidade de escolha enquanto parte de processo de subjetivação. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo investigar a transmissão transgeracional avó materna-mãe adolescente, da gestação ao

primeiro ano de vida do bebê, com base nos relatos da mãe adolescente e sua mãe. Especificamente, buscou-se compreender em que medida os padrões de transmissão transgeracional se evidenciaram nas características pessoais e de história familiar da mãe da gestante adolescente e como se apresentaram associados à situação de gravidez na adolescência. Além disso, buscou-se investigar de que maneira a jovem gestante e sua mãe vivenciaram a gravidez adolescente e como a lealdade familiar (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008) pode ser compreendida nesse contexto. Com base na literatura, a expectativa inicial foi de que padrões familiares relatados pela avó enquanto mãe também se evidenciassem na gestação e maternidade da filha adolescente.

MÉTODO

Participantes

Participou do estudo uma mãe e sua filha adolescente que no início da coleta de dados se encontrava no terceiro trimestre de gestação do primeiro filho. Ambas residiam na Grande Porto Alegre e eram de nível socioeconômico baixo. Uma descrição mais detalhada das participantes será apresentada na seção Caracterização do caso.

Delineamento e procedimentos

Foi utilizado um delineamento de estudo de caso único (Stake, 1994) de caráter longitudinal, a fim de investigar a transmissão geracional avó materna-mãe adolescente, da gestação ao primeiro ano de vida do bebê, com base nos relatos da mãe adolescente e sua mãe. Neste estudo, a opção pelo uso de um único caso se deu por permitir que seja examinado o fenômeno em profundidade pelo interesse despertado pelo caso, além da possibilidade de fornecer subsídios para novas investigações sobre o tema, bem como de eventualmente transpor as conclusões para outros casos semelhantes (Stake, 1994).

As etapas de coleta de dados deste estudo se deram conforme descrição realizada no Estudo I. Contudo, naquele estudo, somente dados da Fase I foram utilizados, enquanto no presente estudo serão utilizados dados das Fases II e III do Projeto GRADO (Piccinini et al., 2008), que serão detalhados a seguir. A gestante adolescente e sua mãe, uma vez que concordaram em participar da pesquisa, assinaram individualmente o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (NUDIF, 2008b). A seguir, as coletas de dados foram realizadas nas dependências do serviço de saúde ao qual a gestante era vinculada e nas dependências do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a fim de melhor atender às necessidades das participantes em termos de deslocamento.

Na Fase I, realizada durante o terceiro trimestre de gravidez da adolescente, a gestante respondeu à *Ficha de dados sociodemográficos da família*, e à *Entrevista sobre a gravidez adolescente*, enquanto a futura avó respondeu à *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente*.⁷

⁷ Como parte do Projeto GRADO (Piccinini et al., 2008), na Fase I de coleta de dados, as adolescentes responderam ainda aos seguintes instrumentos: *Entrevista sobre o Relacionamento do Casal Adolescente – gestação* (NUDIF, 2008); *Questionário sobre Redes de Apoio Social (MOS)*; *Inventário de Comportamentos Auto-referidos para Adolescentes (Youth Self Report – YSR)*; *Edinburgh Postnatal Depression Scale (EPDS)*; enquanto as avós responderam ao *Inventário de Comportamentos de Crianças e Adolescentes (Child Behavior Checklist – CBCL)*.

Já na Fase II, realizada durante o terceiro mês de vida do bebê, a mãe adolescente respondeu à *Entrevista sobre a maternidade na gravidez adolescente – 3º. mês*, enquanto as avós responderam à *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente – 3º. mês*.⁸

Por fim, na Fase III de coleta de dados, que se deu quando o bebê completou o 12º. mês, a mãe adolescente foi solicitada a responder a *Entrevista sobre a maternidade adolescente e o desenvolvimento do bebê – 12º. mês*, enquanto a avó respondeu à *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente – 12º. mês*. Além disso, mãe adolescente e avó do bebê participaram em conjunto da aplicação do *Genograma Familiar*.⁹ Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Instrumentos

Ficha de contato inicial (NUDIF,2008a): trata-se do mesmo instrumento descrito no Estudo I. Cópia Anexo B.

Ficha de dados sociodemográficos da família (NUDIF, 2008c): trata-se do mesmo instrumento descrito no Estudo I. Cópia Anexo C.

Entrevista sobre a gravidez adolescente (NUDIF, 2008c): trata-se de uma entrevista estruturada, realizada de forma semidirigida, composta por cinco blocos de questões que buscam investigar a notícia da gravidez, o acompanhamento pré-natal, expectativas com relação à gravidez, ao parto e ao bebê, além de como era a vida da adolescente antes da gravidez, projetos de vida, relacionamento com o pai do bebê, relacionamento familiar e expectativas após o nascimento do bebê. Cópia Anexo E.

⁸ Como parte da Fase II de coleta de dados do Projeto GRADO, as mães adolescentes responderam ainda aos seguintes instrumentos: *Entrevista sobre o Relacionamento do Casal Adolescente – 3º. mês* (NUDIF, 2009); *Questionário sobre o desenvolvimento do bebê - 3º.mês* (NUDIF, 2008); e *Edinburgh Postnatal Depression Scale (EPDS)*.

⁹ Além dos instrumentos utilizados no presente estudo, na Fase III de coleta de dados, a mãe adolescente respondeu ainda aos seguintes instrumentos: *Entrevista sobre o Relacionamento do Casal Adolescente – 12º. mês* (NUDIF, 2009); *Questionário sobre o desenvolvimento do bebê - 12º.mês* (NUDIF, 2009); e *Inventário de Comportamentos Auto-referidos para Adolescentes (Youth Self Report – YSR)*; enquanto as avós responderam ao *Inventário de Comportamentos de Crianças e Adolescentes (Child Behavior Checklist – CBCL)*.

Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (NUDIF, 2008d): trata-se do mesmo instrumento descrito no Estudo I. Cópia Anexo D.

Entrevista sobre a maternidade e o desenvolvimento do bebê - 3º. mês (NUDIF, 2009a): esta entrevista é composta por oito blocos, investiga a experiência da maternidade durante os primeiros três meses de vida do bebê, enfatizando aspectos do nascimento, desenvolvimento do bebê, preocupações com relação ao bebê, as atividades realizadas com o mesmo, mudanças percebidas em si mesma, relação com o pai do bebê e com a família, além de planos para o futuro. Cópia Anexo F.

Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente - 3º. mês (NUDIF, 2009b): esta entrevista, composta por oito blocos, investiga a experiência de maternidade das avós, além de aspectos relacionados ao nascimento do neto e participação nos cuidados com o mesmo; como está percebendo a filha no desempenho do papel de mãe, sua relação com o pai da filha adolescente e com o pai do bebê. Cópia Anexo G.

Entrevista sobre a maternidade e o desenvolvimento do bebê - 12º. mês (NUDIF, 2009c): esta entrevista é semelhante à *Entrevista sobre a maternidade e o desenvolvimento do bebê - 3º. mês*, realizada na Fase II, abarcando os mesmos temas daquela, com pequenas adaptações a fim de contemplar as particularidades do 12º. mês de vida do bebê. Cópia Anexo H.

Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente - 12º. mês (NUDIF, 2009d): este instrumento, semelhante à *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente - 3º.mês*, realizada na Fase II de coleta de dados, investigou os mesmos temas daquela com pequenas adaptações, a fim de contemplar as particularidades do 12º. mês de vida do bebê. Cópia Anexo I.

Genograma familiar (Freitas & Piccinini, 2009, baseado em McGoldrick & Gerson, 1985/2008; Castoldi, Lopes & Prati, 2006): o genograma consiste num mapeamento gráfico da família que compreende mais de uma geração, contemplando estressores pessoais e familiares. Em sua estrutura básica, este instrumento fornece dados a respeito da demografia, relações e funcionamento familiar em diferentes pontos do ciclo vital que podem influenciar na situação de gravidez e maternidade adolescente. Para fins de

aplicação no presente estudo, foi utilizada folha de papel A3 e canetas coloridas a fim de confeccionar o genograma familiar com a participação da mãe e avó do bebê, que responderam às questões da pesquisadora enquanto a mesma representou graficamente da família, baseada nas colocações da dupla. Cópia Anexo J.

Considerações éticas

Os procedimentos do presente estudo apresentaram risco mínimo aos participantes, conforme resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia, uma vez que estes não se diferenciaram substancialmente daqueles aos quais as participantes estariam sujeitos em suas atividades cotidianas. O presente projeto de investigação faz parte do Projeto GRADO, que foi submetido e aprovado pelos Comitês de Ética e Pesquisa da UFRGS (Proc. n° 25000.089325/2006-58); do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (Proc. n° 28/08); e do Grupo Hospitalar Conceição (Proc. n° 250/08). Uma descrição mais detalhada a esse respeito encontra-se nas *Considerações Éticas* no Estudo I.

RESULTADOS

Foi realizada análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 1977; Laville & Dione, 1999) a fim de investigar a transmissão transgeracional avó materna-mãe adolescente, da gestação ao primeiro ano de vida do bebê, com base nos relatos da mãe adolescente e sua mãe. Especificamente, buscou-se compreender em que medida os padrões de transmissão transgeracional se evidenciaram nas características pessoais e de história familiar da mãe da gestante adolescente e como se apresentaram associadas à situação de gravidez na adolescência da filha. Além disso, buscou-se investigar de que maneira a jovem gestante e sua mãe vivenciaram a gravidez adolescente e que padrões de relacionamento se destacaram neste contexto.

A partir dos aspectos teóricos mencionados no Capítulo I, entende-se que a transmissão transgeracional se evidencia através de vários estressores verticais sejam crenças, valores, mitos, rituais (Andolfi & Angelo, 1988; Andolfi, 1996), lealdades, legados (Boszormenyi-Nagy, 1973/2008) e segredos (Imber-Black, 1994, 2003). Entretanto, pretende-se dedicar maior atenção ao estudo das lealdades envolvidas no contexto de gravidez na adolescência a partir das considerações de Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008). Segundo os referidos autores, na medida em que a família nuclear avança ao longo das fases evolutivas, exigências de adaptação são impostas a todos os membros. Assim, nascimento, individuação e preparação para a parentalidade exigem um novo balanço de obrigações de lealdade, que tem papel de regular e organizar relações próximas.

Os aspectos identificados como relacionados à lealdade familiar no presente estudo foram inferidos a partir dos relatos da adolescente e sua mãe. Assim, a partir da ideia de *lealdade* original enquanto obrigações não resolvidas para com a família de origem como eixo central de análise, foram estruturadas três categorias baseadas nas dimensões em que se pode verificar a lealdade segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008): a) *Fronteiras relacionais e individuação*; b) *Atribuição de papéis na família*, e c) *Contabilidade de obrigações e méritos*.

A primeira categoria, denominada *Fronteiras relacionais e individuação* refere-se a um dos mais importantes conceitos em se tratando da dialética relacional na medida em que estabelecem os limites entre o indivíduo e o grupo, bem como os limites entre o grupo familiar e demais grupos (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Foram incluídos nesta categoria relatos das entrevistas da gestante e de sua mãe que, analisados em conjunto,

evidenciaram o redimensionamento da lealdade com a família de origem da adolescente na tentativa de incorporar relações com pares e cônjuge como parte do processo de individuação adolescente, bem como do tornar-se mãe.

A segunda categoria, *Atribuição de papéis na família*, envolveu relatos da mãe e da filha que indicaram as concepções sobre a função de cada uma na família como filha, mãe e avó, bem como outros membros da família mencionados nos relatos das participantes (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Ainda, através dos dados longitudinais, foi possível verificar questões referentes à estabilidade e mudança dos papéis a serem desempenhados por cada uma no contexto da gravidez e maternidade na adolescência.

Por fim, a terceira categoria, *Contabilidade de obrigações e méritos* (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008), contemplou, através dos relatos da adolescente e sua mãe, o exame das “contas” entre mãe e filha através de atos e atitudes. Todavia, esta contabilidade envolve não somente a relação atual entre mãe e filha, mas as obrigações passadas e presentes de cada uma enquanto membro da família, o que envolve ainda questões herdadas de gerações anteriores.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Após, foram lidas em conjunto com o áudio a fim de corrigir eventuais distorções. Num segundo momento, as entrevistas foram lidas exaustivamente a fim de marcar os relatos nos quais se identificava os relatos associados a cada uma das três categorias de análise. A seguir, em conjunto com a *Ficha de dados sociodemográficos da família* e com o *Genograma Familiar*, foi formulada uma caracterização do caso incluindo dados sociodemográficos, bem como dados importantes do contexto e história familiar. A seguir, os resultados de cada categoria foram apresentados agrupados considerando a ordem cronológica em que se deu a coleta de dados: gestação, após o terceiro mês e primeiro ano de vida do bebê. Por fim, buscou-se integrar a interpretação da autora a aspectos teóricos discutidos no Capítulo I com a análise procedida à luz dos pressupostos de Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008) sobre lealdade.

Caracterização do Caso

Carla é a caçula da prole de sete filhos da mãe e seis do pai. Quando do primeiro contato com a equipe do Projeto GRADO estava com 17 anos, no terceiro trimestre de gestação. Naquela ocasião, já estava casada com o pai do bebê há três meses, após um namoro de cerca de dois anos. Segundo ela, embora tenham recebido a notícia com surpresa, por estar fazendo uso de contraceptivo oral desde pouco antes do casamento, tanto sua família como a do pai do bebê aceitaram bem a chegada de Lucas.

A adolescente parou de estudar durante o 4º. mês de gravidez, o que atribuiu à preguiça e aos enjoos frequentes. Mesmo tendo sido reprovada uma vez na 7ª. e duas na 8ª. série, concluiu o Ensino Fundamental e revelou pensar em voltar a estudar após o parto para terminar o Ensino Médio. Em todas as entrevistas, Carla reconheceu que a família, e em especial a mãe, não medem esforços para satisfazer suas vontades. Assim foi quando ela e o pai do bebê, Nelson, resolveram casar-se, por mais que a mãe a tenha advertido por pensar ser muito cedo.

Nelson, 21 anos, é o primogênito da prole de três filhos do pai e de quatro da mãe. A mãe de Nelson saiu de casa quando ele tinha por volta de cinco anos, deixando os filhos sob responsabilidade do pai. Segundo informaram a adolescente gestante e sua mãe, a mãe de Nelson estava retomando aproximação com os filhos pouco antes do casamento deles. Quando da participação de Carla na primeira fase de coleta de dados, Nelson trabalhava na produção de tijolos numa olaria. Devido à rotina de trabalho, que envolvia 40 horas semanais, a então gestante justificou a não participação do marido no Projeto GRADO. Segundo o relato da esposa, Nelson não tinha vontade de estudar, tendo concluído a 8ª. série do Ensino Fundamental.

A mãe de Carla, Lucia, quando do primeiro contato para participar do Projeto GRADO, estava com 56 anos e trabalhava como doméstica e desde o primeiro contato se mostrou muito disponível. Lucia estudou até a 5ª. série do Ensino Fundamental. Segundo ela, parou de estudar “*porque não gostava do uniforme*” e não tinha mais vontade de ir à escola, o que atualmente reconhece não ter sido a melhor escolha. Engravidou do primeiro filho aos 19 anos, fruto de uma “*coisa de carnaval*”. Na época, o pai do bebê quis assumi-la e à criança, mas Lucia não quis, por achar que era “*muito nova*” e acreditar que o casamento restringiria sua vida. Acabou tendo o filho sozinha, com a ajuda de sua mãe e seu pai, com quem ainda morava quando da gravidez. Tempos depois, casou-se com Jorge, pai de Carla e de seus outros seis filhos. Lucia relatou dificuldades importantes no casamento com relação ao temperamento de Jorge, sobretudo, desde que ele passou a usar maconha, e mais recentemente *crack*. Desde o primeiro ano de vida de Carla, de acordo com Lucia, houve vários períodos de separação e reconciliação, sendo que a separação definitiva do casal se deu quando a adolescente completou 15 anos.

Jorge tinha 53 anos quando da descoberta da gravidez de Carla. Segundo a jovem, até a última etapa de coleta de dados do presente estudo, seu pai trabalhava como pedreiro e tinha somente dois anos de educação formal. Mesmo depois da separação do casal, a adolescente referiu ter relação de proximidade com ambos os genitores, pois o pai mora em

casa separada no mesmo terreno em que fica a casa onde ela mora com o marido, sua mãe e sua irmã.

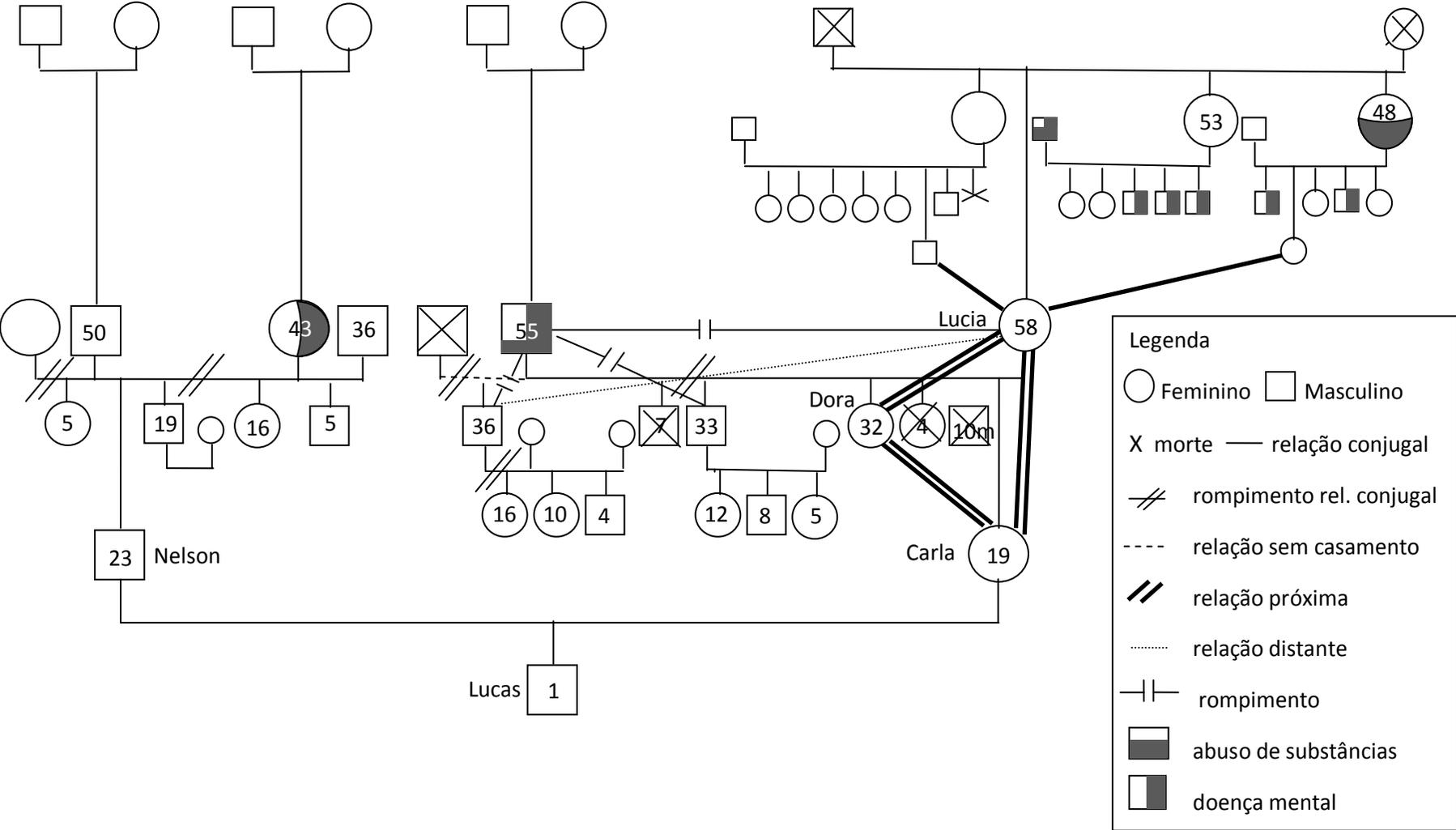
Entretanto, no decorrer das entrevistas do Projeto GRADO foi evidente a maior proximidade da adolescente com sua mãe. Durante o pré-natal, foram raríssimas as ocasiões em que Lucia não esteve presente. Quando não podia acompanhar a filha, certificava-se de que a filha mais velha, Dora, 31 anos, solteira, que ainda morava com ela, pudesse acompanhar a irmã. Dora trabalha como técnica de enfermagem. Quando do nascimento de Carla, a pedido da mãe, para que esta pudesse seguir trabalhando, foi a principal responsável pela irmã menor em todos os momentos em que a mãe precisava se ausentar. Esta organização pareceu mantida atualmente na família, o que foi mencionado em vários momentos nos relatos da adolescente e de sua mãe também sobre os cuidados com o bebê, embora atualmente Dora trabalhe fora e estude.

Em vários momentos, Lucia fez menção ao seu exagero com relação ao cuidado de Carla, visto que a filha ainda não saía desacompanhada na rua por não saber fazê-lo, pois sempre tinha alguém junto. A perda de três filhos – um menino de sete e uma menina de quatro anos por afogamento, e um bebê de dez meses com pneumonia – em menos de dois anos, foi apontada pela mãe da adolescente como explicação para o excesso de zelo em relação à filha caçula. A esse respeito, foi evidente a ainda confusão da mãe da jovem em se tratando da elaboração do luto pela perda dos filhos quando expressou que tinha dificuldade de demonstrar carinho tanto com relação aos outros filhos como em relação às crianças da creche em que trabalhava na época. Lucia disse ter tido Carla *“pra poder levar a vida”* após a morte dos três filhos, dando a ela tudo o que não pôde dar aos outros: *“o que eu não fiz pros outros, eu fiz pra ela, porque eu me segurava, se eu fosse dar um beijo, um carinho, parece que eu tava devendo alguma coisa, faltava alguma coisa, por causa daquelas crianças, né, que eu perdi”*.

Desde o casamento até o primeiro ano de vida do bebê, Carla, Nelson e o filho permaneceram morando na casa de Lucia com ela e Dora. Mesmo Nelson tendo construído uma casa de madeira nos fundos do terreno da sogra antes do casamento, Carla se recusou a morar no que chamou de *“caixa de fósforo”*, fazendo com que o marido desmanchasse a casa para fazer outra maior. Enquanto isso, a nova família continuou morando com a família de origem de Carla, na casa que tanto ela como a mãe dizem ser grande, situada na região metropolitana de Porto Alegre.

A Figura 1 apresenta o genograma da família de Carla.

Figura 1. Genograma Familiar



Gestação

Fronteiras relacionais e individuação

Considerando relatos da adolescente e sua mãe durante o terceiro trimestre de gestação, buscou-se destacar passagens das entrevistas que representassem o estabelecimento de limites entre indivíduo e grupo familiar e entre este e os demais grupos enquanto aspectos que denotaram o redimensionamento das questões de lealdade. A esse respeito, já diante da notícia da gravidez, tanto os relatos da futura avó, como da gestante adolescente marcaram a expectativa de que a maternidade deveria ter acontecido em outro momento, embora Lucia também tenha sido mãe adolescente: *“Eu como mãe fico preocupada, que eu já passei por isso. Às vezes eu olho pra ela e não acredito que ela tá grávida... nova. Dezoito anos. Na verdade ela engravidou com 17”*. Quando engravidou pela primeira vez, Lucia disse ter assumido sozinha, com a ajuda do pai e da mãe seu primeiro filho, mesmo o pai do bebê, a quem ela se referiu como *“uma coisa de carnaval”* estando disposto a assumi-la e ao filho. Segundo seu relato, a justificativa na época era que *“eu queria era sair... eu não queria compromisso com um caso, por isso que eu acho que eu sô diferente da Carla, eu aproveitei bastante, eu saía para dançar”*.

Já na fala de Carla ficou clara a ideia de que ser mãe era um projeto futuro, para o qual um dos pré-requisitos era a saída da casa da mãe: *“Ter filhos bem mais tarde, depois que eu já tivesse com serviço, casa minha, né. Só que não foi assim”*. Ainda, a adolescente expressou certo estranhamento com relação à descoberta da gravidez, o que pensava ser um sentimento compartilhado com a mãe: *“Acho que até hoje, a ficha nem dela, nem a minha caiu, sabe. Que pra mim, eu sinto que foi muito cedo ficar grávida”*. Neste sentido, os relatos de ambas denotaram a importância de que objetivos escolares e ocupacionais visando independência financeira precedessem casamento e maternidade, o que se evidenciou no discurso de Lucia: *“não fica grávida, vai estudar, porque a mulher tem que ser independente, não pode ficar só pelo marido”* e se repetiu na fala de Carla, citando a irmã Dora como modelo: *“Ah, não queria, não tinha, planos pra casar. Pensava se um dia acontece, mas não imaginava que ia ser cedo. Pensava que ia ser um dia, bem... Que a minha irmã até hoje não casou. Ela trabalhou, ela trabalha, quer dizer... Ela é bem mais velha, ela tem trinta e um anos, e daí eu me inspirava nela, sabe, só que não deu certo”*. Embora na fala de Carla se possa perceber a gravidez como um complicador dos objetivos relacionados à escolarização e trabalho, ainda na gravidez a adolescente citou planos de retomar essas atividades pouco tempo após o parto. Quando da entrevista, já estava matriculada em curso técnico cuja justificativa para não frequentar foi a epidemia da Gripe

H1N1 na época: *“Ano que vem eu vou começar a estudar. E esse ano eu já vou começar a fazer o curso [técnico em administração], porque eu já me inscrevi, já paguei. Só que, como tá essa gripe [H1N1], todo mundo apavorado, principalmente com as grávidas. Daí a sala, ela é grande, e muita gente, daí fica todo mundo aglomerado, daí eu tava conversando com a minha irmã, e eu resolvi que eu quero começar no outro, no outro mês, depois que o bebê já tiver nascido”*.

No caso estudado, foi evidente no relato da mãe da adolescente a preocupação que ela mesma considerava excessiva com relação à filha. Exemplo disso foi o acompanhamento durante todo o pré-natal, onde diante da impossibilidade de estar presente, Lucia providenciava que a irmã da gestante assumisse a tarefa. Vale ressaltar que se reconhece a importância da futura avó como figura de apoio à gestante, especialmente no contexto de gravidez na adolescência. Entretanto, a presença constante da avó, neste caso, pareceu contribuir para que a adolescente não realizasse tarefas já esperadas para sua faixa etária, a exemplo de andar sozinha na rua: *“Eu sempre venho com ela pra ela não vim sozinha. Ai veio a irmã dela na outra vez e agora ela começou a trabalhar. Daí eu sempre venho junto. A gente não larga ela, porque ela nunca saiu sozinha. Não tá preparada ainda pra rua [risos]”* Além disso, na vinheta acima, pareceu ainda evidente a crença da mãe sobre despreparo da adolescente para andar só. Na mesma direção, embora não tenha sido mencionado pela adolescente, a mãe revelou que até pouco tempo a filha ainda tomava mamadeira: *“Até agora, depois de grande, ela não era nem de tomar café pra ir pro colégio porque antes de ir pro meu serviço eu deixava ela tomando mamadeira, né, dormindo. Então ela não tomava nada de manhã”*.

Outro aspecto que denunciou a grande proximidade da adolescente para com a mãe foi o relato de Carla de que até o casamento ainda dormia com a mãe: *“Ai, eu sempre fui muito apegada na minha mãe. Ah, sei lá, porque desde pequena sempre dormi na mesma cama que ela. Porque eu tinha medo de dormir sozinha. Até tinha o meu quarto, só que daí resolveram tirar as coisas pra botar, fazer outra coisa no quarto, porque não tinha jeito, eu não conseguia dormir sozinha”*. Neste sentido, o uso do cômodo da casa que deveria ser o quarto da adolescente para outros fins denunciou a conformidade do grupo familiar com tal organização.

Lucia referiu dificuldades em lidar com a adolescência da filha caçula: *“É, foi bem difícil. Ela [filha adolescente] é assim ó: ela faz como ela quer, tá, e se ela não gosta de alguma coisa, ela te diz, e se ela fizer alguma coisa e tu vai reclamar e ela acha que aquilo é certo é aquilo que ela acha. Ela sempre foi assim. Ela não é de esconder nada”*. Em

especial, a presença do namorado da filha foi uma situação que pareceu de difícil manejo. Conforme o relato a seguir, pode-se verificar a comparação feita pela mãe da adolescente com a maneira como se dava a relação entre namorados quando de sua própria adolescência: *“O namoro dela com esse rapaz a gente brigou muito porque era um namoro muito aberto, era muito agarramento e eu não tava acostumada. Era agarramento no sofá... davam aqueles beijo de cinema na frente da gente e eu falava e ela: ‘Ah o que que tu qué? Eu tô namorando! Tu queria que eu tivesse na rua assim ou em casa?’. Uma vez eu vi ele com a mão assim e ela: ‘Ah, ele tava com a mão aqui porque eu deixei.’. Então era um namoro diferente da gente. A gente procurava não fazer essas coisas perto dos pais, né, a gente respeitava muito.”*

Na mesma direção, ainda durante a gravidez da filha, Lucia referiu sentir afastamento da adolescente, o que pareceu relacionado a uma crença generalizada de como se comportam adolescentes *“É porque quando é adolescente, tudo que a mãe fala é errado, é o que elas querem, aí se afastam um pouco da gente”*. Entretanto, Carla referiu uma visão da mãe como sendo pouco aberta não só a conversas sobre sexo: *“Porque ela é fechada assim, eu sei. Quando a gente namorava eu fui conversar. Claro que eu já sabia o que era perder a virgindade, mas eu queria conversar com ela, vê o que ela achava. E ela disse pra mim que isso era um assunto que não era pra mim falar e nem era pra mim fazer. Me proibiu de falar e de fazer. E daí, aí deixa eu ver o que mais, que ela demonstra assim que ela é bem fechada. Ela é fechada pra esse tipo de assunto. Agora que eu já tô casada, ela tá mais...”*, mas também para demonstrações de afeto: *“Ela é fechada também pra, assim, negócio de emoção, sabe. Chega e dizer assim eu te amo, esse tipo de coisa, ela é bem fechada”*.

Ainda no que tange à relação mãe-filha adolescente, Carla referiu-se à mãe como tendo um temperamento explosivo, pensando apresentar, ela mesma, atitudes semelhantes às da mãe: *“Quando ela tá muito estressada, ela fala demais, sabe, daí ela, é que ela tem um jeito muito explosivo, sabe, quando ela não gosta de uma coisa, daí ela fica guardando, daí quando ela vai falar, sabe, ela estoura, daí, às vezes, a gente se estressa, porque eu também sou muito respondona, daí a gente se estressa”*. Entretanto, os períodos de crise, segundo os relatos da adolescente, não duravam muito tempo: *“Mas ligeirinho a gente já tá, sabe, de bem. Não ficamos nem muito tempo com a cara virada uma pra outra”*. Neste sentido, já na gestação, Carla revelou uma postura empática com relação à mãe, entendendo algumas restrições impostas por Lucia que antes eram entendidas como perseguição, como zelo: *“Eu acho que agora eu tô mais carinhosa com ela, porque eu sei o que uma mãe tem que passar pra ter um filho. Acho que agora eu tô bem mais carinhosa*

com ela do que antes. Que antes eu não me preocupava tanto, eu queria sair, eu queria namorar, não queria ouvir. Sempre achava que ela tava arranjando um pretexto pra mim não aproveitar. Mas agora eu entendo porque. Porque a gente fica preocupada, mesmo quando tá na barriga, a gente se preocupa, o que vai ser, o que vai querer. Mas agora eu acho que eu tô mais carinhosa. É que antes eu era muito infantil. Achava que tudo tinha que ter um motivo só pra mim”.

Foi possível averiguar que durante a gravidez da filha, Lucia se referiu à adolescência da filha como algo que a incomodava. No relato a seguir, verificou-se na fala da mãe da adolescente que a opção da filha pelo casamento pode ter se dado, em alguma medida, como tentativa de experimentar o relacionar-se com o namorado diante das restrições da mãe: *“Incomodou. Sair, eu nunca deixei sair. Saia assim só com a outra [filha] mais velha. Mas daí começou a namorar, daí essas coisas de adolescente. [A filha adolescente] Não queria ouvir... então ela disse ‘Não, eu vou casar!’. Daí casou, em janeiro, dia 31 de janeiro. ‘Carla, não fica grávida!’, mas ela já tava grávida, ficou grávida em dezembro”.* Ainda no relato da mãe da adolescente, foi possível identificar certa preocupação de que se cumprissem os rituais de casamento e a vontade da filha: *“Todo mundo: ‘É isso que tu quer?’ Porque ela casou direitinho, a gente gastou. ‘É isso que tu quer?’ E ela disse ‘É!’ As amigas, as colega tudo, que ainda era muito cedo pra casar... e ela disse que era esse rapaz que ela ia dar certo, que ela queria. Ai casou. A gente fez o casamento e tudo”.*

Mesmo tendo casado, talvez na tentativa de usufruir mais autonomia, o relato de Carla denotou a intensa dependência com relação à família de origem, especialmente no que diz respeito à mãe e à irmã, deixando, em alguns momentos, a impressão de que seriam elas e não a adolescente as responsáveis pelo bebê por nascer: *“Elas [mãe e irmã] ajudam assim em tudo. Parece que o nenê até é delas”.* Isso se verificou desde preparativos para a chegada do bebê *“Elas que lavaram a roupinha pra mim. Eu só fiquei vendo TV, porque eu fico em casa”* a providências relacionadas a cuidados pessoais como a organização da bolsa da maternidade e a compra de absorventes: *“Daí elas chegaram de noite do serviço, daí a gente, elas vão me ajudar a arrumar a bolsa. A gente foi sair pra comprar absorvente, essas coisas, assim, que logo depois que nascer, essas coisas tem que usar”.*

Nesta direção, a coabitação com a família de origem de Carla pareceu contribuir para a confusão de fronteiras e manutenção de comportamentos que tenderiam a dificultar a individuação da adolescente. De acordo com o relato da futura avó, a adolescente grávida

não se mostrava muito preocupada com os preparativos para a chegada do bebê, justificando que ela e a filha mais velha tomassem a frente, mesmo que isso implicasse críticas de outras pessoas: *“Não, porque ela continua, ela mora comigo. Porque eles ainda não terminaram a casa dela. Então, até tem gente que diz que a gente é errada, mas a gente não vai ficar esperando. Então muitas coisas eu e a irmã dela que compramos, coisas pro nenê. Ontem mesmo, anteontem, eu fui comprar a cômoda, fui comprar o berço, coisas pra ela”*. Ainda, ao analisar o relato de Carla, pôde-se inferir que a constante convivência da adolescente com a irmã mais velha e a mãe pareceu suscitar sentimento de insegurança com relação à tomada de decisões. *“A gente tá sempre junto, as três, sabe, pra comprar as coisas, pra conversar, pra decidir. Nada é decidido uma só, por mais que o filho seja meu. Eu fico insegura até mesmo de tomar as decisões sozinha, porque elas tão sempre junto. Elas entendem mais, minha mãe mais porque já teve filho e a minha irmã porque ela é bem ciente. Ela é madrinha do Lucas”*

A relação da adolescente gestante com sua mãe pareceu tão intensa que favoreceu, em algumas situações, a ocupação do espaço do pai pela avó materna do bebê, com consentimento da adolescente, conforme sugeriu o relato a seguir: *“Ele [pai do bebê] queria entrar comigo na hora de ganhar, só que ele é muito nervoso. Ele é mais nervoso do que eu, daí eu preferi a minha mãe. Daí no começo ele ficou brabo, mas agora eu conversei com ele, que não ia adiantar nós dois nervoso. Precisava de alguém que me acalmasse. Aí agora ele entende”*. No relato acima, pareceu notória a dificuldade de Carla em realinhar sua posição em relação ao cônjuge, que, no entendimento da adolescente, se comparado à mãe, não teria tanta habilidade em acalmá-la. Tal aspecto guarda afinidade com o alto nível de exigência de atenção por parte de Carla, que pareceu ainda mais intenso sobre o marido durante a gravidez, embora ela não parecesse permitir o envolvimento dele em vista do espaço ocupado pela mãe: *“Tá sempre comigo, né, a gente [adolescente e seu marido] conversa sobre o bebê, põe a mão na minha barriga, mas não é muito não. Por mais que eu sei que as pessoas me dão atenção, elas me dão atenção, só que elas tem que trabalhar, essas coisas, daí eu me sinto sozinha, e daí ela [obstetra] disse: ‘É, Carla. Agora na gravidez tu vai se senti mesmo bem carente’. Que eu não sou assim, sabe, de ficar querendo todo mundo em cima de mim, bajulando, mas daí ela disse pra mim que é normal da gravidez, que eu acho que ele [marido]... que ele não dá atenção, sabe, coisa de neurótica [riso]. Ele diz ‘Mais atenção que eu dou?’, conversa. A gente sempre briga. Eu sempre dou um jeito de briga um pouquinho, muito chata que eu tô. Ah, eu esperava mais. Mas sei lá, chatice minha, porque não dá pra fica vinte quatro horas em cima de mim. Vamos vê depois que nascer, espero que ele seja mais atencioso”*.

Ainda, nos relatos da adolescente, durante a gestação foi evidente a proximidade com seu pai mesmo morando em casas separadas desde os seus 15 anos. Exemplo disso é o relato que segue sobre quando ele lhe deu conselhos sobre o relacionamento com seu marido: *“Ah, ele me dá uns conselhos muito bons. Logo que eu casei, antes de saber que eu tava grávida, eu já queria me separar. (riso) É. Qualquer briguinha que a gente [adolescente e o marido] tinha, sem motivo, já queria me separar, daí ele conversou comigo, daí ele chamou o Nelson, e daí conversava, conversa com nós dois, deu conselho, explicou como era o casamento, pelo que a gente ia passar, o que a gente ia ter enfrentar, coisas assim. Daí eu acho legal essa parte dele de... Ele é bem atencioso, dá conselho. Ele não gosta de se meter, mas se eu vou lá, se eu preciso ou ele nota que eu tô triste, ele me dá conselho, conversa, me diz o que eu tenho que fazer. Posso contar qualquer coisa pra ele. Ele me ouve. Um pai bem amigo”*. Todavia, a adolescente manifestou em seu discurso o estabelecimento de uma fronteira rígida para com o pai quando o assunto é o uso de drogas por ele: *“Ah, o que eu não gosto é essa opção que ele [pai] tem. Que ele usa maconha. Não sei se ele usa mais outras coisas. Procuro nem saber, porque é uma coisa que me deixa bem triste. Só que é a vida dele. Eu não posso me meter, daí é só isso que eu fico triste com ele mesmo”*.

Sobre o pai do bebê, durante a gestação, a adolescente mencionou o pouco contato com a família de origem do marido. Embora dissesse acreditar na necessidade de proximidade do jovem com sua família de origem naquele momento, a gestante enfatizou a pouca afinidade com a sogra denotando satisfação com o fato de que sua mãe parecia preencher a lacuna da falta da mãe para o marido: *“E daí ela [sogra], eu sinto assim, que ela vem, ela conversa comigo, pergunta como tá. Ela deu presente, mas ela não é assim... Eu não sinto tanta... A gente não se bate muito. Mas ele é mais apegado ali, com a minha mãe. Minha mãe trata ele como filho”*.

Conforme se pôde verificar, em linhas gerais, as fronteiras relacionais na família da adolescente durante a gestação se mostraram demasiado difusas. Em particular, pareceu evidente o vínculo exageradamente estreito da adolescente com sua mãe, que tanto segundo relatos da gestante, como em relatos dela própria, demonstrou a tendência em assumir tarefas que seriam responsabilidade da jovem para as quais, em termos desenvolvimentais, já se esperava que estivesse preparada. Neste sentido, quando da impossibilidade da mãe, a irmã mais velha também pareceu uma figura importante que garantiu, em vários momentos, o cumprimento das tarefas de Carla. Ainda no que tange ao espaço ocupado pela mãe da adolescente na família, Lucia pareceu estar interferindo na

relação de casal da filha grávida na medida em que ocupava espaços que dificultavam o ajustamento do casal à vida a dois e à parentalidade, como por exemplo no planejamento das rotinas e previsão de acompanhar a filha no parto. Por conseguinte, uma vez assumindo tarefas como escolarização, escolha profissional, casamento e procriação como tarefas características de processo de individuação, pôde-se verificar importante repercussão da difusão de relação das fronteiras na família estudada no desenvolvimento da família e, em particular, da gestante adolescente.

Atribuição de papéis na família

No que tange à atribuição de papéis na família, um primeiro aspecto que merece atenção diz respeito aos relatos de Carla sobre sua rotina. A partir desses, pôde-se verificar a transição de tarefas que a jovem acreditava serem inerentes ao seu papel como filha adolescente *“Eu ia pro colégio de manhã, de tarde eu ia passear, e à noite, quando a mãe chegava, eu esperava ela um pouco. Eu namorava. Antes de namorar em casa, ou ficava em casa, ou ia pra cancha junto com o meu irmão ver ele jogar futebol. E nos finais de semana eu saía com a minha irmã, essas coisas”*, e as tarefas que passou a desempenhar desde o casamento e gravidez: *“Eu arrumo a casa, caminho na esteira ou passo a tarde toda deitada [risos]”*. Neste sentido, as mudanças corporais pareceram influenciar na tomada de consciência sobre o novo papel a ser desempenhado pela adolescente: *“Toda grávida fica assustada, que tudo muda, o corpo, a gente vai ter que ter mais responsabilidade”* e, dentro disso, a necessidade de mais responsabilidade.

Em se tratando de responsabilidade em função da gravidez, outro achado que se destacou nesta categoria, diz respeito às expectativas da gestante em relação ao pai do bebê. A esse respeito, Carla enfatizou que ter um filho logo era vontade de seu marido: *“Esses dias a gente tava comentando lá em casa. O [marido] queria que eu ficasse grávida. Só que pensava que ele ia ser... Ah! Não sei!”*. Este relato denotou que por ter atendido a expectativa do marido de que tivessem um filho, a adolescente pareceu esperar que ele, enquanto pai, se mostrasse mais participativo na gravidez. Entretanto, segundo a gestante, uma conversa com a mãe a teria feito entender melhor o que se passa com os homens em geral: *“Só que a minha mãe falou que homens sempre, não todos, mas alguns sempre dão mais atenção é depois que nasce, que eles veem, que eles não sentem”*. A partir da conversa citada pela adolescente, ela teria passado a favorecer a participação do marido visando a interação com o bebê já na gestação: *“Daí, depois, sempre quando eu sinto a barriga se mexer, assim, e daí eu tô com mão na barriga e daí ele vê, daí ele vem, quer botar a mão, quer ver como é que é, daí ele conversa com o Lucas, chama o Lucas*

pelo nome, daí o Lucas fica quietinho, quando vê, se mexe". Neste sentido, é possível relacionar a expectativa da gestante sobre o envolvimento do marido com o bebê em função das recordações da mesma com o próprio pai: *"Ah! Bem carinhoso... Bem atencioso mesmo, cantava música pra mim e me ensinou a andar de bicicleta"*.

De acordo com o trecho a seguir, a adolescente parecia acreditar que o marido estava contente com a gravidez, encontrando justificativa para a restrição de tempo para curtir este momento em vista da intensa jornada diária de trabalho: *"Acho que ele tá gostando, só que, ele fica muito pouco tempo comigo porque trabalha direto, mas acho que ele gosta"*. Na mesma direção, o relato da mãe da adolescente, revelou também a crença de que trabalhar para manter a família estaria entre as atribuições do pai do bebê: *"Ele trabalha por produção. Ele tem que trabalhar bastante pra ganhar. Ele sabe que gasta. Ele tá trabalhando lá na olaria. Então é um serviço puxado. Se ele falta, daí já não ganha, porque ele recebe por semana"*. Em particular, percebeu-se claramente no relato da mãe da adolescente a preocupação de que com seu trabalho, o genro pudesse manter as vontades da filha: *"Então ele tem que trabalhar bastante pra poder ganhar, porque a Carla gasta. Ela gosta das coisas tudo do bom e do melhor. Se ela não quer, não quer. Daí ela vai lá e escolhe as coisas bem caras"*.

Embora a partir dos trechos acima se possa pensar na ideia das participantes de que o trabalho e o sustento da família fossem entendidos enquanto atribuições do pai na família, algumas passagens relatadas pela mãe da adolescente sugeriram vivência diferente. Mesmo que tivesse decidido parar de estudar para ter seu primeiro filho e, posteriormente, casar-se com o pai de Carla, Lucia revelou descontentamento com a impossibilidade de fazer planos de voltar a estudar e de poder trabalhar em função de ordens do marido: *"Eu queria ter [planos de voltar a estudar]. Porque esse meu marido era muito ciumento, eu não podia trabalhar. Eu não podia sair"* Todavia, contrariando a vontade do marido, a mãe da adolescente contou ter começado a trabalhar escondida como doméstica, a fim de melhorar as condições de vida da família: *"Eu comecei a fazer faxina escondido. Saía pra fazer faxina. Quando ele chegava, as coisas estavam pronta pras crianças. Aí depois sim fui dizendo e comecei a trabalhar. Ai, eu não pude pegar um serviço bom. Não que doméstica não seja bom, mas é que, que futuro a gente tem?"*. Dessa forma, foi possível verificar no relato de Lucia certo desapontamento pelo fato de a pouca escolaridade restringir suas possibilidades de colocação profissional. Ademais, mesmo reconhecendo a necessidade de seu trabalho para incrementar o orçamento familiar, na vinheta acima

pareceu evidente a ideia da participante de que seria atribuição sua manter a casa em ordem e os filhos atendidos, para além das atividades laborais.

No parágrafo acima, pareceu marcado, especialmente na fala da mãe da adolescente como esposa e mãe o que pensava ser seu papel, sugerindo uma distribuição também em função de gênero. Nesta direção, outra passagem importante das entrevistas realizadas durante a gravidez da adolescente diz respeito à lembrança da futura avó sobre seu próprio pai: *“Meu pai era muito bom. Ele era como se fosse um pai e mãe. Se a minha mãe não tivesse em casa, tivesse que dá banho, arrumar, fazer comida, ele era um bom pai”*. A partir desta vinheta, Lucia pareceu valorizar a postura de seu pai entendendo que caberia a este assumir tarefas domésticas e cuidados dos filhos diante da ausência da mãe, a quem por ser mulher, esposa e mãe, caberiam tais atribuições.

Já com relação ao pai de seus filhos, quando questionada sobre se mantém com o ex-marido algum contato, Lucia disse que sim. Em seu discurso, a mãe da adolescente foi bastante incisiva deixando evidente a crença de que o pai deve participar da vida dos filhos: *“A gente sempre tem que conversar, porque sempre que tem filho tem que conversar. Agora mesmo quando a Carla ganhar, ele vai ter que participar junto porque ele é pai”*.

Já em relação ao papel de mãe, a gestante adolescente, bem como sua mãe, deixaram evidente em suas falas a necessidade de dedicação aos filhos como intrínseca ao papel de mãe. Isso foi possível de verificar no relato da jovem criticando a conduta da sogra ao abandonar os filhos ainda pequenos, deixando-os sob os cuidados do pai, o que fez ainda com que Nelson passasse a exercer função parental em relação aos irmãos em muitos momentos: *“Por que ela [sogra] abandonou eles quando eram pequenos com o pai dele. Daí ele [pai do bebê] tava me falando que ele ficou muito triste. Ele teve que ajudar a cuidar os irmãos dele, pro pai dele trabalhar. Eu não consigo me imaginar, não consigo imaginar uma mãe que tem o filho, passa, assim, por tudo que passa, e depois tem coragem de deixar”*. Também a mãe da adolescente referiu assumir cuidados de sobrinhos abandonados por sua irmã alcoólista, a quem criticou por ter deixado os filhos e citou como sendo modelo de mãe a evitar: *“As mães que largam os filhos, que abandonam os filhos. Inclusive eu tenho uma irmã minha que é alcoólatra eu até terminei de criar uma filha dela que hoje também já é mãe, que eu quero como se fosse minha filha”*.

Quando questionada sobre como se imaginava como mãe, a gestante adolescente disse acreditar que seria *“carinhosa, bastante carinhosa com o nenê”*, sendo o cuidado uma atribuição intrínseca ao novo papel, por mais que em alguns momentos a jovem imagine que será difícil: *“Vai ser fácil cuidar de dia. De noite... quando tiver febre, ou*

dor, daí vai ser muito difícil". A esse respeito, de acordo com a fala da futura avó, esta parecia acreditar que a filha apresentava as condições necessárias para desempenhar as atribuições de mãe: *"Acho que ela vai cuidar direitinho porque ela tá bem, como é que se diz... tá bem emocionada pra ser mãe, tá louca pra ver o nenê"*. Para tanto, ao longo das entrevistas a mãe da adolescente enfatizou entender que seria atribuição sua estar disponível para ajudar a filha que estava tornando-se mãe, sem que isso implicasse em assumir o neto como se fosse filho seu: *"O que a gente puder ajudar, a gente vai ajudar. Só disse pra ela que ela é que vai cuidar, ela vai tomar conta. É filho dela"*. Neste sentido, a mãe da gestante pareceu sensibilizada com as mudanças de humor da filha em decorrência da gravidez, uma vez que ela mesma já passou pela experiência. Assim, em sua fala a futura avó evidenciou sua disponibilidade e da filha mais velha para atenderem a adolescente apoiando-a no que julgassem necessário: *"A gente procura não deixar ela, assim... Eu sei porque quando a gente fica grávida, a gente fica sentida. Qualquer coisa pra gente parece que tão...O que eu e a irmã dela podemos fazer em relação é ajudar ela, fazer as coisas pra ela. A gente faz"*

Por fim, em se tratando de atribuições de papéis na família, mãe e filha adolescente pareceram compartilhar a ideia de que caberia à avó, em função da já experiência como mãe, a passagem de informações sobre como proceder com o bebê, conforme se verificou na fala da avó: *"Ah! A gente conversa sobre o nenê, o que tem que fazer"*. Segundo o relato da gestante: *"Ela [sua mãe] tem uma visão bem... como posso dizer... Ela tem a visão bem certa do que vai acontecer"*. Ressalta-se aqui que mesmo em momentos em que, de acordo com a adolescente, sua mãe parecia alterar os ânimos, a jovem tendeu a aceitar as colocações da mãe, por entender o transmitir segurança como sendo atribuição dela: *"Ela [mãe da adolescente] passa bem segurança, até quando ela tá xingando. Eu sei que ela tá... que é pro bem"*.

De maneira geral, durante a gestação, foi possível verificar tanto no discurso da mãe adolescente como no de sua mãe algumas crenças a respeito da atribuição de papéis na família. Ambas expressaram a ideia de divisão por gênero, cabendo às mulheres a dedicação às tarefas domésticas e cuidados com os filhos, enquanto os homens – tanto o pai da gestante como o pai do bebê – deveriam assumir posição de provedores através do seu trabalho fora de casa. Entretanto, diante de circunstâncias onde não se verificou o provimento material esperado, verificou-se especial desprendimento da mãe da adolescente em ingressar no mercado de trabalho em busca do cumprimento de suas expectativas com relação ao seu sustento e dos filhos. Já sobre as atribuições da adolescente, tanto em seu

relato, quanto nos relatos da mãe, foi evidente a transição de tarefas descritas como características da adolescência às tarefas de mulher adulta com o advento da gravidez. Neste contexto, o apoio da mãe da gestante foi descrito como uma das atribuições fundamentais da avó.

Contabilidade de obrigações e méritos

Sobre a contabilidade de obrigações e méritos, no caso do presente estudo foi possível verificar nas entrevistas realizadas durante a gestação, especialmente no relato da mãe da adolescente, a perda dos três filhos num intervalo de menos de dois anos como sendo um evento que interferiu consideravelmente em sua relação com a filha mais nova. Embora a jovem não tenha mencionado tal evento em nenhum momento durante as entrevistas, no discurso de sua mãe o assunto foi recorrente. Neste sentido, um dos aspectos que mereceu destaque foi a referida dificuldade da mãe em demonstrar carinho para com crianças. Isso se verificou tanto em relação aos filhos ainda vivos: *“Quando eu perdi esses três filhos eu me segurei, Não era de tá beijando e nem dando carinho”*, como em situação de trabalho: *“Daí então eu não podia olhar pra criança. Trabalhei em creche... ai não dava carinho. Parece que se eu tava dando carinho, tava... sempre tava me faltando alguma coisa”*.

De acordo com o relato materno, o nascimento de Carla já implicava na assunção da conta dos irmãos que morreram, na medida em que sua mãe revelou ter tido essa filha para recuperar-se da perda dos outros filhos: *“Ai, tive a Carla pra poder levar a vida. Ela veio porque eu não tinha, por causa, pra poder... não preencher, porque um filho não... Isso ai que aconteceu comigo é uma coisa que a gente não esquece, só acostuma, né, só acostuma com aquilo, só pra poder levar a vida. Ela veio pra embelezar a vida [risos]”*. Portanto, Carla já teria nascido com a função de *“embelezar”* e trazer um novo sentido para a vida da mãe. O relato da mãe da adolescente pareceu permeado por culpa, na medida em que essa disse procurar fazer para a filha mais nova tudo o que não pôde fazer para os outros filhos que morreram, bem como para os filhos vivos que foram privados de carinho pelo sentimento de dívida para com os mortos: *“Depois, com a Carla, o que eu não fiz pros outros, eu fiz pra ela. Porque eu me segurava se eu fosse dar um beijo, um carinho. Parece que eu tava devendo alguma coisa, faltava alguma coisa, por causa daquelas crianças que eu perdi”*. A esse respeito, a adolescente trouxe a lembrança do excesso de mimos dispensado pela mãe e pela irmã, o que deu a entender que pensava ser inadequado em função da falta de limites: *“Ela era carinhosa, só que, o que eu acho*

errado é que elas faziam muito as minhas vontades. Eu era uma criança muito mimada, muito chata, porque eu não tinha limites, porque elas faziam tudo o que eu queria”.

Além disso, para além da falta de demonstrações de afeto da mãe, a filha mais velha, Dora também pareceu pagar pela dificuldade de Lucia em lidar com a perda dos outros filhos. Isso porque, segundo o relato da mãe, em função de sua insegurança em deixar Carla sob os cuidados de outras pessoas enquanto trabalhava, Dora, na época aos 13 anos, acabou tendo que abandonar suas atividades, e mesmo a escola, para cuidar da irmã então bebê: *“Como eu tinha perdido essas crianças, não tinha confiança de deixar ela [filha caçula] com ninguém. Porque o pai dela, se tinha ou não tinha, pra ele tanto fazia. Ai eu trabalhava em dois serviços e eu só deixava ela com a minha filha. Ela [filha mais velha] parou de estudar”.* Neste sentido, o relato da adolescente confirmou o grande envolvimento da irmã em cuida-la: *“A minha irmã também ajudou a cuidar de mim. A minha mãe nunca deixou eu ficar com outra pessoa”*, tendo Dora sido dispensada dos cuidados para com a irmã somente quando uma prima, criada por Lucia, acabou por assumir a atividade, em vista de dívida de gratidão por ter sido criada pela tia: *“Depois que a minha irmã começou a trabalhar, eu fiquei com uma prima minha, que é filha dessa tia, Nádia, que a minha mãe começou a criar ela e ela começou a cuidar de mim, pra minha irmã ir trabalhar”.* Só então Dora pôde retomar seu trabalho, arranjo que denotou o exercício por Dora do papel de filha parentalizada como “débito” a saldar com a mãe como forma de garantir o reconhecimento dela uma vez que, como a própria Lucia mencionou em outros momentos, passou a apresentar dificuldades em relacionar-se com os filhos vivos desde que perdeu os outros: *“É que na verdade a minha filha, eu acho que sente também um pouco mãe da Carla, porque tudo que ela pode fazer por ela, ela faz”.* Isso se verificou mesmo num passado recente, posto que sua mãe referiu o alto grau de envolvimento de Dora com os preparativos do casamento de Carla para que fossem satisfeitas as vontades da irmã adolescente: *“Casamento, quem correu, todo mundo perguntava se era ela quem ia casar, desde o vestido, a roupa do noivo, tudo foi ela [Dora]. A decoração, o buffet, tudo foi ela que correu”.*

Embora o envolvimento tanto da irmã mais velha como da mãe da adolescente tenham sido reconhecidos como intensos nos preparativos do casamento e na gravidez: *“Ela [mãe] me ajudou, eu posso dizer, em tudo. Ajudou no casamento, ajudou na gravidez, ela e a minha irmã”*, pôde-se observar na fala da gestante a noção de que com o casamento e a gravidez, deixou de cumprir com as expectativas da mãe e da irmã que tanto se dedicaram a ela, de que Carla pudesse alcançar objetivos dos quais abdicaram para

cuida-la: *“Queriam que eu terminasse o colégio. Não precisava trabalhar agora, mas elas queriam que eu terminasse o colégio, que eu fosse fazer os cursos, fazer o estágio, depois começar a trabalhar. Só que eu fiz tudo diferente. Primeiro quis casar, daí já tava grávida. Daí, eu parei de estudar assim que eu fiquei sabendo”*. Neste sentido, o relato da mãe da adolescente ilustra sua decepção pela “conta” devida pela filha caçula, que não aproveitou como ela esperava sua dedicação para que não precisasse passar pelo acúmulo de tarefas evolutivas em detrimento da maternidade precoce: *“A gente não tinha quem orientasse... por isso que eu disse a Carla não tinha necessidade, porque todo mundo ajudava, orientava ela. Ela mesma dizia: ‘Mãe, eu não sô boba’... Ah, uma tristeza assim que tu sente, que tu não espera aquilo. Não é o momento certo. Eu esperava que primeiro ela fizesse a vida dela, trabalhar, se formar... porque agora as coisas já é mais difícil, com bebê novo, com uma criança nova, a gente nunca sabe, e em primeiro lugar sempre tem que ser o filho”*. Ademais, no relato da mãe, ficou explícita a diferença de tratamento da adolescente como a filha que recebeu mais atenção e privilégios em relação aos irmãos: *“Pros outros em geral, que era tudo pequenininho. Eu não trabalhava, então tinha que ser como podia e como dava. Então, como ela era a mais moça e eles tavam grande, ajudavam. Então ela teve tudo. Por isso que eu acho que era cedo pra ela. Ela não tinha porque”*.

Em contrapartida, a vinheta a seguir denotou a impressão da adolescente de que a mãe não desejava seu casamento por pensar que isso implicaria no afastamento das duas em decorrência da saída da jovem de casa: *“A minha mãe não queria que eu casasse, que ela pensou que eu ia sair de casa”*. De fato, a vontade da mãe da adolescente acabou sendo cumprida, na medida em que esta não se mostrou contente com a casa que o marido havia providenciado, permanecendo o casal morando com a família de origem da gestante também como forma de garantir não só o apoio, mas o vínculo de dependência da adolescente “credora” de sua mãe: *“No fim, o plano deu tudo diferente. Nós até chegamos a construir uma casa ali nos fundos [da casa da mãe]. Só que, como eu to grávida, elas preferem que eu fique lá. Eu também prefiro pra cuidar do nenê, pra me ajudar. E sempre quando eu quero comer alguma coisa diferente, eu peço, elas fazem”*. Neste sentido, a mãe da adolescente não pareceu apresentar objeções quanto à permanência do novo casal na residência da família: *“Eu, por mim, tô sempre com eles, eu gosto de todos os meus filhos, eu gosto de tá sempre... se eu pudesse assim estar todos os dias”*.

Outro aspecto importante, no que tange às contas, diz respeito à transmissão de modelo de mãe verificada nesta família na medida em que a adolescente referiu sua própria mãe como modelo a seguir, o que pode ser entendido como reconhecimento do esforço de

Lucia em relação aos filhos: *“Imagino ser como a minha mãe é, como ela criou a gente. E ela nunca deixou de mostrar que gosta da gente. Tudo que a gente quis ela deu. E por ela cuidar mesmo, sempre defender a gente, sempre procurar primeiro ouvir a nós pra depois ouvir o que os outros tão falando. Ser uma mãe que mostra, que dá pra criança ter confiança, contar tudo. Eu me inspiro na minha mãe”*. Na mesma direção, a mãe da adolescente mencionou pensar ser parecida com sua própria mãe, que segundo ela, não media esforços para atender aos filhos: *“É parecido, porque se eu puder fazer, o que eu posso fazer por elas, eu faço”*.

Por fim, verificou-se que mesmo antes do nascimento, o bebê pareceu já ter iniciado sua contabilidade com a avó materna tanto em função do envolvimento da mesma em apoiar à mãe adolescente, como do sentimento de maternidade com relação ao neto *“Ah! Eu participo junto. É como se fosse meu filho, porque é filho dela pra gente”*. Além disso, o discurso da avó também evidenciou a expectativa de que o neto desse continuidade à família: *“É bom que, ao menos a gente tá, a gente tá envelhecendo, tá ficando velha e tá vindo geração nova [risos], tá deixando alguém”*, considerando padrões tidos como positivos por ela *“Claro a gente espera que ele seja... se é mulher que seja uma boa cidadã [risos]. E que seja homem, também, que não se envolva em drogas, que hoje em dia até as gurias tão se envolvendo em drogas”*, contrariando a história do avô materno de envolvimento com drogas. Além disso, o discurso da mãe da adolescente em relação aos netos ainda expressou o desejo de que os valores fossem internalizados como próprios dos netos, para além da satisfação de desejos dela, e eventualmente da filha enquanto figura parental: *“Se eu não enxergar, mais ou menos, que eles estejam fazendo, não dizer: ‘Ah! Eu vou fazer pra minha mãe ou pro meu pai’. Fazer por eles mesmos. Que tudo que a gente faz, tudo que eu aprendi, aprendi sozinha”*.

Ao longo dos relatos da gestação, se pôde identificar várias situações que denunciaram a contabilidade de obrigações e méritos nesta família. Neste sentido, foi evidente a alternância da mãe e das filhas como “credoras” e “devedoras” em diferentes momentos. Foi possível também identificar a inauguração do livro de contas do bebê mesmo antes do nascimento tanto a partir do papel que ocupa na família através das relações que se configuraram com a perspectiva de sua chegada, como por meio das expectativas em relação à sua responsabilidade de continuidade da família.

Após o terceiro mês de vida do bebê

Fronteiras relacionais e individuação

Durante as entrevistas realizadas após o terceiro mês de vida do bebê, no que diz respeito a fronteiras relacionais e individuação, dois temas predominaram nos relatos da mãe adolescente: a preocupação em retomar atividades escolares e profissionais, e a atenção às necessidades do bebê. Neste sentido, a participante retomou a expectativa manifesta na entrevista da gravidez de que imaginava retomar atividades, estudos e procurar trabalho logo após o nascimento do bebê: *“O que eu te disse [na entrevista da gestação], que eu pensei quando o Lucas tivesse três meses, eu já ia correndo trabalhar, mas não. Eu tô fazendo um curso, que a gente faz o curso e daí eles já encaminham a gente pra trabalhar”*. De fato, Carla chegou a frequentar curso técnico profissionalizante levando o bebê junto, mas acabou interrompendo: *“Eu tranquei agora dois meses. Mas ele tava indo no curso comigo”*. Ainda assim, parecia otimista com a possibilidade de trabalho uma vez que concluísse parte do curso, visto que a escola a encaminharia para postos de trabalho, cuja prática, a adolescente condicionava ainda a gostar ou não da vaga oferecida: *“Quando eu fizer seis meses de curso eu posso trabalhar no banco, ou eu posso agora, trabalhar de administração. Aí eu não sei, eu quero ver primeiro pra que elas vão me encaminhar, pra ver se eu vou gostar”*.

Contrariando seu plano mencionado durante a gravidez, depois do parto a adolescente reconsiderou e resolveu postergar o retorno às atividades após os seis meses de vida do bebê: *“Quando eu tava grávida, eu pensei que ia dar, só que daí depois que ele nasceu, eu fiquei pensando. Vou esperar os seis meses, sempre prolongando”*. Um dos aspectos citados pela jovem mãe como associados à decisão foi o aleitamento e o desmame. Neste sentido, no relato materno foi possível verificar a importância atribuída pela mãe à alimentação do bebê enquanto representante de vínculo. Ainda, a fala a seguir denotou a ambivalência da mãe em relação ao desmame, como algo que entendia como importante tanto para a independência do bebê como para a retomada de suas atividades: *“Agora com o Lucas largando, não largando do meu peito, porque eu não quero que ele largue do meu peito totalmente, mas agora ele comendo, ele vai poder, ele não vai ficar... sentir tanta falta, porque ele sente falta porque ele mama. Daí quando eu começar, eu penso assim, depois que eu começar a trabalhar, aí as coisas vão... Eu vou começar a ajudar ele, e daí as coisas vão começar a ir em frente”*.

Na mesma direção, o discurso da avó materna do bebê reforçou, após o nascimento dele, a mesma preocupação já expressa na gravidez da filha, de que ela não repetisse sua

história abandonando os estudos como forma de assegurar melhor colocação profissional: *“A gente estudava em colégio que tinha que usar avental branco, aqueles curtinho [risos], daí a gente tinha vergonha. Eu me arrependo de não ter estudado. É o que eu falei pra Carla: “Em primeiro lugar o estudo, senão, a gente nem é ninguém”.*

No relato da mãe adolescente, o ter a própria casa também esteve associado à trabalho e, por conseguinte melhora da situação financeira. Isso se verificou na vinheta a seguir onde mesmo o pai do bebê tendo feito importante esforço comprando uma casa, a adolescente fez questão de permanecer na casa de sua mãe: *“A casa que ele comprou não gostei. Aí eu não queria dizer, mas acabei dizendo, que eu não gostei da casa. Quando ele falou que ia comprar uma casa de madeira, eu pensei que ia ser aquelas pré-moldadas. Era uma casa, parecia uma caixa de fósforos, daí eu não gostei. A casa da minha mãe é bem grande, bem espaçosa e eu já tô acostumada. Daí vou pra uma casa bem pequeninha, não consegui me imaginar dentro. A gente tá pensando, quando agora eu começar a trabalhar, eu ajudar ele”.* Ademais, a fala da adolescente pareceu evidenciar certo conforto de sua parte em permanecer próxima da mãe, sem manifestar pressa para assumir sua própria casa: *“Vai ser nos fundos da casa da minha mãe até a gente comprar um terreno. A gente comprando um terreno, eu posso ir construindo devagar. Eu já tenho desenhada a casa que eu quero. A gente já desenhou, já escolhi até os móveis, o jeito que eu quero, sabe, aquela casa”.*

A permanência de Carla com o marido e o bebê na mesma casa onde moram sua irmã e sua mãe pareceu contribuir para a difusão de fronteiras entre a nova família que nasceu com o bebê e a família de origem da mãe adolescente. O relato da mãe da adolescente descreve rotinas que envolviam todas as pessoas que moravam na casa, sem sugerir mudança importante desde que o genro passou a morar ali: *“A gente fica vendo televisão de noite. Fica todo mundo, mesmo o marido dela que chega às vezes de noite. Chega cansado, janta, vai tomar banho, vai dormir. Ela [adolescente] fica ali com a gente. A gente fica até meia-noite, uma hora. Dorme cedo”.* Neste sentido, no trecho a seguir foi possível perceber certa ambivalência da mãe da adolescente em estimular de fato, a filha, para que dê conta de sua nova família na medida em que isso implica a perda da estreita relação mantida pelas duas: *“O marido dela às vezes chega em casa pra almoçar e eu digo que ela tem que se virar. E se morasse sozinha? Ele pergunta pra gente [mãe e irmã da mãe adolescente] se tem comida pronta. Ele não pergunta pra ela [risos]. Mas a gente ajuda, faz. Eu chego, já boto a mão, faço comida e tudo. Ela tem que ver que ela vai um dia morar sozinha. Tem que morar pra aprender, porque eu não vou tá a vida*

inteira aqui. Com ele ou sem ele, ela tem que ter a vida dela". Ainda a partir do trecho acima, a tendência em dirigir-se à sogra em busca de almoço e a disponibilidade dela em atender às demandas do novo casal pode ser entendida como indicador da referida difusão de fronteiras. Isso não unicamente pela disponibilidade em atender o genro, mas porque assumindo essa postura, entende-se que Lúcia pudesse estar estimulando uma postura dependente da filha adolescente em relação a ela, na medida em que pareceu responsabilizar-se pelos cuidados para com a família que a filha estava constituindo. Sob esta ótica, o aprender a fazer as coisas se daria não fundamentalmente visando uma mudança de endereço em breve, mas porque a mãe da adolescente estaria associando a necessidade da filha em administrar uma casa à sua falta, provavelmente por morte. Isso pareceu reforçado na fala de Carla em que colocou ainda não saber andar sozinha na rua em função da superproteção da mãe: *"Ela é superprotetora mesmo, sabe, ela protege em tudo. Eu nem sei pega ônibus sozinha. Sempre tá comigo. Quando ela não vem, outra pessoa vem"*, embora Lucia tenha dito estar começando a ensina-la a andar sozinha: *"Ela não conhece nada, não sabia nem vim pro centro. Agora é que ela tá vindo sozinha, daí eu largo ela aqui, eu vou pro meu serviço e ela vai"*.

A difusão de fronteiras também pareceu presente nos relatos da mãe adolescente e da avó em se tratando dos cuidados em relação ao bebê. De acordo com o relato que segue, embora Carla pensasse cuidar melhor do filho se comparada ao marido, ela procurava deixar que ele também se ocupasse dos cuidados com o bebê. Entretanto, a avó pareceu invadir o espaço do pai do bebê alertando a filha mesmo em situações em que estaria impossibilitada de atender ao filho, como tomando banho, por exemplo: *"Eu acho que ele cuida direitinho, minha mãe que fica muito preocupada, sabe, ele é muito assim... e a minha mãe: 'Carla! O Nelson vai sufocar o Lucas!'* Às vezes eu tô no chuveiro, daí vejo eles gritando, eu já até sei". Outro relato que se destacou neste contexto foi, para além de seu intenso envolvimento nos cuidados, a menção pela avó de sentir como se o neto fosse seu filho: *"A gente faz o que a gente pode. Os primeiros meses, quem deu banho fui eu. Tava no serviço, corria, parecia que era meu filho [risos]."*. Tamanho envolvimento, segundo o relato acima, teve implicações inclusive em sua rotina de trabalho. Em parte, isso foi justificado por Lucia por entender que há diferenças entre os filhos de filhos e de filhas: *"É diferente que de filha é mais próxima, daí a mãe, a avó fica mais próxima do neto. E quando é da nora já é diferente. Ela já tem a mãe dela. A gente tem que dar o lugar pra mãe dela. Porque eu tenho os dos outros, dos guris, mas não é que nem os das gurias! É diferente. É uma coisa que parece que é da gente"*. Particularmente, no que diz respeito ao entendimento de Lucia sobre o seu lugar na família enquanto avó, ela

mencionou em seu discurso o reconhecimento de que deveria respeitar a conduta dos pais do bebê, embora tenha dito mimar muito o neto: *“Como vó... Eu não devo é contrariar os pais. Se os pais dele botarem ali e eu tirar... Eu acho que uma avó jamais deve fazer isso, porque às vezes as vó botam muito... Muita balda... Apesar de que a gente faz [risos]”*. Dessa maneira, a vinheta acima enfatizou a incongruência entre o discurso e as atitudes da avó com relação à mãe e ao pai do bebê.

Em se tratando dos cuidados em relação ao bebê, a mãe adolescente referiu sentir-se bem em ter alguém para cuidar, o que a tem feito sentir-se mais responsável: *“Tô me sentindo bem. Saber que tem uma pessoa que eu tenho que cuidar, tô me sentindo mais responsável.”*. Na mesma direção, a jovem mãe disse sentir-se *“chata”* por pensar ser a única a saber cuidar do bebê, incomodada mesmo quando o marido quer participar dos cuidados: *“Mais chata [risos]. Tô mais chata porque eu acho que só eu sei cuidar dele. Aí, quando as outras pessoas pegam, fazem uma coisa, já tô acostumada. Mas eu já tenho um jeito de eu cuidar ele, daí, eu fico chata, eu falo, esse tipo de coisa. Mesmo com o Nelson. Eu fico o tempo inteiro enchendo o saco. O Nelson quer dar o banho, eu digo que não”*. Além disso, ainda que tenha referido sentir-se mais responsável, segundo a mãe adolescente a responsabilidade ao tornar-se mãe é maior e melhor do que havia imaginado quando da gestação: *“É bem diferente do que eu pensei. Tem mais responsabilidade, mas é bem melhor”*.

Segundo Carla, o pai do bebê também vinha avaliando a esposa como boa mãe, embora tenha mencionado que ela deveria deixar o bebê ser mais independente: *“O Nelson fala que eu tô sendo boa mãe e também fala que eu tô sendo protetora demais, que eu tenho que deixar o Lucas ser mais independente.”*. Neste sentido, mesmo levando em conta o fato de se estar referindo a um bebê, a fala da adolescente sugeriu a adoção, por ela, de conduta semelhante à da mãe no que diz respeito à excessiva proximidade do filho: *“Mas eu acho ele muito pequeno pra ser independente. Pro Nelson as coisas são mais práticas”*, o que se reforçou pelo ciúme que a adolescente disse sentir quando o bebê se aproximava de pessoas que não seu marido e sua mãe: *“Ah! Eu fico com ciúmes se eu vejo. Eu gosto quando ele tá com outra pessoa, mas ligeirinho ele já sente minha falta. E, não que eu queira que ele seja dependente de mim, mas é porque eu quero tá ali. Se ele... se eu vejo ele ficar demais com outra pessoa, acostumado com outra pessoa, eu já fico com ciúmes. Só não fico com ciúmes da minha mãe... e do Nelson”*.

Entre as mudanças em sua vida decorrentes da responsabilidade inerente à maternidade, a adolescente fez comparações da sua rotina com a das amigas de antes da

gravidez: *“Só que agora minha vida tá mais diferente da delas. Tô casada, tenho filho, e elas todas tão solteiras, tudo sem namorado, tudo com a mesma rotina que a gente tinha antes, de sair, de ir pra cancha, de jogar futebol, essas coisas, e futebol, por enquanto não tô jogando.”*. Neste contexto, a contrariedade das amigas diante da notícia do casamento também foi mencionada por Carla: *“Eu sei que a gente conversava, que eu também falava que eu não queria ser mãe cedo, esse tipo de coisa. Quando eu casei, elas não gostaram da ideia”*. Ainda segundo a adolescente, o casamento e a gravidez reduziram a intensidade com que ela saía para se divertir, preferindo ficar em família em casa: *“Casei, daí depois fiquei grávida... mas já tava antes. E fiquei mais caseira, quis ficar mais em casa. Quis ficar mais com a família do que ficar saindo pra rua”*. O relato da jovem mãe também sugeriu que o casamento e a gravidez transformaram sua realidade, suscitando necessidades diferentes das adolescentes de sua turma de amigas, fazendo com que os assuntos diferentes favorecessem o distanciamento: *“É, e os assuntos delas, daí já ficaram mais diferente pra mim. Porque a gente conversava era de namorado, era de ficar, de sair. Meus assuntos eram mais diferentes: era casa, era marido, era a sensação de tá grávida”*.

Finalmente, no que tange às fronteiras relacionais e individuação, a mãe da adolescente relatou ainda mais proximidade em relação à filha desde que essa se tornou mãe, apesar de eventuais divergências com a adolescente considerando suas próprias experiências naquela idade: *“Estamos mais próximas, porque daí é... como eu te disse, elas querem alguma coisa e acham que a gente tá errada. E não é, né. Eu já fui guria”*. Neste sentido, a fala da avó do bebê pareceu buscar reforçar o vínculo com a filha apelando ao amor materno que a filha passou a também experimentar: *“Carla, o amor que a gente tem só... o amor mesmo que existe é de filho e mãe, mãe e filho... nem filho! É mãe pra filho! É uma coisa que não tem limite”*. Ainda, na fala a seguir, pareceu reforçada por Lucia a ideia de distanciamento enquanto representante de fragilidade de relação, ao falar sobre relações conjugais: *“É passageira a paixão, uma coisa. E se tu consegue ficar sem aquela pessoa que tu diz que tu gosta tanto, acho que é porque não é um amor”*. Mesmo que a fala acima tenha sido apresentada por Lucia de maneira a princípio generalista, foi possível identificar certa tendência em desqualificar as relações conjugais. Neste caso, isso pode ter se dado em vista de suas vivências frustradas sobre casamento onde acabou ficando só.

Em resumo, no que se refere às fronteiras relacionais e individuação, de acordo com os relatos da mãe adolescente e sua mãe, a chegada do bebê veio a reforçar a difusão de fronteiras já observada na gravidez. Isso se verificou, entre outros aspectos, em situações como a manutenção de rotinas da mãe da adolescente com as filhas sem a inclusão do genro que mora na mesma casa, além do fato de chamar a filha quando

percebia que o genro executava alguma tarefa com o bebê. Neste contexto, também se destacou a conduta superprotetora da mãe da adolescente, reconhecida pela própria jovem como um dos aspectos que interferia na adoção de comportamentos mais independentes de sua parte. Ademais, a assunção das tarefas inerentes à maternidade – o que tanto a jovem, como familiares e amigos avaliaram muito bem – ao mesmo tempo em que fazia a adolescente se perceber mais responsável, pareceu contribuir para o afastamento da mesma do grupo de amigas e para a postergação dos planos relativos a escolarização e trabalho. Sendo assim, verificou-se a vivência de maternidade como adiantamento de um processo de individuação adulto, sem que a jovem tenha dado conta da individuação adolescente. Neste contexto, o vínculo exageradamente próximo entre mãe adolescente e sua mãe pareceu ainda mais intenso, sendo a justificativa da jovem o fato de a mãe já ter passado pela experiência de ter filhos pequenos. Já a mãe da adolescente justificou o estreito vínculo com a filha pela crença da veracidade do amor de mãe para filho.

Atribuição de papéis na família

Na vinheta a seguir, foi possível identificar, de acordo com a mãe adolescente, a crença já manifesta na gestação de que haveria uma divisão de atribuições determinada por gênero: *“Eu que fico o dia inteiro com ele porque o Nelson vai trabalhar cedo, daí vem meio dia almoçar. Ele prefere almoçar em casa”*. Sendo assim, em seu entendimento, na qualidade de esposa e mãe, cabia à adolescente organizar almoço e cuidar do filho enquanto ao marido como provedor cabia trabalhar.

Numa entrevista, Carla contou da visita de um amigo da mãe que não a via há muito tempo e teria se mostrado surpreso com o fato de a adolescente ser mãe. Naquela ocasião, o amigo teria sugerido que a avó estaria assumindo os cuidados em relação ao bebê, quando Carla disse ter ouvido sua mãe dizer: *“Quem cuida é ela. Tá cuidando muito bem”*. A esse respeito, quando questionada diretamente sobre como percebia a filha adolescente como mãe, Lucia não mediu elogios: *“Supermãe. Tá se saindo super bem. Ela fica sozinha. De manhã sai todo mundo pra trabalhar. A doutora disse hoje que ele tá bem cuidado, tá bem de saúde, deu os parabéns pra ela”*. Neste sentido, a avó do bebê destacou o fato de Carla ter abandonado os estudos para assumir os cuidados com o filho como um dos eventos que reforçaram a impressão de que a filha tem sido boa mãe: *“Ah, ela é uma boa mãe. Ela cuida bem do Lucas. Ela quer as coisas boas pra ele. Ela pensa primeiro nele. Ela foi lá e trancou o curso dela pra ficar [com o bebê]”*. Soma-se a isso, a identificação de características suas como mãe na própria filha, como o abdicar de coisas

suas para dar conta do bebê, o que pareceu ter sido avaliado positivamente pela avó: *“Ela não faz mais a unha. Quer dizer que tu perde assim. [a filha] Não é aquela deixar chorando ali e eu vou fazer as coisas. O que ela é um pouco parecida comigo. Ela protege bem ele”*. Isso porque a fala de Lucia denota o entendimento de proteção como uma das atribuições maternas. Já no relato da mãe adolescente, pôde-se perceber a satisfação com a avaliação que sua mãe, sua irmã e seu marido têm dela como mãe: *“Ela acha que eu tô cuidando bem, e a Dora também, e o Nelson, todo mundo (riso)”*.

Foi evidente na fala da mãe adolescente a convicção de que ela deveria ser a principal responsável sobre os cuidados do bebê: *“Desde dar banho, colocar roupa, acho que todas as responsabilidades são minhas”*. Neste sentido, a jovem enfatizou o prazer em executar as atividades relacionadas ao filho, bem como a necessidade em estar junto mesmo quando permite que outras pessoas o façam: *“Me sinto bem. Eu gosto de tá participando. Gosto de tá ali, fazendo as coisas, e quando não sou eu que tô fazendo, eu gosto de tá junto vendo”*. Mais uma vez, semelhante ao que se verificou na gravidez, o entendimento da adolescente de que os cuidados de seu bebê caberiam a ela como mãe, enquanto aos outros membros da família que moram com ela caberia trabalhar, pareceu justificar a continuidade do afastamento da escola e trabalho: *“De manhã, não teria. O único horário pra mim estudar, seria de noite, porque de manhã não tem quem cuidar [do bebê], nem de tarde. Os outros [membros da família] trabalham. E trabalhar, eu acho quando ele fizer sete meses”*.

Em se tratando de envolvimento parental nos cuidados com o filho, de acordo com o relato abaixo, no entendimento da mãe adolescente a participação do pai do bebê esteve relacionada ao fato de ele conhecer o bebê após o parto, enquanto a mãe já se vincula desde a gravidez: *“Acho que daí, quando ele viu o nenê, caiu mais a ficha. Mãe não tem como não cair a ficha. Tu sente lá dentro. Tá mudando o teu corpo, tá mudando tudo e tu tá sentindo. E eles sentem só a hora que eles botam a mão, que eles veem se mexer, mas daí depois não é uma coisa que tem que ir com eles. E quando nasceu, ele teve a oportunidade de pegar no colo, esse tipo de coisa, participar mais”*.

Em especial, sobre as atribuições do marido enquanto pai, o relato da adolescente evidenciou certa confusão sobre suas expectativas. Isso porque ao mesmo tempo em que pareceu reconhecer que o pai abarcava muitas tarefas em relação ao filho e se não fazia mais coisas era devido à rotina de trabalho. Entretanto, ela ainda esperava que ele fizesse mais: *“Ai! Eu acho que eu sou muito exigente. Às vezes eu quero que ele fique, que ele seja mais do que eu acho que ele possa ser. Eu quero que ele... Ai! Eu nem sei direito. Eu quero que ele acorde, mas aí ele tem que trabalhar. Ele acorda até. Ele fica, ele faz o Lucas*

dormir, ele brinca com o Lucas. Se ele tem que ficar assim bastante tempo, ele fica". A fala a seguir também ilustra a ideia da mãe adolescente de que o pai deveria se envolver nos cuidados com o filho e que, quando não o fazia espontaneamente, embora contrariada, ele atendia suas solicitações: *"Eu acho que não precisava pedir, mas já que tem que pedir, ele faz (riso)"*. Já na vinheta seguinte, o relato da adolescente colocou, em alguma medida, o pai do bebê como coadjuvante nos cuidados do bebê quando a mãe demonstrou necessidade: *"Sempre quando eu preciso, ele fica com o Lucas. Sempre que... às vezes eu to cansada, e o Lucas quer ficar em pé, daí ele levanta, ele que nana o Lucas, me ajuda se ele tá doente."* Na mesma direção, a fala da mãe da adolescente pareceu entender como sendo positivo o fato de a filha já estar casada e poder contar com o pai do bebê: *"Eu fui mãe solteira e ela já é casada, ela tem o marido dela, né, então tem uma diferença nisso, porque daí ele... como eu te disse, o primeiro eles [pai e mãe] me ajudaram a cuidar. Eu saia"*. Neste contexto, ao invés da ajuda do marido, a mãe da adolescente precisou contar com a ajuda de sua mãe e seu pai. Conforme o relato a seguir, a mãe da adolescente também pareceu ver o pai do bebê como participativo nos cuidados do filho quando Carla manifestava necessidade de ajuda: *"Ah! Quando ela quer fazer alguma coisa o pai fica um pouco. Ele ajuda ela, se ela pede pra ficar com o bebê, tirar a mesa, ele tira. Tira a roupa do banheiro quando toma banho, não deixa roupa lá, passa uma vassoura no quarto"*.

Contudo, a mãe adolescente se mostrou incomodada em ter que dar instruções sobre como proceder com o bebê em situações que a ela pareciam óbvias, mas que o pai do bebê parecia não perceber da mesma maneira: *"A coisa que quero exigir dele é, às vezes, coisa que eu acho que é óbvio de ele ver e ele se esquece. Nesse dia eu tinha dado banho nele e ele foi pra janela. Tava chovendo, tinha um ventinho, e daí, a minha mãe já tinha falado que nenê pequeno não se expõe assim, ainda mais depois que toma banho. E ele levou, se esqueceu, daí eu fiquei super braba"*. Todavia, ainda que nos trechos acima a mãe adolescente tenha enfatizado seu alto grau de exigência em relação à atuação do marido como pai, ela pareceu satisfeita, avaliando-o como bom pai: *"Eu imaginava que ele ia ser mais distanzinho pelo que eu vejo, assim, a maioria dos pais. Pensei que ele ia ser, mas ele tá se saindo um bom pai."*

Em contrapartida, no relato a seguir, ficou evidente a surpresa da mãe adolescente com o envolvimento do marido que se tornou pai quando do nascimento do bebê: *"Eu achei fofo. Eu não esperava que ele [marido] ia ser pai tão... mas ele foi bem. Ele é inexperiente, eu e ele, mas ele me ajudou bastante. De noite ele acordava"*. Ademais, a atenção do marido, de acordo com a fala de Carla, não se restringiu ao bebê, mas a ela

também especialmente durante o puerpério imediato: *“Teve um tempo, por causa do ponto, eu não conseguia caminhar. Mas eu também fiquei preguiçosa. Disseram que pro ponto cair cedo, tinha que se movimentar bastante. Eu ficava deitada. As pessoas ficavam alcançando as coisas pra mim, daí eu só levantava pra tomar banho”*.

Outro aspecto importante foram os relatos recorrentes da mãe adolescente que valorizaram a própria mãe como figura de apoio, o que já havia sido observado também durante a gestação. Neste contexto, de acordo com o relato da mãe adolescente, a ajuda de sua mãe se verificou tanto em relação a cuidados para com a jovem: *“E a minha mãe foi super mãezona, sabe. Toda hora ela me trazia suco natural, ela fazia e me dava pra mim ter leite. Fazia alguma coisa pra mim comer, pro leite não ficar fraco”*, como em relação ao bebê: *“Pra tocar o nenê, e às vezes nem banho eu dava nele, que eu tinha medo. Quem deu banho nele nos primeiros dias foi minha mãe”*. Na mesma direção, as falas da mãe da adolescente evidenciaram a continuidade de sua preocupação em estar disponível para atender as necessidades da filha e do neto verificada na gestação, também com o nascimento do bebê: *“Nos primeiros dias eu dei banho [no bebê]. Tinha que cuidar ela, mas de noite era com ela. Cuidava assim pra ela se alimentar, pra ela tomar banho, pra fazer o curativo”*. Vale ressaltar que tal disponibilidade foi referida pela mãe da adolescente não só como sendo inerente ao papel de avó, mas por se tratar de um filho da filha. Conforme o relato a seguir, Lucia deu a entender que em se tratando de filhos de filho seu envolvimento foi diferente por pensar que a avó materna teria mais espaço: *“Eu participei de tudo aqui [serviço de saúde onde a adolescente realizou pré-natal e seguia acompanhamento após o parto] desde a primeira vez. Eu fiquei com ela, eu vim buscar, eu levei, eu fiquei. Eu peguei uns quatro, cinco dias, eu fiquei em casa com ela. Ia pro serviço e saia correndo. Então é diferente. Com a nora não, porque ela já tem a mãe dela, já tem as irmãs dela”*. Na mesma direção, a mãe da adolescente referiu acreditar que ajudar seria uma das atribuições de todos os membros da família: *“Aos pouquinhos cada um faz uma coisinha. Isso é da família. Um ajuda o outro [risos]. Todo mundo ajuda. Até o meu filho às vezes vai pra lá, fica com o Lucas”*.

Finalmente, em se tratando de atribuições de papéis na família, tanto a mãe adolescente como sua mãe mencionaram modelos de mães que desaprovavam, o que remeteu a ideias do que consideraram atribuições de cada membro na família. A mãe adolescente retomou o exemplo da sogra que abandonou os filhos para reforçar a importância do pai como cuidador: *“Ah, eu já falei já na primeira parte, quando eu tava grávida. Que ela [sogra] deixou ele [pai do bebê], os três. Eles eram novinhos, ela deixou com o pai dele. O pai dele cuidou deles super bem, tanto que eles são super apegados ao*

pai”. Ainda no trecho a seguir se pode verificar a crença da adolescente sobre a disponibilidade que deve haver da mãe para com os filhos independente de eventuais dificuldades pelas quais esteja passando, especialmente de cunho conjugal: *“Mas eu acho que não existe motivo nenhum que uma mãe (...) dizer que tá super cansada, não existe cansaço que tu não possa... Pode até se separar, mas não do filho entendeu. E ela ficou um tempão sem ver os filhos. É uma coisa que eu não faria e que eu não quero”*.

Já a mãe da adolescente citou sua irmã como modelo de mãe que não cumpriu com as atribuições de seu papel quando abandonou os filhos: *“A minha irmã é alcoólatra. Ela deixou todos os filhos. Os filhos tavam perto dela enquanto a minha mãe era viva. Depois que a minha mãe morreu, ela foi morar com um cara e deixou as crianças lá ‘a Deus dará’.* Os filhos dela eram meus sobrinhos. Eu terminei de criar e os outros cada um se criou, porque eu não podia abraçar todo mundo”. Além disso, a fala acima denota a importância atribuída à família pela mãe da adolescente enquanto rede de apoio a qualquer membro.

Em linhas gerais, no que se refere às atribuições de papéis na família estudada, após o nascimento do bebê pareceu se manter a crença de divisão de tarefas permeada por gênero semelhante ao que se identificou durante a gestação. Entretanto, embora nos relatos da adolescente e sua mãe se tenha definido o trabalho e o sustento da família como tarefas masculinas cabendo às mulheres as tarefas domésticas e cuidados com os filhos, o trabalho da mãe e da irmã da adolescente fora de casa, bem como o eventual envolvimento do pai nos cuidados com o bebê pareceram denunciar contra tal organização. Em particular, a adolescente se avaliou positivamente no papel de mãe, acreditando ser dever essencialmente sua a responsabilidade pelos cuidados com o filho. Todavia, tanto seu marido como sua mãe foram citados como importantes fontes de apoio desde o nascimento do bebê nos cuidados para com ele bem como para com ela mesma. Neste sentido, a própria avó descreveu essa como sendo uma atribuição inerente a este papel.

Contabilidade de obrigações e méritos

A fala da adolescente evidenciou expectativas com relação ao futuro do filho, mas especialmente sobre se ele daria ouvidos aos seus conselhos: *“Ah! Pro futuro eu tenho várias preocupações. O que ele vai querer fazer, se ele vai ouvir. Esse tipo de coisa que acho que toda mãe pensa, que ela planeja o futuro do filho. [risos] No que ele vai fazer”*. Isso já indicou mais uma “conta assumida” pelo bebê a honrar com relação à sua mãe,

semelhante ao que se verificou sobre a mãe adolescente e as expectativas da própria mãe com relação a ela em outros momentos do presente estudo.

Ainda na fala da adolescente, pôde-se verificar que ela via sua mãe como sendo superprotetora “*Não quero ser superprotetora que nem ela é. Mas eu acho que eu vou ser igualzinho. Acho que eu não preciso ser tanto assim. Eu quero proteger também. Quero cuidar, quero tá participando das coisas que ele fizer*”. Neste sentido, ainda que neste relato tenha sido possível identificar certo tom de desaprovação da mãe adolescente com relação à conduta superprotetora da própria mãe, a jovem imagina que acabará por fazer igual. Na mesma direção, a convivência com outras mães além da sua própria parece ter exercido importante influência no exercício da maternidade pela adolescente: “*Eu acho que... eu cuido parecido. Depois que eu fiquei grávida é que eu vi o que as mães passam. Depois que eu ganhei, eu ouço o que ela fala, tudo que ela me dá conselho tipo de criar, essas coisas*”. A esse respeito, pôde-se ainda identificar que tornar-se mãe favoreceu a identificação empática da adolescente com a própria mãe.

Além disso, em seu relato, através da identificação da mãe adolescente com sua mãe, pôde-se também verificar, simultaneamente, o cuidado com o bebê enquanto parte de sua conta como filha que recebeu cuidados da mãe e como mãe a quem cabe prover cuidados em relação ao próprio filho: “*Senti que eu tava sendo uma boa mãe. Eu que admiro ela por ser mãe, do jeito que ela cuida da gente, que eu tava indo pelo caminho certo (riso)*”. Neste sentido, ainda pode-se pensar que a adolescente esteja inclinada a repetir em alguma medida o padrão superprotetor da mãe, conforme o relato a seguir, onde evidenciou a preocupação em atender a todas as vontades do bebê: “*É que às vezes ele quer colo, eu faço tudo que ele quer. Daí às vezes ele quer colo, eu pego ele, ele quer ficar no carrinho, eu deixo ele, ele quer ir pro chão, eu boto ele, tudo que ele quer eu faço*”.

Em contrapartida, o relato da mãe da adolescente enfatizou a preocupação não só dela, mas de vários membros da família em satisfazer às vontades da filha caçula. Porém, com o nascimento do filho de Carla, a reconfiguração geracional exigiu que enquanto mãe, as vontades da adolescente ficassem em segundo plano para atender às vontades do bebê: “*Que ela é a última. Quando ela nasceu, essa minha filha já tinha 14 anos, bastante diferença. Então tudo que ela queria, se um não fazia, o outro fazia. Ai agora ela tá tendo a vida que... [risos] mais responsabilidade. Tá vendo que não é nada daquilo, que a coisa não é aquilo ‘Eu quero’. Ela tem que ficar sem, pra dar pro nenê. Agora ela viu que não é isso ai. Tem alguém que precisa dela, que a vida não é fácil*”. Além disso, a fala da mãe da adolescente também denotou a ideia de renúncia de suas próprias vontades diante da necessidade de criar os filhos como conta inerente à maternidade.

Na mesma direção, vale ressaltar a descrição da mãe da adolescente sobre amor de mãe como envolvendo a necessidade de proteção do filho sobre todas as coisas: *“Amor de mãe é uma coisa diferente. Acho que não existe. Antes te dá um tapa e não dá no teu filho, faz pra ti e não faz pra ele”*. De acordo com o trecho a seguir, o amor incondicional pareceu permeado pelo reconhecimento de que nem sempre se acerta, o que não impediu que Lucia se avaliasse positivamente como mãe e avó por pensar colocar os filhos sempre em primeiro lugar: *“Amor de mãe, exatamente. Bah! Eu sou mãe mesmo. Se eu pudesse eu faria tudo pra eles. A gente tem os erros da gente, mas eu acho que eu sou uma boa mãe e uma boa avó [risos], porque em primeiro lugar é meus filhos”*.

Entretanto, acompanhando tamanho desprendimento, também foi evidente nos relatos da avó a expectativa de que a filha a quem ela tanto se dedicava, cumprisse compromissos que ela mesma não havia conseguido: *“Eu me arrependo de não ter estudado. É o que eu falei pra Carla. Em primeiro lugar o estudo, senão a gente nem é ninguém. [a mãe adolescente] Foi a filha que eu pude dar o que eu não pude dar pros outros, que daí eu já trabalhava. Uma mãe sempre espera o que ela não fez. Eu sou doméstica, mas eu não tinha alguém que me empurrava, minha mãe”*. A esse respeito, a mãe da adolescente pareceu remeter-se às lembranças sobre a própria mãe, que sugeriram a tentativa de compensação de apoio que pensou não ter tido em sua família de origem. Ainda, Lucia disse ter sido diferente da relação que tem com a filha adolescente, na medida em que, segundo ela, procura interceder mais frequentemente, explicando as repercussões das decisões de Carla com base em suas experiências de vida: *“É diferente, como eu te disse, assim, a gente fazia como a gente queria, a mãe não era de explicar e eu não. Colégio, quando ela [filha adolescente] começou a rodar disse assim: ‘Tu quer. Tu quer exigir de menos’. Ela disse que eu tava exigindo demais, que eu queria dela o que não tinha sido. Quando ela foi casar, aí eu: ‘Não, eu não tô exigindo. Problema é teu. Só eu não quero que tu passe o que eu passei, o que eu tô passando, trabalhando em casa de família. Não que seja ruim, mas se tu não estudar, hoje em dia, até pra ser faxineira tem que ter estudo. Não é que eu queira, agora tu é que sabe, tu não quer passar [de ano no colégio] o problema é teu’. Daí ela pegou e resolveu passar”*. Já sobre a relação com a filha, o relato da mãe da adolescente denotou a impressão de que procurou proporcionar oportunidades para a filha. Todavia, no entendimento de Lucia, a jovem não teria correspondido às expectativas da mãe, especialmente no que tange à escolarização e ocupação: *“Não quer, não vai. Ela tem bastante oportunidade. A gente trabalha, dá conselho, mas... queria que ela terminasse os estudos, se formasse, até casada. Eu*

imaginava outra coisa. Eu imaginava ela diferente, estudando. Eu esperava ela tá bem longe já, fazendo curso, já entrando numa faculdade, trabalhando. Porque tem que trabalhar. A gente é pobre, tem que ajudar o outro, porque trabalhar não é feio, não interessa o serviço, o importante é trabalhar”. Ainda na vinheta acima, a fala da avó denotou a ideia de trabalho como conta a honrar enquanto valor daquela família. Assim, o fato de Carla ter casado e engravidado antes de estabilizar-se profissionalmente nitidamente contrariou o que a mãe esperava para a adolescente: *“Eu esperava isso, eu não esperava vê ela casada já com filho. Quando ela casou, eu disse pra ela: ‘Não engravida em seguida. Tá casada é o que tu quer, tudo bem, mas primeiro faz a vida, estuda, te forma, depois sim’. Mas ela já tava grávida”.* Contudo, pôde-se verificar na fala da mãe adolescente que esta imaginava que a própria mãe tivesse clareza dos seus objetivos, embora contrários às expectativas nela depositadas, parecendo entender que o que mais preocupava a mãe era que ela fosse capaz de concretizar seus objetivos: *“Ela já sabe o que eu tenho vontade de fazer. Ela espera que eu faça. Ela não quer que eu fique só nos planos”.*

Neste contexto, a frustração das expectativas da mãe com relação ao futuro da adolescente pareceram ter custado à jovem uma reação inicial desfavorável da mãe diante da gravidez da filha adolescente relatada com mais intensidade durante o terceiro mês de vida do bebê: *“A gente conversa, só que tava um ressentimento. Eu, como eu te disse [na entrevista anterior], eu participava, tudo, não toquei no assunto. Ela já tava casada, mas não era aquilo que a gente esperava e ela dizia assim: ‘Ai, tu não tá aceitando o nenê’. Eu tava aceitando, mas pra ela eu não demonstrava. Ficava pra mim”.*

Em contrapartida, a chegada do novo membro à família foi relatada pela mãe adolescente como um evento vivenciado positivamente por toda a família: *“Foi uma felicidade, né, porque quando eu descobri que tava grávida, todo mundo engravidou comigo, a minha irmã, minha mãe, o Nelson”.* A mesma felicidade foi mencionada também pela mãe da adolescente, especialmente por se tratar de filho da filha: *“Ah! Feliz, porque uma criança sempre traz uma felicidade, né, principalmente um neto de uma filha, porque eu tinha neto só de filho”.* Neste sentido, embora a mãe da adolescente tivesse outros netos, sua fala evidenciou a ideia de que o filho da filha favorece uma relação de maior proximidade. Também no discurso da avó do bebê pôde-se identificar o sentimento de continuidade através das gerações e, em especial, da transmissão de contas da filha para o neto: *“Não tem nem explicação. Uma felicidade assim... parece que a gente tá... é como se ela tivesse nascendo de novo... o filho dela. Eu te disse, eu não sei se eu vou alcançar. Eu quero ver ele grande, que ele estude, que ele... não digo assim que tenha, mas que*

procure ter uma vida melhor que a gente". Ainda de acordo com a vinheta, Lucia espera que possa cumprir as expectativas não cumpridas pela filha, mesmo que ela não possa ver em vida as conquistas do menino.

Portanto, no que diz respeito à contabilidade de obrigações e méritos após o terceiro mês de vida do bebê a questão das expectativas futuras tanto da mãe em relação à filha adolescente e ao neto, como da mãe adolescente em relação ao bebê pareceram destacadas nos relatos das participantes. Além disso, embora tenha referido desaprovar algumas atitudes da própria mãe – tal como a superproteção – tornar-se mãe fez com que a adolescente reconhecesse a possibilidade de repetir os padrões criticados, evidenciando ainda uma identificação empática com a mãe desde que se tornou mãe. Neste sentido o filho como prioridade foi destacado no discurso das duas participantes como justificativa a renúncia de vontades e adiamento de projetos de vida.

Primeiro ano de vida do bebê

Fronteiras relacionais e individuação

Durante o primeiro ano de vida do bebê, no que tange às fronteiras relacionais e individuação, o relato da mãe adolescente evidenciou a dificuldade de imaginar como seria sua vida após o parto quando da gravidez: *“Ah! Tô me sentindo feliz. Porque... só cai a ficha depois que nasce. Ai... Eu só imaginava quando eu tava grávida, como seria depois que ele nascesse e depois, nada que eu tinha pensado”*. Ainda, a jovem mãe referiu satisfação com as aquisições desenvolvimentais do filho rumo à independência, tais como: *“As coisas que ele faz, as brincadeiras, que ele aprendeu a caminhar, ele tá aprendendo a falar”*, sendo o que descreveu como mais difícil o fato de o menino ser *“muito agitado”*, o que não a impedia de considerar a experiência de ser mãe como melhor do que havia imaginado.

Em se tratando de seu próprio processo de individuação, embora parecesse reconhecer na própria mãe uma fonte de segurança, a adolescente referiu entender a proteção da mãe como excessiva *“Eu gosto do jeito que ela... é uma mãe amiga, que a gente ficava sempre segura com ela, a gente pode contar com ela. O que eu não gosto é que ela é muito protetora”*. Neste contexto, a ideia de proteção pareceu apresentada pela adolescente como um obstáculo ao seu desenvolvimento, na medida em que tinha seu desenvolvimento tolhido no que tange à independência pelo fato de a mãe estar sempre disponível e realizando tarefas por ela: *“Não que não seja bom, mas é que a gente tem que aprender a fazer as coisas”*. Na mesma direção, a coabitação da adolescente com sua mãe,

além do marido, do bebê e uma irmã, pareceu contribuir para dificultar a adoção de estratégias próprias de cuidado com o bebê pela jovem que, segundo o relato a seguir, referiu adotar os conselhos da mãe: *“É que como eu moro junto com a minha mãe, ela me aconselha com essas coisas que eu não sei e eu sigo o que ela. Se eu sei, eu vou por mim”*.

Ideia semelhante com relação aos cuidados do bebê se verificou também no relato da mãe da adolescente que também fez menção à coabitação como um importante fator relacionado às rotinas da nova dupla mãe e bebê: *“A gente é... ficou em três convivendo junto numa casa que era ela [adolescente], eu... Ela ainda mora com a gente, e a minha filha [irmã mais velha da adolescente], então a gente tá sempre junto. Como eu trabalho e a outra, então a gente procura sentar na mesa junto de tarde. Se não toma café de tarde junto, toma de noite, nos fim de semana. Então a gente é muito unida, eu e a [filha adolescente] e a [filha mais velha]”*. Vale ressaltar que embora o pai do bebê também resida na mesma casa e seja casado com a adolescente, num primeiro momento, a descrição da avó do bebê sobre as rotinas da casa contemplou somente ela e as duas filhas, o que pode sugerir certa aglutinação da mesma com as filhas, obstaculizando os processos de individuação nesta família. Em contrapartida, a fala da adolescente incluiu o marido como membro que mora na casa, e acabou denotando uma organização que privilegia a atenção de todos os membros da família ao bebê: *“Ah, eu fico muito feliz quando ele [bebê] ia andar. Qualquer coisa, lá em casa somos quatro: eu, meu marido, a minha mãe, e a minha irmã. E daí tudo que ele [bebê] faz, tudo a gente faz uma festa”*.

Além disso, na fala da avó do bebê também se pôde perceber certa tendência de agregação das mulheres desta família, sugerindo postura mais autônoma dos filhos do sexo masculino: *“Porque meus dois filhos são casados, aí tem a vida deles. E como neto, tu quer, eu acho assim, não é que assim, eu acho que os outros não é. É que eu acho que o filho da filha acho que parece que é mais. Eu acho que é filho da gente também”*. Neste sentido, a partir do relato da avó do bebê, a maior proximidade com a filha adolescente que se tornou mãe garantiria também maior proximidade com o filho da filha do que com os filhos das noras. A esse respeito, vale o alerta do sentimento de maternidade com relação ao neto, o que pode ter contribuído para tornar difusa uma fronteira relacional importante, confundindo as posições de filha que se tornou mãe e de mãe que se tornou avó. Tal sentimento pode encontrar alguma explicação no fato de a avó do bebê, durante a gravidez da filha, acreditava na incapacidade da adolescente em cuidar do filho: *“Ah! Eu achei que ela não ia cuidar direitinho. Ela é até bem mãe, deixa de fazer as coisas dela pra cuidar dele, trancou o curso”*. Sobre isso, o fato de a adolescente renunciar a coisas suas para realizar as tarefas da maternidade foi apontado pela avó do bebê como algo que a

surpreendeu positivamente, na medida em que sua fala revelou a crença de que a mãe deveria estar sempre presente: *“Ah! Ela tá sendo uma boa mãe. Surpreendeu todo mundo. Eu acho que é porque a mãe tá sempre... A gente tá acompanhando tudo”*. Além disso, a fala da avó pareceu sugerir a importância atribuída por ela à própria presença *“acompanhando tudo”* como algo que tem contribuído para o bom desempenho da filha como mãe.

Ainda com foco sobre a coabitação, o relato da adolescente sugeriu divergências entre a forma com que ela e o marido procuravam conduzir a educação do bebê e o que a avó julgava correto: *“Ah! Assim, é que tu te estressa. Como a gente mora junto, a minha mãe tá sempre vendo. Daí tem coisa que a gente faz que ela acha que a gente, que ele não pode ser educado desde agora. Eu e meu marido, a gente pensa diferente, que ele tem que ser educado desde agora, pra depois, mais tarde, não sofrer”*. O relato da avó também apresentou impressão na mesma direção da filha. De acordo com o trecho a seguir, a mãe da adolescente referiu descontentamento sobre a maneira como a filha e o genro tem conduzido a educação do neto: *“Eu fico braba. Assim, eu tiro. Não é pra pegar, a gente enterte, leva pra fazer outra coisa. Eles [filha e genro] não. Como são mais novos, eles acham que a criança tem que saber que aquilo não é pra mexer. Ele não sabe. Ele entende até. Entende até muita coisa. Tudo que tu fala pra ele, ele repete, mas ele não entende que isso aqui não é pra mexer. Então a gente não mexe, daí se ele insistir, tirar dali, tirar da cabeça dele aquilo, porque ele é uma criança. Ah eu falo o que não é pra fazer, daí eles [genro e filha]: ‘Ah! Eu to educando meu filho’. E eu ‘Sim. Não é assim’”*. Como se pôde verificar, a mãe da adolescente além de interferir diretamente na educação através da interação com o bebê, adotando estratégias diferentes da mãe e do pai do bebê, interferia também verbalmente criticando a filha e o genro, mesmo sabendo da reprovação deles. Ademais, a fala da mãe da adolescente denotou ainda o predomínio da visão da filha como hierarquicamente inferior a ela sobre a ideia de mulher casada que, ao tornar-se mãe, ocuparia outro nível hierárquico na família. Para a mãe da adolescente, isso lhe asseguraria o direito de dizer o que pensa, denotando a dificuldade de realinhamento geracional com a filha: *“Se eu falo uma coisa que eu não gostei, é porque ela é casada, mas ela é minha filha, tem coisas que tá errado”*. De acordo com a vinheta, o fato de a filha ter casado, no entendimento da mãe, não lhe impediria de pontuar o que não gostava ou pensava estar errado.

Segundo o relato da adolescente, a referida interferência na educação do bebê acarretou situações frequentes de discussão entre ela e sua mãe: *“Sempre dá uma*

discussão por causa disso, mas depois sempre volta, sabe, tudo ao normal". Também de acordo com a mãe da adolescente a maior parte das brigas com a filha adolescente tem sido em virtude do neto: *"A gente às vezes briga mais por causa dele [bebê]. Por causa do Lucas!"*. Sobre isso, segundo o trecho a seguir, a mãe da adolescente pareceu atribuir as brigas frequentes ao conflito entre gerações que tiveram criação diferente: *"A briga é porque... bom, a gente teve outra criação. E eles são mais novos e eles acham tudo mais fácil assim que uma criança tem. O pai dele, se o Lucas for mexer aqui ele quer xingar: 'Tu não vai mexer ali!'. Não é assim. Tem um ano, ele não entende"*. Neste sentido, a vinheta que segue exemplifica, mais uma vez a confusão de fronteiras relacionais na medida em que a avó do bebê referiu sentir como se fosse agredida em alguns momentos diante de situações em que desaprovou a repreensão ao neto a quem diz sentir como se fosse filho, pela filha adolescente e pelo genro: *"Então: 'Ah, tu não mexe aqui'. Se tá xingando ele [bebê] parece que tá dando em mim. Eu fico... Até chorar às vezes eu choro porque ele é como se fosse meu filho"*.

Também sobre o pai do bebê, a coabitação pareceu favorecer que a mãe da adolescente se apresentasse nas fronteiras do casal constituído pela filha e o genro. Isso indiretamente, enquanto criticou a conduta desleixada com o autocuidado do genro após o casamento em função de queixa da filha: *"Ela já se queixou bastante pra gente. Se queixa, às vezes fala pra ele. Então eu acho que talvez se ele mudar... Essa semana ele chegou, tomou banho, tava cheirosinho, se arrumou. Daí ele bota qualquer roupa e ela não. Ela se arruma. Como ela não sai, ela anda em casa... E eu acho que ele deveria fazer o mesmo. Porque quando é namorado, como é que se arruma?"*.

Outro aspecto que parece importante ao examinar as fronteiras relacionais e processos de individuação durante o primeiro ano de vida do bebê diz respeito à ênfase dada no discurso da mãe da adolescente sobre sua proximidade com a filha antes do nascimento do bebê. Neste contexto, a fala a seguir ilustra o quanto atitudes esperadas durante a adolescência como namorar e encontrar amigos mobilizaram a mãe da adolescente mesmo antes da gravidez da filha com a perspectiva de quebra da relação: *"A gente foi sempre muito agarrada. A gente sempre dormia junto. Quando ela era pequena, levava ela pro meu serviço. Não queria ir pra creche, ia pro meu serviço. Depois começou, a gente começou a balançar um pouco quando ela começou a namorar, por causa das atitudes assim que... a gente foi criada de um jeito, agora as coisas tá diferente"*. Diante disso, a solução que pareceu ter sido encontrada pela mãe da adolescente para manter a filha próxima foi a tentativa de controle: *"Ela vinha do colégio e eu ligava pra saber se já tinha chegado. Ligava e a [filha] não atendia o telefone. Daí eu*

já ficava sobressaltada. Daí não sabe se não foi pra casa, um monte de coisa passa pela cabeça. Enquanto eu não falava com ela, eu ficava naqueles nervos, naquela coisa. Ai ligava pro telefone e ela: 'Ah, to aqui conversando com as gurias, não sei o quê!', 'Por que tu não entrou pra dentro de casa? Eu não gosto que fique na rua!'. Diante da conduta da jovem, a mãe contou tê-la deixado trancada em casa uma vez, deixando a chave sob responsabilidade de um primo: "Daí uma vez eu chaveei o portão e deixei pro meu primo do lado [vizinho] a chave [com a adolescente trancada em casa]". Para justificar o excesso de zelo e, em alguma medida comprovar que seu modo de pensar não estaria de todo inadequado, a mãe da adolescente citou como exemplo a filha mais velha, de 32 anos, que ainda mora com a família: "Essa minha guria [filha mais velha], eu acho que eu nem vi, ela não fez o que a Carla fez. Foi bem diferente. Essa minha que tem 32 anos não incomodou que nem a Carla".

No relato da mãe da adolescente, embora nos outros momentos da coleta de dados tenha sido dada ênfase sobre a surpresa e descontentamento inicial diante da notícia de gravidez da filha, na entrevista do primeiro ano de vida do bebê foi explicitado um novo sentimento especialmente com relação ao casamento de Carla, que antes havia sido descrito como algo prematuro. A mãe da adolescente denotou contentamento com a gravidez enquanto evento que fez com que a jovem se mostrasse mais responsável, e, por conseguinte, se afastasse de questões adolescentes que no parágrafo anterior se pôde ver, pareciam de difícil manejo para Lucia. *"Ela tá mais responsável. Pra mim foi uma boa, porque a Carla, guria, assim, adolescente (...). Eu tava toda hora ligando, ela não tava em casa, chegava do colégio, ficava com as amigas na frente [de casa]".* Neste contexto, mesmo contrariando suas expectativas em relação ao futuro da filha expostas nas entrevistas das etapas anteriores do presente estudo, o início do namoro e decisão pelo casamento pareceram ter sido vistos pela mãe da adolescente como possibilidade de protegê-la de situações que ela considerava de risco, a exemplo da exposição a drogas na vizinhança: *"Daí ela começou a namorar esse rapaz com 16 anos. Eu disse pra ele: 'Olha, namora dentro de casa!'. Quando eu vi que estavam se agarrando muito eu disse: 'Ó!', e ele disse: 'Não. Eu quero casar!'. Liguei pra igreja, casaram. 'É isso que tu quer?', 'É!'. Pra mim foi uma boa porque aonde a gente mora tem muita droga. Então ela casada, casou nova, mas ao menos tá dentro de casa pensando no futuro".*

Todavia, a mãe da adolescente pareceu reconhecer que o excesso de cuidado pode ter prejudicado a jovem que, segundo ela, está despreparada para a vida: *"Eu nunca deixei sair sozinha em baile e coisa. Ou era com a minha filha ou era em aniversário e deu. Às*

vezes eu fico olhando pra ela e ela não conhece nada da vida. Até hoje, as brincadeiras dela, as conversas dela com as outras pessoas a gente vê que ela não tem maldade, malícia. Ela ainda não tá preparada pra vida". Nesta direção, a mãe da adolescente relacionou o excesso de zelo não só para com a filha caçula, mas para com todos os filhos, com a perda dos filhos pequenos mesmo antes do nascimento de Carla como sendo mais importante do que dificuldade com a adolescência propriamente dita: *"Não foi tanto porque ela é adolescente. Eu tinha mais medo de perder. Eu tenho medo de perder... Já perdi. Pela minha história, então, me agarrei muito naquilo. Não vai aqui, não vai ali. Essa minha guria começou a trabalhar com 19 anos, a mais velha, e eu ligava pra ver que horas ela saiu de lá e que ônibus pegou".*

Na mesma direção, a mãe da adolescente referiu que desde que teve filhos, todos os seus projetos estiveram relacionados a eles. Ademais, desde a separação, mesmo que as pessoas à sua volta questionassem sobre ter novo relacionamento, este foi evitado por ela como proteção às filhas: *"Fiquei voltada pra eles [filhos]. Eu não tive [outro companheiro] porque, pensando assim, vou te dizer, cada um tem uma maneira de pensar. Eu não vou arrumar outro homem ou ter alguém porque eu tenho filha mulher. Tem gente que diz que isso era besteira, mas esse era o meu pensamento. Então eu sempre tive esse pensamento".* Sendo assim, em vários momentos da coleta de dados a mãe da adolescente disse ter uma casa grande o suficiente para que sempre estivessem *"todos juntos"*. Porém, foi possível perceber uma tendência de que os filhos que resolveram sair de casa permanecessem por perto, o que também estava acontecendo com Carla e o marido que estavam começando a construir sua casa nos fundos do terreno da mãe: *"Eu tenho um filho que mora em cima, o outro do lado, que é dois terrenos, mas é aberto, e ela vai mora nos fundos"*. Sobre isso, identificou-se ainda no relato da mãe da adolescente certa ambivalência com relação à saída da filha de sua casa conforme segue: *"Não que eu queira que ela saia da minha casa, mas cada um eu acho que tem que ter a sua casa. Eu acho que eu tenho um sistema e eles têm outro"*. Segundo a mãe da adolescente, a saída da nova família constituída pela filha adolescente de sua casa poderia ser entendida como solução para os conflitos derivados dos *"sistemas"* diferentes de administrar a vida familiar, especialmente quanto à educação do neto.

A mãe adolescente também pareceu apresentar entendimento similar sobre a necessidade de saída da casa de sua mãe com a nova família quando colocou o ter sua casa como sendo o que mais precisava fazer para conquistar seus planos: *"Minha casa [risos]. É. E o meu marido falou que conseguiu um terreno com uma casa, só que é umas três, quatro quadras depois da minha casa, que a gente mora agora é com a minha mãe. Daí eu*

tô meio assim porque [riso] daí eu não vou poder estar todos os dias lá e vou sentir falta. Daí eu não falei nada, porque eu tenho vontade de ter a minha casa, meu terreno, mas primeiro uma coisa de cada vez. Se acostumar primeiro na minha casa, depois comprar um terreno. E eu queria mesmo um teto ali na rua da minha casa”. Ainda, a vinheta acima pareceu denotar o conflito da adolescente em assumir um endereço diferente do da mãe, ainda que próximo, na medida em que envolveria um afastamento delas e a assunção do próprio “teto” com suas regras além de maior proximidade com seu marido. Neste sentido, pôde-se verificar a dificuldade da adolescente em tratar do assunto claramente tanto com o marido como com a mãe.

Por fim, a intenção de voltar a estudar presente nas etapas anteriores de coleta de dados, se repetiu no primeiro ano de vida do bebê como principal expectativa com relação ao futuro manifesta pela mãe adolescente: *“Ah, eu quero voltar pro curso. Eu quero continuar meus estudos, que eu parei no primeiro ano. Eu quero trabalhar também”.* Entretanto, tal retorno esteve ainda condicionado à adequação de cuidados alternativos para o bebê: *“Só que eu tô esperando ele ficar, assim, mais... que eu vou ter que cuidar e ver com quem que eu vou deixar ele, né. Se vou deixar numa creche, tem que ver que creche”.*

Em síntese, embora tenha referido a experiência da maternidade no primeiro ano de vida do bebê como melhor do que imaginava durante a gravidez, foram evidentes nos relatos da adolescente e sua mãe várias passagens que denotaram certa confusão de fronteiras relacionais e dificuldades em tarefas que delinham os processos de individuação. O reconhecimento da própria mãe pela adolescente como uma figura que ao mesmo tempo em que tem importante função de apoio, acabou por restringir movimentos de independência por assumir boa parte das tarefas que lhe caberiam com relação ao bebê e a casa é um dos exemplos disso. Neste contexto, o sentimento de maternidade da avó em relação ao neto pareceu interferir fortemente. Segundo a mãe da adolescente, isso teria se dado em vista da crença ainda durante da gestação de que a filha, por imaturidade, não conseguiria dar conta das tarefas inerentes à maternidade. Finalmente, o casamento e maternidade da filha foram destacados pela avó do bebê como fator de proteção à jovem, afastando-a de situações de risco como exposição a drogas. Entretanto, se antes do casamento e da gravidez os conflitos das duas eram motivados pelas tentativas de ampliação das relações da adolescente para além do grupo familiar, quando do primeiro ano de vida do bebê segundo os relatos de mãe e filha os conflitos passaram a ser permeados pelas discordâncias sobre como proceder com o bebê.

Atribuição de papéis na família

No que tange a atribuição de papéis na família, durante o primeiro ano de vida do bebê, os relatos da mãe adolescente revelaram o pensamento de que sua principal atribuição naquele contexto seria a maternidade, tendo avaliado muito positivamente seu desempenho: *“Ah! Uma boa mãe. Que eu cuida do Lucas bem”*. Na mesma direção, a mãe adolescente disse ter percebido que outras pessoas também comentaram que a estavam vendo como uma boa mãe: *“Acho que me veem como uma boa mãe... já me falaram”*. O relato da mãe da adolescente endossou a impressão da jovem mãe, enfatizando a dedicação ao cuidado como uma das principais características associadas a esta avaliação: *“Ah! Ela tá sendo uma boa mãe. Ela é bem caprichosa, as coisas bem limpinhas, a roupinha dele ela cuida direitinho”*. Neste sentido, a fala da mãe adolescente evidenciou sua preocupação em ser a principal responsável de fato por todas as tarefas envolvendo o bebê: *“Tudo. Ah, eu gosto de fazer tudo. Eu gosto de participar de tudo que ele tá fazendo. Não tem o que eu mais gosto de fazer com ele, eu gosto de fazer tudo”*. Contudo, mesmo considerando-se uma boa mãe, a adolescente reconheceu que a experiência estava sendo mais difícil do que imaginava, apesar de já ter cuidado de crianças antes do seu filho: *“Ah! É que eu já tinha cuidado de criança só que não é nada como um filho. Um filho é integral. É difícil. Não é como eu imaginei”*. Além disso, a adolescente citou novamente, como nas etapas anteriores de coleta de dados, a sogra como modelo de mãe a evitar por ter abandonado os filhos: *“Ela largou eles, sabe, com o pai e depois que eles já estavam grandes que ela retomou eles [marido e irmãos] de novo. E eu acho que uma mãe nunca pode abandonar um filho”*.

Um dos aspectos que pareceu associado ao reconhecimento das tarefas relacionadas à maternidade como principal atribuição da adolescente no discurso da avó do bebê foi o fato de a jovem não trabalhar fora como os outros membros da família: *“Ela não trabalha, aí ela cuida dele. O dia dela é envolvida com o Lucas”*. Sobre isso, a fala da adolescente denotou o entendimento de que pelo fato de o marido trabalhar o dia todo, poderia ser poupado da divisão dos cuidados com o filho quando chegasse em casa: *“Ah! Eu contava, assim, as coisas pra ele, que aconteciam antes... isso eu conto. Agora dividir não. Que ele trabalha o dia inteiro. Daí ele chega cansado, daí ele brinca com o Lucas, tudo, mas eu não posso deixar o Lucas direto com ele”*.

Por outro lado, o trecho a seguir sugeriu que embora o pai do bebê também ajudasse nos cuidados com o filho, a mãe adolescente relatou evitar deixar que ele assumisse a tarefa por discordar de condutas do marido associadas principalmente à alimentação: *“E meu marido também ajuda. Ele fica [com o bebê], só que ele tá sempre*

dando doce pro Lucas. Daí, então... Eu gosto [do jeito que o pai cuida do bebê]. Eu só não gosto, assim, que ele dá muito doce. Ele tá educando ele uma alimentação muito errada”, e outras situações em que pareceu julgar que o pai do bebê tenderia a superestimar as habilidades do filho: *“Se caiu [um objeto], pra ele [pai], ele [bebê] sabe... Não vai lá pegar. Ele quer ensinar o Lucas de um jeito que eu acho muito acelerado ainda”*. Porém, isso não impediu que a mãe adolescente tenha avaliado positivamente o desempenho do marido como pai: *“Eu acho que ele lida bem. Ele tá sendo um bom pai, só que duro. Eu já imaginava que ele seria assim pelo que a gente conversava”*. Entretanto, segundo o relato a seguir, a mãe da adolescente pareceu não partilhar da boa impressão da filha sobre o desempenho do pai do bebê, baseada em situação em que ela acredita que o neto teve problemas na garganta por ter tomado água gelada dada pelo pai: *“Ele foi e deu água gelada pra ele, se ataco da garganta, teve bem ruinzinho, dai ela... trancou. Porque deixar com ele... sabe como que é homem. Mulher já é mais cuidadosa, mas ela tá sendo uma mãe... zona”*. De acordo com a vinheta, foi possível ainda verificar a força da crença da maternidade como sendo atividade iminentemente feminina naquela família.

Ainda sobre as atribuições do pai do bebê, o discurso da adolescente pareceu reforçar a ideia de que os cuidados do filho seriam uma atribuição essencialmente sua, cabendo ao pai a função de apoio quando necessário: *“Sempre quando eu preciso que ele [pai bebê] fique com o Lucas, ele fica. Se o Lucas tá chorando, preciso que me alcance o remédio ou uma coisa, ele vai, ele pega”*, mesmo que eventualmente o marido não se mostre disponível como a mãe adolescente gostaria: *“Ele vai na bronca. [risos]”*. Vale ressaltar que mesmo que a fala da adolescente tenha evidenciado a ausência de uma organização formal de divisão de cuidados em relação ao bebê, ambos tem buscado conversar em busca de consenso sobre como conduzir situações específicas com o filho: *“Ah, a gente [casal] não se organiza [nos cuidados com o bebê]. Ontem a gente tava conversando sobre o que a gente vai fazer com ele se jogando pra trás. Daí a gente já viu que ele faz isso pra chamar a atenção”*.

Por fim, em se tratando do pai do bebê, o relato da adolescente explicitou a ideia de que o marido seria um coadjuvante dos cuidados para com o filho pela crença de que sua mãe e sua irmã saberiam cuidar melhor: *“Ele... não sei. Ele não sabe cuidar assim que nem a minha mãe, a minha irmã”*. Neste sentido, segundo a vinheta a seguir, a adolescente referiu tranquilidade, ainda que com certa preocupação, quando seu bebê ficou sob os cuidados da avó: *“E quando ela [mãe] cuida, eu fico tranquila. Eu só fico pensando ‘Que será que ele tá fazendo? Será que ele tá chorando? Fico louca pra voltar pra casa”*.

De maneira geral, foi possível verificar, tal qual nas etapas anteriores de coletas de dados que a adolescente mencionou receber mais ajuda da mãe e da irmã nos cuidados do bebê: *“Da minha mãe e da minha irmã”*. Isso se verificou tanto com relação a atividades cotidianas como o banho *“De cuidado, que eu prefiro a ajuda pra... que ele tá tomando banho no chuveiro. Sempre é com a dinda, que é a minha irmã”*, em brincadeiras *“Elas ficam fazendo brincadeira com ele, cantam, dançam [risos] Daí elas dão bastante atenção”*, ou em situações excepcionais como quando o bebê adoece: *“Daí quando ele tá doente elas fazem chá ou elas me ajudam. Sempre tem ajuda de uma”*.

De maneira semelhante, pôde-se constatar na fala da avó o sentimento de que o envolvimento nos cuidados com o neto também seria atribuição sua, mesmo que o pai do bebê também participasse dos cuidados para que a adolescente tentasse concluir o curso técnico que havia iniciado e acabou por interromper: *“Ele [bebê] tinha que ficar comigo. Às vezes eu trabalho no sábado. Agora eu tô trabalhando todos os sábados, ou era o pai dele ou a minha filha outra. Daí ela trancou, porque deixa com ele... sabe como que é homem”*. De acordo com a vinheta acima, foi possível ainda averiguar que a crença que permeia a família de que mulheres cuidam melhor de bebês pode ter interferido de maneira importante no abandono do curso pela adolescente e na desconsideração das habilidades do pai para cuidar do filho. Isso porque a avó precisava trabalhar aos sábados e a outra filha também pareceu impossibilitada de assumir o compromisso de cuidar do sobrinho constantemente. Contudo, segundo sua mãe, o retorno da adolescente aos estudos está planejado para quando a avó puder dar conta dos cuidados do bebê: *“Ela vai estudar de noite e eu vou ficar com ele. Isso já tá combinado”*. No entanto, a execução desse plano pareceu condicionada a organização da adolescente para que possa, segundo a avó do bebê, pensar mais nela mesma e não só no filho: *“Ela tem vontade. A gente sente, a gente vê. Ela tem vontade de trabalhar, de fazer a vida dela, só que também ela pensa nele”*.

Ainda segundo a avó, mesmo que ela e a filha mais velha se mostrassem disponíveis a ajudar a adolescente, Carla reconheceria a importância de tentar assumir a maior quantidade de tarefas sozinha para poupar a mãe e a irmã por trabalharem: *“Ela assumiu. A gente ajuda a cuidar ali. Quando tá por ali, que a gente chega do serviço, mas ela sabe que a gente trabalha no outro dia”*. De acordo com a fala da avó, os pedidos de ajuda seriam restritos a situações com as quais a adolescente não soubesse lidar: *“Tá chorando... a não ser que seja alguma coisa grave, uma febre alta, uma coisa que ela não saiba. Daí ela chama. Mas do contrário ela assume sozinha”*. Neste contexto, o relato da mãe da adolescente evidenciou sua preocupação em seguir as recomendações da psicóloga do serviço onde a filha realizou pré-natal de que ajudasse a filha a cuidar não assumindo

pela adolescente as tarefas com relação ao bebê: *“Quando ela passou pela psicóloga, ela falou que não era pra gente se meter, que era pra dá uma mão, mas era ela que era pra assumir o filho. Então a gente deixa. Mas quando tá demais, vai lá”*.

Outra situação em que a fala da avó sugeriu que seria apropriada sua intervenção foi diante da omissão do pai do bebê. Isso porque em seu entendimento embora a filha não trabalhasse fora, também tinha importante carga de trabalho em casa haja vista a pouca idade da adolescente e da exigência dos cuidados do bebê: *“Ela [filha] é nova, fica o dia inteiro dentro de casa cuidando de criança. Olha, não é fácil. O guri [bebê] vai aqui, vai ali... Ela não trabalha, mas ela trabalha às vezes mais do que a gente, porque eu já cuidei de criança e sei”*. Ademais, segundo o relato da mãe da adolescente, eventualmente, quando se sentindo sobrecarregada, a filha solicitaria ajuda do marido: *“Ah ela pede quando ela tá muito atucanada. Ela pede pra ele [pai do bebê] passar as roupas dele, as roupinhas. Por que daí ela lava e tudo. Eles [bebês] roubam muito tempo. Ele [bebê] quer que ela esteja brincando. Ele não gosta de ficar sozinho. Então ela trabalha mais que nós. Ele quer brincar, ele dorme um sono depois do banho e depois quer brincar. Então ela tem que ficar com ele e às vezes ela pede pra ele passar roupa ou quer dar um chá, uma coisa e pede pra ele fazer e às vezes ele não quer fazer”*. Diante da falta de iniciativa do genro, a mãe da adolescente referiu atender a solicitação da filha: *“Um dia ela tava mal, o Lucas gritando e ele [pai do bebê] não levantou. Eu tive que me levantar de lá pra acalmar o guri [bebê]. Não quis alcançar alguma coisa, não sei o que era”*. No entendimento da mãe da adolescente, o pouco envolvimento do genro nos cuidados com o filho e nas tarefas domésticas se deveria à criação que ele teria recebido, que foi diferente da que ela teria dado para a filha: *“Então ele participa, mas não é tanto e acho assim que como ele foi criado a bala assim”*. Apesar disso, o discurso da mãe da adolescente também pareceu enfatizar novamente a crença de que a principal atribuição do pai do bebê seria trabalhar, cumprindo a função de provedor predominantemente material do filho: *“O Lucas tem as coisas boas. Graças a Deus que o pai dele trabalha, que é um guri novo, não deixa faltar nada”*.

No discurso da avó do bebê pôde-se verificar ainda a persistência do pensamento presente em fases anteriores de coleta de dados, de que caberia a ela enquanto uma boa avó fazer-se presente e apoiar a filha e o neto: *“Eu acho que eu sou uma avó boa e sempre presente. A gente ajuda se falta”*. Ainda, a avó do bebê referiu sentimentos positivos associados à possibilidade de ajudar não só a filha adolescente e o bebê, mas a todos os filhos e netos: *“Sinto prazer de ajudar. Pra mim nenhum deles [filhos e netos] é diferente*

um do outro. Eu ajudo o que precisa mais no momento". Neste contexto, de acordo com a vinheta acima, o critério para eleição de prioridades entre os filhos e netos seria quem apresentaria mais necessidades em determinado momento.

Finalmente, a intensa dedicação à filha adolescente pareceu ter raízes na experiência da avó do bebê quando ela mesma foi mãe adolescente: *"Porque o meu [filho] mais velho, como eu era adolescente, tinha 19 anos, a minha mãe tomou conta, me ajudava a cuidar e tudo e o outro [filho] não"*. Segundo essa fala, a avó mencionou a dedicação da própria mãe, quando do nascimento do seu primeiro filho como associada à dificuldade de ser mãe adolescente. Isso porque quando no nascimento do segundo filho, percebeu que a atenção já não havia sido a mesma. Portanto, o padrão de ajuda enfatizado pela avó e pela mãe do bebê no presente estudo pode encontrar suas origens na ajuda recebida pela mãe da adolescente de sua própria mãe em situação semelhante quando também se tornou mãe pela primeira vez na adolescência.

De maneira geral, pôde-se verificar um padrão bastante semelhante às outras etapas de coletas de dados no que se refere às atribuições de papéis durante o primeiro ano de vida do bebê. Mais uma vez a mãe adolescente referiu entender que ela seria a principal responsável pelos cuidados com o bebê, na medida em que caberia ao marido prover financeiramente suas necessidades e do filho. A mesma crença foi expressa no discurso da avó, que ainda referiu perceber o apoio à filha e ao neto como sendo função sua. Ademais, as duas participantes mencionaram as diferenças de criação do pai do bebê e as diferenças geracionais entre mãe e filha como sendo aspectos que permearam as impressões de cada membro da família sobre suas atribuições e como tem se portado na família.

Contabilidade de obrigações e méritos

A partir da fala da mãe adolescente foi possível perceber que a admiração que nutre pela própria mãe relatada nas duas etapas anteriores de coleta de dados, se fez presente também durante o primeiro ano de vida do bebê, ainda que nesse momento começasse a questionar a superproteção recebida, como exposto anteriormente. Isso, especialmente quando questionada sobre se seguia algum modelo de mãe: *"A minha mãe. Ah, porque eu gosto do jeito que ela criou desde o início"*. Neste contexto, as referências da mãe adolescente tanto à própria mãe como à irmã, sugeriram a valorização das duas pelo grande envolvimento nos cuidados ao longo da vida de Carla, tanto na infância: *"É assim. E tem alguma coisa assim, que a minha irmã, que ela mesma falou, que quando eu era pequena ela dava banho, deixava chá ali pra tomar, nunca tinha ficado gripada quando eu era*

pequena”, como na adolescência, especialmente quando da descoberta da gravidez: “*Quando eu fiquei grávida, todas elas engravidaram junto comigo*”.

Todavia, o tom de decepção persistiu no relato da avó ainda durante o primeiro ano de vida do bebê quando se remeteu à descoberta da gravidez da filha adolescente: “*Uma tristeza porque daí tu espera uma coisa, tu deu conselho, tu fala. A [filha adolescente] não aproveitou a oportunidade que a gente deu pra ela. Agora ela tá casada com o marido dela*”. Neste sentido, o desapontamento com a escolha da filha pareceu conectado ao entendimento de que ela não teria aproveitado as oportunidades proporcionadas por ela. Entretanto, isso não inviabilizou a disponibilidade da mãe da adolescente em ajuda-la, o que pareceu envolver carga extra de trabalho a fim de assegurar o cumprimento da dívida inerente ao papel de mãe que consiste em apoiar não só a adolescente, mas aos demais filhos: “*Eu não precisava tá trabalhando em dois serviços. Eu trabalho pra ajudar. Uma que ela [filha adolescente] não tá trabalhando agora. Daí o que ela não pode, eu e a outra [filha mais velha], a gente pega e vai. Porque ela [filha adolescente] foi criada, o que eu não pude dar pros outros eu dou pra ela. Eu não precisava mais estar trabalhando em dois serviços, mas daí tu olha, um precisa, outro precisa, ou se precisa tu vai lá e corre. Mas daí tu tem de onde tirar pra pagar. Pior é que tu querer ajudar e não ter*”.

Outro aspecto que se destacou no que diz respeito às “contas” da mãe da adolescente, se refere ao afeto devotado ao neto após a rejeição inicial da gravidez da filha: “*Deus o livre! É meu neto. Hoje eu quero ele muito bem*”. Mais uma vez, a justificativa para a rejeição inicial foi a pouca idade da filha e o desejo de que a adolescente pudesse viver mais confortavelmente do que ela mesma naquela fase da vida: “*Mas eu achei que ela era muito nova, eu não queria que ela passasse pelo que eu tinha passado*”. Além disso, o relato da mãe da adolescente denotou o entendimento de que a privação de atividades características da adolescência estaria constituindo “conta” de obrigação da filha em virtude do bebê: “*Às vezes eu fico olhando assim pra ela, vejo as guria saindo e tudo. Hoje ela podia tá saindo. Ai tá casada ali, aquele compromisso, não pode sair, passa as noites em claro às vezes, porque criança, um dia ele tá bem, outro dia não*”.

Na mesma direção, foi evidente no relato da adolescente a assunção da “conta” enquanto mãe que deve ser superprotetora sobre os cuidados com o filho. O trecho a seguir ilustra certo desconforto com o que pode ser interpretado como sensação de fragilidade do bebê: “*A sensação que dá é que ele vai se quebrar. E se não cuidar? E daí é só isso que eu não gosto*”. Neste contexto, verificou-se logo em seguida a tendência a exaltar características que evidenciavam o bom desenvolvimento do menino, como que de maneira

a demonstrar que sua “conta” estava sendo adequadamente saldada como boa mãe, apesar da insegurança: *“Mas é que ele é bem inteligente. Se a gente conversa com ele, ele quer repetir. Ele repete as coisas que a gente diz. No começo não é assim, muito de entender que ele fala. Mas depois que a gente for repetindo ele vai. Ele é bem melhor do que eu imaginei [risos]”*.

A fala da adolescente retratou ainda a identificação de um vínculo bastante estreito entre sua mãe e o bebê, o que em seu entendimento, se expressava através de características físicas para além de semelhança com ela e o marido: *“Não que ele seja totalmente da minha mãe. É que ele tem uns traços que parecem. Ele tem a boca do pai dele, que é bem desenhada. Ele tem um olho que eu não sei se é o meu ou se é da minha mãe, mas ele tem as bochechinhas da minha mãe”*. Ao descrever as características do filho, pôde-se identificar a maneira afetiva como a mãe adolescente referiu-se especialmente às características que acreditava que o bebê tinha herdado da avó materna.

Segundo o relato da adolescente, foi possível verificar o sentimento de que a agitação do filho pequeno seria em alguma medida um “acerto de contas” pelo fato de ela mesmo, de acordo com sua mãe, ter apresentado comportamento semelhante na idade do filho: *“Minha mãe diz que eu era bem mal criada quando eu era assim, da idade dele, muito agitada”*. Além disso, em conversa com a sogra, teria se somado a conta do marido que também fora agitado quando criança: *“Eu tava conversando com a mãe do meu marido, daí ela disse que o Nelson também era. Eu acho que ele puxou um pouco de nós dois e acabou dando demais [risos]. Ele é muito agitado mesmo”*.

Em se tratando da contabilidade de obrigações e méritos, um aspecto recorrente em todas as etapas da coleta de dados no discurso da avó foi a perda de três filhos em dois anos, o que ela mesma definiu mais de uma vez como sendo uma experiência que interferiu de maneira importante na forma de lidar com os filhos vivos: *“Em dois anos eu perdi três filhos. Então eu sou muito insegura com meus filhos, sabe, assim chegar em casa e dizer: ‘Ah, aconteceu!’”*. Mais diretamente, a insegurança, segundo o relato da mãe da adolescente, se traduziu no excesso de zelo especialmente em relação à filha caçula, o que ela mesma desaprova: *“Às vezes até me arrependo: ‘Bah! O que eu fiz com ela?’ Mas era aquele medo, não meedeo de ela fazer alguma coisa. Mas medo de outras coisas que tantas mãe perdem a filha que sumiu, não sabe aonde é que tá ou vão na conversa de alguém, daí leva pra longe, tudo isso a gente se preocupa. É, dos filhos que eu perdi, eu fiquei muito insegura”*. Outra repercussão da perda dos filhos, de acordo com a fala da mãe da adolescente, foi a dificuldade de demonstrar afeto associando o ato de carinho ao sentimento de débito com os filhos mortos: *“Eu não dava carinho pros meus filhos. Eu*

não podia olhar pra uma criança, parecia que se eu desse carinho pra um, eu tava devendo, faltando alguma coisa. Me sentia mal, se eu fosse dar carinho pra um filho meu e os outros eu não tinha ali. Porque tu pode perder mãe, tu pode perder pai. É, tudo a gente sente. Mas é bem pior perder um filho”.

Neste contexto, mesmo sem inicialmente querer engravidar, Lucia acabou cedendo à pressão do então marido para que tivessem outro filho: *“Daí eu tive a Carla que o pai dela queria, queria, queria, ‘Eu não quero outro’, mas daí eu já tava com 38 anos e daí eu vou pensar. Parei de tomar o remédio, se eu tiver de ficar, é agora. Fiquei. Quase morri por que daí eu fiz cesárea, os outros tudo parto normal”.* Segundo a mãe da adolescente, o nascimento de Carla foi o que permitiu que ela pudesse *“levar a vida”*: *“A Carla nem era pra eu ter ela. Ai eu perdi aqueles três e daí eu fiquei muito... não dava carinho pros outros. Quando eu falo dessas crianças eu esqueço as coisas que tô falando. É uma coisa que pesa. Então é coisa que a gente nunca esquece. Às vezes eu digo que eu tive a Carla não pra botar, porque tu não bota um filho no lugar do outro, só pra poder levar a vida”.*

Sendo assim, a vinheta acima explicita a conta assumida por Carla desde antes do seu nascimento, posto que caberia a ela vir ao mundo para viabilizar a vida da mãe. Ademais, o discurso da mãe revelou seu esforço maior para proporcionar à filha caçula o que os outros filhos não tiveram: *“Então a Carla teve tudo que os outros não tiveram, mesmo eu sendo pobre. Eu trabalhava pra dar as coisas pra ela”.* Um dos sacrifícios assumidos pela família em prol da satisfação das vontades de Carla foi a interrupção dos estudos da irmã mais velha de Carla, a pedido da mãe, para que cuidasse dela enquanto a mãe trabalhava: *“Ela teve que sair pra me ajudar a cuidar da Carla”*, pois era só nela que Lucia confiava para deixar a menina. A esse respeito, Lucia disse pensar que Carla seria igual a ela, pelas dificuldades que vinha apresentando em lançar mão de cuidados alternativos para Lucas que viabilizem seu retorno aos estudos: *“Que nem ela [mãe adolescente], que eu acho que nisso ela é igual a mim, ela disse que não tem confiança de largar o Lucas com qualquer um. Eu não tinha. Ou era a Dora ou era na creche que eu trabalhei”.* Ainda, a fala da avó, diante de um relato de queixa de Carla sobre falta de tempo em função das solicitações do bebê, revelou sua impressão de que o menino, tal como a mãe adolescente, quando bebê era muito apegada à sua mãe e à irmã Dora: *“Ela tava: ‘Ai, esse guri, não deixa eu fazer nada!’. Eu disse: ‘Mas tu era assim!’. A Carla era agarrada comigo e com a Dora”.* Portanto, esse trecho denota, para além das semelhanças de comportamento e vínculo da mãe quando criança e do filho pequeno, a impressão da

avó do bebê de que a mãe adolescente estaria honrando as contas assumidas ainda durante a infância, na convivência com seu filho.

Ainda sobre as contas assumidas por Carla, o relato a seguir da mãe da adolescente se destacou na medida em que ela se avaliou positivamente como mãe e ao mesmo tempo introduziu suas expectativas com relação ao desenvolvimento da filha mais nova: *“Eu me acho assim que eu sou boa pra elas [filhas]. Eu faço o possível. Tu vê, eu não tenho mais nenê. Não tenho, mas o meu nenê é ela [filha adolescente]”*. Neste contexto, ao referir-se à filha adolescente, já mãe, como nenê, Lucia deixou subentendida a ideia de vínculo com a filha em estágio anterior ao que se apresentava em seu desenvolvimento individual, o que reforçaria sua dependência da mãe e, por conseguinte, saldaria a “dívida” com ela após tantos anos de dedicação.

A esse respeito, as expectativas construídas pela mãe da adolescente foram muitas. Especialmente quando disse ter assumido os cuidados da filha menor sozinha, a fala da mãe da adolescente explicitou novamente, na entrevista do primeiro ano de vida do bebê a ideia de futuro bom associado à escolarização: *“Aí eu fiquei sozinha, criei sempre pensando que era um futuro. No começo ela nunca rodou, todos os anos, aí quando chegou lá na sétima série repetiu duas vezes, depois a oitava”*. Entretanto, Carla não parecia partilhar da mesma preocupação da mãe e segundo relato de Lúcia, manifestou claramente ter se sentido sobrecarregada diante da cobrança materna: *“Como é que ela dizia pra mim? Me ligava pra dizer quando ela sabia que não ia passar: ‘tu sobrecarrega, tu quer que eu faça tudo que tu não fez’, ela dizia”*. Na mesma direção, no trecho seguinte pareceu evidente a preocupação da mãe da adolescente de que sua história, que ela avaliava como desagradável, não fosse repetida pela filha mais nova: *“Eu assim: ‘Não é. Eu não tô te sobrecarregando. Isso é pra ti mesmo, não é pra mim. Porque hoje eu sou empregada doméstica. Eu não quero isso pra ti. Eu quero que tu estude, que tu tenha uma coisa melhor, que tu siga tua vida, que tu possa fazer por ti’”*. Segundo a mãe da adolescente, a jovem teria referido sentir-se cobrada inclusive com relação a casamento: *“Ela [filha adolescente]: ‘Ah! Tu quer me sobrecarregar, tu quer que eu case assim, tu aquilo’. Ela dizia pra mim, e eu dizia: ‘Não, isso é pra ti mesmo. Queria que tu tivesse a vida que eu não tive. Queria te dar uma oportunidade’”*. De qualquer forma, tanto no trecho que trata das expectativas da mãe com relação à escolaridade e situação conjugal da adolescente, ficou evidente a dívida da filha em cumprir com expectativas frustradas da mãe em relação ao próprio futuro.

Em contrapartida, ainda através do relato da mãe da adolescente, pôde-se verificar a diferença tratamento em relação à filha mais velha. Atendendo ao pedido da mãe para que

cuidasse de Carla, Dora ficou dois anos afastada da escola. Entretanto, tempos depois, trabalhou, voltou a estudar e concluiu os estudos com seus próprios recursos financeiros: *“Eu pedi pra Dora sair do colégio. Ela, tudo que ela fez, ela se formou, terminou os estudos dela, tudo com o dinheirinho dela. Se formou, é técnica de enfermagem”*. Além disso, embora já tenha 32 anos, segundo a mãe, Dora não pensa em casamento.

Em vários momentos da coleta de dados foi possível verificar comparações realizadas pela mãe entre a filha adolescente e a filha mais velha que a ajudou nos cuidados para com Carla e que tem ajudado a mãe adolescente nos cuidados para com o bebê. Sendo assim, pode-se pensar, em alguma medida numa “divisão de contas” entre as irmãs. Dessa forma, teria cabido a Dora “saldar a dívida” de comportamentos de independência e organização financeira não conquistadas pela mãe na mesma idade que ela, enquanto Carla teria arcado com a “conta” da manutenção do vínculo de dependência com a mãe. Contudo, teria realizado o plano de um casamento estável para então ter filhos. Isso, desde que assegurando a estreita relação com a mãe, na medida em que até o último contato para coleta de dados, a mãe adolescente seguia sendo seu *“nenê”*.

Por fim, durante o primeiro ano de vida do bebê a mãe adolescente pareceu enfatizar a admiração por sua mãe e sua irmã como agradecimento à dedicação das duas ao longo de seu desenvolvimento e de seu filho. Neste sentido, mesmo referindo desapontamento com a gravidez da filha ainda adolescente, a mãe da jovem honrou sua “dívida” enquanto mãe mostrando-se disponível à caçula e demais filhos em diferentes momentos. Já o nascimento da caçula veio a representar possibilidade de elaboração de dificuldades da mãe em detrimento da perda de três filhos ainda crianças. Ao mesmo tempo, o relato da mãe sugeriu o compromisso assumido por Carla para com a felicidade da mãe antes mesmo de nascer. Neste contexto, a atenção à satisfação das expectativas desta mãe seria outra “conta” assumida pela adolescente uma vez que, segundo ela, a caçula teria tido oportunidades às quais os filhos mais velhos não teriam tido acesso. Assim, a evasão escolar da filha adolescente quando da gravidez, seria uma “conta em haver” compensada pelo reforço da relação de dependência desta filha em função do nascimento do neto.

DISCUSSÃO

A partir dos resultados expostos anteriormente, nesta seção apresenta-se uma análise longitudinal do caso, considerando o conceito de lealdade, atendendo o objetivo do presente estudo que foi investigar a transmissão transgeracional avó materna-mãe adolescente, da gestação ao primeiro ano de vida do bebê, com base nos relatos da mãe adolescente e sua mãe. Em particular, buscou-se compreender em que medida os padrões de transmissão transgeracional se evidenciaram nas características pessoais e de história familiar da mãe da gestante adolescente e de que maneira se apresentaram associadas à situação de gravidez na adolescência. Em especial, buscou-se verificar como a lealdade familiar (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008) pode ser compreendida nesse contexto.

A expectativa inicial era de que padrões familiares relatados pela avó enquanto mãe também se evidenciassem na gestação e maternidade da filha adolescente. A partir dos relatos da mãe adolescente e de sua mãe, pôde-se verificar a presença de padrões referidos pela mãe da jovem como sendo de sua história pessoal também nos relatos da filha, tal como o não planejamento da primeira gravidez e a evasão escolar. Entretanto, isso não implicou necessariamente na reprodução total e irrestrita dos comportamentos maternos na vivência da gravidez pela adolescente, mesmo que ambas tenham referido iniciação sexual precoce e gravidez ainda na adolescência. Exemplo disso foi o fato de a adolescente ter casado cedo. Segundo o relato da mãe, quando ela mesma era adolescente não pensava em casamento, o que fez com que acabasse se afastando do pai do bebê.

Em se tratando do exame das *Fronteiras relacionais e individuação*, em linhas gerais, ao longo de todos os períodos de coletas de dados, tanto no discurso da mãe adolescente como no de sua mãe, foi evidente o impacto inicial e o desapontamento com a notícia da gravidez. Mesmo que a mãe da jovem também tenha sido mãe adolescente, a repetição deste evento pela filha não pareceu inicialmente vista como positiva. Isso em função da crença de que a filha teria restrição de diversas oportunidades ao longo da vida (Furstenberg et al., 1989) tais como de trabalho (Maranhão et al., 2012; Serbin & Karp, 2004) decorrentes da interrupção dos estudos (Amazarray et al., 1998; Falcão & Salomão, 2006; Maranhão et al., 2012; Meade et al., 2008; Silva et al., 2011), bem como restrição do convívio social e atividades de lazer (Dias & Aquino, 2006; Carvalho et al., 2009). No contexto do caso em estudo, a crença apresentada pela mãe da adolescente gestante pareceu encontrar força na própria vivência de privação de recursos financeiros pela má qualificação profissional como consequência da pouca escolaridade. Contrariando os

achados de vários autores (Heilborn et al., 2002; Neiverth & Alves, 2003), segundo o discurso da adolescente, os planos de escolarização e estabilidade profissional precediam o constituir família, o que não a impediu de engravidar antes de concretizar seus planos, repetindo, em certa medida, a história da mãe.

Após o terceiro mês de vida do bebê, a preocupação de que a filha não repetisse sua história de evasão escolar como garantia de melhores oportunidades de trabalho se mostrou presente no discurso da avó. A mãe adolescente também manifestou o entendimento de que uma boa situação ocupacional seria fundamental para conforto financeiro. Contudo, a adolescente acabou por interromper um curso profissionalizante que havia iniciado ainda na gravidez, o qual ainda não havia sido retomado quando da entrevista após o terceiro mês nem quando do primeiro ano de vida do bebê.

Escolarização, trabalho, e convívio social, entre outros, são aspectos que viabilizam a ampliação das relações do indivíduo do âmbito familiar para o mundo (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Venturini, 2010). Vários autores associaram escolha profissional como uma das tarefas envolvidas no processo de individuação adolescente (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1995/2008; Lewis & Volkmar, 1993; Osório, 1989). Sob esta ótica, a interrupção dos estudos da adolescente participante do presente estudo, em decorrência da gravidez, pode ser entendida como um complicador no processo de individuação desta jovem, na medida em que sua consequência direta seria a postergação da escolha profissional e, por conseguinte, da estabilidade financeira. Entretanto, embora tenha interrompido a vida escolar em função da gravidez, em seu relato, a gestante adolescente mais de uma vez mencionou a irmã mais velha como sendo exemplo a seguir em termos de colocação profissional.

Em particular, no caso estudado, a descoberta de gravidez não planejada pela adolescente aconteceu quando já estava casada há dois meses. Neste sentido, a iniciação sexual, que segundo a adolescente teria se dado com o marido, teria sido anterior ao casamento, o que segundo Grant e Demetriou (1988) pode ocorrer em algumas situações em busca de apoio num parceiro no momento em que a adolescente tende a se separar da família. Isso pode ser interpretado como mais uma tentativa de demarcação de fronteira relacional pela separação da família de origem através da relação com o companheiro. Neste caso, em especial, a iniciação sexual, bem como a escolha conjugal não constituiriam por si só indicadores do exercício de genitalidade madura enquanto parte de um bem sucedido processo de individuação (Amazarray et al., 1998; Blos, 1979/1996). Corroborar essa ideia o relato da adolescente quando mencionou o casamento como recurso

à proibição da mãe ao namoro. Sendo assim, pode-se pensar que a motivação para a gravidez tenha, em alguma medida, denunciado questões de ordem consciente e inconsciente da adolescente em busca de maior diferenciação da família de origem.

Diversos autores tem descrito o desejo inconsciente de realização e mudança no *status* familiar como sendo uma das motivações para a gravidez adolescente (Carvalho et al., 2009; Pantoja et al., 2007; Zapiain, 1996). No presente estudo, quando descobriu a gravidez, a gestante disse que pretendia ter filhos mais tarde, estando o desejo de filho inscrito conscientemente nos projetos de vida da jovem. Portanto, pode-se pensar, concordando com Zapiain (1996), no sentido simbólico desta gravidez como relacionada à identidade de mulher que a adolescente buscava constituir com a gravidez que disse ser inesperada. A busca pelo ser mulher tomaria parte nas intensas transformações de ordem física, psicológica e social que caracterizam o processo de individuação na adolescência, cujo final culminaria com a consolidação de um senso de identidade (Blos, 1985/2002; Colarusso, 1990; Lewis & Volkmar, 1993; Osório, 1989). Neste sentido, concordando com Sax (2011), gravidez e adolescência constituiriam processos de autodeterminação, onde o estar grávida denunciaria a comprovação da atividade sexual pela jovem que apresentava corpo adulto, num contexto onde a virgindade parecia também valorizada. Neste contexto, a experiência de concepção, gravidez e nascimento, agregam uma nova dimensão à identidade sexual de homens e mulheres confirmando o funcionamento adequado do aparelho reprodutor (Colarusso, 1990).

Em termos simbólicos, muitos autores têm destacado a gravidez e a maternidade adolescentes enquanto necessidade de atenção e proteção não satisfeita (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Dadoorian, 2007; Falcão & Salomão, 2006; Falceto, 1996). Contudo, os relatos de superproteção da mãe da adolescente participante do presente estudo sugeriram que a gravidez, neste caso, poderia ter acontecido no intuito de impor limites a uma fronteira aparentemente difusa, reforçada paradoxalmente pela dificuldade de contato e pelo excesso de zelo da mãe em relação à filha. De acordo com os relatos de ambas, mãe e filha pareceram apresentar dificuldade em lidar com questões características da adolescência enquanto momento do ciclo vital da jovem e de sua família que antecederiam a gravidez. Enquanto a mãe dizia considerar a filha uma adolescente rebelde, a jovem queixava-se da falta de abertura para conversar sobre sexo, bem como da dificuldade da mãe em demonstrar afeto, o que segundo Osório (1989) aumentaria o risco para ocorrência de gravidez na adolescência. Isso veio a revelar uma dificuldade no que tange às práticas educativas parentais, o que a literatura tem apontado como aumentando o risco de

ocorrência de gravidez na adolescência (Breheny & Stephens, 2008; Meade et al., 2008; SmithBattle, 1996).

Segundo o relato da mãe da adolescente, desde a infância até o casamento da filha, elas dividiam o leito e, mesmo durante a adolescência, a filha tomava mamadeira que a mãe deixava pronta antes de ir trabalhar. Além disso, segundo a mãe e a adolescente, a jovem gestante não sabia sair sozinha na rua porque para a mãe, não estaria “pronta” para isso. Neste contexto, a chegada do namorado, segundo os relatos de ambas, pareceu intensificar os conflitos na medida em que a mãe da adolescente se viu obrigada a lidar com a perda da exclusividade da filha e com a necessidade de reconhecer que a jovem não seria eternamente dependente dela. Tal achado revelou uma falha importante no processo emocional básico envolvido nas famílias com adolescentes que seria aumentar a flexibilidade das fronteiras para favorecer a independência dos filhos (Carter e McGoldrick, 1995/2008; McGoldrick et al., 2011). Isso se daria através do provimento de apoio, orientação e direção pela família, quebrando um equilíbrio estabelecido ainda na infância (Steinberg, 1999), o que pareceu extremamente difícil no caso estudado.

Como argumento às restrições sobre o namorado da filha, a mãe da adolescente fez referência à própria juventude, onde evitava namorar na presença dos pais. Em contrapartida, o remeter-se à própria história pode ter exercido importante influência na preocupação da mãe sobre os relacionamentos da filha adolescente, posto que seu primeiro filho foi resultado de uma relação eventual de carnaval. Em vários momentos da coleta de dados a mãe da adolescente referiu-se à conduta dos próprios genitores como diferente da sua. Segundo ela, embora devesse “respeito” ao pai e à mãe, o que restringia o namoro em casa, durante sua adolescência pareceu usufruir mais liberdade para sair com amigos e namorados do que ela mesma permitia que a filha fizesse. Dessa maneira, pode-se entender ainda o excesso de restrições e preocupação da mãe da adolescente como receio de que a filha repetisse a história que ela mesma vivenciou como produto de uma criação diferente da que procurava dar para a filha. No caso estudado, mãe e filha se apresentaram como participantes ativas de um processo de transmissão entre as gerações que evidenciou simultaneamente forças de ligação e desligamento (Bertin & Passos, 2003; Golse, 2003). Neste contexto, mesmo que a mãe da adolescente buscasse apresentar conduta diferente dos próprios genitores em relação à filha, o espaço para os movimentos de desligamento da jovem pareceram demasiado restritos. Isso se evidenciou através da emergência de aspectos rejeitados da adolescência da mãe da gestante (Winnicott, 1965/2011), reativando conflitos da adolescência da mãe através da adolescência da filha (Carter & McGoldrick,

1995/2008) especialmente no que tange à escolha e relacionamento conjugal, o que acabou reforçando ainda mais a rigidez de fronteiras na família mesmo com a oficialização do casamento da adolescente.

Ao encontro do que se verificou na literatura sobre as novas perspectivas do papel feminino na sociedade atual (McGoldrick et al., 2011; Shapiro, 1988), tanto a adolescente como sua mãe referiram estabilidade profissional e financeira como objetivos que precediam casamento e maternidade. Entretanto, as atitudes da jovem contrariaram seu discurso. Ainda, a decisão da adolescente pelo casamento mesmo antes de concluir o que havia colocado como objetivos escolares e profissionais pode representar uma tentativa da jovem em separar-se da família de origem. A luta contra a fusão não resolvida para com a mãe, deflagrada pela adolescente, poderia ser indício, segundo Bowen (1991/2010), de um processo de individuação desordenado ainda na infância, que estaria acarretando a desordem do segundo processo de individuação na adolescência.

Do ponto de vista da mãe da adolescente, verificou-se certa ambivalência com relação à decisão da filha pelo casamento. Isso porque ao mesmo tempo em que julgava a filha incapaz de sair sozinha na rua, aprovou o casamento, fazendo questão de que todos os detalhes do ritual fossem atendidos conforme a vontade da filha. Sendo assim, retomando os conceitos de individuação, os relatos da gestante adolescente e sua mãe sugeriram uma importante dificuldade que remete a lacunas ainda na primeira individuação (Mahler, 1982). Os relatos de coleito entre mãe e filha, o fato de a jovem ainda não poder sair sozinha porque a mãe e ela não a julgavam capaz de fazê-lo, sugeriram que para esta dupla, ainda na infância da adolescente, o medo de abandono recíproco possa ter sobressaído às oportunidades de excitação por novas descobertas. As implicações desta lacuna na primeira individuação se tornaram evidentes no presente estudo enquanto momento em que a mãe adolescente estava experimentando o segundo processo de individuação, constituído pela adolescência, (Blos, 1985/2002), quando engravidou. Neste sentido, pôde-se verificar a dificuldade de desligamento da mãe enquanto objeto infantil, como obstaculizando o amadurecimento do *self* da adolescente num momento naturalmente permeado por vulnerabilidade e urgência de mudanças na estrutura psíquica. Assim, a parentalidade enquanto parte do terceiro processo de individuação (Colarusso, 1990) pode ter contribuído para incrementar a vulnerabilidade da adolescente diante das intensas transformações inerentes às suas tarefas evolutivas.

Ainda no que se refere à individuação da adolescente, no presente estudo a exagerada discrepância no confronto do *self* como filha na família de origem e como

genitora na família de procriação pareceu um tanto desequilibradora, especialmente durante a gravidez, na medida em que a mãe da adolescente embora dissesse acreditar que a filha deveria tomar conta de tarefas relacionadas à maternidade e à vida de casal, não pareceu estimular para que ela de fato assumisse. Segundo Shapiro (1998), nem sempre a vida familiar se desenvolve em circunstâncias ótimas, o que pode interferir na flexibilidade com a qual os genitores responderão às mudanças na família. No caso estudado, a privação de recursos financeiros, o fato de a mãe da adolescente ter perdido três filhos antes de tê-la, e as dificuldades conjugais dos genitores da adolescente podem ser destacados como fatores que eventualmente tenham contribuído para o padrão de relação mutuamente dependente entre mãe e filha verificado com intensidade durante a gestação da adolescente. Sob esta ótica, corroborando outros estudos que trataram de gravidez na adolescência, o bebê poderia representar alguém a quem a mãe poderia expressar todo amor e cuidado que buscou para si mesma (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Falcão & Salomão, 2006) ou por quem poderia sentir-se amada (Resnick et al., 1990).

Neste contexto, embora segundo o relato da adolescente a gravidez não tenha sido planejada, o bebê pode ter vindo ao mundo como substituto da reunião da adolescente com a própria mãe, na tentativa de promover um espaço de vinculação e desvinculação. Segundo Boszormenyi-Nagy (1966), questões de lealdade estão envolvidas também nos processos de individuação, que envolvem, por definição, algum grau maduro de separação, sem que isso represente desligamento absoluto da família de origem. Sendo assim, diante das dificuldades de manter uma relação estável com o parceiro, o casamento como desejo expresso conscientemente, bem como a gravidez mesmo não planejada, podem ter sido alternativas encontradas pela jovem buscando algum grau de separação sem rompimento definitivo com a mãe e a família de origem pela adolescente.

Desde o casamento, a adolescente e o marido passaram a morar com a família de origem da jovem. A coabitação com os avós tem sido descrita na literatura como um arranjo cada vez mais frequente entre famílias de nível socioeconômico baixo (Fonseca, 2005; 2007) e, em especial, em situação de gravidez na adolescência (Barnett, 2008; Spieker & Bensley, 1994). Na família participante do presente estudo, as justificativas apresentadas para a coabitação pelas participantes, em consonância com outros estudos foram a redução de despesas (Albuquerque, 2001; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Pearson, et al., 1997) principalmente para o jovem casal, e a ajuda da mãe da adolescente nos cuidados com relação ao neto (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin et al., 1999; Pearson et al., 1997; Spieker & Bensley, 1994). Esse arranjo

permaneceu durante a gravidez e após o terceiro mês e primeiro ano de vida do bebê, o que pareceu contribuir para a manutenção da difusão das fronteiras relacionais. Isso porque segundo os relatos das duas participantes, as rotinas da adolescente e sua mãe não apresentaram mudanças importantes desde que o marido da jovem passou a morar naquela casa. Pôde-se verificar certa ambivalência da mãe da adolescente na medida em que ao mesmo tempo em que dizia para a filha servir almoço ao marido, por exemplo, fazia isso por ela, sendo que o pai do bebê dirigia-se diretamente à sogra nesta situação. Neste contexto, uma vez que se retome a motivação ao casamento como busca de autonomia da adolescente em relação à família de origem, o curto intervalo de tempo entre casamento e gravidez, aliado à coabitação com a mãe e a irmã da adolescente, podem ter contribuído para a manutenção da falta de proximidade do novo casal incrementada pela chegada do bebê e, por conseguinte, pelas exigências da parentalidade, semelhante ao que já foi descrito em estudo anterior realizado com casais adolescentes no contexto brasileiro (Levandowski et al., 2007).

As mudanças na vida doméstica desde a entrevista do terceiro mês que se mantiveram no primeiro ano de vida do bebê pareceram mais associadas à presença do mesmo do que propriamente ao redimensionamento adequado entre as gerações envolvendo a maternidade e o tornar-se avó. Um dos aspectos que merece destaque foi a menção pela avó do sentimento de maternidade em relação ao neto. Isso denotou incongruência da fala e atitudes da mãe da adolescente, pois ao mesmo tempo em que dizia crer que caberia aos genitores determinar as condutas com relação ao bebê, os desacatava quando julgava adequado e criticava com frequência. Ambas participantes mencionaram que em mais de uma situação onde o pai do bebê tomou a frente dos cuidados, a avó chamou a mãe da criança alertando de que o pai estaria sozinho com o bebê. Contrariando achados de estudos prévios que encontraram que o afastamento do pai do bebê motiva a mãe adolescente a buscar outras figuras de apoio como a avó, para preencher a lacuna deixada pelo pai em relação aos filhos (Amazonas et. al., 2001; Maranhão et al., 2011; Moreira & Sarriera, 2008; Sherman & Donovan, 1991), no caso estudado, embora o pai parecesse disposto a participar, a presença constante da avó pareceu contribuir para que houvesse um afastamento paulatino entre pai e bebê desde o nascimento. Ainda nesse sentido, embora na família estudada os relatos das participantes não sugerissem um pai ausente, a avó pareceu reivindicar um papel de destaque no apoio aos cuidados do bebê quase que em substituição ao pai (Dallas, 2004). A mãe adolescente referiu atender os chamados de sua mãe a maior parte das vezes por acreditar que ela mesma cuidaria melhor

do bebê, restringindo o acesso do pai ao filho em situações que ela o julgaria capaz de manejar. Pode-se ainda pensar neste funcionamento como um indício da fragilidade conjugal, na medida em que a adolescente pareceu tender a afastar o pai do bebê, deixando espaço cada vez maior para sua mãe. Além disso, a fala da adolescente de que ela confiaria mais na mãe do que no marido para cuidar seu filho pareceu colaborar para a manutenção da conduta da avó do bebê.

Segundo Minuchin et al. (1999), em famílias com três ou mais gerações pode haver uma alternância de autoridade entre a mãe, a avó da criança e outros parentes. No caso estudado, mesmo referindo surpresa com o desprendimento da filha em atender o bebê, por considerar a adolescente inexperiente e despreparada em função da pouca idade mesmo que ela se mostrasse interessada e capaz de arcar com as tarefas da maternidade, através dos relatos das participantes foi possível verificar que a avó buscava assumir a responsabilidade pelo cuidado infantil, corroborando achados de estudos nacionais e internacionais que trataram deste tema (Falcão & Salomão, 2003; SmithBattle, 1996). Para além das questões de autoridade manifestas nos relatos da mãe adolescente e sua mãe, após o nascimento do bebê, a adolescente e sua mãe referiram reforço da sua ligação pelo fato de a jovem ter se tornado mãe. No entendimento de ambas, isso teria favorecido a compreensão empática da jovem para com a própria mãe por ela ter experimentado o *“amor de mãe e filho”*. Neste contexto, a jovem pareceu valorizar ainda mais o apoio recebido da mãe, a quem reconheceu desde a gestação até o primeiro ano de vida do bebê como importante fonte de segurança e proteção, o que foi postulado previamente por vários autores (Bogat et al. 1998; Dallas, 2004; Moreira & Sarriera, 2008; Falcão & Salomão, 2005; Hurme, 2006; SmithBattle, 1996; Spieker & Bensley, 1994; Schwartz et al., 2011).

Contudo, já no primeiro ano de vida do bebê a fala da adolescente passou a manifestar desconforto com o excesso de zelo da mãe em relação a ela, cuja principal consequência avaliada negativamente foi o fato de ainda não conseguir sair sozinha. Neste contexto, mesmo referindo sentir-se tolhida pelo fato de a mãe não estimular sua independência na medida em que faz tudo por ela, a adolescente revelou seguir os conselhos maternos mais do que buscar estratégias próprias ou em conjunto com o marido para cuidar do filho e organizar sua rotina doméstica. Paradoxalmente, se antes da gravidez as discussões entre mãe e filha se davam em função dos movimentos de tentativa de saída da adolescente do núcleo familiar para outros grupos, quando do primeiro ano de vida do bebê os desentendimentos entre elas se davam em vista das discrepâncias sobre o que julgavam adequado em relação ao bebê.

Finalmente, de acordo com o exposto, pode-se inferir que neste caso, a coabitação da nova família constituída pela adolescente, seu marido e seu bebê, aliada ao funcionamento da família de origem da jovem permeado pela aglutinação pareceu operar como um complicador em seus processos de individuação. Isso se verificou no presente estudo tanto no que diz respeito à adolescência (Blos, 1996) – considerando a dificuldade de concluir, entre outros aspectos, tarefas relacionadas à escolarização e ocupação, bem como a imaturidade que pareceu atravessar a escolha conjugal em busca de independência e a dificuldade de contato com seu grupo de iguais; primeiro pelas restrições maternas e depois pelas tarefas de esposa e mãe, decorrentes de falhas ainda em idade que remonta os processos de separação e individuação descritos por Mahler – como no que se refere à parentalidade (Colarusso, 1990) – sobre o redimensionamento da relação com a geração anterior e a assunção da responsabilidade pelo seu filho enquanto geração mais nova.

Como se pôde verificar até aqui, as fronteiras relacionais e individuação se revelaram nos vínculos. Neste sentido, as *atribuições de papéis na família* mereceram destaque na medida em que operam como balizadores das relações de dependência numa perspectiva multigeracional. Já na gravidez, a expectativa de chegada do bebê impôs à mãe a necessidade de assunção de responsabilidades e tarefas específicas. Em consonância com achados de vários estudos (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Magalhães, 2009; Metello et al., 2008), no caso estudado verificou-se tanto no relato da gestante como no da própria mãe, a necessidade da adolescente de assumir a responsabilidade pelo desenvolvimento de um indivíduo, o bebê, quando ela mesma parecia ainda não ter dado conta do seu próprio desenvolvimento até então (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Magalhães, 2009; Metello et al., 2008). Tal achado confirmou outros estudos que encontraram que uma vez grávidas, o amadurecimento antecipado torna-se uma demanda tanto das gestantes como dos familiares, vinculada a pressões sociais e cobranças internas que impõe comportamentos de maturidade e configuram a passagem da adolescência ao mundo adulto (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dias & Aquino, 2006; Pantoja et al., 2007).

Segundo Minuchin (1990), a gravidez dá início às adaptações ao novo nível de formação familiar instaurado pela chegada do filho para as mulheres, enquanto para os homens tais adaptações tornam-se mais intensas quando do nascimento do bebê. De acordo com Piccinini et al. (2004) o imaginar, interagir e preocupar-se com o bebê permitem vincular-se e torna-lo mais real, ao mesmo tempo em que evidencia motivações conscientes e inconscientes da gravidez, bem como expectativas sobre a relação que se estabelecerá quando do nascimento do bebê. Os achados do presente estudo pareceram

corroborar as afirmações dos autores, na medida em que ainda durante a gravidez se verificou o envolvimento não só da mãe do bebê, mas de sua mãe e sua irmã nos preparativos para a chegada do bebê. Ainda, no caso estudado o envolvimento nos preparativos para chegada do bebê pareceram associados ao vínculo exacerbado entre a mãe adolescente e a própria mãe. Isso vai ao encontro da ideia de que a vinculação da mãe com o bebê é permeada, entre outros aspectos, pela relação da gestante com o pai do bebê e com os próprios genitores (Piccinini et al., 2004).

No caso estudado, as mudanças corporais foram citadas pela adolescente gestante como motivador para a transição de tarefas do cotidiano adolescente tais como ir à escola, frequentar quadra de futebol, e sair com amigos e namorado, para tarefas entendidas como de “*mais responsabilidade*” como cuidar da casa e preparar-se para a chegada do bebê. Na mesma direção, a literatura destacou que entre famílias de nível socioeconômico baixo, como no caso estudado, enquanto caberia aos rapazes deixar a escola, as adolescentes estariam mais voltadas para o desempenho de papéis familiares (Aquino et al., 2003; Fussel & Greene, 2002; Henn, 2011; McGoldrick et al., 2011; Oliveira, 2008; Souza & Alberto, 2008; Venturini, 2010). Por conseguinte, adolescentes tenderiam a casar e ter filhos mais cedo (Fussel & Greene, 2002). Em particular, corroborando os achados de Henn (2011), a gestante adolescente pareceu reconhecer a necessidade de mais responsabilidade diante da gravidez pelo marido, sendo que o pai do bebê durante a gestação se mostrou mais envolvido com seu trabalho, buscando prover a família financeiramente, do que com tarefas relacionadas ao bebê propriamente ditas. Embora o pai do bebê do presente estudo fosse adulto jovem quando do casamento e descoberta da gravidez da adolescente, semelhante aos achados de Venturini (2010) entre pais adolescentes, também se verificou importante restrição de atividades cotidianas e de convívio social, privilegiando o trabalho.

Neste sentido, nas tarefas reconhecidas como sendo suas pela adolescente foi possível verificar a crença de distribuição de papéis por gênero. Em consonância com a literatura, caberia a ela, enquanto mulher, atribuições relacionadas à casa e ao bebê, enquanto o marido, como homem, deveria se responsabilizar por prover a família financeiramente (Boss & Weiner, 1991; Henn, 2011; Venturini, 2010). Entretanto, mesmo reconhecendo a intensa rotina de trabalho do marido, o relato da adolescente demonstrou certo descontentamento inicial no que se referiu ao envolvimento dele nos preparativos para a chegada do bebê. Segundo o relato da gestante, ela esperava que o pai do bebê se envolvesse mais com isso, posto que quando casaram o marido manifestava desejo de que

ela engravidasse logo. Tal expectativa pode ser entendida como uma tentativa de transformação da crença herdada da família de origem com relação à distribuição de tarefas conforme gênero, na medida em que esperava maior envolvimento do marido com o bebê. Diante disso, segundo o relato da gestante, sua mãe a teria tranquilizado com o fato de que os homens se envolvem mais com os bebês depois que nascem, o que fez com que a adolescente buscasse propiciar momentos de mais contato com o bebê para sentir os movimentos fetais favorecendo o vínculo pai-bebê já na gestação. Tal achado reforça o que propôs Minuchin (1990) com relação às adaptações ao novo nível de formação familiar começando com a gravidez para as mulheres enquanto os homens tenderiam a comprometer-se com o papel de pai a partir do nascimento do filho. Conforme já comentado nesta seção, pode-se ainda pensar que no caso estudado o vínculo excessivamente estreito entre a adolescente gestante e sua mãe possa ter contribuído para que o pai do bebê se mostrasse um pouco mais distante durante a gravidez. Ademais, o parâmetro de atenção esperada pela adolescente seria baseado na dedicação da mãe e da irmã mais velha em relação a ela que, conforme se pôde verificar até aqui, era em demasia.

Quando da entrevista após o terceiro mês de vida do bebê, a mãe recordou ter se sentido positivamente surpresa diante do envolvimento do marido nos cuidados para com o bebê logo após o nascimento. Isso corrobora os achados de outros estudos (Minuchin, 1990; Piccinini et al., 2004; Henn, 2011) de que para o pai, o contato direto com o bebê depois que nasce facilita as adaptações ao novo papel. Contudo, esse envolvimento não teria se mantido constante, passando ele a atender quando solicitado ao invés de tomar iniciativas que para ela pareciam óbvias, como por exemplo, colocar um casaco se estivesse mais frio ou não sair com o menino para a janela após o banho. O mesmo panorama foi descrito quando do primeiro ano de vida do bebê, sendo o pai citado como coadjuvante nos cuidados com o filho. Tal achado corrobora estudos anteriores que encontraram que embora haja um movimento de maior envolvimento do pai para com os filhos, a mãe segue sendo a principal responsável pelos cuidados diretos (Alonso et al., 2006; Dessen, 1992; Tudge et al.; 2000), o que não representa necessariamente a incapacidade de desempenhar esse tipo de tarefa (Piccinini et al., 2007).

No caso estudado, segundo os relatos da mãe adolescente, a participação do pai do bebê não raramente pareceu condicionada a pedidos de ajuda da jovem mãe, que recorreria a ele depois de esgotar as possibilidades de ajuda da própria mãe e da irmã. Neste contexto, segundo seu relato, a adolescente revelou acreditar ser ela a principal responsável pelos cuidados em relação ao filho. Já ao marido caberia a responsabilidade pelo sustento

financeiro da família. Segundo Boss e Weiner (1991) essa organização, a primeira vista, sugeriria uma distribuição tradicional de papéis conforme gênero na família estudada. Entretanto, foi possível identificar uma tentativa de mudança por parte da mãe da adolescente a esse respeito. Embora os relatos da adolescente e sua mãe denotassem a crença de que o homem deveria prover a família financeiramente, a mãe da jovem, ainda com os filhos pequenos, passou a trabalhar fora, escondida do então marido, em busca de mais conforto para ela e os filhos mesmo antes da separação do casal. Tal conduta pode ser entendida como uma tentativa na direção da adoção de um novo paradigma para ela como indivíduo e, possivelmente para a família posteriormente, que envolve a aceitação da mulher no mercado de trabalho e a assimilação do papel de provedora financeira. Todavia, o reconhecimento desta atribuição não a teria isentado de seguir como principal responsável sobre as rotinas domésticas e de cuidados com os filhos. Ademais, mesmo que a mãe da adolescente tenha manifestado a expectativa de que a filha estudasse e conseguisse melhor colocação profissional que ela, foi possível identificar certo contentamento da mãe da adolescente com a divisão de tarefas do casal cabendo ao genro trabalhar e sustentar a família, enquanto a filha deveria desde a gestação cuidar da casa e preparar-se para receber o bebê.

Do ponto de vista da adolescente gestante, embora se pudesse verificar a demanda de mais responsabilidade sobre a casa e o filho em função da gravidez, em linhas gerais pareceu evidente a dificuldade da adolescente ainda na gestação de colocar-se como mais responsável por si mesma, bem como da mãe em permitir que ela assumisse tarefas adultas. Situação semelhante foi encontrada por outros autores que investigaram sobre constituição da identidade entre algumas mães adolescentes (Amazarray et al., 1998; Carter & McGoldrick, 1989/2008). Para esses autores, embora as adolescentes denotassem certa estabilidade em termos de autoestima e autoconceito, apresentariam atitudes contrárias, como acreditar estar desempenhando um papel de mãe completo e maduro enquanto mantém relações de dependência importantes com seus familiares. Neste sentido, a mãe adolescente do presente estudo manifestou, no terceiro mês de vida do bebê, a crença de que deveria ser a principal responsável pelo filho e que estaria desempenhando muito bem o papel de mãe. Segundo a jovem mãe, abrir mão das coisas que gosta para ficar com o filho, aliado a comentários de amigos e familiares elogiando a saúde do bebê, poderia ser considerado indício de que estaria sendo uma “*boa mãe*”, portanto, cumprindo a contento suas atribuições. Já no primeiro ano de vida do bebê, se manteve no relato da mãe adolescente a crença de que cuidar do filho seria sua principal atribuição. Mais uma

vez, a adolescente referiu-se a si mesma como uma “*boa mãe*”, embora a maternidade fosse mais difícil do que imaginava por ser “*em tempo integral*”.

Vários estudos descreveram a presença da família auxiliando mães e gestantes adolescentes nos cuidados com o bebê em todos os níveis socioeconômicos (Andrade, Ribeiro & Silva, 2005; Falcão & Salomão, 2005; Godinho et al., 2000; Heilborn et al., 2002; Maranhão et al., 2012). No presente estudo, a família de origem da gestante se mostrou muito presente, especialmente nas figuras da mãe e da irmã da adolescente, sendo que o relato da mãe da adolescente destacou sua impressão de que estar disponível às demandas da filha grávida e futuramente do neto, seria uma atribuição sua inerente ao papel de avó.

Neste contexto, a disponibilidade em ajudar a filha também foi colocada pela mãe da adolescente como em decorrência da privação financeira. Este achado corrobora outros estudos que apontam a coabitação em famílias de nível socioeconômico baixo como um arranjo cada vez mais frequente atualmente (Barnett, 2008; Fonseca, 2005; 2007; Spieker & Bensley, 1994). Entre outras razões, esta organização se daria como alternativa para redução de despesas (Albuquerque, 2001; Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011; Pearson, et al., 1997), além do papel de cuidador exercido pelos avós em relação aos netos em situação de gravidez/parentalidade na adolescência (Albuquerque, 2011; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Pearson et al., 1997; Spieker & Bensley, 1994). Em particular, no caso em estudo pensa-se que a coabitação poderia também estar a serviço de valores intergeracionais relacionados à proximidade conforme a literatura (Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011; Minuchin et al., 1999; Pearson et al., 1997). No caso estudado, o reconhecer-se como importante no apoio à filha nas várias etapas de coletas de dados foi relacionado pela avó do bebê à vivência que ela mesma teve como gestante e mãe adolescente que pôde recorrer à sua mãe e ao seu pai como importantes fontes de apoio. Neste sentido, tanto mãe adolescente como sua mãe quando do terceiro mês e primeiro ano de vida do bebê manifestaram a crença de que as mães deveriam estar disponíveis aos filhos mesmo nas situações mais adversas. Ambas citaram o abandono do pai do bebê por sua mãe quando ainda criança como exemplo de conduta materna inadequada, reforçando que razão nenhuma justificaria o não cuidado ou o abandono de um filho. Ademais, a estreita relação entre mãe e filha já comentada em vários momentos desta seção sugeriu que a disponibilidade incondicional à adolescente e a busca constante desta pela mãe poderiam estar a serviço de valores relacionados à

proximidade das duas e, mais especialmente, à relação de dependência mútua mãe e filha adolescente.

Segundo Hurme (2006), especialmente em situação de gravidez na adolescência, receber ajuda e apoio de outros, pode favorecer o controle de quem doa sobre aquele que recebe e que, por sua vez, pode sentir-se em dívida se não puder corresponder ao que recebeu. Isso remete à *contabilidade de obrigações e méritos* da família. No caso estudado, corroborando a literatura, a adolescente gestante não apresentava autonomia suficiente para viver independente da família de origem devido à precariedade de condições financeiras (Dallas, 2004) além da imaturidade emocional, verificada, entre outras situações, no fato de a jovem não saber sair sozinha, bem como na pouca iniciativa sobre os preparativos para a chegada do filho, o que estaria interferindo em seu processo de individuação (Bowen, 1991/2010). Neste contexto, parece ter se evidenciado uma relação de dependência mútua entre mãe e filha adolescente onde mesmo que se tenha o entendimento dos movimentos de casamento e gravidez como tentativas de progressivo distanciamento em relação à mãe, estas pareceram frustradas.

No presente estudo, em mais de um momento, ainda durante a gravidez da filha, a mãe da adolescente referiu descrédito sobre as habilidades parentais da filha, a quem ainda considerava muito imatura, como que justificando seu sentimento de maternidade em relação ao neto contrariando o que se verificou na literatura de que não necessariamente as mães jovens teriam um déficit de habilidades parentais somente em função da pouca idade (Barnett, 2008). Para além do descrédito em relação às habilidades da filha para cuidar do bebê, a mãe manifestou durante a gravidez da filha adolescente que seus excessos com a mesma seriam em função da perda de três filhos pequenos num intervalo de três anos. Isso poderia ser entendido como sinais indiretos de necessidades e envoltimentos emotivos do passado que estariam se manifestando concretamente nas relações atuais (Andolfi & Angelo, 1988; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008), na medida em que sentimentos em relação aos filhos mortos interferiam na relação com a filha mais nova. Neste contexto, ter vindo ao mundo para que a mãe pudesse “*levar a vida*” pode ser entendido como uma “*conta*” assumida pela filha mesmo antes de nascer a fim de recuperar o envolvimento passado com os filhos perdidos. Caberia à adolescente ocupar o espaço deixado pelos irmãos mortos, servindo de foco de atenção e afetos que a mãe não pôde dispensar aos filhos que perdeu, e que não se sentia autorizada a dar para os filhos vivos.

Considerando a natureza dialética dos compromissos de lealdade que, segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008) se conectam a áreas de função como a criação e

educação dos filhos, a mãe, no caso em estudo, originalmente teria assumido o papel de “credora” e a filha adolescente de “devedora”. Neste contexto, a adolescente teria nascido já com o “débito” em relação à mãe inerente à condição de filha, acrescido de outra “conta” em vista do excesso de zelo depositado nela pela mãe na tentativa de compensar o que não pôde viver com os filhos mortos.

A dificuldade em saldar as “contas” da filha em relação à mãe, parecem ter se tornado ainda mais evidentes no caso estudado em função do momento evolutivo da jovem. A adolescente gestante se encontrava em pleno processo de individuação (Blos, 1985/2002), o que assume especial importância quando se pretende analisar aspectos relacionais, pois segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008), a individuação enquanto tarefa fundamental do indivíduo envolve compromissos de lealdade. No presente estudo a gravidez da adolescente teria se apresentado como forma de “saldar” uma “dívida” de lealdade para com a família de origem, e, em especial, com sua mãe. Isso porque ao tornar-se grávida num momento em que ainda era dependente emocional e financeiramente da família de origem, acabou por postergar comportamentos de independência esperados para sua idade cronológica. Este arranjo pareceu favorecer a homeostase familiar na medida em que a mãe mantinha a filha caçula sob seus cuidados mesmo com o casamento e a gravidez como tentativas da jovem em estabelecer fronteiras através de comportamentos que culturalmente marcariam movimentos de independência.

Numa perspectiva transgeracional a maternidade da jovem sofreria importante influência das relações dos pais com seus antepassados e suas fantasias construídas a partir das relações e experiências de vida (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Prado, 1996; Smith, 1991; Velmust et al., 1991). Considerando os antecedentes gestacionais da mãe da adolescente, pode-se entender que a jovem reproduziu o padrão materno como comprovação de seu pertencimento àquele grupo familiar. O fato de a mãe da adolescente também ter tido seu primeiro filho neste momento evolutivo denota o enredamento da jovem na cadeia transgeracional na medida em que tomou emprestados aspectos da história de sua mãe para constituir a sua própria conforme sugeriram Bertin e Passos (2003). Isso se verificou na medida em que se pode pensar na primeira gravidez da mãe da adolescente como tentativa de manutenção de um vínculo com seus genitores, de quem dizia receber muita liberdade. De maneira semelhante, a gestação da adolescente do presente estudo parece ter ocupado espaço de tentativa de reparação da relação com sua mãe visando a manutenção do vínculo diante de um movimento simultâneo de separação da mãe representado pelo casamento.

Vale ressaltar que nem sempre as regras que regem uma família são explícitas. Entretanto, visando a acomodação mútua e eficácia funcional os referidos padrões tendem a se manter mecanicamente (Bertin & Passos, 2003; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Minuchin et al., 1999). Neste caso, isso se verificou, além da reprodução de história de gravidez não planejada na adolescência, através da dependência da adolescente em relação à sua mãe, justificada no discurso de ambas pela dificuldade financeira e necessidade de apoio em relação aos cuidados para com a gestante e posteriormente para com o bebê.

No que se refere à contabilidade de obrigações, Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008) destacam duas classes de obrigações: a privada e a interpessoal. No caso estudado, as obrigações privadas da adolescente se evidenciaram em resultados negativos que comprometeram o desenrolar de seus processos de individuação. Neste contexto, a dimensão interpessoal das obrigações se verificou em função de sentimentos de culpa da mãe com relação aos filhos que morreram, o que interferiu na relação com a filha caçula, a qual mantinha dependente dela. Ademais, mesmo que a mãe da adolescente tenha referido descontentamento com a frustração das expectativas com relação ao futuro da adolescente, especialmente no que se refere à vida acadêmica e ocupacional, a gravidez da filha acabou por reforçar sua dependência. Sendo assim, se por um lado a jovem fracassou em cumprir um compromisso de concretizar aspirações que a própria mãe não foi capaz quando adolescente, estaria cumprindo seu compromisso de lealdade não expresso verbalmente de maneira tão clara, honrando a “conta” não declarada de dependência dos cuidados da mãe. Neste sentido, na medida em que a adolescente se tornasse mais independente, o bebê poderia passar a assumir a “conta” da mãe, em função da dedicação da avó em cuidar a mãe e a ele ainda durante a gravidez.

Outro aspecto importante diz respeito ainda na gravidez ao reconhecimento da mãe como modelo pela adolescente, o que persistiu nos outros dois momentos de coletas de dados após o nascimento do bebê. Isso pode ser entendido como expressão de lealdade da filha em relação à própria mãe na medida em que, esta avó, conforme Carter e McGoldrick (1998/2008) assumiria um grau de superioridade moral na família e na comunidade por apoiar a filha assumindo cuidados do neto, não sendo este filho seu. Ademais, a valorização da própria mãe pela adolescente diante de sua nova condição de mãe em todos os momentos de coleta de dados, mas mais intensamente no terceiro mês e primeiro ano de vida do bebê, acabou por coloca-la na posição de “credora” e seu filho “devedor”, o que é inerente à relação materno-filial segundo Boszormenyi-Nagy e Spark (1973/2008), pois

cabe à mãe cuidar, assumindo quem é cuidado uma dívida em relação ao seu cuidador. A esse respeito, em se tratando da adolescente, suas vontades e objetivos postergados para que pudesse exercer a maternidade, foram citados em todos os momentos de coletas de dados e podem ser entendidos como “débitos” do filho em relação a ela. Isso se torna ainda mais verdadeiro uma vez que se entenda que a gravidez e a maternidade, especialmente na adolescência, possa ser uma tentativa de suprir necessidade de atenção e proteção não satisfeita (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Dadoorian, 2007; Falcão & Salomão, 2006; Falceto, 1996).

Ainda, durante o terceiro mês de vida do bebê, a adolescente referiu preocupação em corresponder às expectativas nela depositadas por sua mãe. Isso especialmente com relação a trabalho, em vista das oportunidades que lhe haviam sido proporcionadas, o que remete à possibilidade de que a mãe possa ter transmitido para a adolescente a expectativa de que para além de suprir suas carências em função da perda acidental de três filhos, caberia a ela concretizar os objetivos de ordem escolar e ocupacional não alcançados. Isso corrobora a descrição de Freud (1914/2000) do bebê, no caso a adolescente, como herdeiro dos sonhos e desejos não realizados pelos pais. O desafio desenvolvimental imposto para a adolescente, portanto, seria apropriar-se do próprio desejo como parte de seu processo de constituição de sujeito.

Também durante o terceiro mês de vida do bebê, a avó disse esperar que o neto pudesse concretizar objetivos profissionais que nem ela, nem a filha adolescente haviam conseguido. Isso demonstra que mesmo antes de seu nascimento, pode-se pensar que o bebê da adolescente já tinha em seu “livro” registros de “dívidas” (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008) também com sua avó materna pelo cuidado dispensado para com sua mãe em função da gestação. Neste sentido, outra expectativa manifesta no discurso da então futura avó com relação ao neto era de que ele desse continuidade à família, sustentando valores que ela considerava importantes mesmo quando estivesse ausente. De maneira semelhante, a mãe adolescente quando do terceiro mês de vida do bebê manifestou expectativas com relação ao futuro do filho e, em particular, se ele daria ouvidos a ela, o que de alguma forma, pareceu remeter à sua relação com a própria mãe. Isso pareceu reforçar o “debito” assumido pelo bebê para com a própria mãe e a avó mesmo antes do nascimento, na medida em que o investimento do grupo familiar na criança antecede o investimento dela neste grupo (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Golse, 2003).

Já no primeiro ano de vida do bebê, os relatos maternos de que o bebê seria muito agitado foram interpretados pela jovem e, segundo ela, também por seu marido, como um

“acerto de contas” por eles mesmos terem sido assim quando pequenos. Além disso, segundo o relato da avó, o bebê também parecia exageradamente apegado à mãe, mantendo-a muito ocupada, o que lhe recordou quando a filha agora adolescente era bebê. Neste contexto, a adolescente fez questão, especialmente na entrevista do primeiro ano de vida do bebê, de exaltar comportamentos que ela considerava como sendo positivos do filho, o que pode ser interpretado como tentativa de comprovar de que estava sendo “boa mãe”. Para além da avaliação do desempenho da maternidade pela adolescente e sua mãe, a reincidência de gravidez na adolescência nesta família pareceu garantir a manutenção do vínculo de dependência das duas jovens – adolescente e sua mãe – para com suas respectivas figuras parentais. Neste sentido, pode-se pensar na gravidez como um movimento simultaneamente de saída, na medida em que a parentalidade culturalmente é entendida como tarefa adulta (Blos, 1985/2002; Carter & McGoldrick, 1989/2008) e retorno, na medida em que não conseguiram arcar com as tarefas sem ajuda das famílias de origem das quais buscavam se separar, permanecendo dependentes. Diante de eventos nodais do ciclo vital como o nascimento de filhos, independente da faixa etária dos genitores, espera-se que a família naturalmente atenuar as fronteiras relacionais, a fim de prestar assistência aos novos genitores e receber o novo membro (Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011). Entretanto, no caso estudado a dificuldade em delimitar espaços e assumir tarefas adultas precedeu a gravidez da jovem. Além disso, o fato de a mãe manifestar em vários momentos a necessidade da filha por perto pareceu reforçar a ideia de dependência mútua mãe-filha adolescente. Isso pareceu dificultar o senso de paridade que deveria se instaurar pelo desempenho da maternidade pela filha adolescente, o que segundo Colarusso (1990) constituiria parte do processo de terceira individuação.

Sendo assim, a parentalidade, enquanto marco da terceira individuação que tem suas bases nos processos de individuação anteriores do desenvolvimento, parece ter sofrido interferência do segundo processo de individuação ainda em andamento, da gestante/mãe adolescente. Isso teria se verificado, entre outros aspectos, no casamento como momento anterior à gravidez não planejada enquanto tentativa de rompimento com as proibições da mãe, o que não pareceu representante de uma capacidade de intimidade madura (Amazarray et al., 1998; Blos, 1979/1996). Esta capacidade para intimidade seria pré-requisito para boa evolução da individuação, e, por conseguinte, para a parentalidade (Colarusso, 1990). Dessa forma, pode-se entender a relação de dependência entre a adolescente e sua mãe como dificultando o senso de paridade entre as duas gerações diante

da chegada do bebê. A dificuldade da adolescente em demarcar seu espaço como mãe estaria a serviço da manutenção de seu pertencimento ao grupo familiar de origem. Se este grupo fosse suficientemente diferenciado, seria capaz de aceitar a constituição da nova família pela jovem que poderia assumir o novo papel mantendo o sentido de pertencimento à família de origem (Andolfi et al., 1982/2007; Bowen, 1979/2010; Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008).

Neste contexto, a chegada do bebê, mesmo não planejada, representa um momento de crise previsível do ciclo vital familiar e, como tal, poderia suscitar estagnação ou impulsionar mudanças no âmbito familiar (Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011; Falcke & Wagner, 2005). No presente estudo, a repetição da história de gravidez não planejada na adolescência pode ser entendida como aspecto transmitido de mãe para filha que não envolveu somente a história reprodutiva da mãe (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Dias & Aquino, 2006; Meade et al., 2008, Pouta et al., 2005), mas a transmissão das expectativas da mãe com relação a esta filha.

Em síntese, embora o discurso da mãe da adolescente fosse de desapontamento em todas as etapas da coleta de dados quando se referia à descoberta da gravidez da filha, a satisfação em mantê-la por perto também era evidente. Sendo assim, em se tratando de transmissão transgeracional, neste caso, tão importante quanto a repetição da história reprodutiva materna, foi a repetição do padrão de dependência da mãe adolescente em relação à sua mãe a serviço da manutenção da ordem no sistema, bem como das expectativas mútuas entre os membros com relação a quem cuida e quem é cuidado. Destarte, no caso apresentado neste estudo a gravidez na adolescência seria representante da lealdade da jovem em relação à própria mãe e sua família de origem, postergando sua plena individuação a serviço da manutenção da homeostase familiar.

CAPÍTULO IV

DISCUSSÃO GERAL

Conforme apresentado no Capítulo I, a ideia de gravidez na adolescência como evento que acarreta repercussões potencialmente negativas para mãe e bebê tem sido paulatinamente substituída pela concepção de que se trata de um evento multifatorial. Destarte, aspectos de ordem física, emocional, familiar e social (Levandowski et al., 2008; Breheny & Stephens, 2008; Maranhão et al., 2012; Meade et al., 2008; Pantoja et al., 2007) deveriam ser considerados no exame cuidadoso da gravidez na adolescência, o que não concordaria com a ideia já ultrapassada de evento nocivo ao desenvolvimento por definição. A partir da concepção de gravidez na adolescência como um fenômeno complexo que envolve vários atores que não só a mãe e o bebê, cujas vidas também sofrem interferência e interferem na gravidez nesta faixa etária, esta tese buscou ampliar a visão sobre este evento, propondo dois estudos. O primeiro, contemplando expectativas e sentimentos sobre o tornar-se avó, e o segundo, abordando transmissão geracional avó materna-mãe adolescente neste contexto. Neste capítulo, se pretendeu identificar pontos de intersecção entre os dois estudos, em busca de uma visão mais integradora sobre o tema.

Numa perspectiva sistêmica de desenvolvimento, as famílias mudam em forma e função ao longo do ciclo vital, interferindo e sofrendo interferência do desenvolvimento individual de cada membro (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Falicov, 1991; McGoldrick et al., 2011; Minuchin et al., 1999). Tais mudanças seguem uma sequência ordenada de etapas evolutivas delineadas a partir do tamanho da família pela adição ou perda de membros, da composição por idades, e da posição laboral de quem sustenta a família. Soma-se a isso a dimensão estrutural-funcional da família enquanto sistema onde cada membro ocupa posições por idade e relação (Falicov, 1991; Minuchin et al., 1999). Sob esta ótica, qualquer gravidez pode ser considerada uma crise esperada do ciclo vital, na medida em que envolve a adição de um novo membro ao grupo familiar, inaugurando uma nova família de procriação constituída pelos genitores e bebê (Bowen, 1991/2010; Colarusso, 1990; Prado, 1996a), além de colocar em evidência as diferenças etárias delimitando o espaço entre gerações com a chegada de uma nova, bem como impondo a necessidade de arranjos ou reorganizações que atendam as necessidades materiais do grupo familiar.

Os relatos das futuras avós participantes do primeiro estudo, bem como da adolescente participante do segundo estudo e sua mãe, sugeriram que o impacto inicial da notícia da gravidez ainda esteve permeado, no relato da grande maioria, de sentimentos de surpresa e decepção. A intensidade desses sentimentos, em muitos casos, denotou a impressão de que não estavam vivenciando a gravidez da jovem como um evento normativo do ciclo vital principalmente por não ter sido planejada. Por mais que a gravidez na adolescência não seja um evento raro entre as famílias de nível socioeconômico baixo (Aquino et al. 2003; Heilborn et al; 2002; Maranhão et al., 2012; Steinberg, 1999) e que muitas dessas avós também tenham sido mães adolescentes (Breheny & Stephens, 2008; Carvalho et al., 2009; Manlove, 1997; Meade et al., 2008; Pouta et al., 2005), os resultados dos dois estudos apresentados nesta tese sugeriram que a visão pessimista sobre a gravidez na adolescência como evento que impõe restrição de oportunidades para a mãe e bebê prevaleceu entre as entrevistadas.

Entre as principais perdas enumeradas pelas participantes, em consonância com a literatura, se destacaram a interrupção e/ou abandono dos estudos (Amazarray et al., 1998; Falcão & Salomão, 2006; Maranhão et al., 2012; Meade et al., 2008; Silva et al., 2011), perda da autonomia (Baraldi et al., 2007; Carvalho et al., 2009; Pantoja et al., 2007) e restrição do convívio social e atividades de lazer (Dias & Aquino, 2006; Carvalho et al., 2009). A partir dos relatos das futuras avós, foi possível ainda identificar a preocupação de que a dificuldade das filhas em colocarem-se bem profissionalmente como consequência direta da pouca instrução poderia contribuir para manutenção da situação financeira não confortável. Assim, foi possível verificar que tanto para muitas futuras avós, como especialmente no estudo de caso analisado com mais profundidade, especialmente aquelas que haviam sido também mães adolescentes esta preocupação estava embasada na própria história de privação de oportunidades que interpretavam como consequência da gravidez precoce, o que não avaliavam positivamente e temiam ser repetido pelas filhas (Frizzo et al., 2005; Kassar et al., 2006; Levandowski et al., 2008; Meade et al., 2008; Santos & Schor, 2003).

Mesmo que algumas das futuras avós tenham sido mães adolescentes, a sequência de tarefas desenvolvimentais que esperavam para as filhas envolvia outros objetivos muito frequentemente associados à escolarização, profissão e comodidade financeira antes de terem filhos. Essa descrição de expectativas pareceu corresponder à descrição de tarefas consagrada entre teóricos que descreveram o desenvolvimento adolescente (Blos, 1985/2002; Schoen-Ferreira et al, 2003). Ademais, as expectativas apresentadas pelas futuras avós, bem como pelo caso da adolescente gestante/mãe, pelo menos a nível

consciente, contrariaram a ideia de gravidez adolescente como sendo algo culturalmente esperado entre famílias de nível socioeconômico mais baixo em busca de *status* adulto na família e comunidade.

Embora acompanhadas de sentimentos de inadequação da gravidez adolescente para aquele momento do ciclo vital, isso não inviabilizou o apoio das famílias, e, em particular, das mães às suas filhas gestantes (Amazonas et al., 2001; Dallas, 2004; Falcão & Salomão, 2006; Levandowski et al., 2008; Silva & Salomão, 2003). De acordo com muitos relatos, o apoio prestado passou pela disponibilidade em acolher o pai do bebê temporária ou definitivamente na casa da família, arranjo que em muitos casos acabou, de certa forma, reforçando a dependência financeira da adolescente à família de origem (Falcão & Salomão, 2006; Heilborn et al., 2002; Meade et al., 2008). Assim, a prática frequente da coabitação não pareceu primeira opção na maioria dos casos do Estudo I, mas recurso disponível até que o novo casal pudesse buscar mais estabilidade e tivesse condições financeiras de estabelecer seu próprio lar. No Estudo II, a coabitação se verificou ainda enquanto uma possibilidade de manutenção da homeostase familiar.

Portanto, considerando as fases do ciclo vital familiar (Carter & McGoldrick, 1989/2008; McGoldrick et al., 2011), em situação de gravidez na adolescência se verificaria simultaneamente uma justaposição de várias dessas fases: a união de famílias pelo casamento através do novo casal (constituído pela adolescente e seu companheiro, envolvendo a relação entre suas famílias de origem); a família com filhos pequenos (constituída pela adolescente, companheiro e pai do bebê), a família com filhos adolescentes (constituída pela família de origem da mãe adolescente e eventualmente pela família do pai adolescente); o lançamento do jovem adulto (momento pelo qual passa a família do pai do bebê que passou a morar com a família de origem da adolescente grávida ou casou e foi morar em endereço diferente da família de origem; bem como a família da adolescente grávida cuja filha mudou de endereço). Sendo assim, entende-se que em situações onde as adolescentes e/ou pais dos bebês que continuam coabitando com a família de origem de um dos membros do casal não experimentaria, com relação a este filho coabitante o lançar os filhos e seguir em frente. Importante ressaltar que de acordo com os relatos das futuras avós participantes da tese, as famílias não pareceram ter vivenciado o “ninho vazio”, mesmo as filhas passando a constituir suas famílias de procriação, na medida em que como já foi comentado aqui, boa parte dos novos casais passou a morar com a família de origem da adolescente. Logo, pode-se pensar num “ninho cheio” que, além da permanência das filhas com a família de origem até que tenham

condições de se manter financeiramente e, em alguns casos mesmo emocionalmente – comportamento que tem sido descrito também entre as famílias de nível socioeconômico mais favorecido sem que os filhos adultos casem ou tenham filhos (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Harper, 2003; Henriques et al., 2004; Silveira & Wagner, 2006) – conta com a chegada do bebê e, não raramente de seu pai para morar também.

As participantes dos dois estudos referiram mudanças importantes de forma e função em suas famílias, motivadas, principalmente pela gravidez das filhas adolescentes. Para além de terem aumentado pela adição do bebê e seu pai como novos membros, o fato de a gravidez da filha ter ocorrido durante a adolescência também deflagrou a necessidade de mudanças importantes nas dimensões estrutural e funcional da família enquanto sistema onde cada membro ocupa posições por idade e relação. Neste sentido, as participantes dos dois estudos foram unânimes, cada uma a sua maneira, em reconhecer a necessidade de amadurecimento antecipado das adolescentes em vista do acúmulo de tarefas evolutivas da adolescência e da maternidade (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Dias & Aquino, 2006; Pantoja et al., 2007).

Semelhante ao que imaginavam estar passando as filhas sobre o acúmulo de tarefas, muitas futuras avós, que disseram não esperar passar por essa transição de papel naquele momento da vida, referiram que acumulariam as tarefas do papel de avó e de mãe simultaneamente. Entretanto, mesmo que seu discurso revelasse o envolvimento com os preparativos para a chegada do bebê, o tornar-se avó não ocupou posição central na vida das participantes. Isso evidenciou, principalmente entre as futuras avós mais jovens, sua identificação predominantemente com o papel de mãe. Vale ressaltar que mesmo entre as futuras avós mais velhas, o fato de já ter netos de outros filhos, tal como a participante do Estudo II, não constituiu necessariamente um facilitador da assimilação do papel de avó com relação ao bebê esperado pela filha adolescente. Tais achados reforçaram a ideia de que na contabilidade de obrigações e méritos na família para além de aspectos herdados transgeracionalmente, estão envolvidas questões de relação entre as gerações atuais. Essas relações determinam e são determinadas pelos papéis e funções de cada membro na família (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Minuchin et al., 2009).

Ainda em se tratando de mudanças no contexto familiar, embora muitas participantes do Estudo I tenham apresentado um discurso que defendia que a filha deveria assumir as tarefas referentes à maternidade quando do nascimento do bebê, pode-se pensar que diante do neto isso nem sempre fosse possível. Exemplo disso foi a avó participante do Estudo II que, apesar de referir desde a gravidez até o primeiro ano de vida do neto, que caberia à filha tomar conta do bebê, mencionou, ao longo das entrevistas, situações em que

apresentou conduta mais diretiva, considerada intrusiva pela mãe adolescente, dizendo o que deveria ser feito. Neste contexto, a coabitação pareceu representar um complicador importante no que diz respeito ao estabelecimento e manutenção de fronteiras relacionais enquanto balizadores de espaços a serem ocupados por cada membro da família de acordo com as especificidades de papel que deveria passar a desempenhar diante da chegada do bebê. Sobre isso, a partir dos relatos das avós pôde-se verificar a dificuldade de muitas delas em reconhecer as filhas como autoridades parentais diante do avanço geracional (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Colarusso, 1997) para além do seu discurso. Isso se verificou, entre outros aspectos, através do sentimento de maternidade com relação ao neto, o que acabou por colocar a filha e seu bebê equivocadamente no mesmo nível geracional. Na mesma direção, no caso estudado longitudinalmente, por mais que a avó do bebê exaltasse o desempenho da filha como mãe, o reconhecimento genuíno de sua autoridade parental pareceu subjugado à dependência financeira e emocional da filha. Isso pareceu reforçado pela manutenção de muitos aspectos da rotina mãe e filha à qual o bebê foi incorporado, tal como o ritual de final de tarde quando tomavam café juntos e viam televisão até a hora de dormir. Este pareceu ser um dos momentos que poderia ter sido adaptado pela jovem mãe a fim de proporcionar mais espaço de convivência com sua família de procriação. Destaca-se que não se trata de excluir a avó da vida do neto, mas assumir sua posição de mãe, demarcando com mais convicção seu lugar no sistema. A esse respeito, segundo SmithBattle (1996), a avó tenderia a retirar-se gradualmente, deixando que a filha assumisse seu papel materno na medida em que julgasse que a filha seria suficientemente competente para fazê-lo.

Embora se reconheça que a gravidez em qualquer faixa etária e, em especial, durante a adolescência, faça parte e influencie no desenvolvimento da família como um todo e seus membros individualmente, mãe e filha adolescente constituíram foco dos estudos aqui realizados. Neste contexto, pôde-se verificar que a gravidez, desde a notícia, exigiu de ambas reformulações em termos de identidade.

No Estudo I cada participante atribuiu diferentes significados ao papel de avó (Hayslip Jr et al., 2003; Kahana & Kahana, 1971; Robertson, 1977; Somary & Stricker, 1998), o que reforçou a ideia de realinhamento de várias ordens a fim de assimilar o novo papel à sua identidade. Para aquelas que se tornariam avós pela primeira vez, o vivenciar a terceira individuação (Colarusso, 1990) se sobrepôs à quarta individuação (Colarusso, 1997) na medida em que a maternidade enquanto constituinte de identidade ainda se destacava mais. Na mesma direção, por mais que a avó participante do Estudo II já tivesse

outros netos, a espera pelo filho da adolescente impôs a necessidade de realinhamento geracional que, para a dupla mãe e filha participante pareceu mais difícil. Ainda que ela mesma tenha sido mãe adolescente, essa dificuldade evidenciada pela avó denunciou o predomínio da identificação com o papel de mãe em relação à filha adolescente. Soma-se a isso, o fato de a adolescente, por sua vez, estar experimentando, simultaneamente a segunda (Blos, 1985/2002) e terceira individuação (Colarusso, 1990). Embora a jovem mãe se avaliasse positivamente no novo papel, referindo a própria mãe como modelo e dizendo-se mais tolerante por compreender empaticamente parte de sua conduta, os comportamentos de dependência da jovem denunciaram a confusão de demandas das tarefas evolutivas. Sendo assim, pode-se pensar que o funcionamento familiar interfira mais na maneira como a família passará pela transição decorrente da chegada do filho da adolescente do que propriamente a idade de quem se tornará mãe e avó.

Neste contexto, aspectos do funcionamento familiar e individual se mostraram presentes nos dois estudos. Em especial, no Estudo II, que teve a transmissão transgeracional como foco, foi possível verificar o lugar ocupado pelas participantes na família, bem como o lugar que ocupava a gravidez, e posteriormente o bebê naquele contexto. Tendo em vista a simultaneidade dos dois processos de individuação vivenciados pela adolescente grávida, o estudo do caso em profundidade permitiu relacionar movimentos como o casamento e a gravidez enquanto tentativas da jovem de diferenciar-se da família de origem, e, em especial, de sua mãe. Particularmente, pôde-se verificar o conflito de lealdade vivenciado pela adolescente em relação à própria mãe pela culpa subjacente a esses movimentos em busca de separação, pois tais atitudes tidas como supostamente maduras acabaram por manter o vínculo de dependência mútua.

Em se tratando da transmissão transgeracional, remontando as origens do conceito em Freud (1914/2000) sobre o bebê como herdeiro e realizador de desejos não realizados dos genitores, bem como o entendimento da gravidez e maternidade adolescentes enquanto necessidade de atenção e proteção não satisfeitas (Coley & Chase-Lansdale, 1998; Dadoorian, 2007; Falcão & Salomão, 2006; Falceto, 1996), é possível refletir também sobre a adolescente como filha e depositária de desejos não realizados dos seus genitores (Freud, 1914/2000). Sob esta ótica, em linhas gerais, pode-se pensar na reprodução da gestação na adolescência pelas filhas de algumas futuras avós que também haviam sido mães adolescentes como uma herança que, a partir dos relatos de algumas futuras avós, pareceu operar como forças de desligamento – quando a gestação pode impulsionar a independência da adolescente em relação à família de origem – enquanto em outros casos, como o estudado longitudinalmente, pareceu intensificar a ligação ao grupo familiar.

Sendo assim, a repetição do padrão reprodutivo materno pela adolescente configura o tomar emprestado de outrem para constituir a si mesma enquanto sujeito enredado na cadeia transgeracional (Bertin & Passos, 2003; Golse, 2003). Ademais, a repetição do padrão familiar estaria a serviço da manutenção da organização do sistema e expectativas mútuas entre os membros (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Minuchin, 1990; Minuchin et al., 2009). Dessa forma, a adolescente poderia manter-se próxima da mãe reproduzindo parte de sua história ou ainda, conforme o caso apresentado no Estudo II, garantindo a continuidade da dependência mútua. Cabe destacar que ao citar a dependência mútua no caso estudado, entende-se que não necessariamente a adolescente esteja satisfeita com o funcionamento familiar e sua posição neste contexto. Prova disso seria a ambivalência expressa pela jovem nas tentativas de separação concretizadas no casamento e na gravidez.

Ainda com relação à transmissão transgeracional enquanto estressor vertical que perpassa os eventos do ciclo vital familiar e individual, em se tratando de lealdade, pode-se entender o envolvimento das futuras avós participantes do Estudo I para com as filhas e os netos ainda durante a gestação como representação da obrigação de cuidado para com os mesmos enquanto dívida de lealdade (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Tomando o exemplo do caso examinado longitudinalmente no Estudo II, isso faz ainda mais sentido se consideradas as expectativas depositadas nesta filha mesmo antes de seu nascimento como herdeira e realizadora dos desejos de sua mãe, ainda que os relatos maternos tenham sido de frustração diante da notícia da gravidez precoce da adolescente. Neste contexto, apesar do desapontamento inicial com a notícia da gravidez, o neto foi bem recebido. Inclusive, nasceu já com a expectativa da avó de que ele pudesse realizar o que a mãe adolescente e sua avó materna não conseguiram concretizar com relação a estudos e trabalho. Portanto, pode-se pensar que o bebê enquanto geração mais jovem já teria entre seus deveres para com a família a perpetuação desta herança transgeracional.

Finalmente, algumas considerações metodológicas se fazem importante buscando um melhor entendimento dos resultados dos dois estudos apresentados aqui. Pensa-se que nos dois estudos apresentados, algumas respostas possam ter sido formuladas pelas participantes considerando a deseabilidade social. Por estarem passando por uma situação culturalmente difundida como difícil e que exigiria um alto grau de envolvimento especialmente das futuras avós para com as filhas gestantes e, posteriormente com seus bebês, a disponibilidade mencionada como sendo uma das atribuições que acreditavam inerente ao papel de avós talvez não tenha se apresentado dessa forma quando do

nascimento dos netos em todos os casos. Isso aponta para uma das limitações deste estudo, pois especialmente as participantes que ainda não eram avós precisaram imaginar o que fariam e como seria quando do nascimento do neto. Além disso, como a família consiste num sistema em constante transformação, podem ter havido situações que interferiram nas expectativas e sentimentos e, por conseguinte, na experiência sobre o tornar-se avó naquele contexto. Sendo assim, seria interessante que se pudesse abordar as expectativas e sentimentos quando da gravidez acompanhando longitudinalmente todas essas avós a fim de verificar a experiência e prática no novo papel após o nascimento do neto. Isso assume especial importância se retomada a ideia de que o puerpério constitui continuidade da situação de crise deflagrada pela gravidez, posto que seguem alterações de ordem fisiológica e mudanças importantes quanto à rotina e ao relacionamento familiar (Maldonado, 1976/2005; Carter & McGoldrick, 1989/2008; Minuchin, 1990; Prochnow & Lopes, 2007; Stern, 1997). Infelizmente isso não foi possível com as participantes do Projeto GRADO, em função da dificuldade em manter contato nas sucessivas etapas de coletas de dados, fosse pela dificuldade de acesso por telefone e endereço, fosse pela indisponibilidade das participantes pelo horário de trabalho. Entende-se que esta parece ser uma dificuldade inerente aos estudos longitudinais e que segue merecendo a atenção dos pesquisadores para que se tenha a menor margem de perda de participantes possível ao longo das várias etapas de coletas de dados.

Por outro lado, através da realização de um estudo de caso único no Estudo II foi possível acompanhar pelo menos um caso longitudinalmente, o que viabilizou conhecer o caso em profundidade através dos relatos da gestante/mãe adolescente e sua mãe. Isso permitiu a triangulação dos dados a fim de verificar consistência e contradições entre as duas (Stake, 1994) como parte da visão particular que cada uma apresentava sobre a gravidez na adolescência, em particular, sobre as questões de lealdade neste contexto. A triangulação também permitiu uma aproximação maior da complexidade do fenômeno estudado, com suas múltiplas perspectivas.

Outro aspecto importante diz respeito à ausência de dados coletados com o pai do bebê especialmente no Estudo II. O fato de ele não ter participado não quer dizer que não se reconheça sua importância no contexto da gravidez na adolescência, tampouco que não se entenda que seu desenvolvimento também seja impactado pela experiência, como sugerido nos estudos de Henn (2011) e Venturini (2010). Contudo, o acesso ao pai do bebê se mostrou bastante precário, principalmente em função de suas atribuladas rotinas de trabalho. Diante disso, para fins deste estudo se pôde contar somente com os relatos da mãe adolescente e sua mãe a respeito do pai do bebê. Neste sentido, a participação do pai

do bebê traria mais um olhar sobre o fenômeno em estudo. Isso é especialmente verdadeiro considerando a aplicação do genograma familiar, onde, como se pode observar não se tem tantos dados da família do pai do bebê por desconhecimento da mãe adolescente e sua mãe.

No que tange às coletas de dados, de maneira geral, nos dois estudos o fato de terem sido conduzidas por pesquisadoras externas ao serviço com o qual as participantes tinham vínculo de cuidado pode também ter interferido nos resultados. Por mais extensas que tenham sido as entrevistas, abordando grande quantidade de conteúdos, pensa-se que a coleta de dados num contexto clínico poderia ter fornecido informações mais aprofundadas.

Outro aspecto importante diz respeito à subjetividade do pesquisador qualitativo. Nos delineamentos desta natureza, é importante reconhecer que sempre haverá uma diferença entre as coisas que se pretende entender e as interpretações das coisas como são. Uma vez que o objetivo deste tipo de delineamento seja mais a especificidade do que a replicabilidade, os delineamentos utilizados nos dois estudos que compõe a tese parecem ter sido adequados para analisar um fenômeno de tamanha complexidade como a gravidez na adolescência. Entende-se que estudos que busquem compreender os diferentes atores neste contexto sejam tão importantes quanto estudos qualitativos que forneçam dados epidemiológicos a respeito. Com isso, não se desmerece uma abordagem sobre outra, mas entende-se que diferentes abordagens metodológicas e teóricas podem oferecer diferentes entendimentos sobre o fenômeno em estudo e que esses, podem ser complementares. No caso desta tese, a identificação da autora com a abordagem sistêmica pareceu ter contribuído para a formulação de um entendimento que contemplasse aspectos de ordem individual e relacional particularmente no que se refere ao tornar-se avó e ao tornar-se mãe no contexto da gravidez adolescente. Com isso, foi possível iniciar articulações do campo do desenvolvimento individual e familiar.

Considerações finais

Com o intuito de compreender melhor as particularidades da gravidez adolescente na perspectiva familiar, dois estudos compuseram esta tese. O primeiro teve como objetivo investigar expectativas e sentimentos de futuras avós sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente. Pôde-se perceber que embora a literatura as destaque como importantes figuras de apoio em situação de gravidez na adolescência, pouco se sabe sobre como essas mulheres vivenciam a transição para o papel de avó. Prova disso, foi o fato de não ter sido encontrado na literatura atual um modelo que descreva dimensões dessa

experiência para as mães de gestantes adolescentes. Isso posto, o presente estudo pode constituir contribuição teórica neste sentido. Entre os principais achados, destaca-se o sentimento de inadequação da idade cronológica com a função de avó, sentimento este manifesto principalmente pelas participantes mais jovens. Contudo, mesmo entre as futuras avós mais velhas, por mais que se mostrassem disponíveis, a ideia de que a filha adolescente estava se tornando mãe provocava desconforto por julgar que aquele não era o momento mais adequado para que a filha o fizesse.

Já o segundo estudo buscou investigar longitudinalmente a transmissão transgeracional avó materna-gestante/mãe adolescente, da gestação ao primeiro ano de vida do bebê, com base nos relatos da mãe adolescente e sua mãe considerando, em particular, as questões de lealdade (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008). Em termos de desenvolvimento individual, o papel a ser desempenhado na parentalidade, segundo Colarusso (1990) estimula a individuação em relação aos próprios genitores, enquanto estabelece um novo senso de paridade pelo desempenho de um papel que antes era exclusivo de seus genitores. Sob esta ótica, a análise longitudinal das entrevistas realizadas com a gestante/mãe adolescente e sua mãe permitiram verificar já na gestação que tanto o casamento como a gravidez não planejada representaram tentativas de individuação da jovem em relação à família de origem e, em particular sobre a relação de mútua dependência estabelecida com sua mãe. Embora a mãe adolescente se descrevesse e fosse descrita como boa mãe pela própria mãe, esta se mostrava muito presente também nos cuidados com relação ao neto. Sua presença, não raramente acabava por afastar o pai do bebê, o que denunciava a imaturidade da relação conjugal e, por conseguinte, a falta de capacidade da adolescente para intimidade suficientemente desenvolvida para assumir não só os cuidados para com o bebê, mas para com sua nova família. Destarte, se pôde verificar a gravidez e maternidade neste caso como representantes de compromisso de lealdade da adolescente para com sua mãe através da dependência financeira e emocional. Neste contexto, foi possível averiguar graus de maturidade e imaturidade transmitidos de geração em geração (Boszormenyi-Nagy & Spark, 1973/2008; Bowen, 1991/2010; Klever, 2009).

A chegada do bebê inaugura uma nova família (Carter & McGoldrick, 1989/2008; Colarusso, 1990; 1997; Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999; Prado, 1996a) que deveria ser liderada pelos genitores do bebê. Isso impõe a necessidade de um realinhamento geracional dos mesmos para com suas famílias de origem que envolve uma nova organização hierárquica. Conhecer o tornar-se avó e o tornar-se mãe através de mais de uma geração, bem como aspectos da relação mãe-filha durante a transição familiar decorrente da gravidez na adolescência evidenciou importantes questões sobre o

funcionamento familiar. Sendo assim, para além de fundamentar intervenções com vistas à prevenção da reincidência ou de novos casos de gravidez na adolescência, espera-se que os estudos apresentados aqui possam contribuir para fundamentar intervenções junto às famílias e, em especial às avós e às novas mães facilitando sua mudança de papel.

Por fim, se de acordo com a literatura a confusão de tarefas desenvolvimentais poderia tornar a avó uma “avó que não evoluiu” (Carter & McGoldrick, 1989/2008), o mesmo se poderia dizer das adolescentes que engravidam? Afinal, diante da situação de gravidez na adolescência, ambas se veriam diante de demandas características de mais de uma fase do desenvolvimento individual e familiar. Não se pretende, aqui, em absoluto, patologizar a gravidez na adolescência considerando este evento como desvio do ciclo vital familiar e individual. Em contrapartida, também não se concebe este evento como parte comum de um ciclo vital de jovens de nível socioeconômico menos favorecido, posto que ocorre entre adolescentes de diferentes níveis socioeconômicos e que tanto as mães como suas filhas referiram outros anseios que não a gestação num primeiro momento. Sendo assim, se concorda com Carter e McGoldrick (1989/2008) que destacam que naturalizar tudo o que se opõe ao esperado da nova geração pode acarretar um senso de descontinuidade histórica que pode destituir o significado de relações entre gerações. Neste sentido, de acordo com os resultados dos dois estudos aqui apresentados, não parece ser a idade isoladamente o único determinante das vivências de gravidez na adolescência como fracasso desenvolvimental ou oportunidade de crescimento, sendo que nesta investigação o funcionamento familiar se destacou. Vale ressaltar a importância da singularidade da experiência da gravidez na adolescência para todos os atores envolvidos bem como o contexto em que se passa o evento. Sendo assim, parece mais adequado falar em gravidezes na adolescência, mais que gravidez na adolescência como algo absoluto.

REFERÊNCIAS

- Aberastury, A. & Knobel, M. (1981). *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Albuquerque, P. C. (2011). Grandparents in multigenerational households: the case of Portugal. *European Journal of Ageing*, 8, 189-198.
- Almeida, M. E. S. (2008). A força do legado transgeracional numa família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(2), 215-230.
- Alonso, L., Wagner, A., & Castellá. (2006). Práticas educativas em famílias brasileiras de nível sócio-econômico baixo. *Cultura y Educación*, 18 (1), 69-81.
- Amazarray, M., Machado, P., Oliveira, V. Z., & Gomes, W. (1998). A experiência de assumir a gestação na adolescência: um estudo fenomenológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(3), 431-440.
- Amazonas, M. C. L. A., Santana, B. S., & Vaz, D. C. (2001). *Revista Interloquções*, 1, 52-64.
- Andolfi, M., Angelo, C., Menghi, P., & Nicoló-Corigliano, A. M. (1982/2007). *Detrás de la máscara familiar: La familia rígida. Um modelo de psicoterapia relacional*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Andolfi, M. (1996). O triângulo como unidade de observação. In M. Andolfi. *A linguagem do encontro terapêutico*. (pp. 30-47). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andolfi, M., & Angelo, C. (1988). *Tempo e mito em psicoterapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Andrade, P. R., Ribeiro, C. A., & Silva, C. V. (2006). Mãe adolescente vivenciando o cuidado do filho: um modelo teórico. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(1), 30-35.
- Aquino, E. M. L., Heilborn, M. L., Knauth, D., Bozon, M., Almeida, M. C., Araujo, J., & Menezes, G. (2003). Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, 19(supl.2), 377-388.
- Araújo, M. R. G. L., & Dias, C. M. S. B. (2002). Papel dos avós: apoio oferecido aos netos antes e após situações de separação/divórcio dos pais. *Estudos de Psicologia*, 7(1), 91-101.
- Arpini, D. M., & Quintana, A. M. (2003). Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Revista Estudos de Psicologia*, 20(1), 27-36.
- Baraldi, A. C. P., Daud, Z. P., Almeida, A. M., Gomes, F. A., & Nakano, A. M. S. (2007). Gravidez na adolescência: estudo comparativo das usuárias das maternidades públicas e privadas. *Revista Latino-americana de Enfermagem*, 15. Retrieved in January 15, 2009, from www.eerp.usp/rlae.

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barnett, M. A. (2008). Mother and grandmother parenting in low-income three-generation rural households. *Journal of Marriage and Family*, 70, 1241-1257.
- Barros, M. L. (1987). *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bertin, I. P., & Passos, M. C. (2003). A transmissão psíquica em debate: breve roteiro das concepções psicanalítica e sistêmica. *Interações*, 8(15), 65-79.
- Blos, P. (1985/2002). Fases da adolescência. In P. Blos. (Ed.). *Adolescência: uma interpretação psicanalítica*. (pp. 55-91). São Paulo: Martins Fontes.
- Blos, P. (1979/1996). *Transição adolescente: questões desenvolvimentais*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Bogat, G. A., Caldwell, R. A., Guzmán, B., Galasso, L., & Davidson II, W. S. (1998). Structure and stability of maternal support among pregnant and parenting adolescents. *Journal of Community Psychology*, 26(6), 549-568.
- Boss, P., & Weiner, P. (1991). Reconsideración de las premisas sobre el desarrollo de la mujer y la terapia familiar. In C. J. Falicov (Ed.). *Transiciones de la familia: continuidad y cambio en el ciclo de vida*. (pp.331-353). Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Boszormenyi-Nagy, I. (1966). From family therapy to a psychology of relationships: fictions of the individual and fictions of the family. *Comprehensive Psychiatry*, 7(5), 408-423.
- Boszormenyi-Nagy, I., & Spark, G. (1973/2008) *Lealtades invisibles: reciprocidad en terapia familiar intergeneracional*. Buenos Aires: Amorrortu Editores
- Boszormenyi-Nagy, I. (1997). Response to “Are trustworthiness and fairness enough? Contextual family therapy and the good family”. *Journal of Marital and Family Therapy*, 23(2), 171-173.
- Bowen, M. (1979/2010). *De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo en el sistema familiar*. Barcelona: Paidós.
- Brasil. (2009). Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Indicadores sócio-demográficos e de saúde no Brasil.
- Breheny, M., & Stephens, C. (2008). Breaking the cycle: constructing intergenerational explanations for disadvantage. *Journal of Health Psychology*, 13(6), 754-763.
- Brown, B. B., & Lawson, R. W. (2002). The kaleidoscope of adolescence: experiences of the world’s youth at the beginning of the 21st century. In B. B Brown, R. Larson, & T.

- S. Saraswathi. (Eds.). *The World's Youth: Adolescence in Eight Regions of the World*. (pp.1-20). New York: Cambridge University Press.
- Bucher-Maluschke. J. S. N. F. (2008). Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. In M. A. Penso, & L. F. Costa (Eds). *A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção*. (pp. 76-96). São Paulo: Summus.
- Carniel, E. F., Zanolli, M. L., Almeida, C. A. A., & Morcillo, A. M. (2006). Características das mães adolescentes e seus recém-nascidos e fatores de risco para a gravidez na adolescência em Campinas, SP, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, 6(4), 419-426.
- Carter, B. & McGoldrick, M. (1989/2008). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- Carvalho, G. M., Merighi, M. A., & Jesus, M. C. P. (2009). Recorrência da parentalidade na adolescência na perspectiva dos sujeitos envolvidos. *Texto e Contexto Enfermagem*, 18(1), 17-24.
- Castoldi, L. , Lopes, R. C. S., & Prati, L. E. (2006). O genograma como instrumento de pesquisa do impacto de eventos estressores na transição família-escola. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 292-300.
- Cervený, C. M. O., & Berthoud, C. M. E. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cia, F., Pereira, C. S., Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2006) Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filho. *Psicologia em Estudo*, 11 (1), 73-81.
- Coall, D. A., & Hertwig, R. (2010). Grandparental investment: Past, present and future. *Behavioral and Brain Sciences*, 33, 1-59.
- Colarusso, C. A. (1990). The third individuation: the effect of biological parenthood on separation-individuation processes in adulthood. *Psychoanalytic Study of the Child*, 45, 179-194.
- Colarusso, C. A. (1997). Separation-Individuation Process in Middle Adulthood: The Fourth Individuation. In S. Akhtar & S. Kramer (Eds.), *The Seasons of Life: Separation-Individuation Perspectives* (pp. 73-94). Northvale: Jason Aronson.
- Coley, R. L., & Chase-Lansdale, P. L. (1998). Adolescent pregnancy and parenting: recent evidence and future directions. *American Psychologist*, 53(2), 152-166.
- Connor, S. (2006). Grandparents raising grandchildren: formation, disruption and intergenerational transmission of attachment. *Australian Social Work*, 59(2), 172-184.

- Corrêa, O. B. R. (2003). Transmissão psíquica entre as gerações. *Psicologia USP*, 14(3), 35-45.
- Dadoorian, D. (2003). Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicologia: ciência e profissão*, 21(3), 84-91.
- Dadoorian, D. (2007). Maternidade adolescente: uma nova tríade em questão. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 2(192), 26-31.
- Dallas, C. (2004). Family matters: how mothers of adolescent parents experience adolescent pregnancy and parenting. *Public Health Nursing*, 21(4), 347-353.
- De La Cuesta, C. (2001). Taking love seriously: the context of adolescent pregnancy in Colombia. *Journal of Transcultural Nursing*, 12(3), 180-192.
- Dessen, M. A. S. C. (1992). *Efeitos do nascimento de uma segunda criança no comportamento e nas relações entre o primogênito e os genitores*. Unpublished doctoral dissertation. Curso de Pós-graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil.
- Dessen, M. A., & Braz, M. P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 221-231.
- Deutsch, H. (1967/1977). A adolescência das moças. In H. Deutsch. *Problemas psicológicos da adolescência*. (86-121). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Dias, A. B., & Aquino, E. M. L. (2006). Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1447-1458.
- Dias, C. M. S. B., & Silva, D. V. (1999). Os avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. In T. Féres-Carneiro. *Casal e Família: entre a tradição e a transformação*. (pp.118-149). Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Dias, C. M. S. B., & Silva, M. A. S. (2003). Os avós na perspectiva de jovens universitários. *Psicologia em Estudo*, 8 (esp.), 55-62.
- Dunnewold, A. L. (1997). *Evaluation and treatment of postpartum emotional disorders*. Sarasota, FL: Professional Resource Press.
- Eshbaugh, E. (2008). Potential positive and negative consequences of co residence for teen mothers and their children in adult-supervised households. *Journal of Family Studies*, 17, 98-108.
- Esteves, J. R. & Menandro, P. R. M. (2005). Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência. *Estudos de Psicologia*, 10(3), 363-370.

- Falcão, D. V. S., & Salomão, N. M. R. (2005). O papel dos avós na maternidade adolescente. *Estudos de Psicologia*, 22(2), 205-212.
- Falcão, D. V. S., & Salomão, N. M. R. (2006). Mães adolescentes de baixa renda: um estudo sobre as relações familiares. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58(2), 11-23.
- Falceto, O. G. (1996). Famílias com adolescentes: uma confluência de crises. In L.C. Prado (Ed.). *Famílias e terapeutas: construindo caminhos*. (pp.151-171). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Falcke, D., & Wagner, A. (2005) A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In A. Wagner (Ed). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. (pp.25-46). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Falicov, C. J. (1991). Contribuciones de la sociologia de la familia y de la terapia familiar al esquema de desarrollo familiar: analisis comparativo y reflexiones sobre las tendencias futuras. In C. J. Falicov (Ed.) *Transiciones de la familia: continuidad y cambio en el ciclo de la vida*. (pp.31-95). Buenos Aires: Amorrortu.
- Féres-Carneiro, T., Henriques, C. R. & Jablonski, B. (2011). Um jogo interativo: a relação entre pais e filhos adultos no cotidiano familiar. *Psico*, 42 (2), 236-245.
- Fischer, L. R. (1983). Transition to grandmotherhood. *International Journal of Aging and Human Development*, 16 (1), 67-78.
- Fishman, C. (1996). Terapia familiar: o tratamento de escolha para os adolescentes. In C. Fishman (Ed.). *Tratando adolescentes com problemas* (pp.5-15).
- Fonseca, C. (2005). Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e sociedade*, 14(2), 50-59.
- Fonseca, C. (2007). Da família, reprodução e parentesco: algumas considerações. *Cadernos Pagu*, 29, 9-35.
- Freitas, A. P. C. O., & Piccinini, C. A. (2009). *Genograma familiar*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Frizzo, G. B., Kahl, M. L. F., & Oliveira, E. A. F. (2005). Aspectos psicológicos da gravidez na adolescência. *Psico*, 36(1), 13-20.
- Freud, S. (1913/2000). Totem e tabu. *Obras Completas Edição Eletrônica*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1914/2000b). Introdução ao narcisismo. *Obras Completas Edição Eletrônica*. Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1920/2000c). *Psicologia das massas e análise do ego. Obras Completas Edição Eletrônica*. Rio de Janeiro: Imago.
- Furstenberg, F. F., Brooks-Gunn, J., & Chase-Lansdale, L. (1989). Teenage pregnancy and childbearing. *American Psychologist*, *44*(2), 313-320.
- Fussell, E. & Greene, M. E. (2002). Demographic trends affecting youth around the world. In B. B. Brown, R. Larson, & T. S. Saraswathi. (Eds.). *The World's Youth: Adolescence in Eight Regions of the World*. New York: Cambridge University Press.
- Godinho, R. A., Schlep, J. R. B., Parada, C. M. G. L., Bertencello, N. M. F. (2000). Adolescentes e grávidas: onde buscam apoio? *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, *8*(2), 25-32.
- Golse, B. (2003). Transmitir a transmissão: um ponto em comum entre as diferentes terapias conjuntas pais-criança. In B. Golse (Ed.). *Sobre a psicoterapia pais-bebê: narrativa, filiação e transmissão*. (pp.59-78). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Grant, L. M., & Demetriou, E. (1988). Sexualidade do Adolescente. *Clínicas Pediátricas da América do Norte*, *6*, 1305-1328.
- Gupta, N., Kiran, U., & Bhal, K. (2008). Teenage pregnancies: obstetric characteristics and outcome. *European Journal of Obstetrics & Gynecology and Human Reproductive Biology*, *137*, 165-171.
- Hansen, L. B., & Jacob, E. (1992). Intergenerational support during the transition to parenthood: issues for new parents and grandparents. *Families in Society*, October, 471-479.
- Harper, S. (2003). Changing families as European societies age. *European Journal of Sociology*, *44*(2), 155-184.
- Hayslip Jr, B., Henderson, C. E., & Shore, R. J. (2003). The structure of grandparental role meaning. *Journal of Adult Development*, *10* (1), 1-11.
- Heilborn, M. L., Aquino, E. M. L., Bozon, M. & Knauth, D. (2009). Gravidez e maternidade na adolescência – novas biografias reprodutivas. In D. L. M. Monteiro, A. J. Trajano, & A. C. Bastos (Eds.). *Gravidez e Adolescência*. (pp.21-25).Rio de Janeiro: Revinter.
- Heilborn, M. L., Salem, T., Rohden, F., Brandão, E., Knauth, D., Víctora, C. Aquino, E., McCallum, C., & Bozon, M. (2002). Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, *17*, 13-45.
- Henriques, C. R., Jablonski, B., & Féres-Carneiro, T. (2004). Geração canguru: algumas questões sobre o prolongamento da convivência familiar. *Psico*, *35*(2), 236-245.

- Hurme, H. (2006). Grandparents as resource factors in the family. In L. Pulkkinen, J. Kaprio, & J.J. Richard (Eds.). *Socioemotional development and health from adolescence to adulthood. Cambridge studies on child and adolescent health.* (pp.245-262). New York: Cambridge University Press.
- Imamura, M., Tucker, J., Hannaford, P., Silva, M. O., Astin, M., Wyness, L., Bloenkamp, K. W. M., Jahn, A., Karro, H., Olsen, J., & Temmerman, M. (2007). Factors associated with teenage pregnancy in the European Union countries: a systematic review. *European Journal of Public Health, 17*(6), 630-636.
- Imber-Black, E. (1991). A family-larger-system perspective. *Family Systems Medicine, 9*(4), 371-395.
- Imber-Black, E. (1994). Segredos na família e na terapia familiar: uma visão geral. In E Imber-Black (Ed.). *Os segredos na família e na terapia familiar.* (pp. 15-39). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Imber-Black, E. (2003). Women's secrets in therapy. In L.B. Silverstein & T. J. Goodrich (Eds.). *Feminist family therapy: empowerment in social context.* (pp. 189-198). Washington, DC, US: American Psychological Association.
- Kahana, E., & Kahana, B. (1971). Theoretical and research perspectives on grandparenthood. *Ageing and Human Development, 2*, 261-268.
- Kaës, R. (1998). Transmissão da vida psíquica entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kassar, S., Lima, M. C., Albuquerque, M. F. M., Barbieri, M. A., Gurgel, R. Q. (2006). Comparações das condições socioeconômicas e reprodutivas entre mães adolescentes e adultas jovens em três maternidades públicas de Maceió, Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, 6*(4), 397-403.
- Kipper, C. D. (2004). O tornar-se avó no processo de individuação. Unpublished Master's thesis, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Kipper, C. D. R., & Lopes, R. S. (2006). O tornar-se avó no processo de individuação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 22*(1), 29-34.
- Kivnick, H. Q. (1983). Dimensions of grandparenthood meaning: deductive conceptualization and empirical derivation. *Journal of Personality and Social Psychology, 44*(5), 1056-1068.
- Klever, P. (2009). The primary triangle and variation in nuclear family functioning. *Contemporary Family Therapy, 31*, 140-159.

- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Levandowski, D. C., Piccinini, C. A., & Lopes, R. C. S. (2008). Maternidade adolescente. *Estudos de Psicologia*, 25(2), 251-263.
- Levandowski, D. C., Piccinini, C. A., & Lopes, R. C. S. (2009). Individualidade e conjugalidade na relação de casal de adolescentes. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 14(4), 679-687.
- Lewis, M., & Volkmar, F. (1993). Adolescência. In M. Lewis & F. Volkmar. *Infância e adolescência* (pp. 219-230). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Linares, J. L. (1996). *Identidad y narrativa: la terapia familiar em la práctica clínica*. Barcelona: Paidós.
- Madi, J. M., Bertotto, M. S., & Ribeiro, E. (2001). Aspectos familiares observados na gravidez adolescente: identificação de algumas características de importância epidemiológica. *Revista Científica da AMECS*, 10 (1), 1-6.
- Magalhães, A. S., & Féres-Carneiro, T. (2004). Transmissão psíquico-geracional na contemporaneidade. *Psicologia em Revista*, 10(16), 243-255.
- Magalhães, M. L. C. (2009). A Adolescência e a gravidez. In D. L. M. Monteiro, A. J. Trajano, & A. C. Bastos (Eds.). *Gravidez e Adolescência* (pp.16-20). Rio de Janeiro: Revinter.
- Mahler, M. (1982). O processo de separação-individuação. Porto Alegre: Artmed.
- Maldonado, M. T. (1976/2005). Aspectos psicológicos da gravidez, parto e puerpério. In M. T. Maldonado (Ed.). *Psicologia da gravidez*. (pp.11-65). Petrópolis: Vozes
- Manlove, J. (1997). Early motherhood in an intergenerational perspective: the experiences of a British cohort. *Journal of Marriage and the Family*, 59, 263-279.
- Maranhão, T. A., Gomes, K. R., & Oliveira, D. C. (2012). Relações conjugais e familiares de adolescentes após o término da gestação. *Acta Paulista de Enfermagem*, 25(3), 371-377.
- Marin, A. H., Gomes, A. G., Lopes, R. C. S., & Piccinini, C. A. (2011). A constituição da maternidade em gestantes solteiras. *Psico*, 42(4), 246-254.
- Matheus, T. C. (2008). Quando a adolescência não depende da puberdade. *Revista Lationamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(4), 616-625.
- McGoldrick, M., Carter, B., & Garcia-Preto. (2011). *The Expanded family life cycle: individual, family and social perspectives*. Boston: Allyn & Bacon

- Meade, C. S., Kershaw, T. S., & Ickowics, J. R. (2008). The intergenerational cycle of teenage motherhood: an ecological approach. *Health Psychology, 27*(4), 419-429.
- Mendes, T., Soares, I., Jongenelen, I., & Martins, C. (2011). Mães adolescentes: adaptações aos múltiplos papéis e a importância da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 24*(2), 309-317.
- Menezes, C. C., & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. *Psico-USF, 12*(1), 83-93.
- Metello, J., Torgal, M., Viana, R., Martins, L., Maia, M., Casal, E., & Hermida, M. (2008). Desfecho da gravidez nas jovens adolescentes. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, 30*(12), 620-625.
- Minuchin, P. (1985). Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development, 56*, 289-302.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artmed.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Minuchin, S., Nichols, M., & Lee, W. (2009). *Famílias e casais: do sintoma ao sistema*. Porto Alegre: Artmed.
- Moreira, T. M. M., Viana, D. S., Queiroz, M. V. O., & Jorge, M. S. B. (2008). Conflitos vivenciados pelas adolescentes com a descoberta da gravidez. *Revista Escola de Enfermagem USP, 42*(2), 312-320.
- Moreira, M. C., & Sarriera, J. C. (2008). Satisfação e composição da rede de apoio social a gestantes adolescentes. *Psicologia em Estudo, Maringá, 13*(4), 781-789.
- Neiverth, I. S., & Alves, G. B. (2003). Gravidez na adolescência e mudança do papel social da mulher. *Paidéia, 12*(24), 229-240.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2008a). *Ficha de contato inicial*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2008b). *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2008c). *Entrevista de dados sócio-demográficos da família*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2008d). *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.

- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2008e). *Entrevista sobre a gravidez adolescente*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2009a). *Entrevista sobre a maternidade adolescente e sobre o desenvolvimento do bebê (3º mês)*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2009b). *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (3º. mês)*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2009c). *Entrevista sobre a maternidade adolescente e sobre o desenvolvimento do bebê (12º mês)*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Núcleo de Infância e Família, NUDIF (2009d). *Entrevista sobre o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (12º. mês)*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Instrumento não-publicado.
- Oliveira, R. C. (2008). Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. *Saúde e Sociedade, 17*(4), 93-102.
- Osório, L. C. (1989). Os grandes dilemas do adolescente contemporâneo. In L. C. Osório (Ed.). *Adolescente hoje*. (pp.34-45). Porto Alegre: Artmed.
- Pantoja, F. C., Bucher, J. S. N. F., & Queiroz, C. H. (2007). Adolescentes grávidas: vivências de uma nova realidade. *Psicologia: Ciência e Profissão, 27*(3), 510-521.
- Patterson, D. L. (1997). Adolescent mothering: child-grandmother attachment. *Journal of Pediatric Nursing, 12*(4), 228-237.
- Pearson, J. L., Hunter, A. G., Cook, J. M., Ialongo, N. S., & Kellam, S. G. (1997). Grandmother involvement in child caregiving in an urban community. *The Gerontologist, 37*(5), 650-657.
- Piaget, J. (1969). *Seis estudos de psicologia*. Rio de Janeiro: Forense.
- Piaget, J., & Inhelder, B. (1976). *Da lógica da criança à lógica adolescente: Ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais*. São Paulo: Pioneira.
- Piccinini, C. A., Frizzo, G. B., Alvarenga, P., Lopes, R. S., & Tudge, J. (2007). Práticas educativas de pais e mães de crianças aos 18 meses de idade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 23*, 369-378.
- Piccinini, C. A., Gomes, A. G., Moreira, L. E., Lopes, R. S. (2004). Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 20*(3), 223-232.

- Piccinini, C. A., Lopes, R. C. S., Marin, A. H., Carvalho, F. T., Henn, C. G., Dias, A. C. G., Schwengber, D. D., & Diehl, A. M. P. (2008). *Aspectos Biopsicossociais da Gravidez Adolescente: Estudo Longitudinal da Gestação ao Segundo Ano de Vida da Criança*. Instituto de Psicologia – UFRGS, Porto Alegre. Projeto de Pesquisa não publicado.
- Pouta, A., Järvelin, M. R., Hemminki, E., Sovio, U., & Hartikainen, A. L. (2005). Mothers and daughters: intergenerational patterns of reproduction. *European Journal of Public Health, 15*(2), 195-199.
- Prado, L. C. (1996). Pontes entre concepções psicanalíticas e sistêmicas. In L.C. Prado (Ed.). *Famílias e terapeutas: construindo caminhos*. (pp.17-36). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Prado, L. C. (1996a). O bebê inaugura a família: a terapia pais-bebês. In L.C. Prado (Ed.). *Famílias e terapeutas: construindo caminhos*. (pp.17-36). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Prochnow, L. P., & Lopes, R. C. S. (2007). A relação da mãe em depressão com suas figuras femininas de apoio. *Psico, 38*(3), 285-291.
- Prochnow, L. P., Lopes, R. C. S., & Piccinini, C. A. (2010). A relação da mãe com suas figuras de apoio femininas e os sentimentos em relação à maternidade. *Psicologia em Estudo, Maringá, 15*(2), 295-304.
- Resnick, M. D., Blum, R. W., Bose, J., Smith, M., & Toogood, R. (1990). Characteristics of unmarried adolescent mothers: determinants of child rearing versus adoption. *American Journal of Orthopsychiatry, 60*(4), 577-584.
- Roberston, J. F. (1977). Grandmotherhood: a study of role conceptions. *Journal of Marriage and the Family, 39* (1), 165-174.
- Santos, A., & Carvalho, C. V. (2006). Gravidez na adolescência: um estudo exploratório. *Boletim de Psicologia, 56*(125), 135-151.
- Santos, S. R., & Schor, N. (2003). Vivências da maternidade na adolescência precoce. *Revista de Saúde Pública, 37*(1), 15-23.
- Sax, L. (2010). Being and becoming a body: moral implications of teenage pregnancy in a shantytown in Porto Alegre, Brazil. *Culture, Health and Sexuality, 12*(2), 323-334.
- Scaramella, L. V., Conger, R. D., Simons, R. L., & Whitbeck, L. B. (1998). Predicting risk for pregnancy by late adolescence: a social contextual perspective. *Developmental Psychology, 34*(6), 1233-1245.

- Schoen-Ferreira, T. H., Aznar-Farias, & Silveiras, E. F. M. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(2), 227-234.
- Schwartz, T., Vieira, R., & Geib, L. T. C. (2011). Apoio social a gestantes adolescentes: desvelando percepções. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(5), 2575-2585.
- Seamark, C. J., & Gray, D. J. P. (1997). Like mother, like daughter: a general practice study of maternal influences on teenage pregnancy. *British Journal of General Practice*, 47, 175-176.
- Seiffge-Krenke, I. (2006). Leaving home or still in the nest? Parent-child relationships and psychological health as predictors of different leaving home patterns. *Developmental Psychology*, 42(5), 864-876.
- Serbin, L. A., & Karp, J. (2004). The intergenerational transfer of psychosocial risk: mediators of vulnerability and resilience. *Annual Review of Psychology*, 55, 333-363.
- Shapiro, E. R. (1991). Cambio individual y desarrollo familiar: individuación como processo familiar. In C. J. Falicov (Ed.). *Transiciones de la familia: continuidad y cambio en el ciclo de vida*. (pp.231-260). Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Sherman, B. R., & Donovan, B. R. (1991). Relationship of perceived maternal acceptance-rejection in childhood and social support networks of pregnant adolescents. *American Journal of Orthopsychiatry*, 61(1), 103-113.
- Silva, D. V. S., & Salomão, N. M. R. (2003). A maternidade na perspectiva de mães adolescentes e avós maternas dos bebês. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 135-145.
- Silva, K. S., Rosenberg, R., Bohan, C., Chuva, V. C. C., Costa, S. F., & Gomes, M. A. S. M. (2011). Gravidez recorrente na adolescência e vulnerabilidade social no Rio de Janeiro (RJ, Brasil): uma análise de dados do Sistema de Nascidos Vivos. *Ciência e Saúde Coletiva*, 16(5), 2485-2493.
- Silveira, P. G., & Wagner, A. (2006). Ninho cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. *Estudos de Psicologia*, 23(4), 441-453.
- Smith, P. K. (1991). Introduction: the study of grandparenthood. In P. K. Smith (Ed.). *The psychology of grandparenthood: an international perspective*. (pp.1-16) Florence: Taylor & Frances/Routledge.
- SmithBattle, L. (1996). Intergenerational ethics of caring for adolescent mothers and their children. *Family Relations*, 15, 56-64.
- Somary, K., & Stricker, G. (1998). Becoming a grandparent: a longitudinal study of expectations and early experiences as a function of sex and lineage. *The Gerontologist*, 38(1), 53-61.

- Sousa, O. M. C. G., & Alberto, M. F. P. (2008). Trabalho precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. *Psicologia em Estudo, Maringá, 13*(4), 713-722.
- Spieker, S., & Bensley, L. (1994). Roles arrangements and grandmother social support in adolescent mothering and infant attachment. *Developmental Psychology, 30*(1), 102-111.
- Stake, R. E. (1994). Case Studies. In N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.) *Handbook of Qualitative Research*. (pp. 236-247). London: Sage.
- Steinberg, L. (1999a). Teenage pregnancy and childbearing. In L. Steinberg (Ed.). *Adolescence*. (pp.357-364) Boston: McGrall Hill
- Steinberg, L. (1999b). Family relations at adolescence. In L. Steinberg (Ed.). *Adolescence*. (pp.119-124) Boston: McGrall Hill
- Steinberg, L. & Morris, A. S. (2001). Adolescent Development. *Annual Review of Psychology, 52*, 83-110.
- Stern, D. (1997). *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Szinovacz, M. (1998). Grandparents today: a demographic profile. *The Geronthologist, 38*(1), 37-52.
- Thomas, J. L. (1986). Gender differences in satisfaction with grandparenting. *Psychology and Aging, 1*(3), 215-219.
- Thompson, S.J., Bender, K. A., Lewis, C. M., & Watkins, R. (2008). Runaway and pregnant: risk factors associated with pregnancy in a national sample of runaway/homeless female adolescents. *Journal of Adolescent Health, 43*, 125-132.
- Trachtenberg, A. R. C. (2005). Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma transformação possível. In: A.R.C. Trachtenberg. (Ed.) *Transgeracionalidade de escravo a herdeiro: um destino entre gerações* (pp.119-130). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Tudge, J., Hayes, S., Doucet, F., Otero, D., Kulakova, N., Tammeveski, P., Meltsas, M., & Lee, S. (2000). Parents' participation in cultural practices with their preschoolers. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16* (1), 1-11.
- Venturini, A. P. C. (2010). *Paternidade adolescente e os projetos de vida na gestação do primeiro filho*. Unpublished Master Tesis. Programa de Pós-graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia, UFRGS. Porto Alegre, Brasil.

- Velmust, A. A., de Brock, A. J. L. L., & Zutphen, R. A. H. (1991). Transmission of parenting across generations. In P. K. Smith (Ed.). *The psychology of grandparenthood: an international perspective* (pp.100-122). Florence: Taylor & Frances/Routledge.
- Vidal, E. I., & Ribeiro, P. R. M. (2008). Algumas reflexões sobre relacionamentos afetivos e relações sexuais na adolescência. *Fractal: Revista de Psicologia*, 20(2), 519-532.
- WHO - World Health Organization. (1995). *A picture of health?* Geneva, World Health Organization
- Wagner, A., Falke, D., & Meza, E. B. D. (1997). Crenças e valores dos adolescents acerca de família, casamento, separação e projetos vitais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 157-169.
- Winnicott, D. W. (1965/2011). Adolescência. Transpondo a zona de calmarias. In D. W. Winnicott (Ed). *A família e o desenvolvimento individual*. (pp.115-128). São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. W. (1990). O ambiente. In D. W. Winnicott (Ed). *Natureza Humana*. (pp.173-180). Rio de Janeiro: Imago.
- Zapiain, J. G. (1996). Gravidezes inesperadas. Porquê? *Comunicação apresentada no Seminário "O Problema do Aborto em Portugal: Questões Sociais, Médicas e Jurídicas"*, Évora.

ANEXO A

Universidade Federal do Rio Grande do Sul Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Projeto: Aspectos Biopsicossociais da Gravidez Adolescente: Estudo Longitudinal da Gestação ao Segundo Ano de Vida da Criança

Antes de sua participação neste estudo, é preciso esclarecer alguns detalhes importantes, para que possíveis dúvidas sejam resolvidas. O pesquisador responsável por este Projeto de Pesquisa é o Prof. Dr. Cesar Augusto Piccinini, que poderá ser contatado pelo Tel: 3308-5058 .

Qual o objetivo desta pesquisa?

Investigar os diversos aspectos da gravidez adolescente com destaque para: 1) Fatores socioeconômicos associados à gravidez na adolescência; 2) Sexualidade na adolescência; 3) Saúde e gravidez adolescente; 4) Aspectos sócio-emocionais da gravidez adolescente; e, 5) Desenvolvimento do bebê e sua interação com a mãe e pai adolescente. Trata-se de um estudo longitudinal que acompanhará 60 adolescentes aqui da Grande Porto Alegre, desde a gravidez até o seu bebê completar 24 meses. O mesmo estudo também será feito nas cidades de Santa Maria e Rio Grande.

Como vamos fazer isso?

Ao participar, você realizará os procedimentos descritos abaixo:

- Responderá a alguns questionários (qualidade de vida, apoio social, depressão, apego mãe-bebê).
- Responderá a entrevistas (maternidade e paternidade, que deverão ser gravadas, para posterior análise).
- Terá momentos de interação com o bebê que serão filmados.

Esses procedimentos serão realizados no 3º trimestre da gravidez, e no 3º, 12º e 24º mês de vida da criança.

Como é feita a avaliação dos resultados do estudo?

Os resultados do estudo servirão para aumentar os conhecimentos sobre a gestação, maternidade e paternidade entre adolescentes, a fim de ajudar mulheres e bebês que passem por esta experiência. As informações desse estudo poderão também servir para beneficiar os participantes e seus bebês. Além disso, os dados deste estudo poderão ser utilizados posteriormente para novas análises. Todos os dados ficarão armazenados no Instituto de Psicologia da UFRGS.

Quais os riscos e custos em participar?

Não se espera que haja riscos em participar do estudo. Você não terá despesa por participar do estudo, bem como nada será pago por sua participação.

O que a paciente ganha com este estudo?

Embora não se espera que este estudo gere benefício imediato aos participantes, será uma oportunidade de refletir sobre a sua gravidez, a maternidade, a interação com seu bebê e sobre o desenvolvimento dele(a). Além disto poderá trazer benefícios para outras adolescentes que venham a viver esta mesma experiência, pois sua participação ajudará no desenvolvimento de novos conhecimentos, que poderão beneficiar outras pessoas.

Quais são os seus direitos?

Em caso de qualquer dúvida sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com esta pesquisa, você terá total apoio dos pesquisadores do projeto; terá total liberdade para retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo ao atendimento que você recebe aqui no hospital. Você não será identificada e será mantido o caráter confidencial das informações registradas relacionadas com a sua privacidade.

Concordância

Concordo em participar deste estudo, bem como autorizo para fins exclusivamente de pesquisa e publicações científicas a utilização das informações prestadas.

Nome do(a) adolescente: _____ Assinatura: _____

Nome pai/mãe/responsável legal: _____ Assinatura: _____

Data: ___/___/_____

I. 1

CONTATO INICIAL COM PARTICIPANTE
Projeto Gestação na Adolescência - GRADO (NUDIF, 2008)

Bom dia! Me chamo _____, sou [psicóloga] e pesquisadora da Universidade Federal [do Rio Grande do Sul]. Estou realizando uma pesquisa junto com a equipe da Dra. Ângela sobre gestação na adolescência aqui no [PAIGA]. Nós gostaríamos de convidar você para participar deste estudo que acompanhará o bebê, desde a gestação até o segundo ano de vida. Com esta pesquisa, esperamos conhecer um pouco mais sobre a maternidade e sobre os bebês e com isto poder ajudar as mães que estejam na mesma situação que você.

Esta pesquisa envolve questionários e entrevistas que serão gravadas durante a gestação. Depois que o seu bebê nascer, avaliaremos se o estudo ainda se encaixa para você e faremos novo contato para convidá-la para as outras etapas do estudo, quando acompanharemos você e seu filho fazendo outras entrevistas. Se você tiver um companheiro, ele também será bem-vindo para participar das entrevistas e questionários com o objetivo de entendermos como está sendo para ele ser pai neste momento.

A sua participação é voluntária e a qualquer momento você poderá interromper sua participação, se assim desejar, sem que isso prejudique seu atendimento aqui no hospital. Para cobrir suas despesas com deslocamento até o hospital você receberá vale-transporte, quando tiver que vir para a realização das entrevistas.

Então se você estiver interessada em participar, vou precisar tomar nota de alguns dados seus para que nós possamos avaliar se o estudo se encaixa para você neste momento (*Aplica a Ficha de Dados Sócio-Demográficos da Família*).

(Para gestantes recrutadas antes do 3º trimestre de gestação): A entrevista sobre a gestação deverá ocorrer depois que você completar seis meses de gravidez. Aí eu entrarei em contato com você, ou você mesmo pode nos procurar. Neste contato, será marcada a primeira entrevista da pesquisa.

(Caso haja alguma dúvida¹⁰ se a participante deve ser recrutada): Por enquanto é isto. Agora eu vou levar esta ficha para a reunião do nosso grupo que decide se o estudo é adequado para você e quais as gestantes serão acompanhadas. Nós não temos condições de acompanhar a todas as gestantes aqui do serviço, pois precisamos de gestantes que morem em diversos bairros e mesmo diversas cidades da Grande [Porto Alegre]. Assim sendo, precisamos examinar as fichas de todas as gestantes antes de decidir. Mas eu entrarei em contato para te dar uma resposta sobre a decisão do grupo. Por enquanto, muito obrigada pela sua disponibilidade.

¹⁰ Pode ocorrer de a gestante ser usuária de drogas, ter história de problemas de saúde mental ou outras situações que deixem a recrutadora em dúvida.

ANEXO C

HOSPITAL MATERNO INFANTIL PRESIDENTE VARGAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PORTO ALEGRE
Programa de Atenção Integral à Gestante Adolescente - PAIGA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Gestante Nº _____ Data da Entrevista: ____/____/____

Idade gestacional ao iniciar no PAIGA: ____ meses ou ____ semanas

Local de encaminhamento ao PAIGA: _____

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____ Idade: ____

Pré-Natalista: _____ Ficha Nº: _____ Prontuário Nº: _____

Endereço Completo: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____

Celular: _____ Fone para recados: _____

Local de Nascimento: () POA () Grande Porto Alegre () Interior, Onde? _____

Se do Interior, mas morando na Grande Porto Alegre, há quanto tempo mora aqui? ____ meses

Por quê? _____

Com que idade você começou a estudar? ____ anos. Está estudando? () Sim () Não, por quê? _____

Se não, pensa em voltar a estudar após o parto? () sim () Não, porquê? _____

Quando parou de estudar? ____ meses ____ anos

Sua escola é ou era () Municipal () Estadual () Particular Qual escola? _____

Até que série estudou () nenhuma () 1ºg ____ série () 2ºg ____ série Anos completos ____

() curso técnico _____ () outro _____

Você já reprovou? () Não () Sim, Quantas vezes? ____ Em que série? _____ Se atrasada, sem

reprovação, qual o motivo? _____

Você é? () Solteira () Casada () Separada/divorciada () Viúva () Morando junto () Está namorando

Se é casada, quando casou? ____/____/____

Pensa em casar na gestação ou após o parto? () sim () Não. Por quê? _____

Tempo de namoro: ____ meses Tempo de Convívio (morando junto): ____ meses

É sua primeira gravidez? () Sim () Não (Se não for) Tem outros filhos? () Sim () Não Quantos _____

Idade da primeira gestação: _____

Você já trabalhou? () Sim () Nunca trabalhou

Atualmente está trabalhando? () Sim () Não

Que tipo de trabalho você faz? _____ Quantas horas? ____ por dia

Você recebe? () Sim () Não Qual o valor? _____, ____ reais

Se trabalhava, mas parou, por quê? _____

Que trabalho você fazia? _____

Você recebia? () sim () Não Qual o valor? _____, ____ reais

Você fuma? () Sim () Não, nunca fumou () Fumava, mas parou

Se sim, continua fumando? () Sim () Não () NSA Quantos cig/dia ____

Parou na gravidez? () Sim () Não () NSA Fumava quantos cig/dia ____

Você usa algum tipo de droga? () sim () Não, nunca usou () Usava, mas parou
Se sim, qual? () maconha () cola () lolo () crack () cocaína () outra _____
Nos últimos três meses, você tem usado? () Sim () Não

Você toma bebida de álcool? () sim () Não, nunca tomou () Tomava, mas parou
Se sim, tomava antes da gravidez? () sim () Não () NSA
Parou na gravidez? () Sim () Não () NSA
Se sim, quando? _____ Quanto? _____

Tem religião? () Sim () Não **Se sim**, qual? _____ Praticante? () Sim () Não

DADOS DO PAI DO BEBÊ

Seu companheiro atual é o pai do bebê? () Sim () Não
Nome do pai do bebê: _____
Data de Nascimento: __ __ / __ __ / __ __ __ __ Idade: __ __
Local de Nascimento: () POA () Interior, Onde? _____
Endereço Completo: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____
Celular: _____

Ele está estudando? () Sim () Não **Se sim**, que série? _____ () Não
Se não, por quê? _____
Quando parou de estudar? __ __ meses __ __ anos Escola: _____
Escolaridade: () nenhuma () 1º g __ série () 2º __ série Anos completos __ __
() curso técnico _____ () outro _____ () Não sabe

O pai do bebê trabalha? () Sim () Não Que tipo de trabalho ele faz? _____
Qual o horário? _____
Ele recebe? () Sim () Não Qual o valor? __ __ __ __ , __ __ reais () não sabe
Se não estiver trabalhando, qual trabalho anterior? _____

O pai do bebê fuma? () Sim () Não, nunca fumou () Fumava, mas parou () Não sabe
Ele usa algum tipo de droga? () Sim () Não, nunca usou () Usava, mas parou () Não sabe
Se sim, qual? () maconha () cola () lolo () crack () cocaína () outra () Não sabe
Ele costuma tomar bebida de álcool? () Sim () Não () Bebia, mas parou
Se sim, quando? _____
Quanto? _____

O pai do bebê tem outros filhos? () Sim () Não **Se sim**, quantos? _____ Idade que teve primeiro filho: __ __
Tem religião? () Sim () Não **Se sim**, qual? _____ Praticante? () Sim () Não
Ele tem alguma doença física? () Sim () Não **Se sim**, qual? _____
Ele tem alguma doença mental? () Sim () Não **Se sim**, qual? _____

ASPECTOS DA MORADIA ATUAL:

Quantas pessoas moram na casa, incluindo você: __ __
() Pai () Mãe () Irmão, __ __ quantos () Tio () Companheiro () Outro _____
Quantas pessoas trabalham? __ __
Se ninguém trabalha, quem sustenta a casa? _____
Nº de crianças menores de cinco anos que moram na casa: __ __
Gostaria de saber algumas características da sua casa. A casa é de: () Madeira () Material () Mista
Nº de quartos: __ __ Nº total de peças __ __ Na sua casa tem: Água encanada? () Sim () NÃO
Luz elétrica? () Sim () Não Esgoto? () Sim () Não
Privacidade? () Sim () Não Como? _____

Animais: () Sim () Não Quais? _____

ASPECTOS DO LAZER:

Antes da gestação: _____

Atualmente: _____

Por que mudou? _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOS PAIS DA ADOLESCENTE:

DO PAI DA GESTANTE

Nome: _____

É seu pai biológico: () Sim () Não Se não, você conhece seu pai biológico? () Sim () Não

Idade do pai quando teve seu primeiro filho: _____ () Não sabe

Data de Nascimento: __ __ / __ __ / __ __ __ __ Idade: __ __

Endereço Completo: _____

Cidade: _____ Fone: _____ Cel: _____

() Vivo () Morto Tempo: _____ Causa: _____

Escolaridade: () nenhuma () 1º g __ série () 2º __ série Anos completos: __ __

() curso técnico _____ () outro _____ () Não sabe

Seu pai trabalha? () Sim () Não () Não sabe Que tipo de trabalho ele faz? _____

Qual o horário? _____

Ele recebe? () Sim () Não Qual o valor? __ __ __ __ , __ __ reais () Não sabe

O seu pai fuma? () Sim () Não, nunca fumou () Fumava, mas parou () Não sabe

Ele usa algum tipo de droga? () Sim () Não, nunca usou () Usava e parou () Não sabe

Se sim, qual? () maconha () cola () lolo () crack () cocaína () outra () Não sabe

Ele costuma tomar bebida de álcool? () Sim () Não () Bebia, mas parou () Não sabe

Se sim, quando? _____ Quanto? _____

Ele tem alguma doença física? () Sim () Não Se sim, qual? _____

Ele tem alguma doença mental? () Sim () Não Se sim, qual? _____

Tem religião? () Sim () Não Se sim, qual? _____ Praticante? () Sim () Não () Não sabe

DA MÃE DA GESTANTE

Nome: _____

Data de Nascimento: __ __ / __ __ / __ __ __ __ Idade: __ __

Endereço Completo: _____

Cidade: _____ Fone: _____ Cel: _____

() Viva () Morta Tempo: _____ Causa: _____

Idade da mãe da gestante, quando teve primeira gestação: _____

Escolaridade: () nenhuma () 1º g __ série () 2º __ série Anos completos: __ __

() curso técnico _____ () Outro _____ () Não sabe

Sua mãe trabalha? () Sim () Não. Que tipo de trabalho ela faz? _____

Quantas horas? __ __ por dia

Ela recebe? () Sim () Não Qual o valor? __ __ __ __ , __ __ reais () Não sabe

Sua mãe fuma? () Sim () Não, nunca fumou () Fumava, mas parou () Não sabe

Ela usa algum tipo de droga? () Sim () Não, nunca usou () Usava, mas parou () Não sabe

Se sim, qual? () maconha () cola () lolo () crack () cocaína () outra () Não sabe

Ela costuma tomar bebida de álcool? () Sim () Não () Bebia, mas parou

Se sim, quando? _____ Quanto? _____

Ele tem alguma doença física? () Sim () Não Se sim, qual? _____

Ele tem alguma doença mental? () Sim () Não Se sim, qual? _____

Tem religião? () Sim () Não Se sim, qual? _____ Praticante? () Sim () Não () Não sabe

Quando sua mãe engravidou de você:

A gestação foi planejada: () Sim () Não () Não sabe

Idade da mãe quando do seu nascimento: __ __ anos () Não sabe E do pai __ __ () Não sabe

Parto: () Normal () Cesáreo () Não sabe Onde: () Domicílio () Hospital () Não sabe

O que a mãe conta do parto? _____

Idade da mãe na 1º gravidez: __ __ anos

RELACIONAMENTO DOS PAIS DA GESTANTE

Vivem juntos? () Sim () Não Há quanto tempo? __ __ anos Sabe por quê? _____

Nova união: Pai () Sim () Não Tempo: _____

Nova união: Mãe () Sim () Não Tempo: _____

ESTRUTURA FAMILIAR

Nº irmãos de pai/mãe: __ __ Nº irmãos p/parte do pai: __ __ Nº irmãos p/parte da mãe: __ __

GENOGRAMA:

ANTECEDENTES GINECO-OBSTÉTRICOS DA ADOLESCENTE

Menarca: __ __ anos Ciclos: () Regulares () Irregulares

Sabia o que era menstruação? () Sim () Não Quem explicou? _____

Sexarca: __ __ anos () Voluntária () Involuntária Quem? _____ Idade _____

Impressão: () não sabe () teve medo () foi bom () Doeu () Outro _____

Teve alguma orientação sexual? () Sim () Não Quem orientou? _____

Você planejou o início da sua vida sexual (ginecologista, preservativo, anticonceptivo)? () Sim () Não

Você usou preservativo na primeira relação sexual? () Sim () Não Por quê? _____

Quantos namorados você já teve? _____ Com quantos deles você teve relação sexual? _____

Com estes namorados, com que freqüência você usou preservativo?

() Sempre () Menos da metade das vezes () Mais da metade das vezes () Nunca

Por quê? _____

Atividade Sexual atual: () Sim () Não Se não, por quê? _____

Se sim, freq. Semanal: ____ Orgasmo: () nunca () às vezes () quase sempre () Sempre

Dor na relação sexual: () Sim () Não () Às vezes

Com este parceiro, com que freqüência você usa preservativo?

() Sempre () Menos da metade das vezes () Mais da metade das vezes () Nunca

Por quê? _____

Na última relação sexual com seu parceiro, você usou preservativo? () Sim () Não
Por quê? _____

(Caso use preservativo) Como você faz para conseguir o preservativo? _____

Houve alguma mudança na tua vida sexual com a gravidez? () Sim () Não

Se sim, quanto mudou: () Muito pouco () Pouco () Mais ou menos () Bastante () Extremamente
Em que mudou? _____

Experiência de anticoncepção anterior à gestação: () Sim () Não

Se sim, qual? () Camisinha () Diafragma () pílula () DIU () Coito Interrompido

Quando engravidou usava algum método? () Sim () Não

Se sim, qual? () Camisinha () Diafragma () pílula () DIU () Coito Interrompido

Usava adequadamente? () Sim () Não Por quê? _____

Você já teve alguma doença sexualmente transmissível? () Sim () Não () Não sabe

Se sim, qual? _____

Quando você teve esta(s) doença(s)? _____

Você fez tratamento? () Sim () Não

Como você descobriu esta doença(s)? _____

Algo mudou em sua vida sexual depois que soube que tinha esta(s) doença(s)? () Sim () Não

Se sim, o que mudou? _____

Que doença(s) sexualmente transmissível(is) você conhece? _____

_____ () Nenhuma

Como você acha que se podem evitar doenças sexualmente transmissíveis? _____

Gestação Atual Planejada: () Sim () Não Desejada: () Sim () Não () Ambígua

DUM: : ___/___/_____

DPP: ___/___/_____

Gesta ___	Abortos ___	Provocados ___		
		Espontâneo ___		
	Para ___	Vaginais ___	Nasc. Vivos ___	Viveram ___
		Cesáreas ___	Natimortos ___	Morte no 1º ano ___
				Morte no 2º ano ___

ASPECTOS EVOLUTIVOS E EMOCIONAIS DA ADOLESCENTE

INFÂNCIA:

Fobias e medos: () Não () Sim, Quais? _____

Sono: () sem alterações () com alterações, Que tipo? _____

Alimentação: () sem alterações () com alterações, Que tipo? _____

Ida a escola: () bem () com problema, Qual? _____

Brinquedos: () bonecas () casinha () jogos pedagógicos () jogos ao ar livre () Outro

Você teve alguma doença? () Não () Sim, Qual? _____

E você alguma vez foi hospitalizada? () Não sabe () Não () Sim, Por quê? _____

Qual a idade que você tinha? ___ N° de hospitalizações ___

Enurese: () Não () Sim, Até que idade ___ anos

Encoprese: () Não () Sim, Até que idade ___ anos

Co-leito: () Não () Sim, A partir de que idade? ___ anos Até que idade ___ anos

Com quem? _____

Por quê? _____

ADOLESCÊNCIA

Amigos () Não () Sim

Relação com a escola: () sem problema () com problema, Quais? _____

Relação com o trabalho: () gosta () não gosta

Relação com Família - Antes da gestação: () boa () ruim - Na gestação: () boa () ruim

Quantos namorados? ___

Você já fugiu de casa? () não () sim, Por quê? _____

Você já tentou se matar? () não () sim, Por quê? _____

Você tem alguma doença física? () não () sim Qual? _____

Você tem alguma doença psiquiátrica? () não () sim Qual? _____

GESTAÇÃO

Você aceitou a gravidez? () Sim () Não () Ambivalente () Não aceitou no início, mas agora está aceitando

E o pai do bebê aceitou a gravidez? () Sim () Não () Ambivalente () Não aceitou no início, mas agora está aceitando

A sua família aceitou a gravidez? () Sim () Não () Ambivalente () Não aceitou no início, mas agora está aceitando

A família do pai do bebê aceitou a gravidez? () Sim () Abivalente () Não aceitou no início, mas agora está aceitando

Pensou em não ter o bebê? () Sim () Não

Teve alguma tentativa de aborto? () Sim () Não

Quais os sentimentos, medos e expectativas que você tem? _____

Preparação para a chegada do bebê:

() Não tem nada () algumas roupinhas () tem todo o enxoval () Outro: _____

Tem preferência por sexo? () menino () menina () sem preferência

Já sabe o sexo do bebê? () menino () menina () não sabe

Já pensou em nomes para o bebê? () Não () Sim, qual(is): _____

DESCRIÇÃO DA PACIENTE E EXAME DO ESTADO MENTAL:

Impressões: _____

Atenção: _____
Pensamento: _____
Sensopercepção: _____
Linguagem: _____
Memória: _____
Inteligência: _____
Orientação: _____
Afeto: _____
Consciência: _____
Conduta: _____

FORMULAÇÃO DIAGNÓSTICA

Eixo I:

Eixo II:

Eixo III:

Eixo IV:

Eixo V Auto-cuidado:

Ocupação:

Família:

Social:

CONDUTA: () Grupo () Seguir em avaliação () Atendimento Individual
() Atendimento familiar () Atendimento do companheiro/pai do bebê
() Outro _____

SEGUIMENTO:

ENTREVISTADOR:

ANEXO D

Entrevista sobre a maternidade e o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (NUDIF/UFRGS, 2008)

1. Eu gostaria que tu me falasses como esta a gravidez da (nome da filha)...

- E como ela está em termos físicos e emocionalmente?
- Como está a saúde da (filha), desde o início da gravidez até agora? Como está sendo o pré-natal dela? Tu tens participado? (Se sim) Como?
- Ela já fez ecografia? Você participou do exame?
(Se sim) Como foi para você ver o bebê? (Se não) Por que não participou?
- Quais as tuas preocupações em relação à gravidez da (filha)? E em relação ao parto? E em relação ao bebê?
- Foi uma gravidez planejada? (Se sim) O que achou disto? (Se não) Quando tu achavas que deveria engravidar?
- Esta é a primeira gravidez da (filha)? (Se teve outra) Como foi a outra gravidez?

- Como esta sendo o dia-a-dia dela atualmente? Ela frequenta a escola e/ou trabalhas? O que fazes?
- E antes como era? O que ela fazia?
- A gravidez mudou alguma coisa na vida dela? (Se sim) O que mudou?

- Tu conheces alguém que engravidou durante a adolescência? Quem?
- Como tu achas que foi essa experiência para ela?

2. Eu gostaria que tu me falasses sobre como foi receber a notícia da gravidez da (filha)...

- Qual foi a tua reação? O que tu fizeste/disseste na ocasião? Como te sentiste?
- E hoje, como tu estas vendo a gravidez da (filha)? O que tu tens feito/dito para ela? Como te sentes?
- O que tu esperava para o futuro da (filha)? E agora, com a gravidez dela, mudou alguma coisa? (Se sim) O que?
- Antes da gravidez da (filha), como era a tua relação com a ela? Vocês conversavam? Faziam coisas juntas?
- E hoje, como está a tua relação com a (filha)?
- Desde que tu soubeste da gravidez, alguma coisa mudou na tua relação com a (filha)? (Se sim) O que mudou?

- Como estão os preparativos para a chegada do bebê?
- Tu estás participando da gestação da (filha)?
(Se sim) De que maneira? O que tens feito? O que tu tens dito para ela?
(Se não) Por que tu não tem participado? O que tu tens dito para ela? Tu pensas em participar mais?

3. Tu já és avó ou esta vai ser o teu/tua primeiro/a neto/a?

- (Se é o primeiro)
- Tu imaginavas tornar-se avó neste momento da tua vida?
- Como está sendo para ti, a idéia de tornar-se avó?
- Como te imaginas como avó? O que tu achas que vai ser fácil? O que tu achas que vai ser difícil?
- Quando te imaginas como avó, tu gostarias de ser parecida com alguém? (Se sim) Com quem? Como ele(a) era?
- E tem alguém com quem tu não gostarias de ser parecida? Com quem? Como ele(a) era?
- E a tua avó, como ela era contigo? E o teu avô? (Se não lembra) O que te contam?
- Durante a gestação da (filha), enquanto avó, o que tu pensas que deves fazer/dizer? E o que não deves fazer/dizer?

(Se já tem netos)

- Quantos netos tu tens? Qual o sexo deles? Qual a idade?
- E como é para ti ser avó mais uma vez?
- Tu esperas alguma coisa diferente com este/a neto/a?

4. Eu gostaria que tu me falasse sobre a tua experiência de mãe...

- Quantos filhos tu tens? Qual a idade deles?
- Qual a idade que tu tinhas quando ficaste grávida pela primeira vez? E nas outras vezes?
- A tua primeira gravidez foi de qual destes filhos/as?

(Se não foi a gravidez da filha adolescente atualmente grávida)

- Pensando em quando tu descobriste que estavas grávida pela primeira vez, como foi para ti?
- Como foi a tua gravidez? Como te sentiste? Tivestes algum problema?
- Foi uma gravidez planejada?
(Se sim) Como planejaste? (Se não) Quando tu pensavas em engravidar?
- Tu lembras como te sentias durante a gravidez (física e emocionalmente)?
- Quais eram as tuas preocupações em relação à gravidez? E em relação ao parto? E em relação ao bebê?
- Quando tu pensavas sobre o teu futuro, quais eram os teus planos? (Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia).
- O que tu fazias para alcançar esses planos? (Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia).

- E depois que tu engravidaste, alguma coisa mudou nesses teus planos para o futuro? (*Se sim*) O que mudou? Quais se tornaram teus planos para o futuro naquela ocasião?
- Como era a tua rotina antes de engravidar? Tu estudavas/trabalhavas?
- Que tipo de relação tu tinhas com o pai do bebê?
- Ele participou da gravidez contigo? Em que momentos? De que forma?
- A gravidez mudou alguma coisa na tua vida? O que mudou? Como mudou? Como tu te sentiste?
- A gestação da tua (*filha*) te faz lembrar alguma coisa da tua própria gestação? O quê?
- Tu achas que tem alguma coisa parecida entre a tua gravidez e a da tua filha? (*Se sim*) O que tua achas parecido?

(*Se foi a gravidez da filha adolescente atualmente grávida*)

- Pensando em quando tu descobriste que estavas grávida da (*filha*), como foi para ti?
- Como foi a tua gravidez? Como te sentiste? Tivestes algum problema?
- Foi uma gravidez planejada?
- (*Se sim*) Como planejaste? (*Se não*) Quando tu pensavas em engravidar?
- Tu lembras como te sentias durante a gravidez (*física e emocionalmente*)?
- Quais eram as tuas preocupações em relação à gravidez? E em relação ao parto? E em relação ao bebê?
- Quando tu pensavas sobre o teu futuro, quais eram os teus planos? (*Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia*).
- O que tu fazias para alcançar esses planos? (*Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia*).
- E depois que tu engravidaste, alguma coisa mudou nesses teus planos para o futuro? (*Se sim*) O que mudou? Quais se tornaram teus planos para o futuro naquela ocasião?
- Como era a tua rotina antes de engravidar? Tu estudavas/trabalhavas?
- Que tipo de relação tu tinhas com o pai do bebê?
- Ele participou da gravidez contigo? Em que momentos? De que forma?
- A gravidez mudou alguma coisa na tua vida? O que mudou? Como mudou? Como tu te sentiste?
- A gestação da tua (*filha*) te faz lembrar alguma coisa da tua própria gestação? O quê?
- Tu achas que tem alguma coisa parecida entre a tua gravidez e a da tua filha? (*Se sim*) O que tua achas parecido?

(*Se teve outras gestações*) E, como foram as outras gestações? Como te sentiste? Tivestes algum problema?

5. Como é para ti, ser mãe de uma adolescente?

- Como te sentes como mãe de uma adolescente? Era como tu imaginavas? (*Se não*) O que era diferente?
- Tu estás tendo alguma dificuldade? (*Se sim*) Qual (is)?
- Como te descreverias como mãe da (*filha*)?
- Tu pensas em alguém como modelo de mãe? (*Se sim*) Quem seria?
- Como esta pessoa era/é como mãe?
- Tu evitas algum modelo de mãe que tu conhecestes?
- E a tua mãe, como ela era contigo na tua adolescência? O que tu lembras?
- O teu jeito de lidar com a (*filha*) é parecido ou diferente do dela? Em quê?
- Que expectativas tu tinhas para o teu futuro quando tu eras adolescente? (*Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia*)
- E o teu pai, como ele era contigo na tua adolescência? O que tu lembras?
- O teu jeito de lidar com a (*filha*) é parecido ou diferente do dele? Em quê?
- Que coisas tu mais gostas de fazer com a (*filha*)? Por que? (*Solicitar mais de uma*).
- E que coisas tu menos gostas de fazer com a (*filha*)? Por que? (*Solicitar mais de uma*).
- Mudou alguma coisa na tua relação com a (*filha*) desde que receberam a notícia de que ela está grávida?
- Desde que a (*filha*) nasceu, pensando na tua experiência como mãe, tu vivenciaste alguma situação/período estressante? Qual? Como te sentiste?
- Tu solicitaste ajuda para alguém nestas situações/períodos? A quem? Por que esta pessoa? Como foi?

6. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre o pai da (*filha*).

-Tu moras junto com o pai da (*filha*)?

(*Se sim*)

- Como o pai da (*filha*) recebeu a notícia da gravidez?
- Qual foi a reação dele? O que ele fez/disse nesta ocasião?
- E hoje como ele esta vendo a gravidez da (*filha*)? O que ele tem feito/dito?
- Antes da gravidez da (*filha*), como era a relação dele com a (*filha*)? Os dois conversavam? Faziam coisas juntos?
- E hoje, como está a relação dele com a (*filha*)?
- Alguma coisa mudou na relação dele com a (*filha*), depois que ela engravidou? (*Se sim*) O que mudou?
- O que ele dizia que esperava para o futuro da (*filha*)? E agora, com a gravidez, o que ele fala agora sobre o futuro da (*filha*)?

- Ele está participando da gestação da *(filha)*?
(*Se sim*) De que maneira? O que ele tem feito? O que ele tem dito para ela?
(*Se não*) Por que ele não tem participado? O que ele tem dito para ela? Tu achas que ele gostaria de participar mais?
- E como é a tua relação com o teu marido? O que tu destacarias como positivo ou negativo?
- E antes da gravidez da *(filha)*, como era a relação de vocês dois? Vocês conversavam? Faziam coisas juntos?
- Alguma coisa mudou na relação de vocês dois com a gravidez da *(filha)*? (*Se sim*) O que mudou? Como te sentes?
- Pensando no início da relação com o pai da *(filha)*, como era o relacionamento de vocês dois quando tu ficaste sabendo que estavas grávida da *(filha)*? Vocês conversavam? Faziam coisas juntos?
- Vocês eram casados? Moravam juntos? Era o teu primeiro casamento dele e teu? Era o primeiro filho dele e teu?
- Tu e ele planejavam ter um filho naquele momento? Como tu e ele receberam a notícia da gravidez?
- Depois que tu ficaste grávida da *(filha)* como ficou a relação de vocês?
- Ele te ajudava a cuidar da *(filha)*? O que ele fazia? Quando precisava, tu solicitavas ajuda dele em relação à *(filha)*?
- Quando a *(filha)* era criança, vocês tinham alguma discordância em como cuidar dela? (*Se sim*) Em que vocês discordavam?
- E agora que *(filha)* cresceu e está na adolescência, como está a relação de vocês? Vocês conversam? Fazem coisas juntos?
- Vocês fazem coisas juntos com a *(filha)*? O que fazem?
- Vocês tem alguma discordância em relação à *(filha)*? Em que vocês discordam?
- Algo mudou com relação a isso desde que souberam que a *(filha)* está grávida?

(Se não mora junto) Desde quando tu não moras junto com o pai da *(filha)*? Por que não moram juntos?

(Se nunca morou junto) Como foi para ti ter a *(filha)* sem morar junto com o pai dela?

Tu achas que isso repercutiu de alguma forma na tua gravidez?

Tu achas que isso repercutiu na tua relação com a *(filha)*? (*Se sim*) Como?

Tu achas que isso repercutiu na relação dele com a *(filha)*? (*Se sim*) Como?

(Se morou e separou) Como foi a separação de vocês? O que fez com que vocês se separassem?

Quantos anos a *(filha)* tinha quando vocês se separaram?

Como ela reagiu a separação de vocês? Ela apresentou dificuldades em aceitar a separação?

E antes de engravidar, como ela via a separação de vocês? Tu achas que algo mudou sobre isso?

E você casou novamente? (*Se sim*) Como a *(filha)* se relaciona com o(s) teu(s) marido(s)?

(Repetir as mesmas questões sobre o pai com relação ao marido/companheiro da mãe começando pela notícia da gravidez)

7. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre o (pai do bebê).

- O pai do bebê é teu conhecido?
(*Se sim*) Há quanto tempo tu conhecias ele?
- Como era a relação dele com a tua *(filha)* antes da gravidez?
- O que tu pensas da relação deles?
- O que teu marido pensa da relação deles?
- Como o pai do bebê recebeu a notícia da gravidez? Qual foi a reação dele? O que ele fez/disse?
- Alguma coisa mudou na relação dele com a *(filha)*, depois que ela engravidou? (*Se sim*) O que mudou?
- O que ele dizia que esperava para o futuro deles? E agora com a gravidez, o que ele fala sobre o futuro com a *(filha)*?
- Ele está participando da gestação da *(filha)*?
(*Se sim*) De que maneira? O que ele tem feito? O que ele tem dito para ela?
(*Se não*) Por que ele não tem participado? O que ele tem dito para ela?

8. Tu gostarias de acrescentar mais alguma coisa ao que a gente conversou?

Entrevista sobre a Gravidez Adolescente

(Terceiro trimestre de gestação - Projeto GRADO; NUDIF/UFRGS, 2008)

1. Eu gostaria de conversar contigo sobre a tua gravidez.

- Como foi receber a notícia da gravidez? Como te sentiste?
- Foi uma gravidez planejada?(*Se sim*) Como planejaste? (*Se não*) Quando tu pensavas em engravidar?
- Como te sentias no início da gravidez (física e emocionalmente)?
- E agora, como te sentes?
- A gravidez mudou alguma coisa na tua vida?
- Como é o teu dia-a-dia atualmente? Tu frequentas a escola e/ou trabalhas? O que fazes?
- Como tu estás te sentindo em relação às mudanças do teu corpo?
- Quais as tuas preocupações em relação à gravidez? E em relação ao parto? E em relação ao bebê?
- Como está a tua saúde, desde o início da gravidez até agora?
- Como está sendo teu pré-natal? (tem consultado, como tem sido as consultas médicas)
- Já fizeste alguma ecografia? Como te sentistes ao ver o bebê?
- Vocês já pensaram num nome para o bebê? Quem escolheu? Qual o motivo para a escolha do nome?
- Tu sentes o bebê se mexer? Desde quando? Como te sentes com isto?
- Tu costumavas tocar na barriga/conversar com o bebê? Tem mais alguma coisa que tu fazes?
- E o (*nome do pai do bebê*) participa destes momentos? O que ele faz?
- Algum profissional (médico, psicólogo, assistente social) tem te ajudado? O que tem feito?
- Alguém da tua família teve filhos durante a adolescência? Quem? Como tu achas que foi essa experiência para essa(s) pessoa(s)?
- E sem ser da tua família? Quem? Como tu achas que foi essa experiência para essa(s) pessoa(s)?

2. Agora eu gostaria de conversar um pouco sobre a tua vida antes de engravidar.

- Como era o teu dia-a-dia antes de engravidar?
- Tu tinhas amigas/os? E namorado? O que tu fazias para se divertir?
- Tu trabalhavas fora de casa? (*Se sim*) O que tu fazias? Tu eras remunerada? O que tu achavas deste teu trabalho?
- E na escola, como era? Como tu te sentias? Como eram tuas notas? Pegou recuperação? Teve alguma reprovação?
- Tu costumavas faltar aula? (*Se sim*) Com que frequência? Por quê? O que tu fazia?
- Que outras atividades tu realizavas além de ir à escola? (ex. esporte, religião, lazer)
- Quando tu pensavas sobre o teu futuro, quais eram os teus planos? (*Explorar: trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia*)
- O que tu fazias para alcançar esses planos? (*Explorar novamente: trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia*)
- E depois que tu engravidaste, alguma coisa mudou nesses teus planos para o futuro?
(*Se sim*) O que mudou? E agora, quais são teus planos para o futuro?
- O que tu pensas fazer para alcançar esses planos?
- E antes de engravidar, o que tu achas que teus pais esperavam para teu futuro?
- E hoje, o que tu achas que eles esperam para teu futuro?

3. Eu gostaria de conversar um pouco sobre o pai do bebê.

- Como ele reagiu à notícia da gravidez? Ele pensava em ser pai neste momento?
- (*Se sim*) Por que tu achas isso? (Investigar se conversavam sobre o assunto) (*Se não*) Quando ele pensava em ser pai?
- E como está sendo a gravidez para ele?
- Tu achas que a gravidez mudou alguma coisa na vida dele?
- O que ele está achando das mudanças do teu corpo?
- Quais as preocupações dele em relação à gravidez? E quanto ao parto? E quanto ao bebê?
- Ele costuma te acompanhar às consultas? Como te sentes?
(*Se já fez ecografia*) Ele estava junto na ecografia? Como ele se sentiu ao ver o bebê?
- Que tipo de apoio tu tens recebido dele durante a tua gravidez? Era como tu esperavas? Como te sentes?

4. Eu gostaria de conversar um pouco sobre a tua família.

- Antes de engravidares, como era a relação com a tua mãe? E com teu pai? E com os demais familiares? (*ela escolhe sobre quais familiares falar*)
- Tu te sentias mais próxima de quem? Por quê? E tinha alguém que tu não te sentias muito próxima? Por quê?
- A quem tu recorrias quando tinhas alguma dificuldade? Por quê? Como essa pessoa te ajudava?
- Havia alguém com quem tu tinhas algum tipo de conflito? (*Se sim*) Quem? Por quê?
- E, quando tu engravidaste, como a tua mãe ficou sabendo? Como ela reagiu à notícia?
- O que ela te disse na ocasião? O que ela fez? Alguma coisa te magoou? Alguma coisa te agradou?
- E hoje, como está a relação com a tua mãe?
- O que tu gosta nas coisas que tua mãe faz ou diz para ti?
- O que tu não gosta nas coisas que tua mãe faz ou diz para ti?
- A tua mãe tem te ajudado? O que ela tem feito?
(*Repetir este último bloco em relação: Pai*)

- E além destas pessoas que a gente conversou, tem mais alguém que te ajuda? Quem? O que esta pessoa tem feito?
(*professora, colegas*)
- E tem alguém que não te ajuda? Quem? O que tu esperavas que essa pessoa fizesse?

5. *Eu gostaria de conversar um pouco sobre como tu pensas que vai ser quando o bebê nascer.*

- Como tu imaginas o teu relacionamento com o bebê quando ele nascer?
- Como te imaginas como mãe? O que tu achas que vai ser fácil? E o que tu achas que vai ser difícil?
- Quando te imaginas como mãe, tu gostarias de ser parecida com alguém?
(*Se sim*) Quem seria? Como ele(a) é/era?
- E tem alguém com quem tu não gostarias de ser parecida? Quem seria? Como ele(a) é/era?
- E a tua mãe, como ela era contigo quando tu eras bem pequena? E como o teu pai era? (*Se não lembra*) O que te contam?

6. *Tu gostarias de acrescentar alguma coisa a tudo isso que a gente conversou?*

**Entrevista sobre a maternidade e o desenvolvimento do bebê (3º mês)
(Projeto GRADO; NUDIF/UFRGS, 2009)**

1. Eu gostaria que tu me falasses um pouco sobre como está sendo a experiência de ser mãe.

- Como tu estás te sentindo como mãe?
- Tu tens sentido alguma dificuldade?
- Tu tens alguma preocupação em relação ao bebê? E em relação a ti?
- Tu imaginavas que seria assim?
- Como te descreverias como mãe?
- Como tu achas que as pessoas te veem como mãe?
- Existe algum modelo de mãe que tu segues? Quem? Por quê?
- Existe algum modelo de mãe que tu evitas? Quem? Por quê?
- Como a tua mãe (ou outro cuidador) te cuidava quando tu eras bebê? O que tu lembras?
- E o teu bebê, tu cuidas parecido ou diferente dela?
- Como está sendo para ti ser mãe neste momento?

2. Eu gostaria que tu me falasses como foi o nascimento do *(usar o nome do bebê)*

- Como te sentiste durante o parto? Houve alguma dificuldade (ou complicação)?
- E quanto ao tipo de parto, como te sentiste? Era o que tu querias?
- Foi como tu tinhas imaginado? *(Se não)* O que foi diferente?
- Alguém te acompanhou no momento do parto? Quem foi? Como foi para ti este acompanhamento?
- Que preocupações tu tiveste em relação a ti durante o parto? E em relação ao *(bebê)*?
- Tu lembras de alguém que te ajudou no parto?
(Se sim) Quem foi? Que tipo de ajuda te deu? Como te sentiste?
- Tu lembras de alguém que não te ajudou ou te atrapalhou na hora do parto?
(Se sim) Quem foi? O que essa pessoa fez que te desagradou? Como te sentiste?
- Como foi ver o *(bebê)* pela primeira vez? Como te sentiste?
- Como te sentiste como mãe após o nascimento do *(bebê)*?
- Tu podias me contar um pouco sobre os dias que tu ficaste no hospital após o *(bebê)* nascer?
- O *(bebê)* ficou o tempo todo contigo no quarto?
(Se sim) Como foi isso para ti?
(Se não) Por quê? Como foi isso para ti?

3. Eu gostaria que tu me falasses sobre o *(bebê)* **nestes primeiros três meses**

- Como está o desenvolvimento/ crescimento do *(bebê)*?
- Tu percebes que o *(bebê)* já faz mais coisas agora do que quando ele nasceu? Que coisas ele faz?
- Como tu te sentes com essas novas aquisições do *(bebê)*?
- Era como tu imaginavas? *(Se não)* O que está diferente?
- Com quem tu achas que o *(bebê)* é parecido/a (física e emocionalmente)?
- Era como tu imaginavas? Como te sentes com isso?

4. Eu gostaria que tu me falasses sobre o teu dia-a-dia com o *(bebê)* **depois que tu saíste do hospital.**

- Foi como tu imaginavas? O que te agradou e desagradou?
- Como te sentiste como mãe nos primeiros dias com o *(bebê)*?
- Que preocupações tu tiveste em relação a ti como mãe nesses primeiros dias? E em relação ao *(bebê)*?
- Tu lembras de alguém que te ajudou nos primeiros dias após o nascimento?
(Se sim) Quem foi? Que tipo de ajuda te deu? Como te sentiste?
- Tu lembras de alguém que não te ajudou ou que te atrapalhou nesses primeiros dias?
(Se sim) Quem foi? O que essa pessoa fez que te desagradou? Como te sentiste?
- E o pai do *(bebê)*? Ele te apoiou nesses primeiros dias com o *(bebê)*?
- Alguma coisa mudou no jeito dele nos primeiros dias após o nascimento do *(bebê)*?
- E no relacionamento de vocês? E agora, como vocês estão?
- Como foi o apoio da tua mãe e do teu pai nesses primeiros dias com o *(bebê)*? E dos pais do *(nome do pai do bebê)*?
- E agora que o/a *(bebê)* completou três meses, como tem sido lidar com ele(a) no dia-a-dia?
- O que tu achas que é mais fácil? O que tu achas que é mais difícil com ele(a)?
- Era como tu imaginavas? O que está diferente?
- Tu sentes que já é possível entender o que ele(a) expressa?
- Que tarefas tu tens assumido com relação aos cuidados do *(bebê)*? Como te sentes com isso?
- Tens tido alguma dificuldade nos cuidados com o *(bebê)*? Quais?
- Que coisas tu mais gostas de fazer com ele(a)? Por quê?
- Que coisas tu menos gostas de fazer com ele(a)? Por quê?

- Como te sentes com outra(s) pessoa(s) cuidando do *(bebê)*?
- O que te agrada? O que te incomoda?
- Como tem sido para ti os momentos em que tu ficas longe do *(bebê)*?

5. Eu gostaria que tu me falasses como tu estás vendo o *(nome do pai do bebê)* como pai.

- Como ele reagiu ao nascimento do *(bebê)*?
- Como é o jeito dele lidar com o *(bebê)*?
- Como tu achas que ele está sendo como pai?
- Era como tu imaginavas? *(Se não)* O que está diferente?
- Que tipo de apoio ele tem te oferecido? Tu solicitas algum tipo de ajuda dele? Como ele reage?
- Como vocês tem se organizado com os cuidados do *(bebê)*?
- Tu divides os cuidados com o *(nome do pai do bebê)*?
- O que tu achas do modo como ele cuida do *(bebê)*?
- Tu esperas alguma coisa diferente dele? O que?

6. Como está a tua relação com a tua família desde que o *(bebê)* nasceu?

- Como foi a reação da tua família ao nascimento do *(bebê)*? O que eles têm dito para ti?
- Quem tem te ajudado mais? O que esta pessoa tem feito?
- E dos teus amigos? Tu tens tido contato com eles? O que eles têm dito? Alguém tem te ajudado?

7. Agora que o *(bebê)* está com três meses, eu gostaria que tu me falasses um pouquinho sobre teus planos para o futuro.

- Quais são os teus planos para o futuro? *(Explorar: trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia)*
- O que tu pensas fazer para alcançar esses planos? *(Explorar novamente: trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia)*
- Desde que conversamos na gravidez, tu achas que alguma coisa mudou nos teus planos para o futuro?
(Se sim) O que mudou?
- E os teus pais, o que tu achas que eles esperam para o teu futuro?

8. Tu gostarias de acrescentar alguma coisa a tudo isso que a gente conversou?

ANEXO G

Entrevista sobre a maternidade e o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (3º mês) (NUDIF/UFRGS, 2008)

1. Eu gostaria que tu me falasses como foi o nascimento do (nome do/a neto/a)...

- Qual foi a tua reação quando nasceu teu neto? O que tu fizeste/disseste na ocasião? Como te sentiste?
- Como foi o parto? Tu participaste deste momento? De que forma?
- Como foi para ti quando viste teu(ua) neto(a) pela primeira vez?"
- Quais eram as tuas preocupações em relação ao parto? E em relação ao bebê?

2. Eu gostaria que tu me falasses sobre como tu estás vendo a tua filha como mãe...

- Como foram os primeiros dias da (filha) com o bebê? Tu participaste deste período?
(*Se sim*) De que maneira?
- Como estão os cuidados do bebê?
- Tu tens participando dos cuidados do bebê?
(*Se sim*) De que maneira? O que tens feito? O que tu tens dito para ela?
(*Se não*) Por que tu não tens participado? O que tu tens dito para ela? Tu pensas em participar mais?
- Tem mais alguém que participa dos cuidados do bebê?
(*Se sim*) Quem? De que maneira? O que essa pessoa tem feito? O essa pessoa tem dito para tua filha?
(Repetir tantas vezes quantas a avó mencionar outras pessoas.)
- Como está sendo o dia-a-dia da (filha) atualmente? Ela frequenta a escola e/ou trabalha? O que faz?
- E antes, como era? O que ela fazia?
- Com o nascimento do bebê mudou alguma coisa na vida dela? (*Se sim*) O que mudou?
- O que tu esperavas para o futuro da (filha)? E agora, com o bebê, mudou alguma coisa? (*Se sim*) O quê?
- Tu conheces mais alguém com menos de 18 anos que tem um bebê da idade do teu neto?(*Se sim*) Quem? Com que idade?
Como tu achas que está sendo esta experiência para essa pessoa?
- Como tu está sendo para ti ver a tua filha como mãe? O que tu tens feito/dito para ela? Como te sentes?
- Antes do nascimento do/a teu/tua neto/neta, como era a tua relação com a (filha)? Vocês conversavam? Faziam coisas juntas?
- E hoje, como está a tua relação com ela?
- Desde que nasceu o bebê, alguma coisa mudou na tua relação com a (filha)? (*Se sim*) O que mudou?
- Como era a tua relação com a tua mãe quando tu te tornaste mãe? Em que tu pareces com ela? Em que és diferente dela?
(*Explorar se a adolescente que participa do GRADO foi a primeira filha*)

3. Eu gostaria que tu me falasses um pouco sobre como está sendo a experiência de ser avó.

- Tu já eras avó ou este/a é o/a teu/tua primeiro/a neto/a?

a. (*Se é o primeiro*)

- Como tu estás te sentindo como avó?
- Tu imaginavas tornar-se avó neste momento da tua vida?
- Tu tens sentido alguma dificuldade?
- Tu tens alguma preocupação em relação ao bebê? E em relação a ti?
- Tu imaginavas que seria assim?
- Como te descreverias como avó?
- Como tu achas que as pessoas te vêem como avó?
- Existe algum modelo de avó que tu segues? Quem? Por quê?
- Existe algum modelo de avó que tu evita? Quem? Por quê?
- E a tua avó, como ela era contigo? E o teu avô? (*Se não lembra*) O que te contam?
- E com o teu neto, tu cuidas parecido ou diferente deles?

b. (*Se já tem netos*)

- Quantos netos tu tens? Qual o sexo deles? Qual a idade?
- E como é para ti ser avó mais uma vez?
- Tu esperas alguma coisa diferente com este/a neto/a?
- Tu tens sentido alguma dificuldade?
- Tu tens alguma preocupação em relação ao bebê? E em relação a ti?
- Tu imaginavas que seria assim?
- Como te descreverias como avó?
- Como tu achas que as pessoas te vêem como avó?
- Existe algum modelo de avó que tu segues? Quem? Por quê?
- Existe algum modelo de avó que tu evita? Quem? Por quê?
- E a tua avó, como ela era contigo? E o teu avô? (*Se não lembra*) O que te contam?
 - E com o teu neto, tu cuidas parecido ou diferente deles?

4. Eu gostaria que tu me falasses sobre a tua experiência de mãe...

- Quantos filhos tu tens? Qual a idade deles?

a. *(Se o primeiro filho não é a adolescente participante do GRADO)*

- Qual a idade que tu tinhas quando ganhaste teu primeiro filho? E nas outras vezes?

- Como foi teu primeiro parto? Como te sentiste? Tivestes algum problema?

- Tu lembras como te sentias *(física e emocionalmente)*?

- Quais eram as tuas preocupações em relação ao parto? E em relação ao bebê?

- Quando tu pensavas sobre o teu futuro, quais eram os teus planos? *(Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia).*

- O que tu fazias para alcançar esses planos? *(Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia).*

- E depois que nasceu teu bebê, alguma coisa mudou nesses teus planos para o futuro?

(Se sim) O que mudou? Quais se tornaram teus planos para o futuro naquela ocasião?

- Como era a tua rotina antes de tornar-se mãe? Tu estudavas/trabalhavas?

- Ter o bebê mudou alguma coisa na tua vida? O que mudou? Como mudou? Como tu te sentiste?

- Que tipo de relação tu tinhas com o pai do teu primeiro bebê?

- Ele participou dos primeiros meses do bebê contigo? Em que momentos? De que forma?

- Ver a *(filha)* com o bebê pequeno te faz lembrar alguma coisa de quando tu tinhas um bebê desta idade? O quê?

- Tu achas que tem alguma coisa parecida entre o jeito da *(filha)* cuidar o bebê e o teu jeito quando tu tinhas bebê desta idade?

(Se sim) O que tu achas parecido? O que tu achas diferente?

b. *(Sobre a filha adolescente que participa do GRADO)*

- Que idade tu tinhas quando ganhaste a *(filha)*?

- Pensando no parto da *(filha)*, como foi? Como te sentiste? Tivestes algum problema?

- Tu lembras como te sentias *(física e emocionalmente)*?

- Quais eram as tuas preocupações em relação ao parto? E em relação ao bebê?

- Quando tu pensavas sobre o teu futuro, quais eram os teus planos? *(Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia).*

- O que tu fazias para alcançar esses planos? *(Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia).*

- E depois que nasceu a *(filha)*, alguma coisa mudou nesses teus planos para o futuro?

(Se sim) O que mudou? Quais se tornaram teus planos para o futuro naquela ocasião?

- Como era a tua rotina antes de nascer a *(filha)*? Tu estudavas/trabalhavas?

- Ter a *(filha)* mudou alguma coisa na tua vida? O que mudou? Como mudou? Como tu te sentiste?

- Que tipo de relação tu tinhas com o pai da *(filha)*?

- Ele participou dos primeiros meses da *(filha)* contigo? Em que momentos? De que forma?

- Ver a *(filha)* com o bebê pequeno te faz lembrar alguma coisa de quando ela tinha esta idade? O quê?

- Tu achas que tem alguma coisa parecida entre o jeito da *(filha)* cuidar o bebê e o teu jeito quando com ela nesta idade?

(Se sim) O que tu achas parecido? O que tu achas diferente?

5. Como é para ti, ser mãe de uma adolescente?

- Como te sentes como mãe de uma adolescente? É como tu imaginavas? *(Se não)* O que é diferente?

- Tu estás tendo alguma dificuldade? *(Se sim)* Qual *(is)*?

- Como te descreverias como mãe da *(filha)*?

- Tu pensas em alguém como modelo de mãe? *(Se sim)* Quem seria?

- Como esta pessoa era/é como mãe?

- Tu evitas algum modelo de mãe que tu conhecestes?

- E a tua mãe, como ela era contigo na tua adolescência? O que tu lembras?

- O teu jeito de lidar com a *(filha)* é parecido ou diferente do dela? Em quê?

- E o teu pai, como ele era contigo na tua adolescência? O que tu lembras?

- O teu jeito de lidar com a *(filha)* é parecido ou diferente do dele? Em quê?

- Que coisas tu mais gostas de fazer com a *(filha)*? Por quê? *(Solicitar mais de uma).*

- E que coisas tu menos gostas de fazer com a *(filha)*? Por quê? *(Solicitar mais de uma).*

- Mudou alguma coisa na tua relação com a *(filha)* desde que nasceu o bebê dela?

- Desde que a *(filha)* nasceu, pensando na tua experiência como mãe, tu vivenciaste alguma situação/período estressante? Qual? Como te sentiste?

- Tu solicitaste ajuda para alguém nestas situações/períodos? A quem? Por que esta pessoa? Como foi?

6. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre o pai da *(filha)*.

-Tu moras junto com o pai da *(filha)*?

(Se sim)

- Como o pai da *(filha)* reagiu ao nascimento do bebê?
- O que ele fez/disse nesta ocasião?
- Como ele está vendo a filha como mãe? O que ele tem feito/dito?

- Antes de nascer o bebê, como era a relação dele com a *(filha)*? Os dois conversavam? Faziam coisas juntos?
- E hoje, como está a relação dele com a *(filha)*?
- Alguma coisa mudou na relação dele com a *(filha)*, depois que nasceu o bebê? *(Se sim)* O que mudou?
- O que ele dizia que esperava para o futuro da *(filha)*? E agora, com o bebê, o que ele fala sobre o futuro da *(filha)*?

- Ele está participando dos cuidados com o neto(a)?
(Se sim) De que maneira? O que ele tem feito? O que ele tem dito para ela?
(Se não) Por que ele não tem participado? O que ele tem dito para ela? Tu achas que ele gostaria de participar mais?

- E como é a tua relação com o teu marido? O que tu destacarias como positivo ou negativo?
- E antes de nascer o bebê, como era a relação de vocês dois? Vocês conversavam? Faziam coisas juntos?
- E agora com o nascimento do bebê, alguma coisa mudou na relação de vocês dois? *(Se sim)* O que mudou? Como te sentes?

- Como era o relacionamento de vocês dois quando a *(filha)* nasceu? Vocês conversavam? Faziam coisas juntos?
- Vocês eram casados? Moravam juntos? Era o primeiro casamento dele e teu? Era o primeiro filho dele e teu?
- Tu e ele planejavam ter um filho naquele momento?? Como foi a chegada do bebê na vida de vocês?
- Depois que a *(filha)* nasceu, como ficou a relação de vocês?
- Ele te ajudava a cuidar da *(filha)*? O que ele fazia?
- Tu solicitavas ajuda dele em relação à *(filha)*?
- Vocês tinham alguma discordância em como cuidar da *(filha)*?
(Se sim) Em que vocês discordavam?

- E agora que *(filha)* cresceu e está na adolescência, como está a relação de vocês? Vocês conversam? Fazem coisas juntos?
- Vocês fazem coisas juntos com a *(filha)*? O que fazem?
- Vocês têm alguma discordância em relação à forma de lidar com a *(filha)*? Em que vocês discordam?
- Algo mudou com relação a isso desde que a *(filha)* teve bebê?

(Se não mora junto) Desde quando tu não moras junto com o pai da *(filha)*? Por que não moram juntos?

(Se nunca morou junto) Como foi para ti ter a *(filha)* sem morar junto com o pai dela?

Tu achas que isso repercutiu de alguma forma na tua gravidez e no nascimento dela?

Tu achas que isso repercutiu na tua relação com a *(filha)*? *(Se sim)* Como?

Tu achas que isso repercutiu na relação dele com a *(filha)*? *(Se sim)* Como?

(Se morou e separou) Como foi a separação de vocês? O que fez com que vocês se separassem?

Quantos anos a *(filha)* tinha quando vocês se separaram?

Como ela reagiu a separação de vocês? Ela apresentou dificuldades em aceitar a separação?

E antes de ser mãe, como ela via a separação de vocês? Tu achas que algo mudou sobre isso?

E você casou novamente? *(Se sim)* Como a *(filha)* se relaciona com o(s) teu(s) marido(s)?

(Repetir as mesmas questões sobre o pai com relação ao marido/companheiro da mãe começando pela reação ao nascimento do neto)

7. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre o *(pai do bebê)*.

- O pai do bebê é teu conhecido?
(Se sim) Há quanto tempo tu conheces ele?
- Como era a relação dele com a tua *(filha)* antes do nascimento do bebê?
- O que tu pensas da relação deles?
- O que o pai da *(filha)* pensa da relação deles?
- Como o pai do bebê reagiu ao o nascimento do bebê? O que ele fez/disse?
- Alguma coisa mudou na relação dele com a *(filha)*, depois que ela teve bebê? *(Se sim)* O que mudou?
- O que ele dizia que esperava para o futuro deles? E agora com o bebê, o que ele fala sobre o futuro com a *(filha)*?

- Ele está participando dos cuidados do bebê?
(Se sim) De que maneira? O que ele tem feito? O que ele tem dito para ela?
(Se não) Por que ele não tem participado? O que ele tem dito para ela?

8. Tu gostarias de acrescentar mais alguma coisa ao que a gente conversou?

ANEXO H

Entrevista sobre a maternidade adolescente e sobre o desenvolvimento do bebê (12º mês) (Projeto GRADO, NUDIF/UFRGS, 2009)

1. Eu gostaria que tu me falasses um pouco sobre como está sendo a experiência de ser mãe agora que teu bebê está com 1(um) ano.

- Como tu estás te sentindo como mãe?
- Tu tens sentido alguma dificuldade?
- Tu tens alguma preocupação em relação ao(a) (bebê)? E em relação a ti?
- Tu imaginavas que seria assim?
- Como te descreverias como mãe?
- Como tu achas que as pessoas te vêem como mãe?
- Tem alguma pessoa que te sirva de modelo no cuidado com teu bebê? Quem? Por quê?
- Existe algum modelo de mãe que tu segues? Quem? Por quê?
- Tem alguma pessoa que não te sirva de modelo no cuidado com teu bebê? Quem? Por quê?
- Existe algum modelo de mãe que tu evita? Quem? Por quê?
- Como a tua mãe (ou outro cuidador) te cuidava quando tu tinhas a idade do (bebê)? O que tu lembras? O que te contam? E teu pai?
- E o teu bebê, tu cuidas parecido ou diferente dela(e)?
- Como está sendo para ti ser mãe neste momento da tua vida?

2. Pensando um pouco nos cuidados do(a) (bebê) ao longo do primeiro ano de vida...

- Ao longo deste primeiro ano de vida, tu vivenciaste situações estressantes? Quais?
- Tu solicitaste ajuda nestas situações/períodos?
- Houve mudança de pessoas\creches que cuidaram do(a) (bebê)? Por quê? Com que frequência?
- Era como tu imaginavas? (*Se não era*) O que está diferente?
- Com quem tu achas que ele(a) é parecido (*física e emocionalmente*)? Era como tu imaginavas? Como te sentes com isto?
- Que tipo de coisas ele(a) faz que te agradam? Como tu reages?
- E que tipo de coisas ele(a) faz que te desagradam? Como tu reages?
- E ele(a), como fica ao perceber que te desagradou?

3. Eu gostaria que tu me falasses sobre o teu dia-a-dia com o(a) (bebê).

- Como é lidar com o(a) (bebê) no dia-a-dia? Era como tu imaginavas? O que está diferente?
- Tens tido alguma dificuldade nos cuidados com o(a) (bebê)? Quais?
- Que tarefas tu tens assumido nos cuidados do(a) (bebê)?
- Que coisas tu mais gostas de fazer com ele(a)? Por quê?
- Que coisas tu menos gostas de fazer com ele(a)? Por quê?
- Que coisas que ele(a) mais gosta de fazer? E que coisas ele(a) menos gosta de fazer?

4. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre os momentos em que o(a) (bebê) fica longe de ti...

- Quais são estes momentos? Como ele(a) reage? E tu, como te sentes?
- Como são os momentos em que vocês se reencontram? Como ele(a) reage? E tu, como te sentes?
- Com quem ele(a) é mais agarrado? E tem mais alguém? Em que momentos tu percebes isso? Como tu te sentes?
- Tu precisaste ficar afastada do(a) (bebê) neste período? Por quanto tempo? Qual o motivo?
- Tu estás estudando? Como foi, para ti retornar à escola?
(*Se não retornou à escola*) Por quê? Tu tens a intenção de retornar à escola? Quando?
- Tu estás trabalhando fora? Como foi, para ti, retornar ao trabalho?
(*Se não retornou ao trabalho*) Por quê? Tu tens intenção de retornar ao trabalho? Quando?

5. Eu gostaria que tu me falasses se tem outras pessoas ajudando no cuidado com o bebê.

- Tem outras pessoas ajudando vocês a cuidar do(a) (bebê)?
- Quantas horas esta pessoa fica?
- Como tu te sentes com outras pessoas cuidando do(a) (bebê)?
- O que te agrada? O que te incomoda?
- Como o(a) (bebê) reagiu no início quando outra(s) pessoa(s) ficava(m) como ele(a)? E hoje, como ele(a) reage?

6. Eu gostaria que tu falasses se o bebê foi para a creche/escolinha.

- O bebê foi para a creche/escolinha?
(*Se já foi para a creche/escolinha*) Desde quando ele(a) fica na creche/escolinha?
- Como foi a adaptação dele(a)? Como tu te sentiste?
- Como ele(a) está hoje em relação à creche/escolinha? Como tu te sentes?
- Como ele(a) reage ao afastamento de ti para ir à creche/escolinha?

(*Se não foi para a creche/escolinha*) Vocês estão pensando em colocar o(a) (bebê) na creche/escolinha? Quando?

- Porque escolheram colocar na creche/escolinha?

7. Eu gostaria que tu me falasses como tu estás vendo o (pai do bebê) como pai.

- Como é o jeito dele lidar com o (bebê)?
- Como tu achas que ele está sendo como pai?
- Era como tu imaginavas? (Se não) O que está diferente?
- Que tipo de apoio ele tem te oferecido? Tu solicitas algum tipo de ajuda dele? Como ele reage?
- Tu estás satisfeita com o cuidado que ele tem te oferecido? (Se não) Por quê?
- Como vocês tem se organizado com os cuidados do (bebê)?
- Tu divides os cuidados com o (pai do bebê)? O que vocês combinaram?
- O que tu achas do modo como ele cuida do (bebê)?
- Tu esperas alguma coisa diferente dele? O quê?

(Caso a mãe esteja com novo companheiro)

- Desde quando tu estás com o (novo companheiro)?
- Desde quando o (novo companheiro) convive com o (bebê)?
- Como é o jeito dele lidar com o (bebê)?
- Ele participa dos cuidados do (bebê)? De que forma? Desde quando?
- Tu solicitas algum tipo de ajuda dele? Como ele reage?
- Era como tu imaginavas? (Se não) O que está diferente?

8. Eu gostaria que tu me falasses como está a relação com tua família desde que o(a) (bebê) nasceu.

- Como está a relação com a tua família desde que o(a) (bebê) nasceu?
- E com a família da (pai do bebê), como está?
- Tu tens recebido ajuda de alguém? Quem? Que tipo de ajuda?
- E dos teus amigos? Tu tens tido contato com eles? O que eles têm dito? Alguém tem te ajudado?

9. Como foi o aniversário de 1(Um) ano do(a) (bebê)?

10. Agora que o (bebê) está com 1 ano, eu gostaria que tu me falasses um pouquinho sobre teus planos para o futuro.

- Quais são os teus planos para o futuro? (Explorar: trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia)
- O que tu pensas fazer para alcançar esses planos? (Explorar novamente: trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia)
- Desde que conversamos quando o (bebê) tinha três meses, tu achas que alguma coisa mudou nos teus planos para o futuro? (Se sim) O que mudou?
- E os teus pais, o que tu achas que eles esperam para teu futuro?

11. Tu gostarias de acrescentar alguma coisa a tudo isso que a gente conversou?

ANEXO I

Entrevista sobre a maternidade e o tornar-se avó no contexto da gravidez adolescente (12 meses) (NUDIF/UFRGS, 2008)

1. Eu gostaria que tu me falasses sobre como tu estás vendo a tua filha como mãe do (a) (nome do neto/a) agora que ele (a) está com 1 ano...

- Como está sendo para ti ver a tua filha como mãe? O que tu tens feito/dito para ela? Como te sentes?
- Como tem sido os cuidados com o (nome do bebê)?
- Tu tens participado dos cuidados do (nome do bebê)?
(*Se sim*) De que maneira? O que tu tens feito? O que tu tens dito para a (filha)?
(*Se não*) Por que tu não tens participado? O que tu tens dito para ela? Tu pensas em participar mais?
- Tem mais alguém que participa dos cuidados do bebê?
(*Se sim*) Quem? De que maneira? O que essa pessoa tem feito? O que essa pessoa tem dito para tua filha?
(Repetir tantas vezes quantas a avó mencionar outras pessoas.)
- Como está sendo o dia-a-dia da (filha) atualmente? Ela frequenta a escola e/ou trabalha? O que faz?
- E antes, como era? O que ela fazia?
- Agora que ela tem um (a) filho (a) de um ano mudou alguma coisa na vida dela? (*Se sim*) O que mudou?
- O que tu esperavas para o futuro da (filha)? E agora, com o (nome do bebê), mudou alguma coisa? (*Se sim*) O quê?
- Tu conheces mais alguém com menos de 18 anos que tem um bebê da idade do teu neto? (*Se sim*) Quem? Qual a idade desta pessoa? Como tu achas que está sendo esta experiência para essa pessoa?
- Antes do nascimento do/a teu/tua neto/neta, como era a tua relação com a (filha)? Vocês conversavam? Faziam coisas juntas?
- E hoje que ela tem um (a) filho(a) de um ano, como está a tua relação com ela? Alguma coisa mudou na tua relação com a (filha)? (*Se sim*) O que mudou?
- Como era a tua relação com a tua mãe quando tu te tornaste mãe? Que idade tu tinhas? Em que tu pareces com ela? Em que és diferente dela? (*Explorar se a adolescente que participa do GRADO foi a primeira filha*)

2. Eu gostaria que tu me falasses um pouco sobre como está sendo a experiência de ser avó.

- Tu já eras avó ou este (a) é o (a) teu (tua) primeiro (a) neto (a)?
a. (*Se é o primeiro*)
 - Como tu estás te sentindo como avó?
 - Tu imaginavas tornar-se avó neste momento da tua vida?
 - Tu tens sentido alguma dificuldade?
 - Tu tens alguma preocupação em relação ao (nome do bebê)? E em relação a ti?
 - Tu imaginavas que seria assim?
 - Como te descreverias como avó?
 - Como tu achas que as pessoas te vêem como avó?
 - Existe algum modelo de avó que tu segues? Quem? Por quê?
 - Existe algum modelo de avó que tu evitas? Quem? Por quê?
 - E a tua avó, como ela era contigo? E o teu avô? (*Se não lembra*) O que te contam?
 - E o teu neto (a), tu cuidas parecido ou diferente deles?

b. (*Se já tem netos*)

- Quantos netos tu tens? Qual o sexo deles? Qual a idade?
- E como é para ti ser avó mais uma vez?
- Tu esperas alguma coisa diferente com este (a) neto (a)?
- Tu tens sentido alguma dificuldade?
- Tu tens alguma preocupação em relação ao bebê? E em relação a ti?
- Tu imaginavas que seria assim?
- Como te descreverias como avó?
- Como tu achas que as pessoas te vêem como avó?
- Existe algum modelo de avó que tu segues? Quem? Por quê?
- Existe algum modelo de avó que tu evitas? Quem? Por quê?
- E a tua avó, como ela era contigo? E o teu avô? (*Se não lembra*) O que te contam?
- E o teu neto, tu cuidas parecido ou diferente deles?

4. Eu gostaria que tu me falasses sobre a tua experiência de mãe...

- Quantos filhos tu tens? Qual a idade deles?
- Me conta um pouco de como era quando a (filha) tinha 1 ano...
- Como eram os cuidados com a (filha)?
- Tinha alguém que te ajudava nos cuidados com a (filha)?
(*Se sim*) Quem? De que maneira? O que essa pessoa fazia? O que essa pessoa dizia para ti?
(Repetir tantas vezes quantas a avó mencionar outras pessoas.)
- Como era o teu dia-a-dia da quando a (filha) tinha 1 ano? (*Se tinha outros filhos, explorar como se dava a divisão de atenção com as outras crianças também.*)

- Tu frequentavas a escola e/ou trabalhavas? O que fazias?
- E antes de ter a *(filha)*, como era? O que fazias?
- Quando a *(filha)* completou 1 ano mudou alguma coisa na tua vida? *(Se sim)* O que mudou?
- Como era a tua relação com a tua mãe quando a *(filha)* tinha 1 ano? Em que tu parecias com a tua mãe? Em que és diferente dela?
- Quando a *(filha)* tinha 1 ano e tu pensavas sobre o teu futuro, quais eram os teus planos? *(Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia)*.
- O que tu fazias para alcançar esses planos? *(Explorar trabalho, estudos, casamento, filhos, local de moradia)*.
- Alguma coisa mudou nesses teus planos para o futuro?
(Se sim) O que mudou? Quais se tornaram teus planos para o futuro naquela ocasião?
- Ter a *(filha)* mudou alguma coisa na tua vida? O que mudou? Como mudou? Como tu te sentiste?
- Que tipo de relação tu tinhas com o pai da *(filha)*?
- Ele participou do primeiro ano de vida da *(filha)* contigo? Em que momentos? De que forma?
- Ver a *(filha)* com o *(neto/a)* pequeno (a) te faz lembrar alguma coisa de quando ela tinha esta idade? O quê?
- Tu achas que tem alguma coisa parecida entre o jeito da *(filha)* cuidar o(a) neto (a) e o teu jeito quando com ela nesta idade?
(Se sim) O que tu achas parecido? O que tu achas diferente?

5. Como é para ti, ser mãe de uma adolescente?

- Como te sentes como mãe de uma adolescente? É como tu imaginavas? *(Se não)* O que é diferente?
- Tu estás tendo alguma dificuldade? *(Se sim)* Qual (is)?
- Como te descreverias como mãe da *(filha)*?
- Tu pensas em alguém como modelo de mãe de adolescente? *(Se sim)* Quem seria?
- Como esta pessoa era/é como mãe?
- Tu evitas algum modelo de mãe que tu conhecestes?
- E a tua mãe, como ela era contigo na tua adolescência? O que tu lembras?
- O teu jeito de lidar com a *(filha)* é parecido ou diferente do dela? Em quê?
- E o teu pai, como ele era contigo na tua adolescência? O que tu lembras?
- O teu jeito de lidar com a *(filha)* é parecido ou diferente do dele? Em quê?
- Que coisas tu mais gostas de fazer com a *(filha)*? Por quê? *(Solicitar mais de uma)*.
- E que coisas tu menos gostas de fazer com a *(filha)*? Por quê? *(Solicitar mais de uma)*.
- Mudou alguma coisa na tua relação com a *(filha)* agora que o(a) *(bebê)* está com 1 ano?
- Desde que a *(filha)* nasceu, pensando na tua experiência como mãe, tu vivenciaste alguma situação/período estressante? Qual? Como te sentiste?
- Tu solicitaste ajuda para alguém nestas situações/períodos? A quem? Por que esta pessoa? Como foi?

6. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre o pai da *(filha)*.

- Tu moras junto com o pai da *(filha)*?

(Se sim)

- Como ele está vendo a filha como mãe? O que ele tem feito/dito?

(Se a avó não participou das coletas da gestação e 3 meses)

- Antes de nascer o bebê, como era a relação dele com a *(filha)*? Os dois conversavam? Faziam coisas juntos? Alguma coisa mudou depois que nasceu o bebê?
- Hoje que o (a) *(bebê)* está com um ano, como está a relação dele com a *(filha)*?
- Alguma coisa mudou na relação dele com a *(filha)*, agora que o (a) *(bebê)* está com 1 ano? O que mudou?
- O que ele dizia que esperava para o futuro da *(filha)*? E agora que o (a) *(bebê)* está com 1 ano, o que ele fala sobre o futuro da *(filha)*?
- Ele está participando dos cuidados com o neto(a)?
(Se sim) De que maneira? O que ele tem feito? O que ele tem dito para ela?
(Se não) Por que ele não tem participado? O que ele tem dito para ela? Tu achas que ele gostaria de participar mais?
- E como é a tua relação com o teu marido? O que tu destacarias como positivo ou negativo?
(Se não participou das coletas da gestação e 3 meses)
- E antes de nascer o bebê, como era a relação de vocês dois? Vocês conversavam? Faziam coisas juntos?
- E agora que o (a) neto (a) tem 1 ano, alguma coisa mudou na relação de vocês dois? *(Se sim)* O que mudou? Como te sentes?
- Como era o relacionamento de vocês dois quando a *(filha)* tinha 1 ano? Vocês conversavam? Faziam coisas juntos?
- Vocês eram casados? Moravam juntos? Era o primeiro casamento dele e teu? Era o primeiro filho dele e teu?
- Como era ter uma filha de 1 ano naquele momento?
- Como ficou a relação de vocês?
- Ele te ajudava a cuidar da *(filha)*? O que ele fazia?
- Tu solicitavas ajuda dele em relação à *(filha)*?
- Vocês tinham alguma discordância em como cuidar da *(filha)*?
(Se sim) Em que vocês discordavam?
- E agora que *(filha)* cresceu e está na adolescência, como está a relação de vocês? Vocês conversam? Fazem coisas juntos?

- Vocês fazem coisas juntos com a *(filha)*? O que fazem?
- Vocês têm alguma discordância em relação à forma de lidar com a *(filha)*? Em que vocês discordam?
- Algo mudou com relação a isso agora que ela tem um (a) filho (a) de 1 ano?

(Se não mora junto) Desde quando tu não moras junto com o pai da *(filha)*? Por que não moram juntos?

(Se nunca morou junto) Como era para ti quando a *(filha)* tinha 1 ano, não morar junto com o pai dela?

Tu achas que isso repercutiu de alguma forma no desenvolvimento dela?

Tu achas que isso repercutiu na tua relação com a *(filha)*? *(Se sim)* Como?

Tu achas que isso repercutiu na relação dele com a *(filha)*? *(Se sim)* Como?

(Se morou e separou) Como foi a separação de vocês? O que fez com que vocês se separassem?

Quantos anos a *(filha)* tinha quando vocês se separaram?

Como ela reagiu a separação de vocês? Ela apresentou dificuldades em aceitar a separação?

E antes de ser mãe, como ela via a separação de vocês? Tu achas que algo mudou sobre isso?

E você casou novamente? *(Se sim)* Como a *(filha)* se relaciona com o(s) teu(s) marido(s)?

(Repetir as mesmas questões sobre o pai com relação ao marido/companheiro da mãe começando pela reação ao nascimento do neto)

7. Eu gostaria que tu falasses um pouco sobre o (pai do bebê).

- O pai do *(bebê)* é teu conhecido?

(Se sim) Há quanto tempo tu conheces ele?

- Como era a relação dele com a tua *(filha)* antes do nascimento do bebê?

- O que tu pensas da relação deles?

- O que o pai da *(filha)* pensa da relação deles?

- Como está para o pai do bebê ter um filho de 1 ano? O que ele faz/diz?

- Alguma coisa mudou na relação dele com a *(filha)* agora que o (a) neto (a) está com 1 ano? *(Se sim)* O que mudou?

- O que ele dizia que esperava para o futuro deles? E agora que o (a) *(bebê)* está com um ano, o que ele fala sobre o futuro com a *(filha)*?

- Ele está participando dos cuidados do *(bebê)*?

(Se sim) De que maneira? O que ele tem feito? O que ele tem dito para ela?

(Se não) Por que ele não tem participado? O que ele tem dito para ela?

8. Tu gostarias de acrescentar mais alguma coisa ao que a gente conversou?

ANEXO J

Genograma Familiar

(Freitas & Piccinini, 2009, McGoldrick & Gerson, 1985/2005)

Data: _____ Caso: _____

“Eu gostaria que vocês me ajudassem a fazer um desenho da família de vocês. Gostaria que vocês me contassem quem são as pessoas que fazem parte da família... os nomes, idades, profissões... Podemos começar pela família de vocês e depois conversarmos um pouco sobre a família do pai do bebê...”

Explorar:

1. Como é o relacionamento entre as pessoas da família de vocês?
2. Há alguma ligação especial entre algumas pessoas da família? (Verificar relacionamentos muito estreitos ou distantes)
3. Há algum conflito ou briga entre algumas pessoas da família? (Verificar relacionamentos conflituosos e rompimentos)
4. Investigar se houve com os respondentes ou outra pessoa na família:
 - a. Origem étnica e migração
 - b. Mudança de cidade/endereço
 - c. Religião
 - d. Educação
 - e. Ocupação ou desemprego
 - f. Aposentadoria
 - g. Serviço militar
 - h. Nascimento
 - i. Adoção
 - j. Aborto
 - k. Hospitalização
 - l. Doença física grave ou mental
 - m. Uso de álcool/drogas
 - n. Uso contínuo de medicação
 - o. Acidente
 - p. Afastamento temporário de filho
 - q. Entrada ou saída de pessoas da família
 - r. Encarceramento
 - s. Separação de casal
 - t. Desaparecimento de pessoas da família
 - u. Violência intra-familiar
5. Vocês gostariam de acrescentar algo mais a isso que conversamos?
6. Observações:

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

REGISTRO NUMERO: 25000.089325/2006-58

PROCOLO DE PESQUISA Nº 2008/012

Título do Projeto:

Aspectos Biopsicossociais da Gravidez Adolescente: Estudo Longitudinal da
Gestação ao segundo ano de vida da criança.

Pesquisador(es):

Cesar Augusto Piccinini
Rita de Cássia Sobreira Lopes

O projeto atende aos requisitos necessários. Está **aprovado** pelo CEP-Psicologia por estar adequado ética e metodologicamente e de acordo com a Resolução nº196/96 e complementares do CONEP e Resolução 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia. Eventos adversos e eventuais ementas ou modificações no protocolo de pesquisa devem ser comunicadas a este Comitê. Devem também ser apresentados anualmente relatórios ao Comitê, inicialmente em 07/04/2009, bem como ao término do estudo.

Aprovado, em 07/04/2008


Comitê de Ética em Psicologia
Registro 25000.089325/2006-58
UFRGS